

Elisabetta Santoro
Luiz Antonio da Silva
Maria Zulma Kulikowski (Org.)

E
STUDOS
EM P
RAGMÁTICA:

ATOS DE FALA EM PORTUGUÊS, ITALIANO,
ESPANHOL E INGLÊS



Série
Pragmática (inter)linguística,
cross-cultural e intercultural

Estudos em Pragmática:

atos de fala em português, italiano, espanhol e inglês



Universidade de São Paulo

Reitor

*Vahan Agopyan
Antonio Carlos Hernandez*



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor

*Paulo Martins
Vice-Diretora
Ana Paula Torres Megiani*

Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas

Coordenadora: Profa. Dra. Fernanda Landucci Ortale

Vice-coordenadora: Prof. Dra. Angela Maria Tenório Zucchi

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenador: Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa

Vice-coordenadora: Prof. Dr. Flaviane Romani Fernandes Svartman

Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

Coordenador: Profa. Dra. Margareth dos Santos

Vice-coordenadora: Prof. Dra. Adriana Kanzevolsky



Grupo de Pesquisa "Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural" (CNPq)

Líder: Elisabetta Santoro

Vice-líder: Luiz Antônio da Silva

Revisão técnica

Elisabetta Santoro

Cibelle Correia da Silva

Mayara da Silva Neto

Rosângela Aparecida Dantas de Oliveira

Ana Luísa de Araújo Mhereb

Luiz Antônio da Silva

Maria Zulma Kulikowski

Yedda Alves de Oliveira Caggiano Blanco

Série Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural

Coordenadora: Elisabetta Santoro – Universidade de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Isabel Roboredo Seara - Universidade Aberta de Lisboa, Portugal

Ulrike Schröder - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Letícia Rebollo Couto - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Miriam Ravetto - Università del Piemonte Orientale, Itália

Rosângela Aparecida Dantas de Oliveira - Universidade Federal de São Paulo, Brasil

J. César Félix-Brasdefer – Indiana University, Estados Unidos

Adriana Marcelle de Andrade - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Cibelle Correia da Silva – Instituto Federal de São Paulo, Campus São Paulo, Brasil

Elena Nuzzo - Università di Roma Tre, Itália

Sonia Toledo Azócar – Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile

José Gaston Hilgert - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Fábio Barbosa de Lima – FATEC Itaquaquecetuba, Brasil

Diego Cortés Velásquez - Università di Roma Tre, Itália

Luiz Antônio da Silva – Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Zulma Kulikowski - Universidade de São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/9786587621661

Elisabetta Santoro
Luiz Antonio da Silva
Maria Zulma Kulikowski
(Organizadores)

Estudos em Pragmática:

atos de fala em português, italiano, espanhol e inglês

Série

Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural



São Paulo, 2021

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

E82 Estudos em Pragmáticas [recurso eletrônico] : atos de fala em português, italiano, espanhol e inglês / Organizadores: Elisabetta Santoro, Luiz Antonio da Silva, Maria Zulma Kulikowski. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2021.
3.109 Kb ; PDF. -- (Coleção Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural)

ISBN 978-65-87621-66-1
DOI 10.11606/9786587621661

1. Pragmática – Estudo e pesquisa. 2. Linguística. 3. Língua – Estudo e pesquisa. I. Santoro, Elisabetta. II. Silva, Luiz Antonio da. III. Kulikowski, Maria Zulma. IV. Série.

CDD 410

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.



Os textos publicados foram submetidos à avaliação pelos pares e são de inteira responsabilidade de seus autores.

Sumário

Apresentação - Estudar atos de fala em uma ou mais línguas	7
<i>Elisabetta SANTORO</i> <i>Luiz Antônio da SILVA</i> <i>Maria Zulma KULIKOWSKI</i>	
Estudar pedidos na perspectiva da Pragmática cross-cultural	13
<i>Elisabetta SANTORO</i> <i>Luiz Antônio da SILVA</i> <i>Maria Zulma KULIKOWSKI</i>	
Il progetto DISDIR: origine, sviluppo e direzioni di ricerca	37
<i>Diego CORTÉS VELÁSQUEZ</i> <i>Elena NUZZO</i>	
As formas de tratamento como atividade estratégica e como índice de categorização de sociedades de aproximação ou distanciamento	55
<i>Ramiro Carlos Humberto CAGGIANO BLANCO</i> <i>Maria Zulma KULIKOWSKI</i>	
Ofertas e pedidos no inglês aeronáutico: um estudo pelo viés da Pragmática de Corpus	71
<i>Malila Carvalho de Almeida PRADO</i>	
Estudio fonopragmático: la interpretación de enunciados irónicos por aprendices brasileños de español	85
<i>Sara GONZÁLEZ BERRIO</i>	
Atos de fala nos livros didáticos de italiano L2/LE: uma análise pragmalinguística e sociopragmática dos pedidos	97
<i>Adriana Mendes PORCELLATO</i>	
Metodologia do projeto Es.Por.Atenuação aplicada à análise de enunciados com função atenuadora em materiais de PLE	113
<i>Yedda Alves de Oliveira CAGGIANO BLANCO</i>	
Atenuação em procedimentos metaenunciativos na interação oral: a atividade de imagem em foco	131
<i>Lara Oleques de ALMEIDA</i>	
A quebra das Máximas Conversacionais no acórdão do pedido de soltura de José Dirceu – Operação Lava Jato na construção das representações textual/discursivas com valor argumentativo	149
<i>Fernanda Isabela Oliveira FREITAS</i>	

Apresentação

Estudar atos de fala em uma ou mais línguas

O título “**Estudar atos de fala em uma ou mais línguas**”, que demos a esta apresentação, resume o conteúdo dos trabalhos que compõem o livro. De fato, eles se inserem, em sua maioria, na perspectiva da Pragmática cross-cultural e intercultural, isto é, comparam duas ou mais línguas ou se referem a contextos, como o do ensino e da aprendizagem de uma L2, em que duas ou mais línguas e culturas entram em contato. Mesmo quando analisam o funcionamento de um só idioma, os estudos oferecem elementos para uma posterior comparação, pois apresentam análises de fenômenos pragmáticos que podem ser investigados também de forma contrastiva. As autoras e os autores dos textos são membros do Grupo de Pesquisa “Pragmática (inter)linguística, intercultural e cross-cultural” (GPP) ou estudiosos, com os quais, ao longo dos anos, o GPP teve diálogos e trocas em diferentes espaços acadêmicos. Apresentaremos, a seguir, cada um deles.

O primeiro capítulo, “**Estudar pedidos na perspectiva da Pragmática cross-cultural**”, é de nossa autoria e é dedicado à descrição da perspectiva teórica adotada pelo GPP e do projeto que está atualmente sendo desenvolvido. Além de discutir questões mais gerais sobre a Pragmática e, em especial, a perspectiva cross-cultural, no texto descrevemos o grupo de pesquisa e as razões que o levaram a se dedicar ao estudo de questões pragmáticas em diferentes línguas e culturas que, no caso do grupo, são prioritariamente português brasileiro, italiano e espanhol argentino, embora haja também estudos com alemão, francês e outras variedades de espanhol e português e esteja no horizonte do grupo ampliar para outras línguas, por meio de novas colaborações com pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Apresentamos também as questões teóricas que nos levaram a escolher, para o nosso estudo, duas metodologias de coleta de dados: um *Written Discourse Completion Task* ou DCT escrito (WDCT) e um (MCDCT) ou DCT com escolha múltipla. Discutimos no capítulo quais são as vantagens e as desvantagens dessas metodologias e como elas se revelaram úteis para os nossos objetivos de pesquisa. Além disso, apresentamos, com explicações e exemplos, a taxonomia utilizada pelo GPP, que, embora inspirada em estudos anteriores, foi modificada a partir da análise dos corpora do grupo para poder dar conta de suas especificidades.

Esse primeiro texto evidencia as peculiaridades de uma pesquisa cross-cultural, em especial quando realizada com mais línguas e culturas. Nos outros capítulos que compõem este livro,

são apresentadas pesquisas com metodologias da mesma natureza e outras que se apoiam, por exemplo, na classificação da atenuação desenvolvida por Albelda et al. (2014). Como dissemos, em quase todos os casos, as pesquisas comparam pragmaticamente duas línguas e culturas ou tratam de situações ligadas ao ensino e à aprendizagem. Dois dos capítulos que apresentaremos a seguir são relativos a estudos que se referem apenas ao português brasileiro e analisam fenômenos e situações específicas. Uma última observação é a seguinte: respeitando a vocação plurilíngue do GPP, agimos segundo os princípios da Intercompreensão em Línguas Românicas e cada membro pode falar e escrever em sua própria língua, sabendo que será compreendido pelos outros, sem necessidade de tradução. Assim, embora a língua que se fala habitualmente seja o português brasileiro, os membros do grupo usam e entendem também italiano e espanhol. Neste livro, acontece o mesmo: a maior parte dos textos foi escrita em português, mas há também um capítulo em italiano e um em espanhol, que testemunham nossa prática.

Os capítulos apresentados na primeira parte do livro dedicam-se a atos de fala e fenômenos pragmáticos, observados em perspectiva cross-cultural. O primeiro dos três capítulos é escrito em italiano e intitulado **“Il progetto DISDIR: origine, sviluppo e direzioni di ricerca”**. Nele, Diego Cortés Velásquez e Elena Nuzzo apresentam o projeto DISDIR, *Disdette e altre Strategie DI Rifiuto* [Desmarcar e outras estratégias de recusa], que investiga os atos de fala de recusar um convite e “desmarcar compromissos de última hora” (*canceling last minute*). Os autores descrevem como nasceu o projeto que tem por objetivo comparar o italiano com outras línguas e culturas, focalizando a percepção de como, em cada língua, é oportuno (não) recusar um convite em diversos contextos situacionais. À descrição do início do projeto, seguem considerações sobre como se desenvolveu, discutindo as escolhas metodológicas para a coleta dos dados e, em especial, as categorias definidas para a análise. O projeto inclui, além do italiano, seis línguas: espanhol (colombiano, mexicano e ibérico), francês, português, inglês (britânico e estadunidense), ucraniano e mandarim, mas, na primeira fase, foi especialmente estudada a comparação entre italiano e espanhol colombiano. Faz parte dos projetos futuros a comparação com as outras línguas, além da utilização dos resultados da pesquisa em vários contextos da comunicação intercultural, entre os quais o do ensino e da aprendizagem de línguas.

No segundo capítulo que adota a perspectiva cross-cultural, as línguas focalizadas são o espanhol argentino e o português brasileiro e a base da análise é um corpus de estudantes universitários brasileiros e argentinos. O corpus é constituído por dois atos de fala: o pedido e a relativa resposta não preferida, representada pela rejeição. No texto aqui apresentado, **“As formas de tratamento como atividade estratégica e como índice de categorização de sociedades de aproximação ou distanciamento”**, Ramiro Caggiano Blanco e Maria Zulma M. Kulikowski se concentram na análise das formas de tratamento em espanhol argentino e português brasileiro, que podem transformar-se em uma atividade estratégica de atenuação pragmática, por meio da qual é possível tecer significativas reflexões a respeito da categorização de sociedades ditas de “aproximação” e/ou “distanciamento”. De fato, as formas de tratamento podem também ser vistas como estratégias discursivo-argumentativas, utilizadas para alcançar o equilíbrio das imagens. Os autores verificam, com efeito, que, em determinadas situações, as formas de tratamento representam um código social que interfere nas escolhas das estratégias discursivas de ambas as línguas examinadas.

Objeto de estudo do capítulo **“Ofertas e pedidos no inglês aeronáutico: um estudo pelo viés da Pragmática de Corpus”**, de Malila Carvalho de Almeida Prado, são as peculiaridades desses dois atos de fala no inglês aeronáutico. A autora busca entender o motivo pelo qual pilotos e controladores de tráfego aéreo modalizam de forma diferente em situações anormais. Trata-se de situações de natureza variada como ocorrências técnicas, problemas com mau tempo ou situações não previstas envolvendo passageiros ou tripulação. Para levar a cabo o estudo, foi utilizado um corpus de comunicações entre pilotos e controladores de tráfego aéreo em situações anormais, analisado utilizando a Pragmática de Corpus, as quais se baseia nas referências teóricas e metodológicas da Linguística de Corpus e da Pragmática, que em uma “virtuosa” confluência permitem investigar fenômenos significativos. Segundo a autora, ao observar a relação entre pilotos e controladores de voo, envolvidos em situações de anormalidade, conclui-se que há um uso frequente de elementos atenuadores, pois “a mitigação parece ser um anúncio à declaração do problema, e acompanha estratégias de comunicação, tais como o uso de honoríficos, a hesitação como iniciador de turnos, a modalização para a atenuação da mensagem, e o uso do dêitico *we* indicando o compartilhamento da responsabilidade”. A autora conclui que o estudo da mitigação envolvida nas comunicações radiotelefônicas, a partir das quais foi coletado o corpus analisado, pode ser relevante para a compreensão do uso da linguagem empregada pelos profissionais supracitados.

A segunda parte do livro conta com textos que focalizam a Pragmática a partir das especificidades do ensino e da aprendizagem de uma L2 (aqui o italiano, o espanhol e português brasileiro), que sempre representam também situações privilegiadas de “encontro” de, ao menos, duas línguas e culturas.

No capítulo, escrito em espanhol e intitulado **“Estudio fonopragmático: la interpretación de enunciados irónicos por aprendices brasileños de español”**, Sara González Berrio se propõe a investigar a importância do contexto para a compreensão oral da entonação irônica em espanhol por parte de estudantes brasileiros de nível avançado. Partindo de enunciados assertivos ou interrogativos, foi possível constatar o nível de dificuldade que representa a identificação dos matizes irônicos na entonação do espanhol e, conseqüentemente, a importância da inclusão de conteúdos fono-pragmáticos no ensino de ELE. Para a pesquisa, a autora comparou falantes nativos e não nativos, realizando com ambos os grupos uma prova de compreensão oral descontextualizada e outra contextualizada. Com o teste, constatou-se que os aprendizes brasileiros de espanhol não identificam com facilidade a ironia, partindo apenas da entonação, o que pode ter conseqüências nas interações em contextos de tipo “intercultural”, isto é, quando nativos e não nativos interagem. O estudo apontou, portanto, para a importância de incluir nos percursos de aprendizagem de uma L2 o desenvolvimento dessa competência específica, indispensável tanto na compreensão quanto na produção.

Diferente da pesquisa que acabamos de descrever, os estudos de Adriana Mendes Porcellato e Yedda Caggiano Blanco partem dos livros didáticos que consideram ponto de partida para pensar a questão do desenvolvimento da competência pragmática em L2. O texto de Porcellato, **“Atos de fala nos livros didáticos de italiano L2/LE: uma análise pragmalinguística e sociopragmática dos pedidos”**, analisa os atos de fala em três coleções de livros didáticos de italiano L2. A autora selecio-

nou manuais de níveis de competência do A1 ao B2 e se propôs a verificar se e em que medida estava representado o ato de fala do pedido, considerando tanto a perspectiva pragmalinguística, isto é, se havia elementos linguísticos adequados, quanto o ponto de vista sociopragmático, tentando observar se os livros incluíam contextos de diferentes tipos que pudessem dar conta de oferecer aos aprendizes de italiano a oportunidade de conhecer o funcionamento específico da língua em contexto. As análises dos manuais foram conduzidas em três planos: (a) para constatar que tipos de contexto aparecem nos livros e como se relacionam com os pedidos; (b) para observar o tipo de recursos mitigadores apresentado; (c) para examinar qualitativamente as informações meta-pragmáticas e as atividades propostas para o ensino dos pedidos. O estudo confirma os resultados de pesquisas anteriores sobre o tema: os livros didáticos apresentam um input pragmaticamente pobre e estimulam muito pouco a reflexão pragmática no percurso de aprendizagem.

No capítulo de Yedda Caggiano Blanco, **“Metodologia do projeto Es.Por.Atenuação aplicada à análise de enunciados com função atenuadora em materiais de PLE”**, apresenta-se uma abordagem do fenômeno da atenuação, analisando sua presença ou ausência nos enunciados de um livro didático para o ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE). Para tanto, a autora aplica a proposta de análise da *Ficha Metodológica para a análise pragmático de la atenuación em corpus discursivos del español* do Projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, desenvolvido pelo Grupo Val.Es.Co da Universitat de Valencia, Espanha, e os estudos de Briz e Albelda na proposta teórico-metodológica para a análise da atenuação linguística em espanhol e português (2013). A autora relaciona a pesquisa realizada com estudos anteriores, que mostraram como e com quais dificuldades a Pragmática pode ser tratada em um percurso de ensino e aprendizagem de uma L2/LE, considerando, em especial, os trabalhos de Kasper e Roever (2005) e buscando conciliar o que postulam com os conceitos de atenuação pragmática estabelecidos por Albelda e Briz (2013).

Os últimos dois textos do livro concentram-se em fenômenos analisados em português brasileiro, sem estabelecer uma comparação explícita com outra(s) língua(s) e cultura(s), oferecendo, todavia, reflexões e instrumentos de análise que podem ser aplicados também a outras línguas.

Intitula-se **“Atenuação em procedimentos metaenunciativos na interação oral: a atividade de imagem em foco”** o texto que apresenta Lara Oleques de Almeida, que tem por objetivo analisar e descrever dois tipos de operações metaenunciativas presentes no discurso oral: as não-coincidências do discurso consigo mesmo e as não-coincidências interlocutivas. Considerando esses dois tipos de operação, busca verificar como se manifestam os fenômenos de atenuação. Para o desenvolvimento do trabalho, a autora vale-se dos conceitos teóricos da Teoria da Enunciação, articulada com a Linguística Interacional e com a Pragmática. Para tanto, utiliza, como corpus, inquéritos do Projeto NURC/RJ. Depois de analisar os dados oferecidos pelo corpus, chega à conclusão que, nos dois tipos de operação, existe uma correspondência entre a relação metaenunciativa e os elementos do contexto interacional concreto, o que permite identificar a expressão atenuadora que é, ao mesmo tempo, a expressão metaenunciativa.

Conclui o volume o texto com o título: **“A quebra das Máximas Conversacionais no acórdão do pedido de soltura de José Dirceu – Operação Lava Jato na construção das representações**

textual/discursivas com valor argumentativo” de Fernanda Isabela Oliveira Freitas, que, em sua pesquisa, propõe um estudo realizado a partir das Máximas Conversacionais. A autora focaliza a quebra dessas Máximas e propõe observar o fenômeno no contexto jurídico. Há, de fato, uma escassa presença da Linguística no Direito, embora a área poderia se beneficiar de instrumentos de análise de tipo interpretativo. No caso específico, o exemplo escolhido para colocar à prova esses instrumentos é constituído pela fala do desembargador/relator no acórdão do pedido de soltura de José Dirceu na Operação Lava Jato. Freitas defende que a quebra das Máximas tem valor argumentativo na construção do réu e pode ser empregada com o intuito de apresentar uma representação textual/discursiva, que o coloca em um papel pré-determinado.

A variedade de textos e perspectivas no âmbito da Pragmática permite que este livro abra diferentes possibilidades de reflexão e possa estimular novas pesquisas na área. Trata-se também da primeira publicação inserida na coleção do Grupo de Pesquisa. À coleção demos o nome do próprio grupo e será, portanto, intitulada “Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural”. Reunirá os trabalhos que vêm sendo realizados pelo GPP e por todas aquelas e todos aqueles que constantemente são nossos interlocutores. Haverá espaço tanto para as reflexões teórico-metodológicas, quanto apresentar e discutir os resultados das pesquisas, que poderão aprofundar nossos conhecimentos sobre as línguas, as culturas e a maneira como funciona a interação intercultural.

Elisabetta Santoro
Luiz Antônio da Silva,
Maria Zulma Kulikowski
São Paulo, 2021

Estudar pedidos na perspectiva da Pragmática cross-cultural



Elisabetta Santoro*

Luiz Antônio da Silva**

Maria Zulma Kulikowski***

* Docente do PPG em Língua, Literatura e Cultura Italianas (USP) – esantoro@usp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7577-368X>

** Docente do PPG em Filologia e Língua Portuguesa (USP) – luizs@usp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4463-8850>

*** Docente do PPG em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana (USP) – mazumo@usp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0235-2969>

1. Estudar atos de fala: da Pragmática intralinguística à perspectiva cross-cultural

Em 1955, John L. Austin proferiu na Universidade de Harvard as doze conferências, nas quais se baseia o livro *How to do things with words*, publicado póstumo em 1962 e considerado o marco inicial da Teoria dos Atos de Fala. Na perspectiva defendida por Austin, falar não é apenas descrever o mundo, mas “agir”, e os enunciados possuem, além de um conteúdo proposicional, a força de uma ação. A performatividade, isto é, a capacidade da língua de ser “ação”, requer algumas condições a serem cumpridas (as chamadas “condições de felicidade”) para produzir, de fato, o efeito requerido e/ou esperado. O contexto e a relação entre os interlocutores são alguns dos principais aspectos que precisam ser levados em consideração, mas uma condição essencial está relacionada à convencionalidade, necessária para produzir enunciados que obedeçam a procedimentos, de certo modo, reconhecíveis e interpretáveis por quem participa de uma interação.

Esses procedimentos são construídos pelos próprios falantes das línguas, estas últimas pensadas como entidades históricas e culturais, além de intrinsecamente dialógicas. Como observa Graciela Reyes: *“Una lengua es un sistema de signos y convenciones, más todos sus hablantes hablándola en el pasado y en el presente: las voces resuenan dentro de la lengua”* (1990, p. 128). Ou seja, há na língua uma pluralidade de vozes que constituem discursos em contínua interação, os quais, por sua vez, constroem o sistema de expectativas e convenções de cada língua e cada cultura, necessário para que nossas falas possam produzir sentidos e ser compreendidas.

Desse modo, atos de fala como cumprimentar, perguntar, pedir, agradecer, argumentar adquirem características distintas nas diferentes línguas, todas relacionadas às possíveis opções que os falantes possuem em cada uma delas, quando participam da dinâmica social. Conhecer uma língua, tanto materna quanto não materna, significa, portanto, conhecer não apenas questões de sintaxe ou de léxico, de fonética ou de morfologia, mas saber que existe um complexo leque de possibilidades, cujo uso depende da adequação e das expectativas relacionadas a uma moldura que faz com que a escolha não seja sempre completamente livre, assim como não é completamente livre sua interpretação.

Essas reflexões, de grande interesse na análise das línguas, podem suscitar questionamentos desafiadores quando se estuda uma só língua, mas são especialmente relevantes na perspectiva da interação em diferentes línguas e culturas. Assim, nas últimas décadas, os pesquisadores se fizeram perguntas como: a interpretação das imagens dos interlocutores na dinâmica social é universal ou diferente em cada cultura? As ideias de relações de poder, proximidade/distância, custo/benefício podem se aplicar a todas as sociedades? Quais são e como podem ser estudadas e reconhecidas as diferenças entre as línguas e as culturas?

São essas algumas das questões pelas quais se interessa a Pragmática. Na perspectiva cross-cultural, isto é, na comparação entre duas ou mais línguas e culturas, e na perspectiva interlinguística e intercultural, quando se observam falantes também não

nativos¹, a Pragmática busca observar e descrever as convenções presentes nas línguas, tentando descobrir se e como se diferenciam e como podem ser interpretadas. Conhecer uma língua e, mais ainda, ter consciência das analogias e diferenças pode, com efeito, ajudar quem vive ou trabalha entre duas ou mais línguas (no ensino e na aprendizagem de línguas, na preparação de material didático, nas atividades tradutórias e interculturais, em contextos migratórios, no trabalho dos mediadores culturais dedicados às mais diversas atividades do mundo globalizado, entre outros) e certamente contribui para evitar mal entendidos e o possível fracasso do ato comunicativo, chamado por Thomas (1983) “*pragmatic failure*”, ao qual pode levar o desconhecimento das restrições sociopragmáticas.

A esses temas e reflexões se dedica o Grupo de Pesquisa “Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural” (GPP)², que apresentaremos a seguir.

2. O Grupo de Pesquisa “Pragmática (inter) linguística, cross-cultural e intercultural”

O GPP foi criado na Universidade de São Paulo em 2013 e realiza pesquisas que, partindo das reflexões brevemente ilustradas acima, se concentram em cada língua e cultura (Pragmática intralinguística), comparam duas ou mais línguas (Pragmática cross-cultural) ou contrastiva, observam de que forma se adquire competência pragmática em uma segunda língua (Pragmática interlinguística), ou ainda, o que acontece na comunicação entre dois ou mais indivíduos de línguas e culturas diferentes (Pragmática intercultural). Docentes e estudantes dos Programas de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, em Língua, Literatura e Cultura Italianas e em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, que se dedicavam a temas relacionados à Pragmática, entre os quais, os atos de fala e a cortesia linguística, se uniram para estudar as peculiaridades de diferentes línguas e culturas, para discutir pressupostos e resultados de pesquisa e para tentar entender melhor de que modo os contextos de realização e as convenções influenciam o modo de ser e ocupar o mundo.

Além dos estudos desenvolvidos individualmente pelos membros do grupo, decidiu-se realizar também um projeto conjunto, no âmbito do qual analisar não apenas os fenômenos de uma só língua ou comparar duas, como em geral acontecia, mas desenvolver uma metodologia que permitisse identificar padrões de uso, com o estudo de mais línguas e culturas ao mesmo tempo (VERSCHUEREN, 2016), e que fosse ampliável e replicável para poder incluir, com o tempo,

1 A questão do falante nativo e não nativo gera sempre muitas polêmicas e discussões. Adotando a posição defendida por Verschueren (2016), partimos aqui do pressuposto que se trata, em larga medida, de uma abstração, já que é praticamente impossível estabelecer limites e contornos com absoluta certeza, mas é, ao mesmo tempo, necessário definir um grupo para que seja, inclusive, possível realizar pesquisas e reflexões sobre esses assuntos. Em geral, consideraremos falante nativo, especialmente para as pesquisas, aquele que cresceu, foi alfabetizado e completou o percurso escolar em uma determinada língua e cultura, vivendo em um país, no qual aquela língua é falada.

2 No site do grupo (<https://www.gppragmatica-usp.com/>), há informações sobre o grupo, seus integrantes brasileiros e estrangeiros e a pesquisa em desenvolvimento, inclusive com os links para os questionários, além de informações gerais sobre a Pragmática. Está também no site o link para a página do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, no qual está cadastrado desde seu início.

também outros idiomas, não necessariamente contemplados desde o início. De fato, no grupo, que começou o projeto analisando português brasileiro, italiano e espanhol argentino, já foram incluídos também o alemão e o francês, além de outras variedades de espanhol e português, confirmando que é possível usar os mesmos instrumentos de coleta de dados e as mesmas metodologias de análise.

O objetivo é analisar as línguas nos mais diferentes níveis (lexical, morfológico, sintático, semântico, prosódico), concentrando-se sempre em como funcionam pragmaticamente. Observa-se, portanto, como se inter-relacionam com o uso e seus variados contextos e como se manifestam tanto a intencionalidade dos participantes quanto as normas e as convenções. Para obter um suporte teórico adequado e aprofundar as questões relacionadas aos aspectos pragmáticos das línguas, o GPP tem como base não só as referências clássicas da Pragmática como Levinson (2007), mas também a Pragmática Sociocultural, assim definida por Bravo e Briz (2004), a Pragmalinguística, a que se dedica, entre outros, Haverkate (1994), e a Pragmática (inter)cultural e contrastiva ou cross-cultural, da forma como foi entendida em estudos como o de Blum-Kulka e Olshtain (1984) e Blum-Kulka, House e Kasper (1989), âmbito ao qual Verschueren dedica parte de seu trabalho de 2016, apresentando alguns dos principais estudos desenvolvidos.

3. Uma pesquisa sobre o ato de fala do pedido em diferentes línguas e culturas

Para estabelecer uma aproximação entre línguas e culturas foi necessário, inicialmente, definir qual objeto de estudo permitiria analisar enunciados comparáveis e com regularidades vinculadas às convenções próprias de cada língua. Em consonância com pesquisas anteriores como a já citada de Blum-Kulka *et al.* (1989), decidiu-se no grupo estudar atos de fala, que são, como afirma Searle, “*basic or minimal units of linguistic communication*” (1969, p. 16), para poder constituir um corpus para cada uma das línguas estudadas (v. SANTORO, KULIKOWSKI e SILVA, 2017). Foi considerado ainda que, em especial quando inseridos na vida cotidiana e examinados em sua materialidade, os atos de fala fornecem dados que podem ser relacionados com os contextos sociais e culturais em que são produzidos. Além disso, uma pesquisa baseada em atos de fala permite dizer se e em que medida os fenômenos observáveis respondem a regularidades nas línguas estudadas, se estão vinculados a normas próprias, se isso possibilita estabelecer traços e tendências ou até propor um perfil comunicativo de cada comunidade de fala. Como observa Lakoff: “*El contenido pragmático de un acto de habla debería ser tenido en cuenta al determinar su aceptabilidad, exactamente igual que habitualmente se ha hecho con el material sintáctico y, más recientemente, el semântico.*” (1998, p. 263)

Após definir que, ao menos em um primeiro momento, a pesquisa do grupo se concentraria em um único ato de fala, foi selecionado o **pedido**. Essa escolha foi motivada, em primeiro lugar, por se tratar de um dos atos de fala mais frequentes nas interações cotidianas, que mobiliza comportamentos elaborados porque expõe tanto a imagem do falante quanto a do interlocutor, além de requerer escolhas por parte do falante que levem seu interlocutor a cumprir uma determinada ação. Com

efeito, de acordo com a classificação proposta por Searle (1977), o pedido é um ato diretivo, pois pertence à categoria dos atos de fala, por meio dos quais o falante interfere nas ações do interlocutor para obter dele algum benefício. Haverkate (1994) acrescenta que os pedidos se associam a atos de fala exortativos, isto é, aqueles que, em geral, apresentam uma ameaça à imagem negativa do interlocutor, pois invadem o território pessoal e a autonomia, por obrigá-lo a se posicionar em relação à solicitação, mesmo que não aceite realizá-la. É por essas características que todo pedido é considerado um “ato ameaçador da face” ou *Face Threatening Act (FTA)*, de acordo com a terminologia de Brown e Levinson (1987), que requer a utilização de uma complexa rede de estruturas e abrange aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, prosódicos e fundamentalmente pragmáticos, cujo conhecimento é indispensável na dinâmica social das línguas e exige uma intensa negociação entre interlocutores, fortemente influenciadas pelos contextos culturais.

Retomando Haverkate (1994) e Ferrer e Lanza (2002) já afirmamos, em um texto anterior de nossa autoria, que::

Os pedidos são impositivos, na medida em que sua realização/cumprimento representa um benefício para o falante/enunciador e expõe o interlocutor à necessidade de agir. Por sua estrutura, podem ser diretos e indiretos, com usos variados de modos e tempos verbais e estratégias léxicas e morfológicas. Existe também a possibilidade de pedidos diretos, atenuados, que mitigam a força ilocutória do pedido. (SANTORO, KULIKOWSKI e SILVA, 2017, p. 339)

O grau de “ameaça” do pedido e a conseqüente necessidade de atenuar a força ilocutória dependem de vários fatores, de como esses fatores se inter-relacionam entre si e da adequação imposta pelas restrições das normas sociais em que são realizados. Precisam, por exemplo, ser considerados: o grau de imposição ou valor relativo, a relação de poder entre falante e interlocutor e a distância social entre eles. Essas variáveis são especialmente relevantes quando se consideram pedidos que, na classificação proposta por Kerbrat-Orecchioni (2005), englobam um “fazer”, isto é, quando o pedido implica a realização de uma ação e não apenas uma resposta, como seria o caso em pedidos como a pergunta que pressupõem apenas um “dizer”.

Sendo assim, pode-se afirmar que, dependendo das variáveis e das características do contexto, o falante utilizará estratégias de atenuação, com a finalidade de minimizar a força ilocutória do ato e, dessa forma, alcançar seu intento principal (embora não o único): que o pedido seja aceito pelo interlocutor. Há inúmeras estratégias à disposição dos falantes: escolher pedidos mais ou menos diretos, justificar e fundamentar o pedido, utilizar (ou não) modificadores e atos de suporte de diferentes categorias, selecionar tempos e modos verbais que representam um pedido desejável e esperado para uma dada situação.

Algumas perguntas iniciais surgiram desses pressupostos e guiaram a pesquisa do GPP: quais são as convergências e as divergências nas formas e nos contextos em que se atenuam - ou não - pedidos nas diferentes línguas estudadas? Quais são as escolhas mais frequentes dos falantes de uma determinada língua, inseridos em uma determinada cultura? De que forma

e em que medida variáveis como o grau de imposição e a distância social têm efeito na realização dos pedidos? Qual é o tipo de pedido que nunca poderia ser feito em uma determinada língua/cultura?

Para responder a essas e outras perguntas, o GPP se questionou inicialmente sobre quais seriam as metodologias mais adequadas para a coleta e a análise dos dados. À descrição das metodologias de coleta dos dados, será dedicada à próxima seção. Em seguida, serão descritos tanto as classificações quanto alguns dos procedimentos de análise adotados pelo grupo.

4. Duas metodologias para a coleta dos dados em pesquisas na área da Pragmática

Uma vez definido que os pedidos seriam o primeiro objeto de estudo, o GPP passou à escolha da(s) metodologia(s) para a coleta dos dados. Selecionar a maneira como serão coletados os dados sempre pressupõe uma análise atenta dos objetivos da investigação que se pretende conduzir, assim como das reais possibilidades que se apresentam aos pesquisadores. Em especial no caso da Pragmática cross-cultural, muitos defenderam que os dados deveriam sempre ser “*naturally occurring data*”, os ditos “dados naturalísticos”, e incluir a interação (BAZZANELLA, 2008, p. 90; GOLATO, 2017, p. 22). Desse modo, só seria possível partir, por exemplo, de gravações secretas ou, eventualmente, de diários de campo, metodologias por meio das quais se poderia, de alguma forma, ter acesso à “língua real”. Há, no entanto, inúmeras limitações e diferentes questões que devem ser levadas em conta, junto com os objetivos de cada pesquisa, isto é, com o que “se quer saber”.

Passemos, primeiramente, a alguns dos problemas. Mesmo sem querer detalhar aqui as questões legais envolvidas, um primeiro obstáculo consiste na dificuldade de gravar - ou registrar de outro modo - a fala dos participantes sem seu prévio consentimento. Por mais que os informantes possam ser avisados posteriormente, essa maneira de proceder “invade” a privacidade dos informantes e pode criar situações muito constrangedoras, além de eticamente questionáveis. Não pode ser ignorado também que, mesmo com dados coletados da forma mais “natural”, a simples presença do pesquisador já os transforma, como dizia Labov (1970), refletindo sobre aquilo que chamou “paradoxo do observador”. E mais: o material coletado será inevitavelmente submetido a recortes e seleções, realizados na hora de prepará-lo para a análise, e, no caso de dados gravados, deverá também ser levada em conta a impossível neutralidade do processo de transcrição (OCHS, 1979). Em outras palavras, a intervenção de quem conduz a pesquisa vai sempre limitar a “naturalidade” de qualquer tipo de dado, o que, do nosso ponto de vista, faz com que possa ser, por vezes, desmedida a rigidez com a qual em muitos casos foi tratada essa questão (GOLATO, 2003).

Além disso, é essencial que se reflita sobre quais são os objetivos da pesquisa e, conseqüentemente, sobre o que será considerado essencial para a sua realização. Para esse fim, é útil retomar os conceitos de validade externa e de validade interna dos dados. A validade externa refere-se ao fato de que os resultados de uma pesquisa possam ser generalizados, passando das amostras

escolhidas para toda a população. Nesse caso, o principal esforço do pesquisador é exercer um controle mínimo sobre as produções que vai analisar, escolhendo metodologias que sejam mais livres e que permitam acesso à “língua real”, justamente porque preservam a naturalidade e não se afastam das situações efetivamente vividas pelos informantes.

Não há dúvida de que chegar a resultados que possam ser considerados “válidos” para uma população como um todo é o objetivo final de toda pesquisa, mas, em muitos casos, não basta querer observar e descrever aquilo que se encontra no mundo real. Com efeito, uma menor validade externa pode garantir a verificação da influência das variáveis escolhidas e manipuladas (variáveis independentes), porque podem “causar” um resultado nas variáveis que se querem observar (variáveis dependentes). Se quisermos saber se os fatores escolhidos podem diretamente influenciar os resultados e permitir a interpretabilidade da pesquisa, precisaremos de maior validade interna e, portanto, de maior controle no modo como serão coletados os dados.

O diferente peso que se atribui a cada uma dessas perspectivas tem como consequência a necessidade de coletar dados de formas diferentes, como mostra o quadro abaixo (Quadro 1), que inclui algumas das principais metodologias utilizadas para pesquisas na área da Pragmática.

Quadro 1 - Diferentes metodologias de coleta dos dados utilizadas em Pragmática

Controle mínimo sobre as produções dos informantes (maior validade externa)
Gravação secreta (interações não guiadas)
Gravação consentida (interações não guiadas)
Gravação participante (interações não guiadas)
Tarefas interativas (é dada uma tarefa / as interações não são guiadas)
Role play aberto (sem indicações definidas / duração não determinada)
Role play semi-aberto (com indicações definidas / duração não determinada)
Role play fechado (com roteiro pré-estabelecido e falas guiadas)
Discourse Completion Task oral (é fornecida a fala de um dos dois interlocutores ou é descrita uma situação / o informante responde oralmente)
Discourse Completion Task escrito (é fornecida a fala de um dos dois interlocutores ou é descrita uma situação / o informante responde por escrito)
Escolha múltipla (o informante escolhe entre opções dadas)
Controle máximo sobre as produções dos informantes (maior validade interna)

Fonte: adaptado de Santoro (2012, p. 105)

Para a pesquisa a ser realizada pelo GPP, foram escolhidas duas metodologias: a primeira é o *Discourse Completion Task* escrito (DCT escrito) e a segunda é o *Multiple Choice Discourse Completion Task* ou DCT com escolha múltipla. Foi privilegiada, portanto, uma maior validade interna

pela centralidade que possuem na pesquisa o estudo dos efeitos das variáveis manipuladas e a comparabilidade entre diferentes línguas. Veremos a seguir os detalhes relativos a cada uma das metodologias e à forma como foram definidas no projeto do grupo.

4.1 *Written Discourse Completion Task* ou DCT escrito

O *Discourse Completion Task* escrito (*Written Discourse Completion Task* – WDCT) consiste na descrição de situações – com ou sem a explicitação de um ou mais turnos de fala – à qual segue uma solicitação explícita aos participantes para que escrevam o que diriam, caso estivessem em contextos como os que são propostos. O DCT é tradicionalmente utilizado em estudos desenvolvidos no campo da Pragmática e suas diferentes subáreas, em especial, a Pragmática cross-cultural. De fato, após ter sido escolhido, em uma forma ainda menos definida, para o trabalho de Levenston e Blum (1978), foi empregado, nos anos seguintes, naqueles de Blum-Kulka (1982), Blum-Kulka e Olshtain (1984) e Blum-Kulka, House e Kasper (1989), por meio dos quais ganhou notoriedade.

Há muitos motivos que justificam o fato de o DCT escrito ter se afirmado como uma das metodologias de referência na área de Pragmática. Com efeito, embora a escrita inegavelmente leve à ausência de efetiva interação e não permita observar traços da oralidade (pausas, falsas partidas, sobreposições, hesitações, entre outros), possibilita, como já dissemos, que sejam controladas as variáveis independentes, já que os pesquisadores podem manipular as situações, a partir das quais os informantes irão escrever suas respostas, podendo, assim, verificar os “efeitos” dos fatores que podem influenciar as respostas e confirmar e desmentir hipóteses. Outro aspecto relevante é que será fornecido a todos os participantes exatamente o mesmo estímulo, o que produz atos de fala – no nosso caso, pedidos – que se prestam muito melhor à comparação e à identificação de tendências tanto em uma só língua, quanto na comparação com outras línguas e culturas.

Às fundadas objeções, segundo as quais o que os informantes escrevem em um DCT não é o que eles efetivamente diriam na realidade, podem ser contrapostas, além de tudo o que já foi dito sobre o “recorte” do pesquisador, ao menos, mais duas considerações. A primeira é que certamente os informantes escrevem o que consideram seria adequado dizer nas situações propostas, permitindo, desse modo, que o pesquisador acesse sua competência (meta)pragmática e sua avaliação da situação que lhe foi apresentada. Soma-se a isso que, para além de os falantes certamente utilizarem seus repertórios linguístico-culturais “reais”, suas falas, mesmo sendo transmitidas por escrito, são inseridas em uma interação imaginada, que recria uma situação comunicativa e se relaciona à memória de enunciados anteriores, ao mesmo tempo que projeta réplicas *a posteriori*, mesmo que elas não estejam no texto com o qual trabalha o pesquisador.

Na comparação com atos de fala realizados em ambiente “natural”, aqueles produzidos respondendo a um DCT escrito tendem a ser, como era de se esperar, menos complexos e mais curtos; além disso, as pesquisas mostraram diferenças sobretudo na maneira como os atos de fala são iniciados e em como se desenvolve a interação (BEEBE & CUMMINGS, 1985; WOLFSON *et al.*, 1989; BEEBE & CUMMINGS, 1996; HARTFORD & BARDOVI-HARLIG, 1992; GOLATO, 2003; BOU-FRANCH

& LORENZO-DUS, 2008; FELIX-BRASDEFER, 2010), mas são inconclusivas quando os aspectos analisados são diretividade, atenuação e fenômenos que marcam a cortesia (OGIERMANN, 2018).

Há, aliás, justamente sobre pedidos, um estudo, publicado em 2013, com um dado que chama a atenção: na comparação entre os pedidos provenientes de DCTs e outros produzidos em contextos “naturais”, verificou-se, mesmo com algumas limitações no caso dos DCTs, a presença de tendências muito similares, no que diz respeito tanto à diretividade quanto aos modificadores lexicais e “discursivos” (ECONOMIDOU-KOGETSIDIS, 2013), mostrando, portanto, a efetiva existência de uma aproximação possível e reforçando a importância dessa metodologia, em especial, para estudos em larga escala.

A observação desses resultados ajudou a confirmar o ponto de partida do grupo: os pedidos coletados por meio do DCT proposto pelo GPP podem garantir condições para uma pesquisa confiável, que possui, além disso, a vantagem da replicabilidade e de permitir realizar um dos objetivos que foram definidos, isto é, o alcance de um número potencialmente muito elevado de informantes, o que não seria viável com outras metodologias, especialmente no caso de gravações.

Mais um aspecto que precisa ser mencionado é que a maior parte das línguas às quais o grupo se dedica, não foram ainda muito estudadas do ponto de vista pragmático nem comparadas com outras, o que é mais uma justificativa para a utilização desse instrumento. Como afirma Bardovi-Harlig (1999), trata-se de uma metodologia de coleta de dados especialmente útil “*when investigating languages which have not yet been described pragmatically and for speech acts which have not been described in languages which are better documented.*” (p. 239) e permite gerar uma grande quantidade de dados cross-linguísticos, por meio dos quais se podem ter intuições produtivas sobre diferentes línguas e culturas e suas variedades.

Passemos agora às variáveis independentes e, portanto, manipuladas, escolhidas para a nossa pesquisa sobre pedidos. São duas: distância social (DS) e grau de imposição (GI). Enquanto a distância social leva em conta a relação entre os interlocutores ou o seu nível de familiaridade, o grau de imposição diz respeito à “dificuldade” do pedido, especialmente, em relação ao custo que o pedido tem para o interlocutor. Escolhidas as variáveis independentes, é possível observar nos dados se elas produzem, por exemplo, um uso diferente de modificadores e atos de suporte, que seriam, portanto, variáveis dependentes, isto é, influenciadas pela maneira como o pesquisador desenhou a investigação.

No trabalho do GPP, foi decidido separar apenas alta e baixa distância social (DS+ DS-) e alto e baixo grau de imposição (GI+ GI-). Por isso, situações com amigos e parentes são consideradas de baixa distância social, enquanto as com conhecidos e pessoas encontradas por acaso (por exemplo, em pedidos feitos na rua ou em estabelecimentos públicos), considerou-se que a distância social é elevada. Quanto ao grau de imposição, buscou-se escolher situações particularmente “fáceis” como pedir um copo d’água na casa de um amigo e outras nitidamente “difíceis” como pedir o celular emprestado a um desconhecido para uma ligação interurbana. Desse modo, as

duas variáveis foram também correlacionadas de modo a termos todas as possíveis combinações, como se vê no quadro a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 - As oito situações do DCT escrito do GPP

	<i>Setting</i>	DS	GI
1 Passagem: Você e um(a) amigo(a) entram em um ônibus e, nesse momento, você percebe que esqueceu a carteira e não tem como pagar a passagem. O que você lhe diz?		-	-
2 Táxi: Você tem urgência para chegar ao aeroporto. Na fila do ponto de táxi, há uma pessoa da sua idade na frente. O que você lhe diz?		-	+
3 Caneta: Você está andando na rua e precisa anotar o número de telefone de um anúncio que viu. Percebe, porém, que não tem caneta. Um senhor está passando... O que você lhe diz?	público	+	-
4 Celular: Você está na rua indo encontrar um amigo estrangeiro, que está chegando de viagem. Por causa de um imprevisto, vai se atrasar e precisa avisá-lo. Seu celular, por algum motivo, não funciona. Também não há telefones públicos ao redor. Assim, sua única opção é que o senhor que está passando lhe empreste um celular... O que você lhe diz?		+	+
5 Água: Você acabou de entrar na casa de um(a) amigo(a) e está com sede. O que você lhe diz?		-	-
6 Temporal: Você acabou de entrar na casa de um(a) amigo(a) e está completamente encharcado(a) porque do lado de fora chove torrencialmente, por isso, precisa tomar um banho ou ao menos trocar as roupas molhadas... O que você lhe diz?		-	+
7 Garfo: Você acompanha um amigo a um jantar na casa de alguns colegas, que até aquela ocasião você não conhecia. Ao iniciar a refeição, percebe que no lugar onde sentou falta o garfo. O que você diz aos donos da casa?	privado	+	-
8 Barulho: Você mudou recentemente para um novo apartamento. Durante as duas primeiras semanas, percebe que a senhora do andar de cima faz barulho excessivo, mesmo fora do horário permitido. Decide conversar com ela para resolver o problema. O que você lhe diz?		+	+

Para definir quais seriam as situações, levamos em conta, não só as já citadas variáveis, mas também dois possíveis “settings” ou espaços, em que os pedidos poderiam acontecer. O primeiro é um espaço público, no nosso caso, representado pela rua; o segundo é um espaço privado, que é, no questionário idealizado pelo grupo, um espaço doméstico. A distinção nos pareceu útil para verificar possíveis alterações no comportamento entre um espaço que não causa nenhum tipo de “obrigação” e outro que, pelo simples fato de pertencer a alguém, aumenta a necessidade de adotar estratégias que não “quebrem” a harmonia.

Além de distância social e grau de imposição, Brown e Levinson (1987) sugerem também considerar o poder relativo, ou seja, a relação entre os interlocutores determinada pela hierarquia, como pode acontecer, por exemplo, entre chefes e subordinados, mães e filhos, professores e alunos. Preferimos, no entanto, não adotar essa terceira variável nos DCTs, pois as situações propostas

aos informantes buscavam evitar que fosse preciso “assumir um papel” diferente daquele que eles têm ou poderiam ter em sua vida real. Trata-se de um dos corretivos utilizados por alguns pesquisadores tanto em DCTs quanto em *role plays*, que visa a evitar a necessidade de o falante imaginar ser outro e, portanto, de ter maiores dificuldades, já que não poderia usar como referência o repertório linguístico que utiliza habitualmente.

Uma última observação sobre os DCTs escritos é que existem tipologias diferentes. É possível, como foi mencionado no início dessa seção, descrever a situação e inserir um, dois ou mais turnos de fala, com base nos quais o informante precisa “completar” a interação. Pode-se, porém, também apenas descrever a situação e deixar aos informantes total liberdade na resposta. Esta última foi a opção escolhida pelo GPP e, desse modo, no questionário as respostas são completamente livres, pois não são estabelecidos limites, e se baseiam no que os informantes consideram adequado dizer no contexto dado.

4.2 DCT com escolha múltipla ou *Multiple Choice DCT*

Passando agora ao DCT com escolha múltipla ou *Multiple Choice DCT* (MCDCT), a primeira observação a fazer é que se trata de uma metodologia ainda mais controlada e, portanto, com validade interna mais elevada em relação ao WDCT. De fato, para além da descrição de situações e contextos comunicativos, já são oferecidas aos informantes opções de respostas, o que permite observar tanto o efeito das variáveis quanto as escolhas e as “preferências” de grupos de falantes com uma definição ainda maior do que em um DCT aberto. Também para essa metodologia de coleta de dados, cabem observações parecidas às que expomos para os DCTs. Em especial, pode-se considerar que, embora os pedidos sugeridos possam não ser o que os informantes de fato diriam, é necessário que eles acessem sua competência (meta)pragmática para avaliar e decidir qual das opções fornecidas lhes parece mais adequada ao contexto proposto.

Com base nessas reflexões, no questionário desenvolvido pelo GPP, decidiu-se então incluir, após os oito pedidos “abertos”, também oito situações apresentadas no formato do MCDCT. Foram utilizadas as mesmas variáveis independentes do questionário aberto, a saber, distância social e grau de imposição e, aqui também, foi tomado o cuidado de prever todas as possíveis combinações entre elas, como se vê no quadro a seguir (Quadro 3), no qual reproduzimos um resumo das situações.

Quadro 3 – Situações dos DCTs com escolha múltipla (MCDCT)

Situação	Grau de imposição	Distância social	Descrição resumida
1 Fila no supermercado	+	+	Você está no caixa do supermercado. Esqueceu o leite. Pede para guardarem seu lugar na fila.
2 Dor de cabeça	+	-	Você está com dor de cabeça e sem dinheiro para comprar um remédio. Pede dinheiro ao seu amigo.

(continua na próxima página)

Situação	Grau de imposição	Distância social	Descrição resumida	
3	Conta no restaurante	+	+	Você percebe que esqueceu a carteira na hora de pagar a conta em um restaurante.
4	Água no ônibus	-	-	Você está em um ônibus com muita sede e pede ao seu amigo água da garrafa dele.
5	Wi-Fi	-	+	Você está na casa de alguém que acaba de conhecer e precisa pedir para usar o Wi-Fi.
6	Abridor de garrafas	-	+	Você precisa abrir uma garrafa e não tem um saca-rolhas. Vai pedir um ao vizinho.
7	Carregador de celular	-	-	Você precisa de um carregador de celular. Pede um emprestado a um amigo.
8	Carro para emprestar	+	-	Você precisa pedir um carro emprestado a um amigo após uma festa em um sítio.

Para cada uma das situações, são apresentadas cinco diferentes possibilidades de resposta que descrevemos a seguir com um exemplo para cada uma delas, assim como está na situação 7. As opções foram definidas com base na subdivisão proposta por Haverkate (1994), o qual, por sua vez, retoma o esquema de Brown e Levinson (1987):

- (a) pedido indireto, sem ato principal, produzido por meio de um ato de suporte ou de uma constatação ('Ah, nossa, meu celular está praticamente sem bateria..');
- (b) pedido indireto, mas em grau menor, expresso com estratégias como a pergunta ou outras fórmulas ('Ah, nossa, meu celular está praticamente sem bateria... Você sabe, né? Hoje em dia não dá pra ficar sem o celular funcionando... Você teria algum carregador aí para me emprestar? Daí a gente vê se serve...');
- (c) pedido com um ato principal e estratégias de cortesia negativa, que tendem a diminuir a força ilocutória e, portanto, a potencial "agressão" ao destinatário ('Me empresta rapidinho um carregador?');
- (d) pedido com um ato principal e estratégias de cortesia positiva, isto é, introduzindo elementos com os quais conquistar a solidariedade do destinatário ('Você pode me emprestar um carregador de celular, por favor? Tomara que sirva ...');

(e) pedido expresso de forma direta e sem modificar a força ilocutória ('Me traz um carregador de celular.').

Uma sexta opção aberta permite escrever uma eventual resposta diferente das sugeridas, de modo que, caso o informante não se sinta contemplado por nenhuma das cinco formas do pedido, tenha a possibilidade de escrever sua própria formulação.

Para a análise dos resultados do MCDCT, é suficiente, em princípio, observar qual a frequência com a qual são escolhidas as diversas opções propostas, comparando entre as línguas em exame, caso a pesquisa, como acontece no caso do GPP, seja de tipo cross-cultural. Ao contrário, a análise dos DCTs abertos requer a identificação dos elementos que compõem cada pedido, para que seja possível verificar características e peculiaridades e depois comparar os fenômenos em duas ou mais línguas. Para tanto, foi definida uma taxonomia que será ilustrada na seção a seguir.

5. Observações sobre a análise dos dados: a taxonomia para a classificação de modificadores e atos de suporte

Como já foi mencionado acima, os atos diretivos, como os pedidos, são impositivos, na medida em que levam o interlocutor a realizar alguma ação em benefício do locutor. Sendo assim, com a finalidade de mitigar a impositividade do ato de fala, o falante que realiza o pedido recorre a uma série de estratégias e táticas que modificam a força ilocutória.

Ao estudarmos os corpora das línguas em análise, constatamos que vários desses elementos linguísticos são recorrentes e que sua observação poderia, portanto, indicar caminhos de estudo a serem seguidos. Buscamos, assim, segmentar os pedidos produzidos e enviados pelos informantes em resposta ao questionário, considerando inicialmente ato principal (AP), atos de suporte (AS) e modificadores (M), que buscamos classificar inicialmente inspirados em taxonomias já existentes em estudos seminais como o de Blum-Kulka *et al.* (1989), que foram, contudo, adaptadas aos nossos corpora com procedimentos do tipo "data-driven", no sentido de que ficaram na classificação apenas aqueles fenômenos que, de fato, estão presentes nos dados, enquanto foram eventualmente modificados ou acrescentados alguns outros, para dar conta do que apareceu nas informações fornecidas pelos falantes.

O ato principal (AP) ou *head act* é a parte do enunciado que contém o pedido propriamente dito, enquanto o ato de suporte (AS), em inglês *supportive move*, embora ligado ao ato principal, é periférico e acessório, pois, como o próprio nome indica, exerce a função de apoio e, em geral, acompanha o ato principal. Já os modificadores podem ser internos, quando se encontram dentro do ato principal, ou externos, se estão fora dele.

Considere-se o exemplo a seguir, extraído do corpus do GPP, assim como todos os outros que seguirão.

- (1) Preciso (M) ligar para um amigo, urgente (M) (AS). Será que (M) poderia (M) me emprestar o celular? Eu uso rapidinho (M) (AP).

Neste caso, o ato principal, isto é, o pedido em si é: “Será que poderia me emprestar o celular?” e seria etiquetado com a sigla AP. Tanto a primeira parte – “Preciso ligar para um amigo, urgente” – quanto a última parte – “Eu uso rapidinho” – são atos de suporte (AS). Repare-se que há tanto modificadores (M) internos (“será que” e “poderia”) no interior do ato principal, quanto externos (“preciso”, “urgente”, “rapidinho”), que aparecem nos atos de suporte.

De acordo com Blum-Kulka *et al.* (1989), os atos principais dividem-se em quatro tipos: ato principal inexistente (APo), ato direto (AP1), ato convencionalmente indireto (AP2) e ato não convencionalmente indireto (AP3) (v. também HAVERKATE, 1994), conforme vemos no quadro a seguir (Quadro 4), no qual introduzimos a categoria dos atos de fala diferentes de pedidos (AP*). Nessa categoria, foram incluídos os casos em que o falante não realiza um pedido, mas outro ato, muitas vezes como forma de “esquivar-se” e evitar a “ameaça” à face própria de um FTA como o pedido.

Quadro 4 - Classificação dos atos principais: (in)diretividade

Ato Principal – Grau de (in)diretividade	Direto	AP1
	Convencionalmente indireto	AP2
	Não convencionalmente indireto	AP3
	Inexistente	APo
	Ato de fala diferente de um pedido	AP*

O ato principal considera-se direto quando o pedido é realizado sem a utilização de qualquer estratégia ou recursos que modifique a força ilocutória. Em geral, utiliza-se a forma imperativa do verbo (“me dá uma água”) ou o performativo, mesmo se atenuado (“preciso pedir”, “queria pedir”). Considera-se que o ato é direto também quando se explicitam obrigações (“você precisa fazer”), afirmações que remetem a um desejo do falante (“queria que você fizesse”) ou até perguntas que mencionam indiretamente o que se pede ao interlocutor (“você faria isso?”). Um exemplo como o (2) seria, portanto, considerado direto por mencionar expressamente tanto o objeto do pedido (a passagem) quanto o que o falante pede que o interlocutor faça (emprestar).

- (2) Me empresta o dinheiro da passagem, por favor.

Vejamos agora o que se denomina ato convencionalmente indireto. Trata-se daquele em que o pedido é formulado de modo a minimizar sua força ilocutória, deixando, portanto, o interlocutor com um “maior espaço” para recusar. Esses atos são, por isso, menos impositivos e podem ser efetuados, por exemplo, por meio de formulações que se apresentam como propostas (“Você acha que daria para me emprestar um dinheiro para a passagem?”) ou verificação de condições (“Você teria, por acaso, um dinheiro para me emprestar?”). Cabe observar que nessa categoria

de atos principais entram aqueles que respondem a “convenções” e são, portanto, facilmente reconhecíveis. Vejamos o exemplo (3)

(3) Você poderia, por gentileza, me emprestar o dinheiro?

A formulação escolhida faz parecer que o falante esteja perguntando a respeito de uma possibilidade ou capacidade do interlocutor, que se expressa utilizando o verbo modal ‘poder’ no futuro do pretérito. Por se tratar de uma fórmula convencional, falantes de português reconheceriam, porém, imediatamente que não se trata disso, mas de uma estratégia para realizar um pedido e que o falante apenas quer saber se poderá alcançar o objeto desejado, isto é, o dinheiro para a passagem.

Para o quarto tipo, o ato não convencionalmente indireto, consideramos aqueles pedidos que, aparentemente, não parecem ser pedidos, pois o locutor não os menciona e apenas fornece pistas fortes ou fracas, como ocorre no exemplo a seguir, em que o locutor parece apenas ‘constatar’ que esqueceu a carteira, mas, na verdade, sinaliza ao interlocutor que precisa de dinheiro, embora isso não seja explicitado.

(4) Vixe, esqueci minha carteira.

Para a interpretação das diferentes formas de expressar pedidos podem nos guiar critérios e categorias que cada uma das estratégias pode invocar em maior ou menor medida (ver Quadro 5). É claro, por exemplo, que se requer do interlocutor um maior grau de inferência se o pedido é omitido ou é não convencionalmente direto e que a necessidade de inferir diminui conforme o ato de fala se torna mais direto. Temos também indícios de que aumenta a confiança na solidariedade do interlocutor à medida que diminui a diretividade do pedido. Paralelamente a isso, não realizar o ato (APo) implica, por um lado, não “invadir” o espaço do outro e, por outro, pode, no entanto, também indicar que a condição de não pertencimento ao mesmo grupo social impede a realização do pedido, pois não há proximidade entre os interlocutores. Por isso, podemos considerar que, conforme cresce a diretividade do pedido, aumentam também esses dois critérios e que a interpretação será dependente do tipo de sociedade na qual os atos de fala são realizados (cf. SANTORO e PORCELLATO, 2020).

Quadro 5 – Algumas categorias para a interpretação da (in)diretividade

	Inferência	Confiança na solidariedade do outro	“Invasão” do espaço do outro/ Pertencimento ao grupo
APo	+++	+++	-
AP3	++	++	+
AP2	+	+	++
AP1	-	-	+++

Outro aspecto que o GPP leva em conta na análise dos atos principais é a perspectiva, isto é, a maneira como o falante se dirige ao interlocutor. É possível considerar quatro tipos de perspectiva: a

de primeira pessoa do singular, a de segunda pessoa do singular e plural, a de primeira pessoa do plural e a impessoal (Quadro 6). Neste último caso, o falante omite a pessoa do discurso, enquanto nos outros três escolhe “quem” colocar em primeiro plano como sujeito que realiza um pedido.

Quadro 6 – Perspectivas dos atos principais

Perspectivas	pp1	1a pessoa singular (eu)
	pp2	2a pessoa singular ou plural (tu/você(s))
	pp3	1a pessoa plural (nós)
	pp4	Impessoal

A seguir, vemos exemplos de todos os casos citados:

- (5) **Eu** poderia pegar o táxi primeiro? (primeira pessoa do discurso, singular)
- (6) **Você** poderia me emprestar o celular? (segunda pessoa do discurso, singular)
- (7) Podemos **[nós]** dividir um táxi? (primeira pessoa do discurso, plural)
- (8) **É possível [Ø]** tomar banho aqui? (impessoal)

Como podemos observar, a perspectiva adotada pelo falante é outro importante indício para definir que tipo de relação se estabelece entre o “eu” e o “outro”. Com efeito, a escolha da formulação linguística do pedido pode evidenciar a quem se atribui a responsabilidade pela (não) realização do ato, além de evidenciar também se e em que medida o falante se sente autorizado a “invadir” o espaço do outro e a “ameaçar” sua imagem negativa.

Vejam agora a classificação que o GPP adotou para os modificadores, que foram subdivididos em três macrocategorias, a saber, morfossintáticos, lexicais e discursivos, independente de sua posição dentro ou fora do ato principal. No quadro a seguir (Quadro 7), inserimos os quatro tipos de modificadores considerados no interior de cada macrocategoria, além das siglas utilizadas pelo grupo para sua identificação.

Quadro 7 – A classificação dos modificadores

MODIFICADORES (dentro e fora do ato principal)	Modificadores morfossintáticos (4)	(a) Deslocamento verbal (b) Verbos modais e equivalentes (c) Negação ou fórmula dubitativa (d) Diminutivos	mms1 mms2 mms3 mms4
	Modificadores lexicais (4)	(a) Minimizadores ou indeterminadores (b) Duvidadores (c) Reforçadores (d) Escolhas lexicais atenuantes	ml1 ml2 ml3 ml4
	Modificadores discursivos (4)	(a) Marcadores de vínculo ou empatia (b) Marcadores de cortesia (c) Reformuladores (d) Aduladores	md1 md2 md3 md4

Para os modificadores morfossintáticos, estabelecemos, então: deslocamento verbal; verbos modais e construções equivalentes; encaixe; negação ou fórmula dubitativa; diminutivos.

O primeiro tipo, o deslocamento verbal, trata do uso “deslocado” de tempos e modos verbais que desfocalizam o eixo temporal, com a finalidade de executar o ato de fala de forma mais “suave”, como acontece, por exemplo, com o uso do futuro do pretérito ou do pretérito imperfeito no lugar do presente, neste último caso, especialmente com o verbo “querer”. Essa tática cria um efeito de sentido de distanciamento do dito, afastando quem faz o pedido do objeto desejado. Entre os deslocamentos mais frequentes, encontram-se no corpus em português brasileiro: “haveria”, “não teria”, “você poderia” e “eu queria”, como no exemplo a seguir:

- (9) Você **poderia** me emprestar dinheiro para a passagem? Esqueci a carteira. Depois eu devolvo.

A segunda categoria de modificadores morfossintáticos inclui os verbos modais e as construções que podem ser consideradas a eles equivalentes. Refere-se, em muitos casos, ao modo deôntico, expressando a noção de obrigação e necessidade (“devo”, “deveria”, “preciso”, seguido de um infinitivo). Há também um largo uso de modais e construções com a ideia de possibilidade, tanto do eu quanto do outro (“posso”, “é possível”, “você poderia”), ou de desejo (“quero”, “queria”). Existem muitos casos que seria interessante analisar, mas, para exemplificar, selecionamos um que reproduzimos a seguir, no qual o pedido de um copo d’água é apresentado, mediante o verbo modal “posso”, como pedido de autorização para realizar uma ação:

- (10) Onde eu **posso** pegar um copo d’água?

O terceiro tipo é a negação ou fórmula dubitativa, que abrange elementos introdutórios do pedido. Em geral, são formulados com entonação interrogativa com a função de verificar ou confirmar a possibilidade de a solicitação ser atendida (“você não teria...?”, “você não pode me emprestar...?”). O falante passa a impressão de que duvida da possibilidade de que o pedido seja atendido, criando um efeito de afastamento ou redução da força ilocucionária do ato de fala. No português do Brasil, é comum aparecer com o sintagma “será que...?”, como no caso reportado aqui:

- (11) Putz, você viu que chuva? **Será que** eu poderia me trocar?

O quarto tipo de modificador morfossintático, os diminutivos, refere-se a elementos que debilitam o significado e minimizam a intenção do locutor. Eles têm a função de produzir o efeito de redução do custo para o interlocutor, de modo que ele sinta que o pedido não envolverá muito esforço da sua parte (“favorzinho”, “minutinho”). O uso é bem exemplificado por este pedido, no qual a inclusão de um diminutivo relacionado à duração (“rapidinho”) cria a “impressão” de que isso poderá compensar o alto grau de imposição, envolvido no empréstimo de um celular para fazer uma ligação:

(12) Licença, boa tarde... O senhor poderia me emprestar seu celular **rapidinho**?

Passando à categoria dos modificadores lexicais, há na taxonomia do grupo os tipos a seguir: minimizadores e indeterminadores lexicais, duvidadores lexicais, reforçadores lexicais e escolhas lexicais atenuantes.

Minimizadores e indeterminadores lexicais são elementos que transmitem a ideia de redução ou indeterminação do esforço que seria necessário para a realização do ato solicitado (“um pouco”, “um momento”, “algum”). Se o falante não pede simplesmente “água”, mas “um gole d’água”, como acontece no exemplo, é evidente que a “redução” da quantidade está diretamente relacionada ao efeito de maior ou menor esforço, associado ao pedido:

(13) Meu, mó sede, posso tomar **um gole** de água?

A função dos duvidadores lexicais é indicar, como diz o próprio nome, uma dúvida sobre a realização do ato de fala, diminuindo as expectativas dessa realização. É esse o efeito provocado por expressões como “por acaso” ou “talvez”, que afastam a obrigação do interlocutor e lhe oferecem maior liberdade para negar o pedido. Vejamos:

(14) **Por acaso**, você não teria uma caneta para me emprestar?

Quanto aos reforçadores lexicais, seu papel é enfatizar a importância, a necessidade e a urgência do ato, justificando-o e apresentando-o quase como inevitável (“urgentemente”, “realmente”, “preciso”). De fato, um pedido para o qual há pouco tempo e pouca escolha tende a receber maior compreensão e solidariedade por parte do interlocutor, como quando alguém não apenas “tem” sede, mas “está morrendo” de sede:

(15) Oi, tudo bem, me arruma um copo de água por favor? Estou **morrendo** de sede.

As escolhas lexicais atenuantes englobam elementos indiretos que podem representar um maior grau de distanciamento do interlocutor, diminuindo a força ilocutória do ato de fala, por meio de unidades lexicais que se referem de forma menos direta ao que está sendo pedido como em “Você se incomoda se...”, “Você me arruma...?”, “Você tem como...?”. Nesse caso, o procedimento adotado tende a desviar da ação que o falante quer que o interlocutor faça. Para termos um exemplo, vejamos o que um dos informantes escreveu no DCT:

(16) Por favor, você poderia me **arrumar** um garfo?

É evidente que o efeito geral muda, substituindo verbos muito mais explícitos como “dar” ou “pegar” com “arrumar”, que, no sentido de “conseguir ou obter algo”, pertence, além disso, a um registro mais coloquial, contribuindo, portanto, a criar uma relação de maior proximidade entre os interlocutores.

Na macrocategoria dos modificadores discursivos, foram identificados nos corpora submetidos à análise os seguintes tipos: marcadores de vínculo e/ou empatia, marcadores rituais de cortesia, reformuladores e adutores.

O primeiro tipo, o dos marcadores de vínculo e/ou empatia, é utilizado pelo falante para estabelecer um contato direto com o interlocutor, a fim de aproximá-lo, criando, justamente, um vínculo “afetivo” com ele ou colocando na fala os pressupostos da empatia, que pode suscitar ou reforçar a colaboração e a solidariedade do interlocutor, dependendo obviamente da situação e de contexto social. Nesse tipo, incluem-se os fáticos, os pedidos de acordo e outras expressões dessa natureza (“sabe”, “veja”, “não é verdade?”, “você não acha?”, “você pega pra mim?”), que inserem o interlocutor no pedido e lhe atribuem uma participação muito mais ativa na interação.

(17) Por favor, você poderia arrumar um garfo **para mim**?

Marcadores rituais de cortesia como “por favor” ou “por gentileza” são fórmulas convencionalizadas de cortesia, codificadas socialmente, que podem ter um uso estratégico para que o falante alcance uma meta na interação ou seja percebido como “cortês”. Esses marcadores podem ter também função apelativa, como no caso de “por favor” tanto em português quanto em espanhol. Além disso, seu uso expressa uma referência direta à colaboração e à solidariedade do interlocutor.

(18) Você poderia trazer um garfo pra mim, **por favor**?

Os reformuladores (“quer dizer”, “enfim”, “então”) demonstram hesitação do locutor e deixam evidente que o ato realizado cria desconforto para o falante ou, ao menos, que é esse o efeito que ele quer criar, sendo que essas fórmulas fazem com que o pedido seja apresentado de forma menos impositiva.

(19) Oi, tudo bem com a senhora? É que tenho ouvido muito barulho durante a noite. Se a senhora pudesse fazer menos barulho? Pelo menos nos dias de semana, **quer dizer**, que antecedem dias de semana. É que acordo muito cedo, e me ajudaria bastante, agradeço muito sua atenção.

Há, por fim, os adutores, utilizados para elogiar o interlocutor, tentando garantir sua benevolência. Ressaltam “virtudes” do ouvinte como gentileza ou disponibilidade, com o intuito de persuadi-lo. Enfatizar uma qualidade do interlocutor tende, de fato, um ambiente propício à colaboração e à solidariedade. Os adutores podem ser encontrados tanto no ato principal, quanto em atos de suporte ou, dependendo da maneira como são formulados, podem ser em si atos de suporte, como veremos na classificação, apresentada mais adiante.

(20) O senhor **poderia fazer a gentileza de** me emprestar seu celular para dar um recado?

Além dos modificadores, no estudo do GPP, atribui-se um papel central também aos atos de suporte, que são, como já se dizia, movimentos externos aos atos principais, que podem aparecer

antes ou depois deles, em geral, com o objetivo de mitigar o intensificar o pedido realizado pelo falante (BLUM-KULKA *et al.* 1989, p. 287). Na taxonomia elaborada pelo GPP para a análise, foram divididos em dez categorias, como se vê no quadro a seguir (Quadro 8).

Quadro 8 – A classificação dos atos de suporte

Atos de suporte (10)	Apelo
	Exclamação
	Minimizador
	Preparador
	Justificativa
	Proposta de ressarcimento ou garantia
	Alternativa
	Adulador
	Agradecimento
	Reconhecimento do custo do pedido

O primeiro tipo, o apelo, serve para estabelecer um primeiro contato com o interlocutor, antes de o pedido em si ser formulado. Incluem-se nesse tipo nomes próprios, nomes afetivos e outros elementos linguísticos que chamem a atenção do interlocutor (“por favor”, “com licença”, “moço”, “senhor”, “amigo”, “olá”, “desculpe”). A importância desse primeiro contato faz com que, mesmo nos dados de um DCT escrito, apareçam diversas formulações que, inclusive, unem o apelo a marcadores de vínculo ou empatia ou a marcadores de cortesia, como acontece aqui:

(21) **Com licença, senhor**, eu poderia lhe pedir um favor?

O ato de suporte que foi denominado “exclamação” compreende elementos que têm a função de expressar surpresa, contrariedade, decepção, criando empatia com o interlocutor (“Nossa!”, “Vixi!”, “Putz!”, “Ih”). É interessante observar que se trata de elementos típicos da oralidade e aparentemente dispensáveis, mas, como no caso dos apelos, constatamos sua presença mesmo em textos escritos como os produzidos no âmbito da pesquisa do GPP, que são obtidos por meio de DCTs. Isso pareceria comprovar a nossa suposição, segundo a qual os falantes, mesmo escrevendo, se referem à memória das interações orais vividas, servindo-se de seu repertório e de sua vivência, de modo que a oralidade acaba “penetrando” também na escrita. Vejamos um exemplo:

(22) **Ih**, eu não tenho um garfo. Pode pegar um pra mim por favor?

Mais um tipo de ato de suporte é constituído pelos minimizadores, que produzem o efeito de redução do esforço do interlocutor ou redução do custo do pedido (“Não vai demorar mais que 5 minutos...”). Esse ato de suporte possui uma função parecida à dos minimizadores lexicais, embora, nesse caso, as formulações sejam mais complexas e o resultado seja um ato de suporte separado do ato principal.

- (23) Licença, boa tarde... O senhor poderia me emprestar seu celular rapidinho? Eu tenho um compromisso muito importante, vou me atrasar e meu celular não tá funcionando. **É só pra eu fazer uma ligação.**

O ato de suporte chamado preparador é um recurso que anuncia o pedido, com o objetivo de reduzir a possibilidade de recusa por parte do interlocutor. Com efeito, iniciar a interação dizendo “Preciso pedir um grande favor...” tende a predispor positivamente o interlocutor e a agir sobre seu senso de solidariedade. Às vezes, é possível que o preparador se manifeste por meio da explicitação de um defeito ou de uma falta do próprio falante, fazendo-o, dessa forma, parecer responsável pela situação que o leva a enunciar o pedido, podendo, paralelamente, suscitar a compreensão do interlocutor.

- (24) **Como sempre acontece comigo, me esqueci** de pegar uma caneta. Você teria uma para me emprestar?

Entre os atos de suporte que aparecem com maior frequência em todos os corpora das línguas estudadas, estão as chamadas justificativas que evidenciam o motivo pelo qual o pedido é realizado. Se peço dinheiro emprestado a um amigo para pagar a passagem de ônibus, preciso explicar a ele porque faço isso, dizendo algo como “esqueci minha carteira”, e se quero convencer um senhor que está passando na rua a me emprestar seu celular para fazer uma ligação interurbana, com certeza, terei que dizer com detalhes os motivos que me levam a fazer isso, assim como se eu entro na casa de um amigo e peço que me empreste uma roupa porque fora está chovendo:

- (25) **Olha o meu estado.** Me empresta uma roupa?

As justificativas são estratégias clássicas e muito eficazes de mitigação, porque transmitem, além do mais, um desejo de empatia do falante em relação ao interlocutor. Isso pode, inclusive, explicar porque seu uso aumenta em uma proporção considerável com pedidos mais “difíceis”, isto é, quando o grau de imposição é mais alto e mais ainda quando a distância social entre os interlocutores é maior. É evidente que necessito de maior empatia e solidariedade se o meu interlocutor precisa fazer um esforço maior para realizar meu pedido e se não há muita proximidade, isto é, não posso me apoiar em uma solidariedade proveniente de afeto ou do pertencimento ao mesmo grupo social.

No caso das propostas de ressarcimento ou garantia, a estratégia para convencer o interlocutor é outra: o falante oferece ao interlocutor algo em troca, com o objetivo de compensar possíveis perdas ou prejuízos. Vejamos como pode aparecer essa estratégia na mesma situação já mencionada, em que um amigo pede ajuda porque se molhou na chuva:

- (26) Fulano/a, preciso tomar um banho! Estou encharcada! Me empresta uma toalha e umas roupas? **Amanhã te devolvo.**

No outro tipo que denominamos “alternativa”, o falante oferece ao interlocutor alternativas, excluindo ou minimizando consequências negativas da não realização do ato solicitado. É co-

mum o uso de estruturas verbais que oferecem tais alternativas, como o pretérito imperfeito do subjuntivo ou futuro do subjuntivo do tipo: “Se você não puder, dou um jeito...”. Selecionamos do corpus o exemplo a seguir que mostra com clareza o tipo de procedimento: o falante utiliza um apelo com um marcador de cortesia, prossegue com um preparador, usa depois mais um evidenciando a “estranheza” do pedido, expõe depois a urgência e a necessidade, justifica, oferece garantias e, no final de tudo, ainda apresenta uma alternativa. Vejamos:

- (27) Oi, tudo bem? Preciso de um favor... é simples. Eu sei que é estranho, mas eu preciso fazer uma ligação, meu celular não funciona e não tem nenhum orelhão por aqui... Você pode me emprestar o seu celular? Pode ser a cobrar. **Se você não quiser tudo bem, eu tento com outra pessoa... sem problemas.**

Já dissemos que os adutores podem se apresentar como modificadores quando são parte de uma oração e não atos de suporte completos. Por causa dessas formas diferentes nas quais pode se apresentar, foi inserido em ambas as classificações. Como no caso dos modificadores, o objetivo é destacar aspectos positivos do interlocutor, para persuadi-lo a realizar o que está sendo pedido. Em uma versão mais simples, poderíamos dizer:

- (28) **Você que é sempre tão gentil**, me daria um copo d’água?

Mas há também a possibilidade de utilizar essa estratégia de forma muito mais elaborada, elogiando e evidenciando aspectos positivos do interlocutor, antes de passar ao pedido:

- (29) Boa noite, vizinha. Meu nome é Amauri e eu sou seu vizinho novo de baixo. **Já reparei que sua casa é alegre e sempre movimentada, coisa que aliás eu gosto muito, de festas, de música alta, de conversar, essas coisas...** mas acontece que eu preciso dormir cedo pra acordar bem cedinho, de forma que eu agradeceria muito a partir das 22, 23 horas a senhora se lembrasse de mim.

Classificamos também entre os atos de suporte o agradecimento. Em geral, partiríamos do pressuposto de que só poderia haver agradecimento após a realização do que é pedido e de que seria o último elemento da sequência interacional utilizada para efetuar o pedido. Recebendo aquilo que pediu, um falante gentil agradece, aproximando-o do interlocutor (“Obrigado/a”, “muito agradecido/a”). Observamos, contudo, não ser infrequente, que mesmo os pedidos escritos no DCT antecipem o agradecimento, de modo que o encontramos diversas vezes como conclusão dos pedidos.

- (30) Por favor, você tem um garfo? **Obrigada.**

O último tipo de atos de suporte, o chamado “reconhecimento do custo do pedido”, demonstra que o locutor está ciente da dificuldade que o interlocutor realize o que está sendo pedido, explicitando essa percepção com expressões como “se não for incômodo” ou “se não for abuso”. Também nesse caso, a escolha é estratégica: anuncio que o pedido é difícil para tentar conquistar a solidariedade do interlocutor. O exemplo seguinte mostra bem a situação:

- (31) **A senhora me desculpe**, mas a senhora está me incomodando muito com os sons que vêm da sua casa.

Até o momento, os trabalhos desenvolvidos pelo GPP têm se concentrado em análises tanto de modificadores e atos de suporte (SANTORO, 2017), quanto de atos principais (SANTORO; PORCELLATO, 2020). Nos trabalhos que estão sendo preparados, o objetivo é aprofundar a análise, concentrando-se, em especial, na (in)diretividade e na maneira como funcionam apelos e justificativas, que já se constatou serem em todas as línguas estudadas os atos de suporte mais frequentes. Além de observarmos, em cada língua, entre outras coisas, em que contextos aparecem, se grau de imposição e distância social influenciam e qual a posição mais frequente, estamos realizando também investigações cross-culturais para identificar fenômenos que dizem respeito a todas.

Referências

- ALBELDA, M.; BRIZ, A.; CESTER, A. M.; KOTWICA, D.; VILLALBA, C. Ficha metodológica para el análisis pragmático de la Atenuación en corpus discursivos del español. (ES.POR.ATENUACIÓN). *Oralia*, v. 17, p. 7–62, 2014.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962.
- BARDOVI-HARLIG, K. Researching method. *Pragmatics and Language Learning* 9, 237–264, 1999.
- BAZZANELLA, C. **Linguistica e pragmatica del linguaggio. Un'introduzione**. Bari: Editori Laterza, 2008 [2005].
- BEEBE, L.M.; CUMMINGS, M.C. Speech act performance: A function of the data collection procedure. **Paper presented at the TESOL Convention**, New York, 1985.
- BEEBE, L. M.; CUMMINGS, M. C. Natural speech act data versus written questionnaire data: How data collection method affects speech act performance. In: S. M. Gass; J. Neu (Orgs.); **Speech Acts Across Cultures: Challenges to Communication in a Second Language**, 1996. Berlin; New York: Mouton de Gruyter.
- BLUM-KULKA, S. Learning how to say what you mean in a second language: A study of speech act performance of learners of Hebrew as a second language. *Journal of Applied Linguistics*, v. 3, p. 29–59, 1982.
- BLUM-KULKA, S.; OLSHTAIN, E. Requests and apologies: A cross-cultural study of speech act realization patterns (CCSARP). *Journal of Applied Linguistics*, v. 5, p. 196–213, 1984.
- BLUM-KULKA, S.; HOUSE, J.; KASPER, G. Investigating Cross-Cultural Pragmatics: an Introductory Overview. In: S. BLUM-KULKA; J. HOUSE; G. KASPER (Orgs.); **Cross-Cultural pragmatics: Requests and Apologies**. Norwood, NJ: Alex Publishing Corporation, 1989. p. 1–28.
- BOU-FRANCH, P.; LORENZO-DUS, N. Natural versus elicited data in cross-cultural speech act realization: The case of requests in Peninsular Spanish and British English. *Spanish in Context*, v. 5, n. 2, p. 246–277, 2008.
- BRAVO, D. BRIZ, A. (orgs.) **Pragmática Sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel, 2004.
- BRIZ, A. (2007). Para un análisis semántico, pragmático y sociopragmático de la cortesía atenuadora en España y América. *LEA*, XXIX, n. 1, p. 5–44.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: Some Universals in Language Use**. Cambridge University Press, 1987.
- ECONOMIDOU-KOGETSIDIS, M. Strategies, modification and perspective in native speakers' requests: A comparison of WDCT and naturally occurring requests. *Journal of Pragmatics*, v. 53, p. 21–38, 2013.
- FÉLIX-BRASDEFER, J. C. Data collection methods in speech act performance: DCTs, role plays, and verbal reports. In: A. Martínez Flor; E. Usó-Juan (Orgs.); **Speech Act Performance**, 2010. Amsterdam: John Benjamins.

- FERRER, M. C.; SÁNCHEZ LANZA, C. **Interacción verbal: los actos de habla**. Rosario: Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2002.
- GOLATO, A. Studying Compliment Responses: A Comparison of DCTs and Recordings of Naturally Occurring Talk. **Applied Linguistics**, v. 24, n. 1, p. 90–121, 2003.
- GOLATO, A. Naturally Occurring Data. In: A. Barron; Y. Gu; G. Steen (Orgs.); **The Routledge Handbook of Pragmatics**. 10 ed, p.21–26, 2017. New York, Abingdon: Routledge. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/books/9781317362579>>. Acesso em: 24/03/2021.
- HARTFORD, B. S.; BARDOVI-HARLIG, K. Experimental and observational data in the study of interlanguage pragmatics. **Pragmatics and Language Learning** 3, 33–52, 1992. Disponível em: < <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED395520.pdf> >. Acesso em: 24/03/2021.
- HAVERKATE, H. **La cortesía verbal: estudio pragmalingüístico**. Madrid: Editorial Gredos, 1994.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Os Atos de Linguagem no Discurso: Teoria e funcionamento**. Niterói: Editora da Universidade Fluminense, 2005.
- LABOV, W. The study of language in its social context. **Studium Generale**, v. 23, p. 30–87, 1970.
- LAKOFF, R. La lógica de la cortesía, o acuérdate de dar las gracias. In: M. T. Julio; R. Munhoz (Orgs.); **Textos Clásicos de Pragmática**. Madrid: Arco/Libros, 1998.
- LEVENSTON, E.; BLUM, S. Discourse completion as a technique for studying lexical features of interlanguage. **Working Papers in Bilingualism**, v. 15, p. 13-21, 1978.
- LEVINSON, S. **Pragmática**. Tradução de L. C. Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1983].
- OCHS, E. Transcription as Theory. In: E. Ochs; B. Schieffelin (Orgs.); **Developmental Pragmatics**. p.43–72, 1979. New York, NY: Academic Press.
- OGIERMANN, E. Discourse completion tasks. In: A. H. Jucker; K. P. Schneider; W. Bublitz (Orgs.); **Methods in Pragmatics**. p.229–256, 2018. Berlin, Boston: De Gruyter. Disponível em: <<http://www.degruyter.com/view/books/9783110424928/9783110424928-009/9783110424928-009.xml>>. Acesso em: 24/03/2021.
- REYES, G. **La pragmática lingüística: el estudio del uso del lenguaje**. 1a ed ed. Barcelona: Montesinos, 1990.
- SANTORO, E. A constituição de um corpus de italiano falado para o estudo de pedidos e pedidos de desculpas: considerações sobre a validade interna e externa dos dados. In: H. Mello; M. Pettorino; T. Raso (Orgs.); **Proceedings of the VII GSCP International Conference: Speech and Corpora**. p.103–107, 2012. Firenze: Firenze University press.
- SANTORO, E. Richieste e attenuazione: un confronto tra italiano e portoghese brasileiro. **Normas**, v. 7, p. 179–204, 2017.
- SANTORO, E.; KULIKOWSKI M.Z.; SILVA, L. Pragmática sociocultural: a elaboração de um corpus. In: A. L. Tinoco Cabral; I. Roboredo Seara; M. F. Guaranha (Orgs.); **Descortesia e cortesía-expressão de culturas**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- SANTORO, E.; PORCELLATO, A. M. Língua, cultura e cognição: um estudo do ato de fala do pedido em italiano, português brasileiro, espanhol argentino e alemão. **PERcursos Linguísticos**, v. 10, n. 26, p. 49–71, 2020.
- SEARLE, J. **Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language**. New York: Oxford University Press, 1969.
- SEARLE, J. A classification of illocutionary Acts. **Language in society**, v. 5, p. 1–24, 1977.
- THOMAS, J. Cross-cultural pragmatic failure. **Applied Linguistics**, v. 4, n. 1, p. 91–112, 1983.
- VERSCHUEREN, J. Contrastive Pragmatics. In: J.-O. Östman; J. Verschueren (Orgs.); **Handbook of Pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins, 2016. Disponível em: <<https://benjamins.com/#onlineresources>>.
- WOLFSON, N.; MARMOR, T.; JONES, S. Problems in the comparison of speech acts across cultures. In: S. Blum-Kulka; J. House; G. Kasper (Orgs.), **Cross-cultural pragmatics: requests and apologies**. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1989.

I progetto DISDIR: origine, sviluppo e direzioni di ricerca



Diego Cortés Velásquez*
Elena Nuzzo**

* Professore associato - Università degli Studi Roma Tre - diego.cortes@uniroma3.it -
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1611-9498>

** Professore associato - Università degli Studi Roma Tre - elena.nuzzo@uniroma3.it -
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9599-8680>

Introduzione¹

Il confronto tra lingue e culture nella realizzazione degli atti linguistici mette in luce differenze che, se non ricondotte all'ambito dell'uso della lingua, possono portare a malintesi e incomprensioni, o addirittura generare o consolidare stereotipi e pregiudizi. Infatti, quando ci troviamo a comunicare con persone appartenenti a lingue/culture diverse da quella in cui siamo cresciuti, sia il nostro agire linguistico sia le nostre attese riguardo a come agirà l'interlocutore – e, specularmente, l'agire linguistico e le attese dell'interlocutore – sono tendenzialmente modellati sulla lingua e sulla cultura di appartenenza, anche se utilizziamo una lingua seconda: si verifica cioè il cosiddetto *transfer pragmatico* (KASPER, 1992). Le differenze sul piano dell'agire linguistico vengono però spesso percepite dai partecipanti all'interazione come un riflesso dei tratti caratteriali degli individui o dei rispettivi gruppi etnici invece che come conseguenza di abitudini diverse. In pratica siamo portati ad attribuire all'interlocutore che mostra un comportamento linguistico inatteso e diverso dal nostro una libertà di scelta di cui in realtà l'altro non dispone, dal momento che è vincolato – come tutti lo siamo all'interno della nostra cornice linguistico-culturale di riferimento – da convenzioni di uso della lingua che restringono il campo delle possibili opzioni e ne rendono alcune meno marcate rispetto ad altre (DURANTI, 2000).

Gli studi che affrontano la pragmatica in prospettiva transculturale² contribuiscono a gettare luce sulla natura linguistica di certe differenze e a far emergere la convenzionalità di quelle che potrebbero essere superficialmente considerate come scelte dei parlanti nell'uso della lingua. Per fare ciò, in questi studi si mira a osservare sistematicamente la realizzazione di specifici atti linguistici in lingue diverse, cogliendo e descrivendo quegli elementi di variazione che, determinati da norme sociopragmatiche, si manifestano in fenomeni pragmalinguistici, ossia nella selezione e distribuzione del materiale linguistico e dei contenuti.

1. L'origine del progetto

Il progetto DISDIR (Disdette e altre Strategie Di Rifiuto) è una ricerca di pragmatica transculturale dedicata al rifiuto formulato in risposta a un invito. Il rifiuto è un atto linguistico con il quale il parlante dichiara che non compirà un'azione proposta dall'interlocutore. Dal momento che contraddice le aspettative dell'altro, il rifiuto tende a essere complesso, mitigato, indiretto: tende insomma a includere strategie di tutela della faccia utili «*to accommodate the noncompliant nature of the act*» (GASS & HOUCK, 1999, p. 2). Tra le possibili strategie di tutela della faccia a disposizione dei parlanti per mitigare il rifiuto a un invito si può includere anche l'opzione di non compiere l'atto (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 69), o meglio, di rimandarne il compimento a un momento successivo, mediante una disdetta.

1 Questo contributo è stato elaborato e discusso congiuntamente dagli autori. Nella stesura materiale del testo sono da attribuirsi a E. Nuzzo i paragrafi 2 e 3, a D. Cortés Velásquez i paragrafi 1 e 4.

2 La medesima area di ricerca viene spesso definita pragmatica cross-culturale, per derivazione dall'espressione inglese *cross-cultural pragmatics*.

Il progetto DISDIR è nato con l'intento di verificare empiricamente un'ipotesi formulata da uno degli autori di questo contributo a partire dalla propria esperienza di parlante bilingue di italiano e spagnolo colombiano. Rispetto a quanto accade in Italia, nel contesto linguistico-culturale colombiano – o almeno bogotano – si osserva una maggiore tendenza ad accettare un invito nel momento in cui lo si riceve, per poi eventualmente disdire successivamente. In sostanza si ha la percezione che in Colombia sia molto più raro il rifiuto immediato a un invito e molto più frequente la disdetta dopo aver accettato. L'ipotesi è quindi che il rifiuto immediato di fronte a un invito sia avvertito dai colombiani come troppo minaccioso nei confronti della faccia positiva dell'invitante e che si preferisca non realizzarlo. Il rifiuto "posticipato" viene realizzato mediante una disdetta che, giustificata da un evento imprevisto, può apparire più accettabile del rifiuto immediato perché più difficile da evitare. Nel contesto linguistico-culturale italiano, invece, il rifiuto immediato in risposta a un invito sembrerebbe essere più accettabile e, viceversa, la disdetta dell'ultimo momento risulterebbe essere un'opzione meno preferibile.

Per verificare questa ipotesi si è creato e sottoposto a parlanti nativi delle due lingue il *discourse completion task* che verrà illustrato nel prossimo paragrafo. In una fase successiva si è deciso di estendere la ricerca anche ad altre lingue, e pertanto lo strumento per la raccolta dei dati è stato tradotto in francese, cinese mandarino, inglese britannico e statunitense, portoghese peninsulare, spagnolo peninsulare e messicano e ucraino. Come vedremo meglio nel par. 4, al momento tra le ricerche avviate nell'ambito del progetto sono state pubblicate, o sono in corso di pubblicazione, solo quelle relative all'italiano e allo spagnolo colombiano. I dati raccolti per le altre lingue sono stati oggetto di analisi in numerose tesi triennali e magistrali discusse presso l'Università degli Studi Roma Tre e l'Università degli Studi Internazionali di Roma (UNINT). Questi lavori di tesi ci hanno permesso di verificare l'efficacia del DCT e di affinare le categorie di analisi, e hanno dato luogo a una fruttifera discussione con i laureandi e con altri colleghi.

2. Lo strumento per la raccolta dei dati

Per la raccolta dei dati nel progetto DISDIR è stato creato e via via tradotto (e verificato da parlanti nativi) nelle diverse lingue coinvolte un *discourse completion task* (DCT). Il DCT è uno strumento di elicitazione ampiamente utilizzato nella ricerca sulla pragmatica transculturale. Nella sua forma più comune è costituito da brevi dialoghi scritti nei quali manca un turno di parola: gli informanti sono invitati a scrivere il turno mancante o a scegliere quella che preferiscono tra le opzioni fornite (in questo caso si tratta di DCT a scelta multipla).

Siamo pienamente consapevoli che il DCT presenta un limite di fondo, ripetutamente sottolineato in letteratura (cfr., fra altri, FÉLIX-BRASDEFER, 2010, p. 45): può fornire indicazioni solo sul sapere pragmatico *offline* degli informanti, cioè su quello che essi sanno e pensano della realizzazione di un atto linguistico, piuttosto che su come lo realizzano nella realtà. In altre parole, nel rispondere a un DCT si fa appello alla propria conoscenza esplicita sul modo in cui è opportuno comportarsi linguisticamente come membri di una determinata comunità, in relazione alle norme che governano i rapporti sociali. Inoltre, in un DCT si produce un solo turno di parola, mentre nell'uso reale gli atti linguistici sono spesso distribuiti su vari turni e negoziati con l'interlocutore. Rappresenta

dunque uno strumento adatto qualora ci si proponga di raccogliere dati sulla percezione di un determinato aspetto dell'uso della lingua da parte di un campione ampio di parlanti, ma non nel caso in cui si voglia osservare l'uso linguistico in contesti naturalistici, magari con attenzione a fenomeni conversazionali. D'altra parte, nel momento in cui l'obiettivo specifico della ricerca è il confronto tra gruppi di parlanti, i limiti del DCT sono per così dire annullati dal fatto che i dati sottoposti al confronto vengono raccolti nelle medesime condizioni innaturali.

Il DCT creato per il progetto DISDIR ha l'obiettivo di far emergere le percezioni degli informanti in merito al comportamento linguistico ritenuto più adeguato nel caso in cui si riceva un invito sgradito, anche in relazione al grado di familiarità con l'invitante. È costituito da tre analoghe situazioni di invito caratterizzate da livelli crescenti di distanza sociale: con un/a amico/a (invito a cena), con un/a conoscente (invito a una festa), un/a nuovo/a vicino/a di casa (invito a un aperitivo). Nelle tre situazioni l'invitante è materialmente responsabile dell'organizzazione dell'evento, che si svolge a casa sua. Nei testi che contestualizzano le situazioni si suggerisce che l'invitato dovrebbe essere propenso a rifiutare, ma non si elicitamente la produzione del rifiuto.

Per ognuna delle tre situazioni di invito si è creato un gruppo di quattro domande, che mirano a far emergere i seguenti aspetti:

- la strategia di rifiuto (domanda a scelta multipla, con cinque opzioni);
- la strategia di disdetta (domanda aperta);
- la reazione attesa alla disdetta (domanda aperta);
- l'aspettativa di disdetta (domanda a scelta multipla, con quattro opzioni).

Le dodici domande sono state distribuite in modo casuale – soltanto la strategia di disdetta e la relativa reazione sono state tenute una di seguito all'altra per ciascuna delle tre situazioni – e sono stati inseriti otto distrattori, costituiti da situazioni di richiesta³ (domande a scelta multipla, cfr. Appendice⁴).

Il DCT, somministrato tramite formulario on line, è preceduto da una sezione di domande che mirano a raccogliere alcuni dati socio-anagrafici degli informanti: età, genere, professione, titolo di studio, paese di residenza ed eventuali soggiorni all'estero, conoscenza di altre lingue. Al termine della compilazione, prima dell'invio, il compilatore è invitato a riportare osservazioni personali in un apposito campo, se lo desidera.

3 Si tratta di situazioni tratte dal DCT on line elaborato nell'ambito di un progetto coordinato da Elisabetta Santoro, Luiz Antonio da Silva e M. Zulma Moriondo Kulikowski (Università di San Paolo, Brasile), con cui gli scriventi collaborano in quanto membri del gruppo di ricerca "Pragmatica (inter)linguistica, cross-cultural e intercultural" (<http://gppragmatica-usp.com>).

4 Dalla versione in appendice è stata eliminata la sezione che precede il vero e proprio DCT, e che mira a raccogliere informazioni socio-anagrafiche; la versione integrale è consultabile all'indirizzo https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdbWMf6anPjj0o6-M76HuineK_WpqfzSWjGeNO8ciMTAKq43w/viewform?usp=sf_link

Successivamente alla prima raccolta di dati il DCT è stato leggermente modificato: nelle situazioni in cui si chiedeva all'informante di immaginare che cosa avrebbe detto al telefono si è invece proposto di simulare un messaggio di testo, in modo da far risultare più naturale l'uso del mezzo scritto. Inoltre, nella domanda finale sulle osservazioni personali sono state aggiunte alcune indicazioni sul tipo di commenti attesi: la nuova formulazione è riportata in (1).

(1) Se hai osservazioni sulle situazioni, le domande o le parole che hai incontrato nel questionario per favore scrivile qui. Per esempio, potresti voler inserire commenti come “Di solito non disdico un impegno già preso, soprattutto all'ultimo momento”, oppure “Per me è più facile disdire un appuntamento quando ho a che fare con persone che conosco poco, con gli amici non lo faccio quasi mai”, o ancora “Se devo disdire un impegno preferisco telefonare piuttosto che mandare un messaggio”. O altre osservazioni di questo tipo. Se invece non hai commenti, puoi saltare questa domanda.

3. Le categorie di analisi

Al fine di analizzare i dati elicitati mediante il DCT è stato necessario definire delle tassonomie di riferimento per il materiale linguistico raccolto in risposta alle domande aperte: le disdette e le presunte reazioni alle disdette. Si è scelto di adottare una modalità *data-driven*, individuando cioè le categorie a partire dall'osservazione dei dati nelle diverse lingue coinvolte nel progetto. Tuttavia, come vedremo nel prossimo paragrafo, si è anche tenuto conto della ricca letteratura sulla pragmatica transculturale.

3.1 Le disdette

Per l'analisi delle disdette ci siamo inizialmente ispirati alla tradizione degli studi empirici basati sulla Teoria degli atti linguistici, che in molti casi prevedono l'identificazione della strategia di realizzazione dell'atto testa (*head act*), dei tipi di atti di supporto o modificatori esterni (*supportive moves* o *external modifiers*) e dei tipi di modificatori interni (*internal modifiers*). Questa categorizzazione è stata spesso utilizzata nella ricerca sulla pragmatica transculturale, a partire dal noto progetto CCSARP di Blum-Kulka et al. (1989), e anche negli studi dedicati all'evoluzione di competenze pragmatiche in parlanti non nativi (cfr., tra molti, ACHIBA, 2003; BARRON, 2003; NUZZO, 2007; TROSBORG, 1995). La strategia di realizzazione dell'atto testa è la forma semantica e grammaticale scelta dal parlante per l'enunciato (o gli enunciati) cui è prioritariamente affidata la trasmissione della forza illocutiva dell'atto linguistico prodotto. I modificatori interni sono elementi grammaticali o lessicali la cui presenza non è necessaria per trasmettere il contenuto proposizionale dell'enunciato che costituisce l'atto testa: essi contribuiscono a modulare l'intensità della forza illocutiva intensificandola o attenuandola. I modificatori esterni sono enunciati che precedono o seguono l'atto testa e contribuiscono a modularne la forza illocutiva, non essendo né necessari né sufficienti a veicolarla.

In assenza di lavori dedicati all'atto linguistico della disdetta, per l'individuazione delle specifiche categorie di analisi abbiamo tratto ispirazione dagli studi dedicati al rifiuto, e in particolare alla nota tassonomia elaborata da Beebe et al. (1990) e poi ripresa da Félix-Brasdefer (2003).

Durante il processo di codifica dei dati DISDIR, ci siamo resi conto che in alcuni casi non era possibile distinguere nettamente le categorie di atto testa e atti di supporto, giacché anche quelli che in alcune disdette fungevano da atti di supporto – per esempio la spiegazione del motivo della disdetta – in altri casi assumevano il ruolo di atto testa in assenza di un'esplicita menzione dell'atto di disdire. Abbiamo quindi stabilito di abbandonare la distinzione tra atto testa e atti di supporto, definendo semplicemente sotto-atti tutte le unità illocutive minime di cui ci pareva composto ogni atto comunicativo di disdetta. I sotto-atti⁵ identificati nei sotto-corpora delle diverse lingue sono stati quindi etichettati in base al loro specifico valore illocutivo, nella consapevolezza che nel loro insieme concorrono a veicolare la forza illocutiva principale dell'atto comunicativo di disdetta. Inoltre, per alcuni sotto-atti sono state individuate strategie di realizzazione diverse (tabella 1). Sono state infine identificate tre categorie di modificatori⁶, riportate ed esemplificate nella tabella 2.

Tabella 1 – Sotto-atti e strategie di realizzazione della disdetta

Sotto-atto	Eventuali diverse strategie di realizzazione del sotto-atto	Descrizione ed esempi dai dati italiani (la numerazione corrisponde a quella delle strategie)
Alerter	Call for attention Greetings	Il parlante richiama l'attenzione dell'interlocutore con un verbo o con un'interiezione, oppure con una forma di saluto. Esempi Senti Ciao
Appeal to empathy	Attempt to dissuade Request for empathy Request for reassurance Self castigation Statement of empathy	Il parlante fa appello all'empatia o manifestando la propria attenzione nei confronti degli altri o chiedendo all'interlocutore di avere un atteggiamento comprensivo. Esempi Non vorrei far ammalare tutti Non mi mandare al diavolo Spero non abbia già preparato tutto Sono veramente un coglione Lo so che è tardi

5 Nel progetto sono state utilizzate etichette inglesi per praticità: poiché i lavori di pragmatica transculturale vengono spesso presentati in contesti multilingui, è sembrato opportuno utilizzare già in partenza etichette comprensibili anche per lettori e uditori che non hanno familiarità con l'italiano.

6 Non avendo incluso nella tassonomia gli atti di supporto, solitamente definiti 'modificatori esterni', abbiamo ritenuto inutile classificare come 'interni' i modificatori identificati nella nostra analisi.

Sotto-atto	Eventuali diverse strategie di realizzazione del sotto-atto	Descrizione ed esempi dai dati italiani (la numerazione corrisponde a quella delle strategie)
Cancellation	Impossibility Indirect Nonperformative statement Performative	Il parlante comunica la disdetta in modo diretto, oppure presentandola come condizionata da una forza esterna o usando altri strumenti linguistici per veicolare la forza illocutiva in modo implicito. Esempi Stasera non ce la faccio a venire Ti avevo detto che sarei venuto ma... Stasera ti bidono Devo annullare
Explanation	Domestic emergency Family Generic unforeseen event Health Memory gap Mood Tiredness Vague hindrance Work	Il parlante fornisce il motivo della disdetta facendo riferimento a un impedimento non specificato, oppure a un generico imprevisto o a un imprevisto di cui specifica la natura. Esempi Mi si è allagata la casa Ho avuto un problema in famiglia Ho avuto un contrattempo Mi sento malissimo Purtroppo mi sono ricordata che devo... Questa sera non sono proprio dell'umore giusto Sono molto stanco Ho una cosa importantissima da fare per domani Sono indietro con il lavoro da fare per domani
Farewell		Il parlante saluta per chiudere la comunicazione. Esempio Ci vediamo presto
Gratitude		Il parlante ringrazia per l'invito. Esempio Grazie comunque
Irony		Il parlante cerca di sdrammatizzare con un riferimento ironico a un evento precedente. Esempio È che sto girando come una disperata, ma proprio non trovo parcheggio! [in riferimento al litigio con il vicino per il posto macchina]

Sotto-atto	Eventuali diverse strategie di realizzazione del sotto-atto	Descrizione ed esempi dai dati italiani (la numerazione corrisponde a quella delle strategie)
Offer of repair	Alternative No alternative Unclear alternative	<p>Il parlante offre una generica promessa di riparazione (anche solo verbale), oppure propone un possibile incontro successivo non specificato o un vero e proprio appuntamento alternativo.</p> <p>Esempi Ci vediamo domani sera per un aperitivo, ti va? Mi farò perdonare Rimandiamo?</p>
Preparator		<p>Il parlante prepara il terreno segnalando all'interlocutore che ha qualcosa da comunicargli.</p> <p>Esempio Ho brutte notizie per stasera</p>
Remedial move	Apology Statement of regret	<p>Il parlante mostra di voler rimediare alle sue colpe (parola non mantenuta, rifiuto, telefonata dell'ultimo momento) manifestando dispiacere o chiedendo perdono all'interlocutore.</p> <p>Esempi Scusa Mi dispiace</p>
Willingness		<p>Il parlante dichiara che avrebbe desiderato partecipare.</p> <p>Esempi Lo sai che ci tenevo ad esserci Lo sai che sarei venuta volentieri</p>
Wishes		<p>Il parlante manifesta il suo augurio per la buona riuscita dell'evento.</p> <p>Esempio Divertiti anche per me</p>

Tabella 2 – Modificatori delle disdette

Modificatore	Descrizione ed esempi (in grassetto)
Evaluation	<p>Introduce una valutazione del parlante in merito allo stato di cose descritto nel sotto-atto in cui si trova.</p> <p>Esempi Scusa ma purtroppo non posso più venire Temo di non farcela</p>

Modificatore	Descrizione ed esempi (in grassetto)
Intensifier	Accresce l'intensità della forza illocutiva del sotto-atto in cui si trova. Esempi Stasera proprio non riesco a venire Sono veramente dispiaciuta Scusami tantissimo
Term of Endearment	Qualifica la relazione tra parlante e destinatario. Esempi Ciao cara Ohi tesò Ciccio scusa

3.2 Le reazioni alle disdette

Per quanto riguarda le presunte reazioni alle disdette, dai dati sono emerse le otto categorie riportate nella tabella 3. Ricordiamo che nella domanda relativa alla presunta reazione non si chiedeva di riprodurre le ipotetiche parole dell'interlocutore, bensì di indicare genericamente come si pensava avrebbe reagito. In alcuni casi, tuttavia, gli informanti hanno riportato in forma di discorso diretto la risposta che pensavano avrebbero potuto ricevere.

Tabella 3 – Reazione alle disdette

Categoria	Descrizione	Esempio dai dati italiani
Accettazione totale	La reazione attesa è positiva, senza irritazione, fastidio o dispiacere da parte dell'invitante.	ok, non fa niente. Non ti preoccupare!
Accettazione parziale	La reazione attesa non è negativa, anche se non si esclude una componente di irritazione, fastidio o dispiacere da parte dell'invitante.	Probabilmente sarà contrariato ma capirà
Preoccupazione	La reazione attesa è di preoccupazione riguardo alle ragioni della disdetta.	Ma che è successo? Niente di grave spero!
Incredulità	La reazione attesa è di incredulità nei confronti della ragione addotta per giustificare la disdetta.	Penserà che è una scusa e che non voglia andare a causa della lite
Insistenza	La reazione attesa è di insistenza affinché l'invitato partecipi comunque all'evento.	Insisterà per farmi venire comunque
Sorpresa	La reazione attesa è di stupore.	Ne sarà sorpreso
Indifferenza	La reazione attesa è di noncuranza.	Resterà alquanto indifferente, senza farlo troppo notare
Reazione negativa 1. Dispiacere 2. Fastidio	La reazione attesa è negativa, in due possibili direzioni: 1) il dispiacere per la mancata partecipazione e 2) l'irritazione per la disdetta.	1. Si mostrerà dispiaciuto 2. Si arrabbierà

4. Direzioni di ricerca

Tra i lavori pubblicati e in corso di pubblicazione nell'ambito del progetto DISDIR menzioniamo innanzitutto i due che hanno preso in considerazione il confronto tra i dati italiani e quelli colombiani in relazione alle modalità ritenute più opportune per la realizzazione delle disdette. Cortés Velásquez (2017) si è focalizzato in particolare sulle differenze tra i parlanti delle due lingue/culture nella scelta dei tipi di sotto-atti, mostrando come per i colombiani la disdetta sia un atto linguistico maggiormente routinizzato che per gli italiani. Ciò sembrerebbe avvalorare l'ipotesi di partenza del progetto, ossia che nella varietà colombiana dello spagnolo la disdetta sia prodotta e attesa più frequentemente che in italiano, forse perché utilizzata come una sorta di rifiuto posticipato. Cortés Velásquez e Nuzzo (2020) aggiungono al confronto dei tipi di sotto-atti quello dei modificatori, collocando l'analisi nel contesto più ampio di una riflessione sul diverso orientamento delle due lingue/culture in merito alla cortesia linguistica e alle questioni relative alla tutela della faccia: più orientata verso la cortesia positiva quella colombiana – in linea con quanto riscontrato in altre culture dell'America Latina (GARCÍA e PLACENCIA, 2007) – più orientata alla cortesia negativa quella italiana.

Cortés Velásquez e Nuzzo (2018) è invece uno studio che utilizza dati raccolti tramite il questionario del progetto DISDIR da parlanti plurilingui per focalizzarsi in particolare sulla consapevolezza metapragmatica, intesa come quella componente della consapevolezza metalinguistica che comporta la capacità di riflettere sui modi in cui i diversi contesti situazionali, sociali e culturali sono riflessi nelle scelte linguistiche. Il lavoro parte dall'ipotesi che avere a disposizione nel proprio repertorio più lingue favorisca la riflessione sugli aspetti pragmatici, così come risulta favorire lo sviluppo di altre componenti della consapevolezza metalinguistica. I risultati tuttavia non confermano l'ipotesi, giacché non mostrano una dipendenza tra competenza plurilingue e consapevolezza metapragmatica, né indicano una correlazione positiva tra l'intensità del contatto con lingue/culture diverse e lo sviluppo di questa consapevolezza. Sembrano insomma escludere che l'abitudine a muoversi in un repertorio plurilingue costituisca di per sé uno stimolo a fare oggetto di riflessione cosciente il rapporto tra scelte linguistiche e contesti situazionali, sociali e culturali.

L'analisi delle disdette italiane raccolte nel corpus DISDIR viene approfondita in Cortés Velásquez e Nuzzo (2017), con l'obiettivo di offrire spunti ai docenti di italiano L2 che volessero fare oggetto di insegnamento questo atto linguistico. Infatti, affinché gli insegnanti di lingua seconda possano affrontare con gli studenti anche fenomeni pertinenti al livello della pragmatica, è importante che abbiano accesso a dati empirici e risultati della ricerca su come i parlanti della lingua bersaglio realizzano vari atti linguistici in diversi contesti. Con il supporto di numerosi esempi si presentano gli schemi più frequenti per la realizzazione di una disdetta – in termini di frequenza, distribuzione e posizione dei sotto-atti che la compongono –, il tipo di modificatori usati e la variazione legata alla distanza sociale tra chi disdice e il destinatario della disdetta.

Nasce con l'obiettivo di fornire agli insegnanti materiali utili per l'insegnamento della pragmatica anche il contributo di Nuzzo (2019), dedicato alle modalità di realizzazione della sequenza invito-rifiuto in un campione di interazioni semispontanee tra giovani parlanti di italiano con un

grado medio di confidenza. Per questo studio le tre situazioni di invito presenti nel questionario sono state proposte come situazioni stimolo per *roleplay* orali sottoposti a studenti universitari residenti nella zona di Roma. Nel contributo si analizzano in particolare un centinaio di dialoghi, registrati e trascritti, scaturiti dalla situazione di invito alla festa (cfr. Appendice). I risultati mostrano che l'insistenza di fronte al rifiuto è una reazione frequente e attesa, benché non sempre presente. Ciò rivela qualche analogia tra la lingua/cultura italiana e alcune culture sudamericane nelle quali l'insistenza sembra essere addirittura una routine "necessaria", utile a rafforzare i legami di affiliazione tra i membri della comunità.

Infine, materiali tratti da DISDIR sono stati utilizzati nel recente studio esplorativo di Santoro, Cortés Velásquez e Nuzzo (2019), il cui principale obiettivo era quello di verificare se e in che misura studenti italiani e brasiliani che avevano partecipato a un corso dedicato all'intercomprensione tra le lingue romanze avessero sviluppato, parallelamente alla comprensione del lessico e della grammatica delle altre lingue, anche la capacità di interpretare adeguatamente il valore pragmatico degli atti linguistici, sebbene questo aspetto non fosse incluso in modo esplicito tra le finalità del corso. Due gruppi sperimentali (italiani e brasiliani partecipanti a percorsi didattici di IC) sono stati confrontati con parlanti nativi delle lingue oggetto dei percorsi di IC (francese, italiano, portoghese e spagnolo) sulla base di giudizi di appropriatezza attribuiti a disdette dell'ultimo momento selezionate tra quelle raccolte nel progetto DISDIR.

In futuro prevediamo di approfondire la ricerca nell'ambito del progetto DISDIR in almeno tre direzioni. In primo luogo, vorremmo analizzare i dati del corpus in relazione ad alcune delle caratteristiche degli informanti come l'età, il genere e la provenienza geografica. Quest'ultimo tratto è di particolare rilevanza soprattutto per i soggetti italiani, che costituiscono un gruppo più eterogeneo rispetto a quelli colombiani, provenienti in larga maggioranza dall'area interna della Colombia (Bogotá e dintorni). La seconda direzione, in parte esplorata in alcune tesi di laurea magistrale e nel lavoro illustrato sopra, è il confronto tra rifiuti e disdette elicitati (tramite DCT e *roleplay*) e un piccolo corpus di realizzazioni spontanee di questi atti, raccolto a partire dalla nascita del progetto. La terza direzione è il confronto tra italiano e/o spagnolo con altre lingue, sia della famiglia romanza che di altre famiglie linguistiche. Tale confronto ci permetterebbe di identificare meglio, per esempio, la posizione dell'italiano in relazione ad alcune categorie come quella dell'orientamento nell'ambito della cortesia linguistica.

Riferimenti bibliografici

- ACHIBA, Machiko. **Learning to request in a second language. A study of child interlanguage pragmatics**, Clevedon: Multilingual Matters LTD, 2003.
- BARRON, Anne. **Acquisition in interlanguage pragmatics. Learning how to do things with words in a study abroad context**. Amsterdam-Philadelphia: Benjamins, 2003.
- BEEBE, Leslie; TAKAHASHI, Tomoko; ULISS-WELTZ, Robin. Pragmatic transfer in ESL refusals. In: SCARCELLA, Robin; ANDERSEN, Elaine; KRASHEN, Stephen (Orgs.). **Developing communicative competence in a second language**. New York: Newbury House, 1990, p. 50-73.
- BLUM-KULKA, Shoshana; HOUSE, Juliane; KASPER, Gabriele (Orgs.). **Cross-cultural pragmatics: Requests and apologies**. Norwood, USA: Ablex, 1989.

- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness. Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CORTÉS VELÁSQUEZ, Diego; NUZZO, Elena. Canceling last minute in Italian and Colombian Spanish: A cross-cultural account of pragmalinguistic strategies. **Corpus Pragmatics**, v. 4, n. 3, p. 333–358, Set. 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1007/s41701-020-00084-y>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- CORTÉS VELÁSQUEZ, Diego; NUZZO, Elena. Disdire un appuntamento: spunti per la didattica dell'italiano L2 a partire da un corpus di parlanti nativi, **Italiano LinguaDue**, 1, 2017, p. 17-36. <https://riviste.unimi.it/index.php/promoitals/article/view/8761>
- CORTÉS VELÁSQUEZ, Diego; NUZZO, Elena. Un'indagine sulla consapevolezza metapragmatica di parlanti plurilingui. In: DE MEO, Anna; RASULO, Margaret (Orgs.). **Usare le lingue seconde. Comunicazione, tecnologia, disabilità, insegnamento**. Milano: Associazione Italiana di Linguistica Applicata, p. 99-111, 2018.
- CORTÉS VELÁSQUEZ, Diego. Rechazar una invitación: estudio transcultural de estrategias pragmáticas de italianos y colombianos, **E-JournALL**, 4(2), 2017, p. 115-134. http://www.e-journall.org/wp-content/uploads/Cort%C3%A9s_4.2.pdf
- DURANTI, Alessandro. **Antropologia del linguaggio**. Roma: Meltemi, 2000.
- FÉLIX-BRASDEFER, Julio César. Data collection methods in speech act performance: DCTs, role plays, and verbal reports. In: MARTÍNEZ-FLOR, Alicia; USÓ-JUAN, Esther (Orgs.). **Speech act performance: Theoretical, empirical and methodological issues**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2010, p. 41-56.
- FÉLIX-BRASDEFER, Julio César.; Hasler-Barker, Maria. "Elicited Data". In *The Routledge Handbook of Pragmatics*, ed. Anne Barron, Yueguo Gu, and Gerard Steen, 27-40. Abingdon/New York: Routledge, 2017.
- GARCÍA, Carmen; PLACENCIA, Maria Elena (Orgs.). **Research on Politeness in the Spanish-Speaking World**. Mahwah NJ – London: Laurence Erlbaum Associates, 2007.
- GASS, Susan; HOUCK, Noël. **Interlanguage refusals: A cross-cultural study of Japanese English**. New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- KASPER, Gabriele. Pragmatic transfer. **Second Language Research**, 8(3), 1992, p. 203-231.
- NUZZO, Elena. "Dai fallo per me!" L'insistenza di fronte a un rifiuto: evidenze empiriche per la didattica dell'italiano a stranieri. **Cuadernos de Filología Italiana**, 26, 2019, p. 75-91.
- NUZZO, Elena. **Imparare a fare cose con le parole. Richieste, proteste, scuse in italiano lingua seconda**. Perugia: Guerra, 2007.
- SANTORO, Elisabetta; CORTÉS VELÁSQUEZ, Diego; NUZZO, Elena. Tra consapevolezza pragmatica e intercomprensione: uno studio esplorativo sull'atto linguistico della disdetta con italiani e brasiliani. In: NUZZO, Elena; Vedder, Ineke. (Orgs.). **Lingua in contesto: la prospettiva pragmatica**. Milano: Associazione Italiana di Linguistica Applicata, 2019, p. 169-184.
- TROSBORG, Anna. **Interlanguage pragmatics: Requests, complaints and apologies**. Berlin-New York: De Gruyter, 1995.

Appendice

Che cosa diresti?

<https://docs.google.com/forms/d/18mL-AvGRx4I8hjR5oUY...>

12. 1) Un/a conoscente ti ha invitato/a a una festiciola a casa sua per stasera, e hai accettato, ma all'ultimo momento telefoni per dire che non vai. Immagina di essere al telefono con lui/lei: che cosa gli dici? *

13. 1a) Come pensi reagirà il/la tuo/a conoscente a questa telefonata? *

14. 2) Hai appena finito di mangiare in un ristorante in cui sei andato per la prima volta. Al momento di pagare il conto ti accorgi che hai dimenticato il portafoglio e che non puoi pagare, decidi allora di parlare con il responsabile... Che cosa gli dici? *

Contrassegna solo un ovale.

- a. Lei non ci crederà ma non trovo il mio portafoglio. Sono senza assegni e i soldi che ho in tasca non bastano ...
- b. Lei non ci crederà ma non trovo il mio portafoglio, sono senza assegni e senza soldi. Posso lasciare un documento e tornare a pagare domani?
- c. Devo chiederle un favore... Ho dimenticato il portafoglio. Potrei per favore lasciare un mio documento e tornare domani per pagare il conto?
- d. Posso lasciare un mio documento e tornare domani per pagare il conto? Ho dimenticato il mio portafoglio.
- e. Tenga un mio documento. Domani torno a pagare il conto perché ho dimenticato il portafoglio.

15. 3) Il/la tuo/a nuovo/a vicino/a di casa, con cui hai recentemente avuto una discussione per una questione di parcheggio, ti ha invitato/a a un aperitivo tra amici sulla sua terrazza per venerdì sera. Tu hai accettato, ma all'ultimo momento telefoni per dire che non vai. Immagina di essere al telefono con lui/lei: che cosa gli dici? *

Che cosa diresti?

<https://docs.google.com/forms/d/18mL-AvGRx4I8hjR5oUY...>

16. **3a) Come pensi reagirà il/la tuo/a nuovo/a vicino/a a questa telefonata? ***

17. **4) Sei per strada con un tuo amico/una tua amica e hai un terribile mal di testa. Non hai i soldi per comprarti le pastiglie che prendi di solito e che te lo fanno passare. Che cosa dici? ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. Mamma, che mal di testa che ho!
- b. Mamma, ho un gran mal di testa e non ho i soldi per comprare le mie pastiglie. Avresti per caso 10 euro da prestarmi?
- c. Potresti per favore prestarmi 10 euro? Mi servono per comprare le mie pastiglie per il mal di testa.
- d. Mi presti 10 euro? Domani te li restituisco.
- e. Prestami 10 euro!

18. **5) Hai invitato a cena a casa tua un/a amico/a per il prossimo sabato. Lui/lei ti dice "sì, certo". Secondo te: ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. verrà di sicuro
- b. telefonerà qualche giorno prima per dire che non può
- c. telefonerà sabato pomeriggio per dire che non può
- d. non verrà e non ti avvertirà

19. **6) Sei a una festa in campagna. È già tardi, non ci sono taxi nei dintorni e al momento di ripartire la tua macchina non funziona. Tutti gli altri si fermano a dormire, ma tu devi veramente andare via perché domani mattina arriveranno a casa tua, che è in un paese vicino, dei parenti che non vedi da anni. Che cosa dici al padrone di casa? ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. Devo proprio andare via adesso e la mia macchina non parte...
- b. Dei miei parenti arrivano domani mattina presto... Devo proprio andare via adesso e la mia macchina non parte. Mi presteresti la tua?
- c. La mia macchina non parte. Puoi prestarmi la tua, per favore?
- d. La mia macchina non parte. Puoi prestarmi la tua? Ti prometto che starò attentissimo/a e che te la restituisco con il serbatoio pieno...
- e. Mi presti la tua macchina?

Appendice

Che cosa diresti?

<https://docs.google.com/forms/d/18mL-AvGRz4I8hJR5oUY...>

20. **7) Un/a conoscente ti invita a una festiciola a casa sua domani sera. Tu sei molto stanco/a, e siccome hai già un impegno fuori per stasera, domani ti piacerebbe stare a casa e andare a letto presto. Che cosa dici? ***
Contrassegna solo un ovale.
- a. Mi piace, ma domani non posso, dovrò lavorare fino a tardi.
 - b. Sì certo! [decidi che farai uno sforzo per vincere la stanchezza]
 - c. Sì certo! [ma sai già che domani telefonerai per dire che non vai]
 - d. Grazie ma non so... ho una tale stanchezza addosso, e già stasera so che farò tardi. Posso fartelo sapere domani mattina?
 - e. Grazie ma ho una tale stanchezza addosso, e già stasera so che farò tardi. Domani sera non ce la faccio proprio, mi spiace.
21. **8) Sei in autobus con un tuo amico/una tua amica. Fa molto caldo, manca parecchio per arrivare a destinazione e hai sete. Vedi che il tuo amico/la tua amica ha una bottiglietta d'acqua. Che cosa dici? ***
Contrassegna solo un ovale.
- a. Che caldo, no? Ho una sete!
 - b. Che caldo, no? Mamma mia, ho una sete! Avresti un po' d'acqua?
 - c. Per favore, mi puoi dare un po' della tua acqua?
 - d. Mi puoi dare un po' della tua acqua?
 - e. Dammi un po' della tua acqua.
22. **9) Un/a amico/a ti invita a cena a casa sua per il prossimo sabato. Ti ha detto che a quella cena parteciperà anche una persona che non hai voglia di vedere. Che cosa dici? ***
Contrassegna solo un ovale.
- a. Mi spiace, ma purtroppo ho già un impegno per sabato prossimo.
 - b. Sì certo! [decidi che farai uno sforzo per sopportare la presenza della persona che non vorresti vedere]
 - c. Sì certo! [ma sai già che poi telefonerai per dire che non vai]
 - d. Grazie ma devo vedere, perché se mi dici che c'è anche quella persona non so se ho molta voglia di venire... Ti faccio sapere, ok?
 - e. Grazie ma se mi dici che c'è anche quella persona non ho proprio voglia di venire, mi spiace.

Che cosa diresti?

<https://docs.google.com/forms/d/18mL-AvGRx4I8hjR5oUY...>

23. **10) Sei in fila alla cassa del supermercato, quando ti accorgi che hai dimenticato di prendere il latte. Hai fretta e non puoi perdere il tuo posto nella fila. Che cosa dici alla signora che è subito dietro di te? ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. Oddio, ho dimenticato il latte e sono davvero in ritardo!
- b. Oddio, ho dimenticato il latte e sono davvero in ritardo! Non ho tempo di rifare la fila. Non è che mi potrebbe tenere il posto?
- c. Scusi, potrebbe tenermi il posto, per favore?
- d. Scusi, mi tiene un attimo il posto?
- e. Mi tiene il posto?

24. **11) Hai invitato a una festicciola a casa tua un/a conoscente per domani sera. Lui/lei ti dice "sì, certo". Secondo te: ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. verrà di sicuro
- b. telefonerà domattina per dire che non può
- c. telefonerà domani sera per dire che non può
- d. non verrà e non ti avvertirà

25. **12) Sei a casa di un tuo amico/una tua amica e ti accorgi che il tuo cellulare è praticamente scarico e non hai portato il tuo caricabatterie. Che cosa dici? ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. Mannaggia, il mio cellulare è praticamente scarico...
- b. Mannaggia, il mio cellulare è praticamente scarico... Sai, oggi non si può stare senza cellulare...
- c. Avresti un caricabatterie da prestarmi? Così vediamo se funziona?
- d. Mi puoi prestare un caricabatterie, per favore? Speriamo che vada bene...
- e. Prestami un caricabatterie!

26. **13) Il/la tuo/a nuovo/a vicino/a di casa, con cui hai recentemente avuto una discussione per una questione di parcheggio, ti ha invitato/a a un aperitivo sulla sua terrazza per venerdì sera. Tu, dopo la discussione che avete avuto, non te la senti di andare. Che cosa dici? ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. Mi spiace, ma sarò da amici in campagna per il fine settimana e devo partire proprio venerdì sera.
- b. Sì certo! [decidi che farai uno sforzo per dimenticare il litigio]
- c. Sì certo! [ma sai già che venerdì telefonerai per dire che non vai]
- d. Grazie ma ecco... non saprei, perché dopo la discussione dell'altro giorno non so se ne ho molta voglia. Ci penso un attimo e glielo faccio sapere, d'accordo?
- e. Grazie ma dopo la discussione dell'altro giorno non ne ho voglia, mi spiace.

27. **14) Sei andato a cena a casa di una persona che conosci da poco. Durante la cena vedi un messaggio sul telefonino che ti avverte che hai appena ricevuto una mail a cui devi rispondere immediatamente. Il tuo cellulare ha l'accesso a Internet ma in questo momento non funziona. L'unico modo di controllare la tua posta è usare la connessione wi-fi del padrone di casa. Che cosa dici? ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. Uh, non mi sta funzionando Internet...
- b. Scusa se disturbo ma ho ricevuto una mail urgente e non mi funziona internet. Potrei usare un attimo la tua connessione wi-fi?
- c. Ho ricevuto una mail importante e ho bisogno urgentemente di collegarmi a internet. Posso usare la tua rete, per favore?
- d. Posso usare un attimo la tua rete?
- e. Mi dai la password per internet?

28. **15) Sei stato/a invitato/a a cena da un/a amico/a per stasera e hai accettato, ma all'ultimo momento telefoni per dire che non vai. Immagina di essere al telefono con lui/lei: che cosa dici? ***

29. **15a) Come pensi reagirà il/la tuo/a amico/a a questa telefonata? ***

30. **16) Hai degli ospiti a casa e hai bisogno di aprire una bottiglia. Quando vai a cercare dentro il cassetto ti accorgi di non avere un cavatappi. Decidi allora di andare dal tuo vicino che abita di fronte, nonostante tu non lo conosca. Che cosa dici? ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. Devo aprire una bottiglia e non ho un cavatappi...
- b. Ho degli ospiti e devo aprire una bottiglia. Avrebbe un cavatappi?
- c. Devo aprire una bottiglia e non ho un cavatappi. Potrebbe prestarmene uno, per favore?
- d. Devo aprire una bottiglia ma non ho un cavatappi. Può prestarmene uno un attimo?
- e. Mi presta un cavatappi?

Che cosa diresti?

<https://docs.google.com/forms/d/18mL-AvGRx4I8hjR5oUY...>

31. **17) Per venerdì prossimo hai organizzato un aperitivo sulla terrazza dell'appartamento in cui ti sei da poco trasferito/a e hai invitato un/a vicino/a con cui recentemente hai avuto una discussione per una questione di parcheggio. Lui/lei ti dice "sì, certo". Secondo te: ***

Contrassegna solo un ovale.

- a. verrà di sicuro
- b. telefonerà qualche giorno prima per dire che non può
- c. telefonerà venerdì sera per dire che non può
- d. non verrà e non ti avvertirà

32. **Osservazioni**

Se hai osservazioni sulle situazioni, le domande o le parole che hai incontrato nel questionario per favore scriville qui.

Powered by

As formas de tratamento como atividade estratégica e como índice de categorização de sociedades de aproximação ou distanciamento



Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco *
María Zulma Moriondo Kulikowski **

* Doutor em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americanas (USP) - ramirocaggiano@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7267-6294>

** Docente do PPG em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana (USP) – mazumo@usp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0235-2969>

Introdução

Entendemos as formas de tratamento como um sistema de significação que abarca diversos modos de dirigir-se a uma pessoa. Trata-se de um código social que, quando se transgride, pode causar prejuízo no relacionamento entre os interlocutores. Junto à função de marcadores de dêixis social, indicadora das diferentes hierarquias e estratificação social de cada uma das sociedades (LEVINSON, 2007), as formas de tratamento também podem ser empregadas pragmaticamente como estratégias de atenuação, uma vez que promovem a aproximação social com o interlocutor – ou, pelo menos, servem a manter a proximidade - restando força ilocucionária aos enunciados que possam ameaçar a imagem do(s) interlocutor(es). Tendo em mente essa particularidade, o objetivo deste trabalho é descrever semelhanças e diferenças nas formas de tratamento entre universitários das cidades de Córdoba (Argentina) e São Paulo (Brasil) como estratégias de atenuação pragmática na formulação de atos não cortesês, na categorização de Haverkate (1994), que favorecem o emprego de cortesia extrínseca. Trataremos, especificamente, de atos diretivos em benefício próprio (pedidos) e respostas não preferidas (rejeições).

Referiremos acerca do modo como as duas culturas utilizam, em determinadas situações, as formas de tratamento e, assim, poderemos observar como as relações de proximidade e distanciamento social interferem nas escolhas das estratégias discursivas, que variam conforme a maior ou menor coloquialidade.

No desenvolvimento do trabalho teremos as seguintes seções: no aporte teórico, as questões sobre “relação entre cortesia e atenuação”, em que delimitaremos os conceitos sobre imagem, cortesia e de como a atenuação pragmática se estabelece nesse cenário; na parte “cortesia, atenuação e culturas de aproximação e de distanciamento” destacaremos a ideia do *continuum* proposto por Haverkate (2004) e Briz (2007), em cujos extremos encontram-se as “culturas de aproximação e distanciamento”; quanto às formas de tratamento, elencaremos os preceitos de Silva (2008, 2011). Na seção “análise do *corpus*” destacaremos a noção de “atos de fala não cortesês, atos diretivos e respostas não preferidas” (HAVERKATE, 1994); faremos a análise de cinco situações do uso das formas de tratamento, especificamente as formas nominais, pronominais e vocativos, empregados em atos diretivos em benefício próprio (pedidos) e respostas não preferidas (rejeições) como estratégias de atenuação pragmática.

Finalmente, nas considerações finais, demonstraremos a importância das formas de tratamento como primeiro dado para a categorização das sociedades dentro do *continuum* proposto por Haverkate e Briz.

1. A relação entre cortesia e atenuação

Segundo estabelece Goffman (2011 [1967], p. 13-14), pelo fato de formarmos parte de uma comunidade, estamos submetidos a certas expectativas que existem nela e mostrar respeito por si próprio e consideração pelos demais, salvaguardando as imagens. Seguindo o autor, entendemos por imagem o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através

daquilo que os outros presumem ser a “linha” por ela tomada durante um contato específico, um reflexo do *eu* em termos de atributos sociais aprovados. Isso é relevante porque, como explica o sociólogo, não existem situações de fala que sejam tão triviais a ponto de não exigirem que cada participante demonstre uma preocupação séria pela forma com a qual lida com os outros presentes e consigo próprio (2011 [1967], p. 39).

A partir do conceito básico de imagem (*face*) apresentado por Goffman (2011 [1967]), Brown e Levinson (1987 [1978]) propõem uma universalização da necessidade de imagem e delineiam a cortesia como uma atividade linguística reparadora dos atos ameaçadores da imagem (FTAs, *face threatening acts*).

Nas palavras de Kerbrat-Orecchioni (2014, p. 49), a teoria deles “repousa sobre a ideia de que todos os sujeitos falantes” são dotados de um desejo de proteger seu “território” e sua imagem, desejo que é contrariado constantemente pelo fato de que “a maioria dos atos de linguagem” que são produzidos cotidianamente são potencialmente “ameaçadores” da imagem dos interactantes (FTA), os quais, para evitar o sério risco à interação, devem mitigar os enunciados, “polir” as arestas afiadas demais dos FTA [...] tornando-os menos agressivos” para as imagens dos interactantes. Em idêntico sentido, Caffi (2009 p.124) aponta que a mitigação consiste numa função que permite ao “falante mudar seu discurso em vista de certas finalidades interacionais, como para proteger sua imagem e a do seu interlocutor”.

Desde a caracterização da *politeness* realizada por Brown e Levinson (1987 [1978]), conforme salienta Albelda Marco (2005, p. 581), assumiu-se tacitamente uma correspondência entre o fenômeno da cortesia e o da atenuação. Muitos trabalhos relacionados à temática, como destaca a pesquisadora, se referiram a ambos os conceitos, cortesia e atenuação, de *forma indistinta*, entretanto ela faz dois questionamentos: se não é possível realizar atos corteses mediante estratégias linguísticas diferentes da atenuação; e se a cortesia sempre é reparadora da imagem, e não valorizadora da mesma. Respondendo a essas perguntas, conclui que as equivalências entre atenuação e cortesia, por uma parte, e intensificação e descortesia, por outra, são equivocadas, uma vez que a cortesia também se manifesta mediante estratégias de intensificação. Em seguida, a autora chama a atenção para o fato de que tanto *atenuação* como *intensificação* são “funções discursivas próprias da linguagem”, que se expressam através de elementos e traços linguísticos, enquanto cortesia e descortesia constituem “fenômenos com valores e efeitos no nível social” da língua, já que afetam as relações entre os interactantes no momento da comunicação. E ilustra essas relações no seguinte quadro (Quadro 1) (ALBELDA, 2005, p. 584)

Quadro 1- Relações entre cortesia e atenuação

Intensificación vs. atenuación = estrategias lingüísticas
Cortesía vs. descortesía = fenómenos sociales

1 Conforme a autora, a palavra “polidez”, utilizada por muitos autores, entre eles os próprios Brown e Levinson, em lugar de cortesia, se liga “de alguma forma a uma atividade de polimento.” (2014, p. 49)

Dessa forma, o âmbito e os efeitos da intensificação e da atenuação, enquanto fenômenos linguísticos se produzem no discurso, ora na mensagem, ora em algum dos outros elementos que o constituem (participantes, situação comunicativa, temática etc.). Quanto à cortesia, segundo Albelda (2005), reconhece-se nela uma determinada “atitude social”, um modo intencional de comportar-se que manifesta como desejamos ser vistos e como somos vistos, de fato, pelos outros².

Assim sendo, ambos os fenômenos, sociais e discursivos, podem vir a atuar conjuntamente, combinando-se de diversas formas, *algumas mais prototípicas que outras* (ALBELDA, 2005, p. 584):

- a. cortesia expressa mediante atenuação;
- b. cortesia expressa mediante intensificação;
- c. descortesia expressa mediante intensificação;
- d. descortesia expressa mediante atenuação.

Em resumo, manter separados os fenômenos linguísticos dos sociais é de suma importância, uma vez que tal separação contribui para uma definição da cortesia que contemple seus valores positivos, que produzem sentido, e não só os de reparação (ALBELDA, 2005, p. 589).

Por tal motivo, se faz imprescindível não desatender à dimensão cultural desse fenômeno discursivo.

2. Cortesia, atenuação e culturas de aproximação e de distanciamento

Caffi (2009, p. 126) salienta que, além das necessidades instrumentais de um determinado ato de discurso, relacionadas à eficiência da interação, é preciso atender ao que ela denomina “construção da identidade”, que pode intervir nas escolhas linguísticas dos interactantes. Segundo a autora:

[...] com o meu discurso, eu me construo como um enunciator que tem não apenas uma imagem, mas também um *self*, um *eu*, que é construído precisamente pelo tipo de discurso posto em prática e por suas características estilísticas. Dito de outro modo: não há apenas necessidades instrumentais, mas também **necessidades relacionais** (2009, p. 126) (grifo nosso).

Nessas necessidades relacionais, podemos encontrar uma relação dialética entre a construção de um *eu* enunciator, que modifica outros *eus* com quem interage ao mesmo tempo em que é modificado por eles, em uma relação que é mediada pela cortesia. Embora seja uma atividade universal, cada cultura constrói de distintas maneiras as pautas do que se considera cortês ou não.

2 Isso porque, como veremos a seguir, a cortesia (assim como a descortesia) é um fenômeno relacional que necessita tanto da manifestação da intenção do falante quanto da interpretação do ouvinte (resultado feliz).

Em tal sentido, Silva (2011, p.280) afirma que a cortesia é um princípio de regulação das interações que, por sua natureza social, está regida por convenções socioculturais, as quais estipulam que um comportamento linguístico adequado a tais convenções seja considerado cortês, enquanto é avaliado como descortês aquele que não o seja.

Por tal motivo, segundo Diana Bravo (2005), para que a interpretação da cortesia seja adequada é preciso conhecer, além da “situação comunicativa”, o contexto sociocultural, ou seja, o conjunto específico de valores, crenças, atitudes e conhecimentos que configuram a imagem social de um grupo de falantes, que se fazem presentes através da linguagem. Portanto, salienta a necessidade de estudar a cortesia desde uma perspectiva “sociocultural”.

No mesmo sentido, Albelda e Briz (2010, p. 248) detalham que o “sentimento de ameaça à imagem se percebe de diferente modo” por pessoas em diferentes países. Além disso, também têm influência outros elementos socioculturais tais como a idade, o gênero dos interlocutores, etc. Dentro dessa diferenciação, primeiro Haverkate (2004) e depois Briz (2007), apontaram a distinção entre culturas de aproximação e de distanciamento. Como os autores alertam, não se trata de um par dicotômico, mas de um *continuum* com múltiplos valores intermediários. Em tal sentido, há sociedades com tendência a mostrar aproximação social, encurtando os espaços interpessoais, interferindo “na vida privada dos outros” e estabelecendo “pontes de relação e confiança entre os interlocutores” (ALBELDA e BRIZ, 2010, p.248): são as *culturas de aproximação*, na classificação proposta. De modo contrário, outras culturas, que os autores denominam de *distanciamento*, têm preferência por respeitar o espaço e o âmbito pessoal dos outros e por manter a deferência e precaução nas relações sociais etc.³

Haverkate, quando compara as culturas espanhola e holandesa, por exemplo, conclui que na primeira predomina a solidariedade e a proximidade entre os interlocutores e preconiza a existência de um princípio pragmático, segundo o qual “nas sociedades onde predomina uma etiqueta de solidariedade se subentende o direito de reduzir a liberdade de ação do interlocutor”. Por sua vez, Briz (2011), referindo-se aos países hispanofalantes, os classifica segundo pertençam a culturas de maior ou menor proximidade, e coloca a Espanha e Argentina dentro do grupo dos mais próximos. Entretanto, como assinala o autor, existem diferenças regionais em cada um desses países. Assim, não têm o mesmo grau de proximidade os habitantes de Buenos Aires do que os moradores das províncias do norte argentino, nem os madrilênhos com relação aos andaluzes.

Para um reconhecimento eficaz do tipo de cultura, de distanciamento ou de aproximação, Albelda e Briz (2010, p. 249) propõem observar a presença de atenuadores verbais e de cortesia, uma vez que estes “constituem um índice da existência de distância social” entre os interlocutores. Por esse motivo, a atenuação é empregada estrategicamente para compensar tal distância.

3 Segundo os autores, se comparado o espanhol falado na Espanha e na América, “El español de muchas zonas de América [...] es, en general, más atenuado que el español europeo. Así, por ejemplo, el español europeo es más tolerante en el uso y frecuencia del imperativo sin atenuar que muchas variantes del español de América. [...], las peticiones o ruegos suelen ser más atenuadas en Hispanoamérica que en algunos lugares de España.” (ALBELDA e BRIZ, 2010, p. 248)

Junto com a atenuação estratégica, Briz (2007) indica a existência de outros dados linguísticos que auxiliam na valoração desses tipos de culturas (de aproximação ou de distanciamento), e os apresenta no seguinte quadro (Quadro 2):

Quadro 2 - Culturas de aproximação ou distanciamento⁴

Sociedades de aproximação	Sociedades de distanciamento
<ul style="list-style-type: none"> - atenuação pragmática + cortesia valorizadora + coloquialidade na interação + formas de tratamento coloquiais + fala simultânea + proximidade física ao falar - silêncio interacional 	<ul style="list-style-type: none"> + atenuação pragmática - cortesia valorizadora - coloquialidade no tratamento - formas de tratamento coloquiais - fala simultânea - proximidade física ao falar + silêncio interacional

Segundo Albelda e Briz (2010, p. 249), as culturas de aproximação favorecem a menor frequência de atenuadores devido à existência de uma menor sensibilidade perante o conceito de ameaças à imagem. Ao contrário, as culturas de maior distanciamento, nas quais o perigo às imagens se faz mais presente, são mais propensas a resguardá-las mediante o emprego de atenuação. Pelo mesmo motivo, uma cultura de distanciamento não favorece o uso de cortesia valorizadora, enquanto que numa cultura de aproximação os elogios e as intervenções colaborativas, que apoiam o que é dito pelos outros, são muito bem vistas. O mesmo acontece com a fala simultânea: em culturas de aproximação é tolerada e aceita, ao contrário do que acontece nas culturas de distanciamento (2010, p. 250).

Ainda sobre esse aspecto, vale a pena fazer o seguinte esclarecimento: apesar de haver vários elementos para caracterizar uma cultura como sendo de aproximação ou de distanciamento, como apreciado no quadro, coincidimos com os autores na importância do estudo da atenuação e, em consequência, do uso da cortesia mitigadora, como dado linguístico claro e suficiente para a caracterização de uma e de outra.

Quanto às formas de tratamento, segundo os autores, têm uma dupla função na caracterização. Por um lado, constituem um dos procedimentos linguísticos capazes de mitigar um enunciado, na maioria das vezes o primeiro deles. De fato, como veremos no corpus, a maioria dos enunciados não cortesios iniciam com um pronome ou vocativo como modo de preparar ou de prevenir o ouvinte para o que se está por dizer. Por tal motivo, o emprego de formas de tratamento e fórmulas apelativas é de extrema relevância para nossas análises, pois constituem o primeiro dado indicial do trabalho de proteção das imagens dos interactantes (*facework*). Por outro lado, além de marcadores da dêixis social, normalmente são o primeiro dado da coloquialidade estabelecida ou “negociada”⁵ na interação, daí a sua importância na categorização das sociedades de aproximação ou distanciamento.

4 Quadro adaptado do original disponível em <http://www.sinoele.org/images/Revista/3/iiijornadasP_Briz.pdf> Acesso em 18/09/2020.

5 Tanto a língua espanhola quanto a portuguesa têm ricos recursos linguísticos para “negociar” a proximidade social: “tutéame” “puedo tutearte” – “me chama de você”; “no me tutees” - “me trate de senhor” etc. são fórmulas convencionais para propor uma mudança entre os tratamentos formal ou informal.

3. Formas de tratamento

Quando duas ou mais pessoas conversam, uma pode dirigir-se à outra empregando um nome, um pronome, um vocativo etc. que cumprirão a função de chamar a atenção do interlocutor. Em tal sentido, dizendo formas de tratamento designam-se tanto os termos que se referem ao par falante-ouvinte, como os vocativos usados para chamar a atenção do destinatário. Assim, as formas de tratamento englobam tanto os chamados pronomes pessoais de tratamento como as formas nominais, isto é, o uso de nomes próprios, títulos, apelidos e outras formas nominais que identificam a pessoa referida.

Silva (2008, p. 159) entende por formas de tratamento as palavras ou sintagmas que o usuário da língua emprega para dirigir-se e/ou referir-se a outro indivíduo. Estabelece quatro níveis para tais formas:

1. Formas pronominalizadas, isto é, palavras e expressões que equivalem a verdadeiros pronomes de tratamento, como as formas você, o senhor, a senhora.
2. Formas nominais, constituídas por nomes próprios, nomes de parentesco, nomes de função (como professor, doutor etc.).
3. Formas vocativas, isto é, palavras desvinculadas da estrutura argumentativa do enunciado e usadas para designar ou chamar a pessoa com quem se fala. Normalmente, tais formas estão acompanhadas de pronomes pessoais explícitos ou implícitos.
4. Outras formas referenciais, ou seja, palavras usadas como referência à pessoa de quem se fala.

As formas de tratamento, enquanto marcadores de dêixis social, são indicadores das diferentes hierarquias e estratificação social de cada uma das sociedades. Nesse sentido, estão influenciadas e dependem do papel social que cada um dos participantes da interação desempenha e de suas características: idade, gênero, posição familiar, hierarquia profissional, grau de intimidade etc. (LEVINSON, 2007, p.76). Por tal motivo, cada interlocutor deve tratar o outro de acordo com as posições relativas que ambos ocupam na escala social.

Aprofundando o tema, Couto e Kulikowski (2011, p.497) reportam que, pragmaticamente, as formas de tratamento podem ser entendidas sob três aspectos: primeiro, desde a “perspectiva do sistema linguístico”, diferenciam formas que indicam maior ou menor respeito ou familiaridade, o que determina um signo de como o falante “concebe a identidade social de seu destinatário a respeito da própria”; em segundo, o reconhecimento por parte do falante da existência de normas sociais que sancionam o uso das distintas formas segundo uma série de parâmetros contextuais além da identidade dos participantes; por fim, em terceiro, o fato de escolher uma forma de tratamento ou outra pode constituir uma estratégia interativa com a finalidade de “atenuar ou compensar ações verbais potencialmente agressivas”.

Quanto à sua função pragmática, as formas de tratamento podem ser empregadas, dependendo de fatores como o contexto interativo, a posição dentro do enunciado e da entonação, como intensificadores (cortesês ou descortesês) ou atenuadores. A respeito dessa segunda função, o projeto Es.Por.Atenuação denomina esse procedimento linguístico como *Uso de formas de tratamento e fórmulas apelativas*.

Segundo o projeto citado, as fórmulas de tratamento (usted, o senhor etc.) ou nominais (nomes próprios) e as fórmulas apelativas convencionalizadas do tipo escuta, “olha”, “me diz/diga uma coisa”, “vamos” etc. servem para mitigar pragmaticamente um enunciado porque podem ser empregadas com a finalidade teleológica de aproximação – ou não afastamento - social dos interlocutores. Para determinar a função, procurar o acordo ou o consenso do outro, ou a minimização do desacordo-, temos que identificar qual é a função das formas de tratamento segundo o esquema proposto pelo projeto Es.Por.Atenuação, que explicita três possibilidades: **proteger a própria imagem; prevenir uma possível ameaça à imagem do outro** – ou de um terceiro -, ou um possível obstáculo para alcançar uma meta [salvaguarda eu-tu]; e, por fim, **reparar uma ameaça à imagem do outro** ou uma intromissão no seu território [salvaguarda eu-tu].

Há ainda, uma quarta função que as formas de tratamento podem cumprir e que é decorrente das funções anteriores, ou concomitante com elas, como a de constituir um importante elemento auxiliar de categorização no *continuum* sociedades de aproximação ou de distanciamento.

Esses fatores socioculturais se tornam relevantes quando tratamos de atos de fala descorteses, segundo a classificação proposta por Haverkate (1994), como são as respostas não preferidas e os atos diretivos, que trataremos neste trabalho.

4. Atos de fala descorteses: atos diretivos e respostas não preferidas

Quanto aos atos de fala diretivos, conforme sintetiza Silva (2011, p. 279), na teoria de Brown e Levinson ameaçam, *a priori*, a imagem (face) negativa⁶ do interlocutor porque, por meio destes, o falante procura que o interlocutor faça coisas, invadindo, dessa maneira, seu território. Para uma melhor análise dos procedimentos linguísticos de mitigação pragmática, o projeto ES.POR. ATENUAÇÃO faz uma diferenciação entre atos diretivos em benefício do falante e atos diretivos em benefício do ouvinte. Neste trabalho, que trata somente dos primeiros, seguiremos essa nomenclatura.

Em relação às respostas não preferidas, é necessário salientar que, desde a perspectiva dialógica, os atos de fala se organizam em pares adjacentes (HAVERKATE, 1994, p.74), entendidos como binômios sequenciais de dois enunciados produzidos por falantes diferentes, com alternância nas intervenções, ordenadas numa primeira e segunda parte. Ferrer e Lanza (2002, p.12) citam como pares prototípicos desses esquemas a pergunta-resposta, o cumprimento-cumprimento, o elogio-reação, o agradecimento-reação, a desculpa-reação e, por último, o convite-aceitação.

As segundas partes que satisfazem as expectativas das primeiras são denominadas respostas *preferidas* no sentido de *não marcação*, - conceito desenvolvido pelos linguistas da Escola de Praga,

6 Lembramos que a imagem negativa, na teoria brownlevinsoniana, se vê afetada toda vez que o interlocutor sofre alguma limitação no seu território, quando padece restrições em seu ensejo de ter liberdade de ação e de não sofrer imposições (SILVA, 2011, p. 279).

enquanto que as respostas que significam rejeição, não aceitação, uma não resposta ou uma resposta não esperada são as *despreferidas* ou *marcadas*. (FERRER & LANZA, 2002, p.13)

Segundo Haverkate, a reação preferida nos convites é a aceitação, embora possam existir diferenças culturais entre as formas mais ou menos longas e rituais em que estas se produzem em diferentes sociedades (1994, p. 73)⁷. O mesmo autor, quando analisa o ato diretivo, diz que a reação preferida é aceder à exortação e a rejeição é a reação não preferida (1994, p. 74).

Essas noções serão basilares para o entendimento de nosso corpus, uma vez que está constituído por, precisamente, atos diretivos em benefício próprio e respostas não preferidas (rejeições a convites).

5. Análise do corpus

Nosso corpus é formado por enunciados que podem afetar a imagem dos interlocutores, especificamente atos diretivos em benefício próprio e respostas não preferidas⁸. A pesquisa se realizou com a participação de 30 alunos universitários da cidade de São Paulo, dos cursos de Letras e de Artes da FMU, e 30 alunos universitários do Professorado da Faculdade de Letras da Universidade Nacional de Córdoba, que deviam realizar enunciados relacionados a situações quotidianas do trabalho e da faculdade.

No presente trabalho, analisaremos as formas de tratamento empregadas estrategicamente com a finalidade mitigadora em cinco situações comunicativas diferentes.

Situação 1: Ambiente da faculdade. Relação [F+O] Falante > Ouvinte⁹

O primeiro dos casos que trataremos neste trabalho refere-se a atos diretivos atenuados em benefício próprio. A interação desenvolve-se no ambiente da faculdade e o locutor tem um *status* levemente superior ao ouvinte ([F+O]), por ser chefe do grupo que deve pedir ao colega que entregue a parte que lhe correspondia fazer na preparação de um seminário. O objetivo pragmático do emprego das estratégias linguísticas de atenuação é protetora: tanto da imagem do ouvinte por minimizar a invasão do seu território, quanto da do falante para evitar parecer um enunciador autoritário. Dessa forma, o emprego dos marcadores de contato tem por finalidade aproximar falante e interlocutor, criar um acordo ou consenso entre eles e, por vezes, preparar ou prevenir o ouvinte no intuito de minimizar o que será expressado quando pode parecer ameaçador (ALBELDA et al., 2014).

7 Segundo ilustra o autor, se comparadas às manifestações de aceitação na Espanha e na Holanda, no primeiro dos países os falantes fazem mais usos de turnos de fala do que no segundo.

8 Os dados correspondem a um recorte de uma investigação maior desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Latino Americana (PLELEHA), sob orientação da Profa. Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski.

9 O falante encontra-se num *status* ou posição superior em relação ao falante.

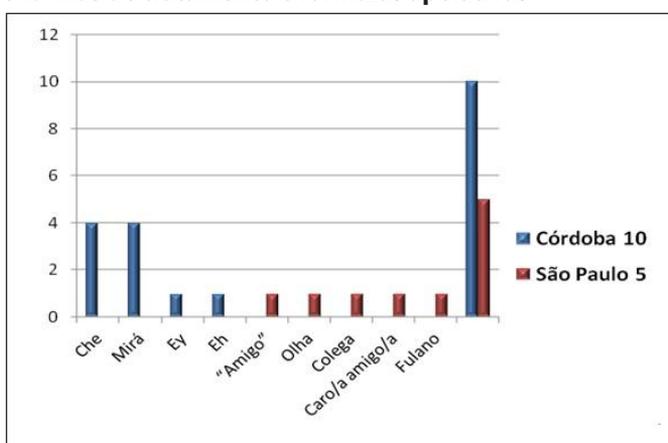
De um total de 60 enunciados correspondentes, por partes iguais, aos universitários de Córdoba e São Paulo, encontramos as seguintes ocorrências (Quadro 3):

Quadro 3 - Apelos nos corpora de Córdoba e São Paulo

Córdoba: 10 casos	São Paulo: 5 casos
(Ar_1f_1) Che! <i>Para mañana</i>	(Br_1f_5) "Amigo" <i>you precisa...</i>
(Ar_1f_5) Mirá <i>fulanito,</i>	(Br_1f_9) Olha, <i>youê...</i>
(Ar_1f_6) Che, <i>media pila!</i>	(Br_1m_5) Colega, <i>trata-se de...</i>
(Ar_1f_8) Mirá, <i>tratá de</i>	(Br_1m_6) Caro/a amigo/a, <i>youê...</i>
(Ar_1f_9) Mirá, <i>fijate</i>	(Br_1m_12) Fulano, <i>youê...</i>
(Ar_1f_16) Mirá, <i>tenés que</i>	
(Ar_1m_1) Ey, <i>ponete</i>	
(Ar_1m_4) Ché, <i>¡Ponete las pilas</i>	
(Ar_1m_5) Eh, <i>tratá de</i>	
(Ar_1m_7) Che, <i>ponete</i>	

Primeiramente, destaca-se o maior número de empregos desse procedimento linguístico no corpus dos alunos de Córdoba, se comparado com o de São Paulo: 10 a 5, respectivamente. Em segundo, percebe-se o emprego acentuado das formas *Che*¹⁰ e *Mirá*¹¹ (4 ocorrências cada uma) pelos cordobeses, enquanto os universitários de São Paulo não repetiram as formas. O gráfico seguinte (Gráfico 1) mostra essas diferenças:

Gráfico 1 – Uso de formas de tratamento e fórmulas apelativas



Finalmente, não podemos deixar de observar que os paulistanos empregaram formas cujo valor semântico é mais “suave” como **Amigo** em (Br_1f_5) e (Br_1m_6) **Caro/a amigo/a**, *youê* em

10 *Che* é um vocativo de extrema coloquialidade empregado, em maior ou menor medida, em alguns países da América do Sul – Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia e Paraguai.

11 *Mirá* corresponde à conjugação do verbo espanhol *mirar* na forma de “vos” rio-platense, ou seja, tirando o “d” final da forma “vosotros” – *mirad*- acrescida de acento na última vogal. Nestes casos, o significado de “mirar” perde seu valor inicial para dar lugar a um uso de contato (fático) que pretende chamar a atenção do seu interlocutor.

(Br_1m_6), conseguindo um efeito mitigador mais acentuado do que seus pares cordobeses variação paradigmática.

Situação 2: Ambiente da faculdade. Relação [F=O] Falante = Ouvinte

Nesse caso, os interlocutores encontram-se em uma situação de igualdade quanto ao seu *status* social – [F=O] –, pois se trata de estudantes universitários que deveriam solicitar a colegas a devolução de dinheiro emprestado anteriormente. As estratégias de atenuação, portanto, também se dirigem à proteção das imagens do ouvinte e do falante: do primeiro pela invasão do território, que significa o pedido que explicita sua condição de devedor; e a do falante, que vê sua necessidade exposta. Portanto, a finalidade das mitigações visa, principalmente, à salvaguarda do eu e do tu, prevenindo uma possível ameaça por usurpação de territórios ou direitos à imagem do outro (ALBELDA *et al.*, 2014, p.17). Igualmente, como na maioria dos atos de fala que não tem o falante como beneficiário, ele precisa proteger a sua própria imagem, evitando mostrar-se autoritário.

Quanto ao emprego de formas de tratamento como estratégia de atenuação, encontramos uma igualdade: 9 ocorrências nos enunciados de cada uma das cidades. Vejamos:

Quadro 4 - Formas de tratamento como estratégias de atenuação

Córdoba: 9 casos	São Paulo: 9 casos
(Ar_2f_5) Che , <i>la verdad...</i>	(Br_2f_1) Oi , <i>estou...</i>
(Ar_2f_8) Che , <i>¿te acordás...</i>	(Br_2f_4) Minha colega , <i>poderia...</i>
(Ar_2f_12) Che <i>¿viste...</i>	(Br_2f_5) “Amiga” <i>preciso...</i>
(Ar_2f_14) Che , <i>¿te acordás...</i>	(Br_2f_8) Oi, tudo bem? Então...
(Ar_2f_15) Che <i>¿te acordás...</i>	(Br_2f_11) Olha , <i>não sei se...</i>
(Ar_2f_18) Che , <i>¿te acordás...</i>	(Br_2f_12) Olha , <i>lembra...</i>
(Ar_2f_19) Che, Fulano , <i>disculpá...</i>	(Br_2m_5) Colega , <i>estou...</i>
(Ar_2m_4) Che <i>¿te acordás...</i>	(Br_2m_6) Caro/a amigo/a , <i>emprestei...</i>
(Ar_2m_6) Mirá amigo , <i>hace...</i>	(Br_2m_9) Oi, amigo , <i>estou...</i>

Apesar da igualdade quantitativa, se compararmos semanticamente as formas empregadas, podemos ver que, como no caso anterior, os informantes da cidade de Córdoba utilizaram o vocativo de tratamento coloquial *Che*, em quase todas as situações (oito delas), enquanto os paulistanos fizeram escolhas mais variadas e empregaram formas que, em princípio, soam mais “suaves” e afetivas, como em (Br_2f_4) “Minha colega”; (Br_2f_8) “Oi, tudo bem? Então” e (Br_2m_6) “Caro/a amigo/a”. Consideramos que essas formas correspondem a uma característica do português brasileiro de evitar enfrentamentos. Nesse quesito, as marcas da proximidade se fazem mais presentes nos enunciados dos alunos de Córdoba, uma vez que os paulistanos, mesmo empregando vocativos e fórmulas de contato informais, preferiram fórmulas de tratamento menos coloquiais¹².

12 Como já observamos, o vocativo de tratamento *che* é de extrema coloquialidade

Situação 3: Ambiente da faculdade. Relação [F-O] Falante < Ouvinte

Nessa oportunidade, os informantes deveriam responder negativamente ao pedido de empréstimo de um livro feito por um/a ex-professor/a. Como é possível observar, o falante (aluno) se encontra num *status* inferior em relação ao ouvinte (ex-professor/a) [F-O].

Com a negativa expressa nos atos de fala assertivos/opiniões, segundo a classificação do projeto ES.POR.ATENUAÇÃO (ALBELDA *et al.*, 2014), as imagens que estão ameaçadas são tanto a do falante, que evita frustrar a expectativa do ouvinte de forma ríspida, quanto a do destinatário, que expõe a sua imagem ao fazer o pedido, que agora vê mal sucedido. Portanto, os procedimentos linguísticos de atenuação têm como objetivo salvaguardar ambas as imagens (do eu e do tu), antecipando-se ao que poderia ser um problema na relação com o outro, ou aos benefícios que poderiam obter ambos os interlocutores (ALBELDA *et al.*, 2014, p. 17).

A seguir (Quadro 5),baixo podemos observar comparativamente as ocorrências:

Quadro 5 -Apelos para salvaguardar as imagens do eu e do tu

Córdoba: 11 casos	São Paulo: 10 casos
(Ar_3f_1) Ay! <i>Disculpe</i> profe ...	(Br_3f_3) Professora ...
(Ar_3f_3) Sabe profe ...	(Br_3f_4) Professora ...
(Ar_3f_7) <i>Perdón</i> profe ...	(Br_3f_5) “ Amiga ”...
(Ar_3f_14) <i>Disculpe</i> profe ...	(Br_3f_7) Querida ...
(Ar_3f_15) Mire profe ...	(Br_3f_9) <i>Disculpe</i> Professor/a ...
(Ar_3f_18) <i>Discúlpeme</i> , profesor	(Br_3f_11) Professor/a ...
(Ar_3f_19) <i>Disculpe</i> profesor/a ...	(Br_3f_14) <i>Disculpe</i> profesor/a ...
(Ar_3m_5) ¡Eh profe !...	(Br_3m_5) Professor/a ...
(Ar_3m_6) <i>Perdón</i> profe ...	(Br_3m_6) Professor/a ...
(Ar_3m_7) Profe ...	(Br_3m_12) Professor/a ...
(Ar_3m_10) <i>Discúlpeme</i> profesora ...	

Como podemos observar, o número de emprego dessa tática atenuadora é muito semelhante, mas, se considerarmos as formas coloquiais e neutras, vemos que os universitários de Córdoba empregaram 8 vezes “profe”, muito coloquial, enquanto os paulistanos preferiram a forma mais neutra “professor/a” em igual número. As formas coloquiais usadas por estes últimos em (Br_3f_5) “Amiga” e (Br_3f_7) “Querida” – que recorrem a formas envolvendo expressões afetivas e pessoais- criam uma aproximação maior que “profe”, empregada pelos cordobeses, que não ultrapassa o âmbito da relação profissional de professor-aluno. Essa variação paradigmática tem o efeito de fazer os enunciados dos universitários paulistanos parecerem bem mais atenuados do que os de seus pares da cidade de Córdoba. Evidencia-se assim, o maior zelo dos primeiros em “cuidar as imagens”, o que indica a existência neles de uma maior percepção do “perigo” de provocar ameaças à imagem, se comparados com os estudantes cordobeses.

Situação 4: Ambiente trabalho. Relação [F+O] Falante > Ouvinte

Na oportunidade foi solicitado aos informantes que, colocados na posição de um chefe de departamento, realizassem um ato de fala diretivo em benefício do falante (ou de terceiros), que consistia em solicitar a um empregado subalterno que refizesse um relatório porque estava mal feito. Entre os interactantes há uma relação hierárquica na qual o falante tem uma posição ou status superior ao ouvinte [F+O].

Assim, a imagem do interlocutor poderia ser ameaçada tanto pelo pedido, “refazer”, quanto pelo motivo, “estava mal feito”, ou seja, o que deveria ser atenuado era tanto a força da exortação como a causa do que é solicitado. Por sua vez, a imagem do falante também pode estar ameaçada ao se apresentar como alguém autoritário. Por esse motivo, as estratégias de atenuação tiveram como finalidade salvaguardar as imagens dos falantes (salvaguarda do eu e do tu), ao prevenir conflitos por usurpação de territórios ou direitos do outro, como se observa a seguir:

Quadro 6 - Apelos para atenuar a força da exortação e a causa da solicitação

Córdoba: 12 casos	São Paulo: 9 casos
(Ar_5f_2) Mirá , el informe...	(Br_5f_6) Bom necessito que...
(Ar_5f_4) Mirá , el trabajo...	(Br_5f_8) Gente , vamos tentar...
(Ar_5f_5) Mirá , vos sabes que...	(Br_5f_9) Olha , acho que...
(Ar_5f_6) Mirá , está un poco...	(Br_5f_14) Oi , sabe aquele relatório...
(Ar_5f_12) Mirá , me parece que...	(Br_5m_1) Olha , não sei se há problemas...
(Ar_5f_15) Mirá el informe...	(Br_5m_5) Olha , entendo que...
(Ar_5f_18) Pedrito , ¿tendrás unos...	(Br_5m_9) Fulano , encontrei...
(Ar_5f_19) Che , disculpame pero...	(Br_5m_10) João , meu querido, o relatório...
(Ar_5f_20) María , vení... creo que...	(Br_5m_12) Fulano , infelizmente...
(Ar_5m_3) Escúcheme , su informe...	
(Ar_5m_6) Juan , lo que te pedí...	
(Ar_5m_8) Mirá Fulano (en) este informe...	

As fórmulas apelativas “Mirá” (7 ocorrências), “Escúcheme” (1 ocorrência) e “Olha” (3 ocorrências) antecipam e colocam de forma objetiva que na sequência do enunciado haverá possíveis desacordos não desejados pelo falante. Inclusive essas fórmulas apelativas aparecem em vários casos combinadas com outras estratégias como formas de limitação da opinião própria como em (Ar_5f_12) “Mirá, **me parece** que...” (Br_5f_9) “Olha, **acho que**...” (Br_5m_5) “Olha, **entendo que**...” e (Br_5m_1) “Olha, **não sei se** há problemas...”; e expressão de pesar, como em (Br_5m_12) “Fulano, **infelizmente**...”

As fórmulas de tratamento também podem combinar-se com outras estratégias de mitigação, como em (Ar_5f_18) “Pedrito, **¿tendrás** unos...” (usos modalizadores dos tempos verbais: Emprego do futuro em lugar do presente de indicativo); (Ar_5f_19) “Che, **disculpame** pero...” (expressões de desculpas) (Ar_5f_20) “María, vení... **creo que**...” (construções verbais e partículas discursivas

que expressam fingimento de incerteza); e (Br_5f_8) “**Gente, vamos** tentar...” (impessoalização mediante emprego de nós inclusivo).

Embora haja maior número de ocorrências dessa estratégia de atenuação por parte dos estudantes de cordobeses – uma diferença sintagmática – os paulistanos empregaram formas mais variadas e amenas o que resulta numa diferença no paradigma com relação aos enunciados, por vezes formulaicos e menos atenuados, dos cordobeses.

Situação 5: Ambiente trabalho. Relação [F=O] Falante = Ouvinte

Na última das situações que apresentaremos, os informantes deviam manifestar a colegas de trabalho com os quais têm muita afinidade, sua rejeição ao convite para o seu casamento. Os interlocutores encontram-se numa relação social ou funcional de igualdade hierárquica: [F=O]. Trata-se de atos de fala assertivos (rejeição a um convite), conforme a classificação adotada pelo projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, e respostas não preferidas.

Como há uma expectativa frustrada, a imagem do ouvinte se vê ameaçada pela rejeição, e a do falante também, pois pode deixar a impressão de desconsideração com quem fez o convite. Portanto, as estratégias mitigadoras tentam salvaguardar ambas as imagens prevenindo o que pode ofender, atacar ou prejudicar a imagem ou os bens do outro ou de terceiros (ALBELDA *et al.*, 2014, p.13).

Quadro 7 - Apelos em casos de expectativas frustradas

Córdoba: 6 casos	São Paulo: 3 casos
(Ar_6f_3) “ Juan ” no voy...	(Br_6m_5) Amigo , parabéns pelo casamento...
(Ar_6f_5) Che , te pido ... ¿viste?	(Br_6m_6) Caro/a amigo/a, não irei...
(Ar_6f_16) Mirá , todo bien, pero...	(Br_6m_12) Amigão , infelizmente não...
(Ar_6m_4) ¡ Che no puedo ir al casorio!	
(Ar_6m_5) [...] No voy a poder ir, viejo , es que...	
(Ar_6m_7) Gracias por la invitación, che ,	

No emprego desse procedimento encontramos novamente fórmulas mais coloquiais e afetivas nos enunciados dos alunos da cidade argentina, como “Che” (3 ocorrências) e “viejo”, em (Ar_6m_5), e formas mais aproximativas nas expressões dos paulistanos, como “caro/a amigo/a” em (Br_6m_6) e “amigão” em (Br_6m_12) novamente apelando a uma relação afetiva.

Nos enunciados analisados nas questões anteriores, as formas de tratamento foram empregadas com função preventiva, em posição inicial do enunciado, com a finalidade de antecipar um possível desacordo. Notamos que nessa quinta questão apareceu no corpus de Córdoba uma estratégia mitigadora com função reparadora: em (Ar_6m_5) “No voy a poder ir, **viejo**, es que...” De fato, o vocativo *viejo* foi empregado depois de a recusa ter sido feita – “No voy a poder ir” – como forma de “suavizá-la”, o que salienta a importância da posição do procedimento linguístico selecionado dentro do enunciado para determinar sua função.

Considerações finais

Conforme Albelda et al. (1994), as formas de tratamento e apelativas podem ser usadas para minimizar o que é expresso em enunciados descorteses (HAVERKATE, 1994) porque mostram aproximação com o ouvinte e podem servir para procurar o acordo ou o consenso ou a minimização do desacordo. Como vimos na maioria dos casos analisados, as formas de tratamento e apelativas foram empregadas estrategicamente para preparar o ouvinte antes de realizar um enunciado potencialmente ameaçador da imagem (função preventiva), mas também para apelar para a empatia com o interlocutor depois de já ter ameaçado a sua imagem (função reparadora), como em (Ar_6m_5) [...] “No voy a poder ir, **viejo**, es...”

As formas de tratamento por si só não têm a capacidade de categorizar uma cultura dentro do continuum “culturas de aproximação e distanciamento” proposto por Haverkate e Briz. Entretanto, considerada sua função pragmática atenuadora, podem ser um índice muito importante, dado que é o primeiro recurso linguístico que, como se demonstrou nos exemplos apresentados, aparece como estratégia de atenuação.

Também vimos que a maior ou menor coloquialidade nas formas de tratamento empregadas também coadjuva na categorização das culturas dentro das categorias propostas. Como se depreende dos casos apresentados, não houve diferenças sintagmáticas significativas, mas sim paradigmáticas. Mostramos que os paulistanos empregaram formas de tratamento mais formais em alguns casos e mais aproximativas do que os cordobeses, enquanto que estes últimos foram mais coloquiais no modo de estabelecer contato com os colegas. Destacamos o emprego das formas de extrema coloquialidade, “che”, “mirá” e “profe”, pelos universitários da cidade argentina. Tais regularidades nos permitem dizer que as formas de tratamento já colocam os universitários de Córdoba mais perto das sociedades de aproximação com relação a seus pares de São Paulo.

Para finalizar, acreditamos que a explicitação das diferenças, resultado do presente trabalho, salienta a importância dos estudos interculturais porque contribuem para o melhor entendimento, tanto da cultura própria como da cultura do outro porque, como aponta Charaudeau (2012, p. 30), cada povo está imerso em seus usos e tem a tendência a crer que tais usos são universais. Nesse sentido, os estudos pragmáticos interculturais têm a finalidade de facilitar a compreensão e melhorar a comunicação, e não de estabelecer comparações de superioridade ou inferioridade entre as culturas, nem de reforçar estereótipos.

Referências

- ALBELDA, M. Discordancia entre atenuación/cortesía e intensificación/descortesía en conversaciones coloquiales. In: J. L. Blas; M. Casanova; M. Velando (Orgs.). **Discurso y Sociedad. Contribuciones al estudio de la lengua en contexto social**. Servicio de publicaciones de la Universidad de Castellón, 2005, p. 581-590.
- ALBELDA, M.; BRIZ, A. Aspectos pragmáticos. Cortesía y atenuantes verbales en las dos orillas a través de muestras orales. In: M. Izquierdo; M. Aleza; J. E. Utrilla (Orgs.). **La lengua española en América: normas y usos actuales**. Valencia: Universitat de València, 2010. Disponível em:< <http://www.uv.aleza.es/aleza>>.

- ALBELDA, M.; BRIZ, A.; CESTER, A. M.; KOTWICA, D.; VILLALBA, C. Ficha metodológica para el análisis pragmático de la Atenuación en corpus discursivos del español. (ES.POR.ATENUACIÓN). **Oralia**, v. 17, p. 7–62, 2014.
- BRAVO, D. (Org.). **Estudios de la (des)cortesía en español**. Buenos Aires: Dunken, 2005.
- BRIZ, A. **Para un análisis semántico, pragmático y sociopragmático de la cortesía atenuadora en España y América**. LEA, 29,1, 2007, p.5-40.
- BRIZ, A. **La cortesía al hablar español**. 2011. Disponível em: <<http://comprofes.es/videocomunicaciones/clausura-%C2%ABla-cortes%C3%ADa-al-hablar-esp%C3%B1ol%C2%BB-y-conclusiones-del-comprofes>>
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness. Some Universals in language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1978].
- CAFFI, C. **Pragmatica. Sei lezioni**. Roma: Carocci, 2009.
- CAGGIANO BLANCO, R. **Atenuação pragmática e problemas de intercompreensão: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses**. 195f. Dissertação (Mestrado em Letras) – USP, São Paulo, 2015.
- CHARAUDEAU, P. Problemas teóricos y metodológicos en los estudios de la oralidad aplicados a la cortesía: aspectos lingüísticos, pragmáticos y discursivos. Tradução: Julio Escamilla González. **Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico**. Barranquilla-Estocolmo: EDICE, 2012.
- GOFFMAN, E. **Ritual da interação**. Tradução: Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1967].
- FERRER, M.; LANZA, C. S. **Interacción verbal. Los actos de habla**. Rosario: UNR Editora, 2002.
- HAVERKATE, H. **La cortesía verbal**. Madrid: Gredos, 1994.
- HAVERKATE, H. El análisis de la cortesía comunicativa: categorización pragmlingüística de la cultura española. In: D. Bravo; A. Briz (Orgs.). **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel, 2004, p. 55-65.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. In: I. Seara (Org.). **Cortesía: olhares e (re)invenções**. Trad.: A. L. Tinoco Cabral. Lisboa: Chiado, 2014, p. 47-82.
- LEVINSON, S. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- REBOLLO COUTO, L.; KULIKOWSKI, M. Z. El voseo argentino y el voseo chileno: diferencias sociolingüísticas y conversacionales a través de diálogos cinematográficos y textos en internet. In: L. R. Couto; C. R. Santos (Orgs.). **As formas de tratamento em português e em espanhol: variação e funções conversacionais**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 497-531.
- SILVA, L. A. Cortesía e formas de tratamento. In: D. Preti (Org.). **Cortesía verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 157-192.
- SILVA, L. A. Cortesía e atenuação nos atos diretivos dos documentadores do Projeto NURC/BR. In: D. Preti (Org.). **Variações na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2011, p. 273-297.

O fertas e pedidos no inglês aeronáutico: um estudo pelo viés da Pragmática de *Corpus*



Malila Carvalho de Almeida Prado *

* Docente da Fujian University of Technology, Fuzhou, China - malilaprado@alumni.usp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6281-6759>

Introdução

Em 2004, após acidentes ocorridos devido a problemas de comunicação, a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), órgão das Nações Unidas responsável pela aviação internacional, impôs aos governos membros que averbassem uma licença de proficiência linguística aos seus pilotos e controladores de tráfego aéreo (ATCO, como no inglês *Air Traffic Control Operator*) para operações internacionais. Como parâmetro para a nova certificação, a OACI propôs uma escala de proficiência linguística, cujo construto é dividido em seis áreas linguísticas, a saber, pronúncia, estrutura, vocabulário, fluência, compreensão e interação, em seis níveis (de 1 – elementar a 6 – *expert*). Para fim de licenciamento, o candidato deve obter, no mínimo, nível 4 (operacional) em todos os quesitos.

Para amparar as avaliações e, conseqüentemente, o ensino dessa variante específica da língua inglesa, o mesmo grupo de linguistas, pilotos e ATCOs envolvidos na confecção da escala de proficiência linguística também propôs um conjunto de procedimentos para a elaboração de avaliações. O documento que contém todas essas informações é denominado Manual de Implementação de Proficiência Linguística, ou DOC 9835 (ICAO, 2010). A responsabilidade dos testes e certificações é incumbida aos governos que, por sua vez, podem tanto elaborar e aplicar suas próprias avaliações quanto autorizar instituições que o façam.

No Brasil, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) encarregou-se da produção e monitoramento da avaliação, mais recentemente delegando a tarefa da aplicação a centros de treinamento aeronáutico ou a escolas de inglês. E o ensino, desde o início da aplicação dessa avaliação, em 2007, propagou-se no Brasil como um ‘treinamento para a prova’, ou seja, aplicam-se unicamente técnicas de memorização utilizando-se tão somente o teste como fonte de atividades pedagógicas. Esse efeito retroativo negativo (vide SCARAMUCCI, 2004) distanciou o conteúdo ministrado nos cursos de inglês aeronáutico da realidade dos pilotos. Essa falta de correspondência entre conteúdo ensinado / avaliado e a vivência da comunicação via rádio entre pilotos e ATCOs também foi atribuída à documentação elaborada pela OACI, considerada ambígua por muitos pesquisadores (ALDERSON, 2011; KIM, 2018, entre outros).

Um dos motivos dessa ambigüidade deve-se à observância da linguagem a ser avaliada: o inglês aeronáutico. O escopo exigido pelo Doc 9835 é o de comunicações radiotelefônicas entre pilotos e ATCOs em situações anormais, para as quais não há Fraseologia Aeronáutica descrita. A Fraseologia Aeronáutica é um tipo de linguagem roteirizada, descrita em documentos oficiais, que prescreve o que pilotos e ATCOs devem emitir no rádio a cada momento do voo. Para a OACI, tal linguagem é mandatória e, portanto, não deve constituir o escopo da avaliação, que é direcionado a um conhecimento linguístico mínimo que possibilite a interação entre pilotos e ATCOs durante eventos inesperados.

As situações anormais podem ser de diversas naturezas, dentre elas, ocorrências técnicas, problemas com mau tempo, e situações com passageiros ou tripulação. A OACI sugere que a produção linguística nesses momentos se equipare às premissas da Fraseologia Aeronáutica, quais sejam, objetividade, clareza e brevidade. Como ilustração, a OACI sugere o diálogo exposto no Quadro 1, traduzido no Manual de Fraseologia Aeronáutica brasileiro:

Quadro 1 - comunicação emitida pelo piloto sobre problema com o motor e respectiva tradução

Mayday, Mayday, Mayday, PT ABC motor em chamas, farei pouso forçado a 20 NM ao sul de Cascavel, cruzando 3000 pés, proa 360.

Mayday, Mayday, Mayday, PT ABC engine on fire, making forced landing 20NM South of Cascavel, passing 3000 feet, heading 360

Fonte: MCA-100-16 (BRASIL, 2016, p. 24)

Como observado na comunicação no Quadro 1, pilotos e ATCOs dirigem-se uns aos outros utilizando matrículas de voo, ou seja, designações de empresa e número de voo, ou estações de solo, uma vez que não há elementos visuais que identifiquem o falante. A linguagem produzida abstém-se de preposições, artigos, determinantes, marcadores discursivos (PHILIPS, 1991), e os turnos são bem definidos, pois não há sobreposição devido ao uso do rádio. Porém, quando abordam problemas, pilotos e ATCOs utilizam elementos que deveriam ser evitados, como exposto no Quadro 2:

Quadro 2 – comunicação autêntica entre piloto e ATCO sobre problema com o para-brisa

<pilot> AIRCRAFT four one niner / we have a crack in our window / so we we we'd like to maintain this altitude 'til we advise //
<ATCO> AIRCRAFT four nineteen / just advise when you're done dumping fuel //
<pilot> We would like to divert to Boston //
<ATCO> AIRCRAFT four nineteen / roger / we'll have direct to Boston uh whenever you're done // attention all aircraft in the vicinity of the Norwich VOR / fuel dumping in progress at eight thousand feet by a seven forty-seven //

Fonte: elaborado a partir do corpus compilado pela autora

Na busca por um maior entendimento do que ocorre na comunicação autêntica entre pilotos e ATCOs, compilamos um corpus com diálogos entre esses dois grupos de profissionais, via rádio, em situações anormais, correspondendo ao construto sugerido pela OACI. Propomos a descrição desse *corpus* tendo como parâmetro as áreas linguísticas elencadas na Escala de Proficiência Linguística da OACI. Nas análises, houve alta frequência de itens normalmente relacionados ao domínio dos estudos da Pragmática Linguística, tais como modalizações e dêiticos. O objetivo deste artigo é elucidar o motivo da recorrência desses elementos. Para esse fim, isolamos a análise em dois atos de fala específicos devido a sua alta frequência no corpus: ofertas e pedidos.

Este artigo encontra-se assim organizado: após a introdução para melhor entendimento do contexto da pesquisa, apresentamos uma breve explanação sobre o *corpus* de estudo que possibilitou a análise direcionada pelos dados (vide TOGNINI-BONELLI, 2001); em seguida, abordamos o arcabouço teórico em que nos respaldamos para a análise dos dados; na seção seguinte, mostramos a investigação dos dois atos de fala mencionados anteriormente, a saber, ofertas e pedidos; por fim, elencamos as conclusões parciais – sendo este um recorte da pesquisa de doutorado em andamento – e os encaminhamentos da pesquisa.

1. O corpus de estudo

Para analisarmos a comunicação autêntica entre pilotos e ATCOs em situações anormais, coletamos e transcrevemos 130 áudios. A coleta dos áudios foi realizada a partir de um sítio eletrônico que hospeda comunicações via rádio de diversas partes do mundo. Intitulado *liveatc.net*, também oferece um espaço exclusivo aos seus assinantes, onde disponibilizam áudios em que eventos anormais ocorrem. A seleção desses eventos cumpriu três requisitos: primeiramente, adotamos ocorrências técnico-operacionais descritas em outro documento da OACI, o *Aviation Occurrence Categories* (Categorias de Ocorrências na Aviação) (ICAO, 2006), que elenca 33 categorias de acidentes / incidentes, entre elas, problemas relacionados à aeronave ou seus sistemas, invasão de pista por aeronave não autorizada, mau tempo etc. Para cada categoria há, no mínimo, quatro áudios. O segundo requisito refere-se à língua estudada: deveriam ser interações em inglês. Por fim, deveria haver ao menos um áudio, para cada uma das 33 categorias, com interações com tráfego aéreo internacional. Essas condições foram importantes para garantirmos a representatividade do *corpus*, tanto em relação à variedade de problemas quanto à de falantes.

Devido à natureza da coleta, não pudemos identificar os falantes, sequer determinar se são nativos da língua inglesa. Com a finalidade de entendermos a comunicação como pertencente à classe profissional em vez de investigarmos uma cultura específica, selecionamos os áudios conforme a empresa aérea e o espaço ou aeroporto em que se localiza. Caso seja uma empresa aérea estrangeira naquele espaço aéreo ou território, o áudio é considerado internacional, já que essa é exatamente a condição estabelecida pela OACI (pilotos e ATCOs somente podem operar internacionalmente se obtiverem o nível mínimo de proficiência em língua inglesa). Ressaltamos que, uma vez que os pilotos e ATCOs envolvidos nas comunicações representam a instituição para a qual trabalham, e os áudios são compilados em um sítio eletrônico de domínio público, não desrespeitamos direitos autorais. Para a preservação da identidade das empresas aéreas, trocamos as matrículas de voo pela palavra *aircraft* (aeronave) ao utilizarmos extratos de comunicações que ilustram nossas análises.

As transcrições foram realizadas com o aporte da Teoria da Língua em Ato (TLA) (CRESTI, 2000), que prevê quebras prosódicas identificando unidades tonais. As unidades tonais, segundo a TLA, correspondem à unidade mínima de significado. Para ilustrarmos, apresentamos um enunciado retirado do *corpus* de estudo:

(1) *and AIRCRAFT three eight five / just to verify / you are off the runway on the departure end / just so we know //*

Por meio desse excerto, é possível identificar as quebras tonais (que não necessariamente correspondem a pausas) delimitadas pelas barras. As barras simples designam as quebras tonais dentro do mesmo enunciado. Já as barras duplas sinalizam a quebra do enunciado. Cada ilha entre as barras corresponde a uma unidade tonal, ou unidade de sentido (CRESTI, 2014). Para esta pesquisa, cada ilha corresponde a segmentos de palavras que, juntos, apre-

sentam uma unidade de significado, e facilita seu reconhecimento. No enunciado acima, temos quatro ilhas: a primeira é o vocativo; a segunda é a apresentação da ação a ser executada [somente para verificar]; a terceira é o ato locutório em si, que explicita o evento [você saiu da pista na cabeceira da decolagem]; e a quarta é uma repetição do ato da segunda ilha [somente para sabermos].

O corpus totaliza 130 textos com 110.737 palavras (*tokens*) transcritas, com riqueza lexical de 2,9% (o que significa baixa densidade lexical, porém alta recorrência de padrões). A seguir, esboçamos o arcabouço teórico que apoia esta pesquisa.

2. A Pragmática de Corpus

O título acima refere-se à congruência entre duas linhas de pesquisa: a Pragmática Linguística e a Linguística de *Corpus*. Explicamos cada uma individualmente, focando no que contribuem para esta pesquisa e, então, a conexão entre elas.

A Linguística de *Corpus* (LC) ocupa-se do estudo em *corpora* que, por sua vez, podem ser definidos como bancos de textos em formato digital, armazenados eletronicamente, e que se prestam à análise linguística (TAGNIN, 2013). Os textos são compilados conforme o recorte da pesquisa pretendida, para, então, possibilitarem uma extração automática por meio de ferramentas computacionais; em seguida, cabe ao pesquisador a investigação manual dos dados obtidos. A premissa dessa abordagem é de que a língua é construída por padrões recorrentes que são convencionalizados em determinada comunidade linguística, armazenados cognitivamente e compartilhados socialmente (AIJMER, 1996). O estudo dessa convenção, ou desses padrões sociais, permite ao investigador uma descrição da linguagem que se propõe estudar.

Há, basicamente, dois tipos de análise: a dirigida pelo *corpus* e a baseada em *corpus* (TOGNINI-BONELLI, 2001). A análise dirigida pelo *corpus* é aquela em que o investigador compila o *corpus* e parte da análise dos dados evidenciados pela ferramenta computacional; já a baseada em *corpus* permite ao pesquisador que se aproxime dos dados por meio de hipóteses previamente formuladas. A primeira proposta – dirigida pelo *corpus* – é a que norteia esta pesquisa, razão pela qual apresentamos o *corpus* antes da metodologia. Como temos o objetivo de analisar a língua utilizada em comunicações radiotelefônicas entre pilotos e ATCOs interagindo sobre situações anormais, compilamos um *corpus* que atende esses critérios (vide seção anterior), e dividimos a pesquisa em dois momentos principais. No primeiro, buscamos os substantivos mais frequentes, realçados pelo utilitário *Wordlist* da ferramenta *Wordsmith Tools* versão 7 (WST) (SCOTT, 2016), e analisamos seu entorno na delimitação dos padrões léxico-gramaticais. Já na segunda fase, propusemos um contraste dos dados analisados com as áreas de fluência e interação assim como sugeridas pela OACI, e adotamos a metodologia proposta por Altenberg (1998), que trata da fraseologia da língua oral: o pesquisador sugere o levantamento de cadeias de palavras em grupos de duas, três e quatro palavras que normalmente ocorrem juntas para analisar a construção e organização do discurso. Dessa forma, é possível

detectar elementos que identificam a interação falante e interlocutor, e questões relacionadas ao contexto de produção dessa interação. Altenberg (1998, p. 103) agrupa e classifica essas cadeias de palavras em orações completas e incompletas e, depois, em tipos funcionais, considerando os atos de fala.

Apoiando-nos no conceito de Altenberg (1998), ao levantarmos as cadeias de palavras de duas, três e quatro palavras que normalmente ocorrem juntas, e removendo aquelas que são intrínsecas ao domínio da aviação (tais como *runway two two* [pista dois dois]), deparamos com listas repletas de dêiticos de pessoa, tempo e lugar, verbos modais, pausa preenchida (*uh*), o honorífico *sir* e expressões de gratidão. Tais elementos são tradicionalmente estudados por outra abordagem teórica – a Pragmática.

A perspectiva de Pragmática que adotamos neste estudo é “o estudo da linguagem do ponto de vista de seus usuários, especialmente das escolhas que fazem, dos limites em que esbarram ao utilizar a língua na interação social e dos efeitos que a língua tem em outros participantes no ato da comunicação” (CRYSTAL, 1997, p. 240). Considerando, assim, o efeito no usuário, o uso real da língua e a evidência dos dados levantados que correspondem a elementos que identificam o interlocutor, buscamos respaldo na teoria dos atos de fala (AUSTIN, 1962), no estudo dos dêiticos (FILLMORE, 1971) e da mitigação (CAFFI, 1999). Ressaltamos que o corpus não foi anotado pragmaticamente, ou seja, não foram adicionadas informações aos textos originais que nos permitam buscar, por exemplo, atos de fala específicos, mas utilizamos os estudos da Pragmática na análise das cadeias de palavras, ou blocos de linguagem.

Os blocos de linguagem são o principal eixo de ligação entre a Pragmática e a LC, ou Pragmática de Corpus (ADOLPHS, 2008), e adquirem cada vez mais importância nos estudos da LC, que buscam o significado no entorno da palavra, e não nela isoladamente. Dessa forma, sentido e forma são interligados. A perspectiva da Pragmática conecta o bloco de linguagem à função ilocucionária, ou ao ato de fala, investigado por meio de um perfil funcional (ADOLPHS, 2008). Esses blocos são frequentemente usados por determinada comunidade de fala e, assim, roteirizados, permitindo o acesso ao conhecimento partilhado e ao fluir conversacional (AIJMER, 1996).

Assim, a proposta da congruência entre as duas linhas aqui explicadas se dá em dois eixos: o vertical e o horizontal. O vertical é uma alusão à forma como os dados são extraídos pelas ferramentas computacionais da LC: em listas (de palavras, de blocos de palavras, de linhas de concordância). O horizontal refere-se à maneira como a leitura é feita: buscando as explicações para os padrões recorrentes dentro do seu contexto, com foco no efeito no usuário (como proposto pela Pragmática Linguística) (AIJMER e RÜHLEMANN, 2015). A seguir, apresentamos a forma como a análise é realizada.

1 [...] the study of language from the point of view of users, especially of the choices they make, the constraints they encounter in using language in social interaction and the effects their use of language has on other participants in the act of communication.

3. A metodologia

Como mencionado na seção anterior, adotamos a metodologia de levantamento dos blocos de linguagem de duas, três e quatro palavras, conforme sugerido por Altenberg (1998), utilizando a ferramenta WST. A extração é parcialmente apresentada na Tabela 1:

Tabela 1: os dez primeiros blocos de linguagem de 2, 3 e 4 palavras.

Blocos de 2 palavras			Blocos de 3 palavras		Blocos de 4 palavras	
N	Word	Freq.	Word	Freq.	Word	Freq.
1	WE RE	436	WE RE GONNA	111	CLEARED FOR TAKE OFF	72
2	THANK YOU	392	HOLD SHORT OF	74	THANK YOU VERY MUCH	45
3	ON THE	330	ON THE RUNWAY	62	LINE UP AND WAIT	41
4	YOU RE	273	D LIKE TO	51	WE D LIKE TO	33
5	TO THE	271	I DON T	50	CLEARED TO LAND RUNWAY	32
6	WE LL	233	WE D LIKE	49	ESTABLISHED ON THE LOCALIZER	24
7	AND UH	212	LET ME KNOW	46	HOLD SHORT OF RUNWAY	20
8	UH WE	211	THANK YOU VERY	45	ARE YOU ABLE TO	19
9	YOU CAN	202	YOU VERY MUCH	45	DID YOU COPY THAT	19
10	IF YOU	200	UH WE RE	44	I DON T KNOW	19

Considerando o teor de urgência típico das comunicações aqui estudadas, questionamos o motivo de haver tantos elementos modalizadores (tais como *we'll* [iremos], *you can* [você pode], *'d like to* [gostaria de], *we'd like* [gostaríamos], *we'd like to* [gostaríamos de], *are you able to* [você consegue]). A fim de compreender essa questão, agrupamos os blocos de linguagem de acordo com a função que desempenham. Para tanto, foi realizada uma análise de cada bloco nas linhas de concordância e no contexto de produção, buscando o texto de origem para definirmos causa e efeito na comunicação ocorrida.

Para realizarmos uma análise mais minuciosa dos elementos modalizadores, optamos por individualizar dois atos de fala que foram recorrentes no agrupamento dos blocos por suas funções: ofertas e pedidos. São atos de fala bem definidos pelo contexto, uma vez que são necessários na negociação das futuras ações após o surgimento do problema.

Ressaltamos que, nos documentos prescritivos da Fraseologia Aeronáutica, pedidos devem ser feitos por meio do verbo *request* [solicitar] (ICAO, 2007, p. 2-7), como em '*request higher level*' [solicito nível mais alto]. As ofertas, no entanto, não são descritas no documento. Portanto, além da alta recorrência, o fato de o ato de fala 'pedido' ser prescrito – e, supostamente, treinado – pela Fraseologia Aeronáutica, reforça a importância de seu estudo.

Na próxima seção, averiguamos análises de extratos que ilustram os usos desses dois atos de fala.

4. A análise

As ofertas realizadas com o verbo *request* (assim como sugerido pela Fraseologia Aeronáutica) ocorrem 64 vezes no *corpus*. Já o bloco de linguagem *would/'d like* [gostaria] ocorre 78 vezes. Apresentamos, a seguir, as primeiras linhas de concordância geradas tanto com o verbo *request* (Quadro 3) quanto com o bloco *would/'d like* (Quadro 4) para fins de comparação:

Quadro 3: dez primeiras linhas de concordância com *request*.

N	Concordance		
1	land earliest runway exit	request	earliest exit of the runway
2	o seven zero // okay / new	request	/ we'd like to do a visua
3	lure on the right engine /	request	visual return back to one
4	Okay / Aircraft what's your	request	? // Aircraft four echo eight s
5	ight tango two what's your	request	? // Contact operations l
6	ur / information uniform /	request	further descent // Enter
7	e six nine five / mayday /	request	turn back and descend to
8	zero five fire on board /	request	immediate turn back to Bu
9	cleared for taxi / I will	request	the tower // Tower / Arge
10	our on your arrival? // Uh	request	four left / four left wil

Quadro 4: dez primeiras linhas de concordância com *would ('d) like*.

N	Concordance		
1	e just dumping fuel and we	'd like	your help if you uh if you
2	re for you and a tug // We	'd like	you to do it pretty quickl
3	smoke in the cockpit / we	'd like	you to roll trucks to our
4	ting any overheat but we	would like	you to inspect and see u
5	// if it's ok with you we	'd like	vectors back around to the
6	e pulls into the gate / we	'd like	uh to do a thermal scan to
7	thousand initially? // We	'd like	uh to maintain four thousa
8	ty / go ahead // Yeah / we	'd like	uh lower // Stand by // Mi
9	ys two three four // Uh we	'd like	uh to descend now below on
10	rgency at this time / we	would like	uh equipment standing by

A análise das linhas de concordância mostradas nos Quadros 3 e 4 não revelam grandes diferenças de uso, já que *request* e *would like* exercem a mesma função e podem ser seguidos de verbos ou substantivos, verbos de suporte ou do domínio da aviação. Daí a importância de observarmos

o uso no contexto de produção e o efeito causado no interlocutor. No Quadro 5, observa-se o uso do verbo *request* seguido de *would like to request* em um extrato de comunicação retirado do *corpus* de estudo:

Quadro 5 – comunicação sobre solicitação de pista

<pilot> Bradley ground / AIRCRAFT fifteen oh nine / **request** taxi to runway six //

<ATCO> AIRCRAFT fifteen oh nine / runway three three / taxi via sierra //

<pilot> Yes sir uh / if able / **we would like to request** runway six for AIRCRAFT fifteen zero nine //

<ATCO> AIRCRAFT fifteen zero nine / runway six / taxi via Charlie //

<pilot> Via Charlie for runway six / AIRCRAFT fifteen oh nine /

Observa-se que, inicialmente, o piloto solicita a pista 06 utilizando o verbo descrito pela Fraseologia Aeronáutica, a saber, *request*. Nesse caso, trata-se de uma solicitação rotineira, confirmado pelo uso de *request*. Contudo, o ATCO simplesmente avisa o uso de uma pista diferente da solicitada – pista 33 – e instrui o piloto a mover a aeronave para essa nova direção. O piloto começa a réplica utilizando o honorífico *sir* [senhor] no lugar do nome da estação (*Bradley Ground* [Solo Bradley]) e a pausa preenchida (*uh*); em seguida, modaliza sua fala insistindo na possibilidade de utilizar a pista 06 (*if able / we would like to request runway six* [se possível / gostaríamos de solicitar a pista 06]). O verbo *request* continua no enunciado, porém acompanhando elementos atenuadores, como os três blocos de linguagem realçados: *yes sir, if able* e *we would like to*. Esse pedido foi prontamente atendido, com o interlocutor simplesmente retornando ao uso formal da Fraseologia Aeronáutica e indicando a nova instrução de movimento em solo em direção à pista 06.

Esse caso analisado, no entanto, apesar de relevante para os nossos estudos, não abrange o elemento de urgência mencionado anteriormente. No Quadro 6, observamos outro extrato, dessa vez tratando de uma situação de extrema emergência:

Quadro 6 – comunicação sobre fogo a bordo

<pilot> Mayday <unreadable> zero five <unreadable> fire on board / **request** immediate turn back to Budapest //

<ATCO> Roger / two stations / say again your call sign //

<pilot> AIRCRAFT one six nine five / mayday / **request** turn back and descend to Budapest //

<ATCO> AIRCRAFT one six nine five uh roger uh / right is approved / descend to flight level two zero zero //

<pilot> Descend flight level two zero zero / AIRCRAFT one six nine five // AIRCRAFT one six nine five / **can we** turn back to Budapest? //

<ATCO> AIRCRAFT one six nine five / affirm / cleared to turn back to Budapest / right turn and uh descend to flight level two zero zero //

<pilot> Right turn flight level two zero zero / AIRCRAFT one six nine five //

A situação de emergência é declarada pelo uso da palavra *Mayday*, que, na Fraseologia Aero-náutica, é indicativa desse tipo de gravidade. Devido à natureza emergencial, o piloto, ocupado com o problema vivenciado e com as decisões a serem tomadas, é sucinto, solicitando o retorno ao aeroporto de origem por meio do uso da palavra *request*. O ATCO informa que duas estações falaram ao mesmo tempo (o que indica que não recebeu a mensagem por estar bloqueada, situação representada por *<unreadable>* [ininteligível]) e pede que o piloto repita a matrícula de voo para possibilitar a identificação da aeronave que está em emergência. O piloto repete seu enunciado, retomando a solicitação de retorno ao aeroporto. O ATCO responde com a palavra *roger*, que significa ‘ciente’ na Fraseologia Aeronáutica, e instrui o piloto a descer para o nível de voo 200 (20.000 pés). Sem a confirmação verbal de que sua solicitação para retornar ao aeroporto de Budapeste seria atendida, o piloto a refaz, dessa vez utilizando modalizadores: *can we turn back to Budapest?* [podemos retornar a Budapeste?]. O ATCO, então, afirma e autoriza o retorno formalmente (*cleared to turn back to Budapest* [autorizado a retornar a Budapeste]) e dá as instruções que possibilitem o retorno solicitado.

Em outro exemplo, observamos um extrato de comunicação que retrata uma segunda ocorrência em um mesmo aeroporto. Após avistar um acidente com uma aeronave, os passageiros a bordo de outra aeronave começaram a causar problemas para a tripulação de voo que, por sua vez, precisou interromper o silêncio no rádio necessário nesses momentos (para que a aeronave em emergência tenha pleno atendimento e exclusividade na frequência do rádio). O extrato no Quadro 7 retrata o momento dessa interrupção:

Quadro 7 – comunicação sobre passageiros abusivos

<pilot> Uh AIRCRAFT 73E //

<ATCO> Go ahead //

<pilot> Uh we have some uh unruly passengers on board so **we would like to** return to the gate //

<ATCO> Okay / AIRCRAFT 73E / umm **what would like** <break> **would you like to** return to the gate? / that's fine / taxi down the runway and escape via S4 //

<pilot> Vacate via S4 / AIRCRAFT 73E / thank you // and Tower / AIRCRAFT 73E / uh **we would like to request** uh the police at the gate //

<ATCO> AIRCRAFT 73E / that's copied / we're working on that //

<pilot> Thank you //

<ATCO> AIRCRAFT 73E / we've called the police for you / contact Ground on 121.705//

<pilot> 121.705 / thank you / AIRCRAFT 73E//

Nesse extrato de comunicação, um segundo problema é apresentado ao ATCO, que já está ocupado com o acidente em seu aeroporto. Observa-se que o piloto se identifica na frequência utilizando a pausa preenchida *uh*. O ATCO responde unicamente com a expressão *go ahead* [prossiga], sem utilizar nenhuma outra identificação, o que também é feito pelo piloto, em cuja resposta não há nenhuma matrícula de voo ou nome da estação de solo, conforme recomendado. Denotando certa cautela, o piloto declara o problema e faz sua solicitação de retorno ao portão de embarque,

atenuando-a. O ATCO continua utilizando a mesma estrutura de atenuação, qual seja, *would like to* [gostaria de], para dar ciência do problema ao piloto, que, por sua vez, faz um segundo pedido: que policiais o esperem no portão de embarque.

Assim, nos extratos de comunicação que ilustram este artigo, notamos que o uso da palavra *request* existe principalmente para as situações rotineiras ou para as situações em que há necessidade de brevidade. Porém, quando a situação se torna mais delicada, há necessidade de proteger a face (GOFFMAN, 1967), atenuando a linguagem ao modalizá-la. Essa mitigação pode corresponder à redução de “riscos para os participantes [da comunicação] em vários níveis: riscos de contradizer-se, da recusa, de perder a face, de conflitos e assim por diante” (CAFFI, 1999). Nos momentos em que a situação requer colaboração mais participativa entre os falantes, estes se expõem mais, o que pode justificar a mitigação evidenciada no *corpus* de estudo.

A análise das ofertas ressalta observações similares. Como já mencionado anteriormente, não há, para ofertas, Fraseologia Aeronáutica descrita como há para pedidos. A OACI declara que “uma estação respondendo a uma aeronave em emergência ou urgência deve fornecer recomendações, informações e instruções que forem necessárias para assistir o piloto” (ICAO, 2007, p. 9-2). Acreditamos que ofertas estejam inseridas nesse contexto. No *corpus*, após a junção dos blocos de linguagem de acordo com a sua função, levantamos os seguintes blocos que exercem a função de oferta: *do you want* [você quer], que ocorre 23 vezes; *would you like* [você gostaria], 21 vezes; e *if/wh* would like* [se / o que você quiser], dez vezes.

Ao buscarmos cada um dos blocos de linguagem realçados pelas ferramentas computacionais nas linhas de concordância e, em seguida, no contexto expandido, encontramos outros exemplos de blocos de linguagem que servem ao mesmo propósito, como observado no extrato do Quadro 8:

Quadro 8 – comunicação sobre combustível mínimo

<ATCO> o8 left / ATIS F and understand you're minimum fuel //

<pilot> uh confirm it's the runway o8 left for us / AIRCRAFT 229? //

<ATCO> that is correct / runway o8 left / **I can offer you** the right side **if you'd like** / **whatever you want** //

<pilot> Mayday Mayday Mayday / AIRCRAFT 229 heavy / we have a mayday fuel and we require runway o8 right //

<ATCO> Okay / I check the mayday AIRCRAFT / just plan runway o8 right and I'll have the vectors for you very shortly here //

<pilot> AIRCRAFT 229 / thank you //

<ATCO> And AIRCRAFT 229 / are you in need of immediate landing? //

<pilot> Affirmative / AIRCRAFT 229 heavy //

<ATCO> Okay / **would you like** to land at Victoria airport? / it's about ten fifteen miles closer //

<pilot> Uh negative / we are set up for Vancouver / we'll go to Vancouver //

<ATCO> Okay thanks / AIRCRAFT 229 / I just wanna uh be clear here / **I can offer** you either Abbotsford Airport or Victoria Airport / they are both a little closer and they both have east west runways / and uh **either that or you can** continue to Vancouver //

<pilot> It is going to be Vancouver for us AIRCRAFT 229 / thanks for the offer //

No Quadro 8, os blocos de linguagem que desempenham a função de ofertar estão grafados, e mostram certa variedade. Ainda assim, essa variedade é encontrada frequentemente no *corpus* de estudo, e compõe colocados com os modalizadores *would like* [gostaria] e *can* [poder], denotando a atenuação, como visto nos exemplos com a função de pedir. No último extrato, o ATCO parece ser prolixo, principalmente considerando a situação de emergência em que o piloto se encontra (necessita pousar o mais rapidamente possível, pois não terá combustível suficiente para continuar o voo). Entretanto, o ATCO precisa de informações sobre o problema para fornecer ao piloto tudo aquilo de que necessita e, portanto, os dois profissionais compartilham a responsabilidade do resultado do evento – inclusive criminalmente, caso haja fatalidades.

O próximo extrato também ilustra o compartilhamento do problema. O ATCO dá as instruções para orientar a navegação do voo segundo os preceitos da Fraseologia Aeronáutica (como no início do primeiro enunciado). Porém, ao questionar o estado da aeronave ao chegar ao solo (para saber se haverá necessidade de bloquear a pista), atenua a mensagem: *do you want to stay stopped on the runway or do you think you'll be able to clear?* [você quer ficar parado na pista ou você acha que conseguirá livrar (a pista)?]. Os próximos enunciados seguem sendo atenuados, como se observa no Quadro 9:

Quadro 9 – comunicação sobre possibilidade de interdição de pista.

<ATCO> AIRCRAFT forty sixty-nine turn right heading two seven zero and uh just stay at that two thirty heading / and **do you want to** stay stopped on the runway or do you think you'll be able to clear? //

<pilot> Well we uh don't know yet / most likely we'll able to clear / AIRCRAFT forty sixty-nine //

<ATCO> Alright / Just to verify if your gear is stuck down? //

<pilot> Uh we don't know / we're having a disagreement message//

<ATCO> Okay // AIRCRAFT forty sixty-nine / **if you wanna** do a flyby / **I can have the tower** look at the gear before you land //

No último enunciado do Quadro 9, observam-se novamente dois blocos de linguagem referentes a ofertas com modalizações: *wanna* [quer] e *can* [poder]. Essas modalizações podem ser vistas pela luz da teoria da mitigação (CAFFI, 1999, p. 882), ou atenuação, que prevê gatilhos acionados por atos de fala que correspondem a direitos e deveres dos interagentes, e são presentes no jogo da interação. O ATCO, cuja função rotineira é instruir pilotos a cumprirem regras pré-determinadas, passa a exercer um papel distinto, oferecendo ao piloto uma variedade de opções que lhe atendam, e lhe auxilia na solução de algum tipo de problema. A atenuação parece ser uma estratégia comunicativa que não compõe o construto proposto na Escala de Proficiência Linguística da OACI, que privilegia o desempenho linguístico individual do candidato / aluno. Essa mitigação pode ser realizada de algumas maneiras, verificadas neste estudo: por meio dos modalizadores (*would like to, can we*); pelo uso do dêitico *we* que inclui o interlocutor na mensagem ou identifica a presença de mais pessoas além do falante; e pela pausa preenchida *uh*, que parece anunciar a declaração do problema. O contexto e o ritual conversacional evidenciam os participantes da comunicação, quais sejam, pilotos e ATCOs, que são invocados a resolver um problema em cooperação um com o outro. Assim,

observa-se a convenção social e o trabalho de face se impondo sobre a Fraseologia Aeronáutica nas situações de resolução de problemas.

Considerações finais

Verificamos, por meio das análises propostas neste artigo, que a congruência entre estudos da LC e da Pragmática beneficiam o entendimento do trabalho de face evidenciado nas comunicações radiotelefônicas. Ressaltamos que há de se observarem os pontos que se interconectam antes de começar esse tipo de pesquisa: a comunicação a ser investigada deve ter sido produzida autenticamente, a transcrição deve ser feita de modo a ser o mais fiel possível ao evento comunicativo para que nuances apareçam, e é necessário que o contexto seja bem delineado e transparente ao pesquisador.

Outras pesquisas que buscam a relação entre forma e significado e o perfil funcional respaldaram a metodologia utilizada neste estudo, que apresentou a correspondência entre os elementos modalizadores altamente frequentes e a mitigação que está na interação entre os profissionais, principalmente quando lidam com situações anormais. Também se pode observar que o uso da linguagem roteirizada da Fraseologia Aeronáutica ainda é preferência entre os profissionais (observada pelo uso da palavra *request*), e a migração para o *plain English* é feita quando há negociação situacional (observada pelo uso do bloco de linguagem *would / 'd like*).

Os blocos de linguagem referentes a dois atos de fala recorrentes no *corpus*, quais sejam, ofertas e pedidos, possibilitaram a investigação do motivo pelo qual o uso de modalizadores é ressaltado na extração automática realizada pelas ferramentas computacionais da LC. Por meio dos estudos sobre mitigação, pode-se observar a relação entre pilotos e ATCOs quando envolvidos no problema em si, colaborando um com o outro, atenuando a linguagem principalmente ao abandonarem o uso da Fraseologia Aeronáutica. A mitigação parece também ser um anúncio à declaração do problema, e acompanha estratégias de comunicação, tais como o uso de honoríficos, a hesitação como iniciador de turnos, a modalização para a atenuação da mensagem, e o uso do dêitico *we* indicando o compartilhamento da responsabilidade.

Como encaminhamentos sugeridos, executaremos a investigação dos outros atos de fala presentes no *corpus*, também materializados nos blocos de linguagem extraídos. Após esse estudo, propomos a aplicação dessa descrição de linguagem na sala de aula, por meio de materiais didáticos que exponham a importância da interação entre pilotos e ATCOs, e que se utilizem das comunicações reais (PRADO e TOSQUI-LUCKS, 2017).

Dessa forma, sugerimos um entendimento maior do que é atualmente observado como construto linguístico do inglês aeronáutico. Em vez de concentrarem-se na produção individual do candidato / aluno, é importante que os envolvidos com a avaliação e o ensino do inglês aeronáutico considerem os aspectos pragmáticos altamente relevantes nas comunicações radiotelefônicas, como demonstrado no presente artigo. Ao repensarmos tais critérios, podemos aproximar a realidade vivida pelos pilotos e ATCOs aos testes e à sala de aula.

Referências

- ADOLPHS, Svenja. **Corpus and context**: investigating pragmatic functions in spoken discourse. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- AIJMER, Karin. **Conversational routines in English**: convention and creativity. London: Longman, 1996.
- AIJMER, Karin; RÜHLEMANN, Christoph. **Corpus Pragmatics**: a handbook. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- ALDERSON, Charles. The Politics of Aviation English Testing. **Language Assessment Quarterly**, v. 8, n. 4, 2011, p. 386-403.
- ALTENBERG, Bengt. On the Phraseology of Spoken English: The Evidence of Recurrent Word-Combinations. In: COWIE, Anthony. **Phraseology**: Theory, Analysis, and Applications. Oxford: Oxford University Press, 1998, p.101-122.
- AUSTIN, John. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BRASIL. **Fraseologia de Tráfego Aéreo. MCA 100-16**. Rio de Janeiro: Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Serviços de Tráfego Aéreo, 2016.
- CAFFI, Claudia. On mitigation. **Journal of Pragmatics**, v. 31, 1999, p.881-909.
- CRESTI, Emanuela. **Corpus di italiano parlato**. Firenze: Accademia della Crusca, v. I, 2000.
- CRESTI, Emanuela. Syntactic properties of spontaneous speech in the Language into Act Theory. In: RASO, Tommaso; MELLO, Heliana. **Spoken Corpora and Linguistic Studies**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014, p.365-410.
- CRYSTAL, David. **A dictionary of linguistics and phonetics**. Cambridge: Blackwell, 1997.
- FILLMORE, Charles. **Towards a theory of deixis**. The PCCLLU Papers. University of Hawaii. 1971, p.219-241.
- GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual**: essays on face to face behavior. New York: Doubleday, 1967.
- INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION (ICAO). **Aviation Occurrence Categories**: Definitions and Usage Notes. Montreal: ICAO, 2006.
- INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION (ICAO). **Manual of Radiotelephony DOC 9432-AN/925**. Montreal, 2007.
- INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION (ICAO). **Manual of implementation of the language proficiency requirements (DOC9835-AN/453)** (2nd ed.). Montreal: International Civil Aviation Organization, 2010.
- KIM, Hyejeong. What constitutes professional communication in aviation: Is language proficiency enough for testing purposes? **Language Testing**, v. 35, n. 3, 2018, p.403-426.
- PHILPS, Dennis. Linguistic security in the syntactic structures of air traffic control English. **English World-Wide**, v. 12, n. 1, 1991, p.103-124.
- PRADO, Malila; TOSQUI-LUCKS, Patrícia. **Are the LPRs focusing on real life communications issues?** International Civil Aviation English Association. Dubrovnik: Embry-Riddle Scholarly Commons, 2017, p.1-20.
- SCARAMUCCI, Matilde. Efeito retroativo da avaliação no ensino/aprendizagem de línguas: o estado da arte. **Trabalhos em Lingüística Aplicada**, Campinas, 2, 2004, p.203-226.
- SCOTT, Mike. **Wordsmith Tools version 7**. Stroud: Lexical Analysis Software, 2016.
- TAGNIN, Stella. **O jeito que a gente diz**: expressões convencionais e idiomáticas. São Paulo: Disal, 2013.
- TOGNINI-BONELLI, Elena. **Corpus Linguistics at Work**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

Estudio **fonopragmático: la interpretación de enunciados irónicos por aprendices brasileños de español**



Sara González Berrio *

* Doctora en Lingüística y Lengua Portuguesa (FCLAr/UNESP) y Lingüística Aplicada a la Enseñanza de Lenguas (Nebrija) - doble titulación - sgonzalezbe@nebrija.es - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3006-6126>

Introducción

La experiencia como profesora de español en el contexto brasileño y aprendiz de portugués en contexto de inmersión me ha permitido comprobar que la fonética resulta decisiva al interpretar y transmitir adecuadamente mensajes orales. De ahí que la presente investigación pretenda abordar la enseñanza-aprendizaje de uno de los elementos que constituyen el nivel fónico de las lenguas: la prosodia. En concreto, nos vamos a centrar en la entonación, pues desempeña un papel fundamental tanto en la comprensión como en la producción de los mensajes orales y, por consiguiente, en la comunicación. La entonación funciona como elemento desambiguador y, al mismo tiempo, proporciona información sobre la actitud, el estado de ánimo o las emociones (HIDALGO y QUILIS, 2002). Los mencionados argumentos nos hacen pensar que dominar la entonación resulta primordial para garantizar la inteligibilidad del mensaje, a pesar de que puedan existir otro tipo de errores (léxicos, gramaticales, etc.). De ahí que hayamos adoptado una perspectiva fonopragmática, pues el foco va a estar en los distintos significados que puede presentar un mismo enunciado, dependiendo de la curva melódica con la que se pronuncie y del contexto comunicativo en el que aparezca (HIDALGO y QUILIS, 2002).

En las próximas páginas presentamos un estudio realizado como trabajo de fin de máster, cuyo objetivo consistía en analizar la comprensión auditiva de la entonación irónica en estudiantes brasileños de nivel avanzado. Asimismo, nos propusimos estudiar si influía en dicha comprensión el tipo de enunciado (asertivo o interrogativo) y el conocimiento del contexto. Por último, examinamos la importancia que le otorgaban los aprendices brasileños al contexto y a la entonación al elaborar los significados de los enunciados irónicos y estudiamos las marcas fónicas percibidas. Con ese propósito, llevamos a cabo una descripción focalizada con 40 informantes: 20 nativos brasileños aprendices de español y 20 nativos de español peninsular que actuaron como grupo de control.

El hecho de estudiar la percepción en primer lugar, y dejar el análisis de la producción para un estudio posterior, se justifica debido a que la audición es determinante al regular la producción oral. En otras palabras, los alumnos de una lengua extranjera (en adelante, LE) deben percibir las diferencias suprasegmentales existentes entre su lengua materna (en lo sucesivo, LM) y la LE para, posteriormente, ser capaces de producir las curvas melódicas más adecuadas a cada contexto comunicativo. De hecho, la interferencia fonética se produce porque los alumnos tienden a asimilar los sonidos de la LE a su LM tanto al interpretar los enunciados como al producirlos.

Somos plenamente conscientes de que la entonación irónica es uno de los múltiples indicadores que aparecen en la interacción comunicativa para expresar ironía, dado que existe una gran variedad de marcadores verbales y no verbales que comparten la misma finalidad. Nuestro estudio se va a ceñir únicamente a dicho indicador irónico debido a una limitación de espacio y tiempo. No obstante, contemplaremos el contexto en el que aparecen los enunciados porque, si bien en la vida real podemos percibir la ironía sin otros indicadores como los kinestésicos (p. ej. conversación telefónica), nunca podremos prescindir del contexto al interpretar un mensaje.

A continuación, presentamos de manera sucinta los objetivos de la investigación realizada, los fundamentos teóricos más relevantes, la metodología, la presentación y discusión de los resultados obtenidos y, por último, unas consideraciones finales.

1. Objetivos

Como hemos adelantado, el objetivo general de nuestro trabajo consistió en analizar la comprensión auditiva de la entonación irónica en estudiantes brasileños de nivel avanzado. Para ello, nos planteamos como objetivos específicos:

- Estudiar la influencia del conocimiento del contexto y del tipo de enunciado a la hora de comprender la ironía;
- Analizar la importancia del contexto y la entonación al reconocer la ironía;
- Examinar las marcas fónicas más percibidas en la entonación irónica.

2. Fundamentos teóricos

Como punto de partida, resulta fundamental definir qué entendemos por entonación irónica y, para ello, es necesario abordar previamente los conceptos de ironía y entonación. De ahí que hayamos optado por dividir el apartado de fundamentos teóricos en tres epígrafes: el primero está dedicado a la entonación, su caracterización y sus múltiples funciones; el segundo está centrado en la ironía como componente intercultural y pragmático; y el tercer apartado detalla las características de la entonación irónica y la importancia de incluirla en las clases de lenguas extranjeras.

2.1 La entonación

En nuestro trabajo hemos optado por la definición de entonación que proponen Hidalgo y Quilis (2002), ya que, además de entenderla como la curva melódica que describe la voz, también hacen hincapié en los matices que se pueden expresar a través de ella, relacionados con los estados de ánimo y los modos de decir las cosas. Según estos autores, “la entonación es la curva melódica que describe la voz al pronunciar frases y oraciones; tal inflexión melódica guarda relación con las distintas representaciones mentales, con la expresión de los estados de ánimo y con la manifestación de hábitos y modos de decir y hablar locales” (2002, p. 237). Según Cortés (2002), para interpretar su valor comunicativo es imprescindible atender a la negociación de significados que se produce entre los interlocutores durante la interacción, dependiendo del contexto lingüístico y extralingüístico.

De acuerdo con Cantero (2002, p. 17), la entonación podría definirse como las “variaciones de frecuencia fundamental (Fo), intensidad y duración”. De estos tres parámetros, la Fo adquiere especial protagonismo, pues sus variaciones resultan altamente perceptibles y conforman la denominada *curva melódica*. Además, existen otros factores que intervienen en la entonación como la intensidad, la duración y las pausas. En definitiva, todos estos elementos vinculados a la entonación le confieren un determinado significado. Así, por ejemplo, la curva melódica del

enunciado *Gracias por ayudarme*, junto con su intensidad, duración, velocidad y pausas, hará que el oyente interprete el enunciado como un agradecimiento o como un reproche. No obstante, siempre deberemos tener en cuenta lo señalado por Navarro:

La entonación, en lo que se refiere a la amplitud o extensión de los intervalos, a la combinación de sus inflexiones y a la estructura propia y peculiar de cada curva melódica, presenta multitud de circunstancias especiales [...], y aún las más pequeñas modalidades regionales y locales de un mismo idioma, se diferencian y distinguen entre sí (NAVARRO, 2004, p. 181).

Entre las numerosas funciones que destaca Gil (2007), las más importantes para nuestro estudio son la expresiva y la ilocutiva, pues estamos más interesadas en lo que se pretende comunicar que en el contenido proposicional de los enunciados. Así, por ejemplo, el enunciado “¿cómo pesa esta mochila!” puede ser una simple constatación de un hecho o una petición cortés. En nuestra investigación, los alumnos deberán identificar los actos de habla indirectos con intención irónica y sus valores pragmáticos dentro del sistema lengua-cultura del español peninsular. Cortés (2002, p. 27) define este tipo de enunciados como enfáticos, puesto que el componente paralingüístico prevalece sobre el estrictamente lingüístico. En cuanto a estos matices que se transmiten por medio de la entonación, nos gustaría comentar que el MCER sólo los menciona para el nivel C1 (y no en niveles inferiores). Además, echamos en falta que únicamente se mencione la producción de dichos matices y no se preste atención a la comprensión auditiva y, por tanto, al papel activo que desempeña el oyente en este proceso.

2.2 La ironía

Al abordar el concepto de ironía, coincidimos con Alvarado (2005) en que el denominador común de los enunciados irónicos es la inferencia de una parte del contenido y no la contradicción, como se defendía tradicionalmente. Padilla (2008) describe como prueba de ello el diálogo en el que una persona pregunta a su pareja “¿Me quieres cariño?” y la respuesta es “Sí, mi amor, te adooooo”. En este caso, no significa que la persona no quiera a su pareja, sino que posiblemente se está enfatizando el hecho de que debe responder a esa pregunta con mayor frecuencia de la que le gustaría.

Si bien es cierto que la ironía depende de cada persona, la pragmática nos ayuda a entender las inferencias generalizables que dan lugar a una serie de indicadores, fácilmente reconocibles por cada comunidad de hablantes (RUIZ, 2009, p. 364). Debido a la escasa atención que se les ha prestado hasta el momento, dicho grupo de investigación ha propuesto una nueva clasificación para los marcadores irónicos en la que se integran indicadores lingüísticos y no lingüísticos de textos orales y escritos:

Indicadores no lingüísticos

- Indicadores kinésicos: gestos, maneras y posturas.
- Indicadores paralingüísticos: entre risas, risas, silencio, bostezo, carraspeo, estornudo, grito, jadeo, llanto, soplo y acotadores literarios (p. ej. con retintín).
- Indicadores acústico-melódicos: entonación irónica, foco enfático, pausa, silabeo, vacilación, velocidad de emisión y voz de falsete.

Indicadores lingüísticos

- Puntuación: comillas, signos de exclamación, signos de interrogación, puntos suspensivos, paréntesis y guiones, entre otros.
- Cambios tipográficos: cursiva, negrita y versales.
- Variación lingüística: cambios de código (p. ej. denominaciones técnicas inventadas para las profesiones en registros informales), variación diacrónica, diatópica, diastrática y diafásica.
- Palabras de alerta: encomiásticos, términos valorativos, evidenciales, marcadores del discurso, eufemismos, polisemia, homonimia, antonimia y pseudo-abarcadores.
- Unidades fraseológicas: uso canónico y uso desautomatizado
- Formación de palabras: sufijación, prefijación, composición y otros mecanismos de creación léxica.
- Figuras retóricas: repetición, simplificación, yuxtaposición, lítote, hipérbole, oxímoron, metáfora, paradoja, antítesis y otros juegos de palabras.
- Discurso directo
- Orden anómalo de palabras (RUIZ, 2008, p. 6)

La ironía está estrechamente relacionada con la cultura y se necesita un alto grado de dominio pragmático para ser capaz de reconocerla y emplearla adecuadamente en una LE. De acuerdo con lo defendido por Alvarado (2005), la ironía no sólo produce efectos negativos, sino que también puede emplearse como estrategia de cortesía con el fin de conseguir una reacción positiva en el interlocutor. Así, la autora propone la burla como parámetro delimitador entre ambos tipos de efectos. La ausencia de burla producirá un efecto positivo, en el que la cortesía podrá estar o no presente, dependiendo de la intención del hablante. En cambio, la presencia de burla dará lugar a un efecto negativo, en el que siempre habrá ausencia de cortesía.

Otro aspecto relevante de la propuesta de Alvarado (2005) es la dirección que puede tomar la ironía en función del tipo de efecto, ya sea positivo o negativo. De este modo, la ironía con efecto negativo puede dirigirse hacia el oyente, hacia una persona ausente o hacia una situación. En cambio, la ironía con efecto positivo puede ser, a su vez, de imagen negativa o positiva. En el caso de la imagen negativa, se trata de una auto-ironía, “ya que es el propio hablante el que ironiza sobre sí mismo, pero siempre salvando su imagen de las posibles amenazas que puedan surgir en el intercambio conversacional” (2005, p. 40). Si la ironía tiene un efecto positivo y es de imagen positiva, ésta puede ir dirigida hacia el oyente, hacia una persona ausente o hacia una situación y el objetivo será integrarse en un grupo. Por todo ello, somos partidarias de incluirla, junto con la cortesía, en la competencia intercultural.

2.3 La entonación irónica

En lo que respecta a la entonación irónica, coincidimos con el grupo GRIALE al considerarla un marcador irónico de carácter acústico-melódico, que suele aparecer acompañado de otros marcadores lingüísticos y no lingüísticos. Entre las características acústicas de la entonación irónica destaca una frecuencia fundamental (Fo) más alta, una mayor duración que en la entonación no irónica, pausas marcadas entre palabras y un alargamiento de vocales. No queremos dejar de mencionar su componente pragmático, pues siempre debemos tener en cuenta las condiciones que determinan el uso de la ironía por parte de un hablante y su interpretación por parte del destinatario.

En lo que respecta al componente cultural y la inclusión de la entonación irónica en el ámbito de segundas lenguas, el objetivo debería ser que los alumnos sean capaces de comprenderla y reproducirla adecuadamente. Por lo tanto, es necesario que reflexionemos acerca de su presencia y características en otras lenguas y culturas, sin perder de vista la gran riqueza y variedad de la lengua española. Igualmente, cabe reflexionar acerca de los aspectos culturales relacionados con la cortesía, el estatus social de los participantes en la interacción comunicativa y la presencia de posibles temas tabú en determinadas culturas (ROCA, 2009).

3. Metodología

3.1 Diseño de la investigación y variables

Para cumplir con los objetivos precedentes, diseñamos una investigación descriptiva focalizada de corte transversal y deductiva, pues nos proporciona información acerca de la actuación de los aprendices en un momento determinado y partimos de una serie de hipótesis. Además, usamos una metodología mixta para combinar los aspectos positivos de las metodologías cuantitativas y cualitativas.

Las variables consideradas fueron esencialmente tres: una dependiente y dos independientes. La comprensión auditiva de la entonación irónica (variable dependiente) en la prueba auditiva sin contexto consistió en reconocer el patrón melódico propio de la entonación irónica y, en la prueba contextualizada, supuso interpretar pragmáticamente el enunciado teniendo en cuenta la situación comunicativa. Para el conocimiento del contexto (variable independiente), entendimos *contexto* como la “configuración de datos que proceden de condicionamientos sociales y culturales sobre el comportamiento verbal y su adecuación a diferentes circunstancias” (REYES, 2011, p. 20) por lo que genera unas expectativas y presuposiciones que influyen decisivamente en la interpretación de los enunciados. Por último, el tipo de enunciado (variable independiente) atendía a la clasificación de asertivos o interrogativos. Si bien es cierto que la entonación irónica suele aparecer acompañada de otros indicadores lingüísticos y no lingüísticos (RUIZ, 2008), nosotros utilizamos enunciados textualmente ambiguos, pero prosódicamente precisos (BRYAN Y FOX, 2002). Es decir, enunciados cuyo único marcador irónico era la entonación (p. ej. ¿Eso qué es? ¿Tu regalo de Navidad?).

3.2 Informantes y fases de la investigación

En la investigación contamos con dos grupos de informantes: 20 hablantes nativos de español y 20 alumnos universitarios brasileños. Los informantes nativos contaban con formación universitaria en diversas áreas y su edad oscilaba entre los 23 y los 27 años. Si bien todos ellos tenían como lengua materna el español peninsular, procedían de diversas regiones de España. Los aprendices de español, por su parte, cursaban “Lengua española IV”, impartida en el último año del Grado en Letras (español-portugués) de la FLCAr/UNESP, y la mayoría tenían entre 20 y 23 años. Al trabajar con dos clases intactas (grupo diurno y nocturno), el muestreo fue no probabilístico y de conveniencia. Como los informantes no fueron elegidos aleatoriamente, no se pueden generalizar los resultados y, por tanto, este hecho afecta a la validez externa de la investigación. No obstante, en contrapartida, estudiar un contexto de enseñanza “natural” aumenta la validez ecológica de la investigación.

La investigación pasó por varias fases. Empezó con la selección de los enunciados y terminó con la presentación e interpretación de los resultados, pasando por el diseño de las pruebas, los pilotajes con nativos y no nativos, y la posterior recogida de datos.

3.3 Herramientas de recogida de datos

Para la recogida de datos, empleamos dos pruebas de comprensión auditiva: una descontextualizada y otra contextualizada. Los dos grupos de informantes hicieron las mismas pruebas, redactadas en su lengua materna y compuestas por 20 enunciados irónicos (10 interrogativos y 10 asertivos) y 16 no irónicos que actuaron como distractores. Todos ellos fueron extraídos de producciones semi-espontáneas, ya que optamos por extraerlos de dos series de televisión españolas: *Camera café* y *Aquí no hay quién viva*.

La prueba auditiva descontextualizada consistió en una prueba psicoacústica de enunciados irónicos y no irónicos cuyo objetivo era analizar la percepción de los parámetros físicos de la onda sonora (Fo, duración e intensidad) propia de los enunciados irónicos. Concretamente, los informantes debían escuchar los enunciados, reconocer aquellos que fuesen irónicos e identificar las marcas fónicas. A continuación, presentamos un ejemplo para uno de los enunciados:

Sí, claro, venga, voy al cajero.

¿Te parece irónico? Sí [] No []

¿Existen marcas fónicas (velocidad, volumen de voz, tono, ritmo...) que te ayuden a identificar la ironía?
Sí [] No []

¿Cuáles? Descríbelas.....

La prueba auditiva contextualizada fue una prueba interpretativa de enunciados irónicos y no irónicos. El objetivo era analizar si los informantes reconocían el patrón melódico propio de la entonación irónica y eran capaces de “reconstruir en cada caso la intención [irónica] del emisor de acuerdo con los datos que le proporciona su información pragmática” (ESCANDELL, 2013, p. 38). Además, servía para analizar la importancia que le otorgaban al contexto y a la entonación al elaborar el significado de los enunciados irónicos. A continuación, presentamos un ejemplo para el mismo enunciado que en la primera tarea:

Contexto: una mujer le pide consejo a un vecino porque la propietaria le quiere subir el precio del alquiler. El vecino le recomienda que compre el piso y la mujer le responde:

Sí, claro, venga, voy al cajero.

¿Te parece irónico? Sí [] No []

¿Qué te ha resultado más útil para saberlo?

[] Entonación

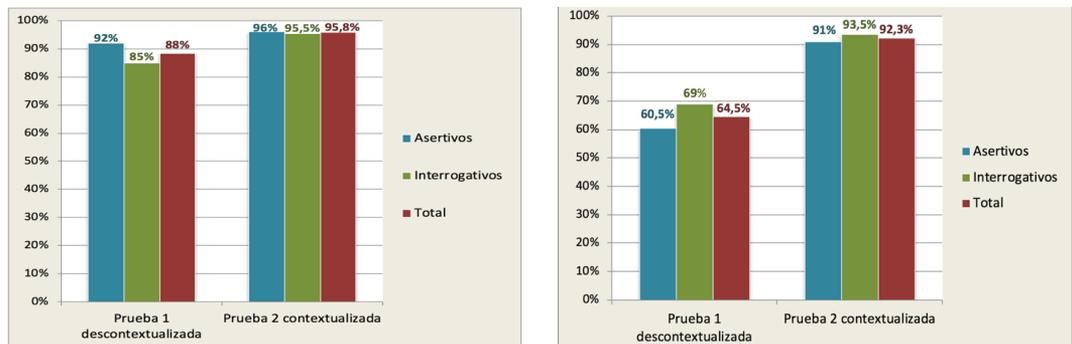
[] Contexto

[] Ambos por igual

4. Presentación y discusión de resultados

4.1 Comprensión auditiva de la entonación irónica

Si observamos los resultados de la prueba descontextualizada, en total, los informantes no nativos identificaron correctamente la ironía un 64,5% de las veces y los nativos un 88%, lo que supone un 23,5% más de aciertos por parte del grupo de control. Asimismo, podemos observar que los brasileños de nuestro estudio tienen más dificultades al reconocer la ironía en los enunciados asertivos. En cambio, para los informantes nativos del grupo de control, los enunciados interrogativos son los más problemáticos al reconocer la ironía únicamente por medio de la entonación.



Al analizar los resultados obtenidos en la prueba contextualizada, comprobamos que la influencia del conocimiento del contexto es siempre positiva porque ambos grupos mejoran el porcentaje de aciertos al identificar los enunciados irónicos. No obstante, la mejora es bastante más llamativa en el caso de los informantes brasileños, que pasan de un 64,5% de aciertos a un 92%. O sea que mejoran casi un 28% respecto a la mejora del grupo de control que es de un 7,5%.

Atendiendo a las tipologías, en la segunda prueba también se puede observar que el conocimiento del contexto les ayuda más a los estudiantes brasileños en los enunciados asertivos. En cambio, para los nativos del grupo de control es más útil en los enunciados interrogativos. Estos resultados mantienen cierta coherencia con los obtenidos en la primera prueba, ya que eran justamente estos tipos de enunciados los más problemáticos para ambos grupos.

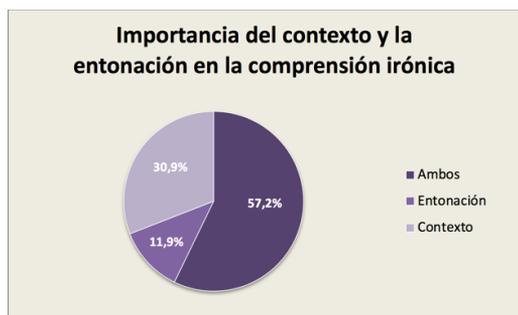
A juzgar por los datos obtenidos, cabe destacar que los aprendices de ELE brasileños que participaron en nuestra investigación tienen dificultades al identificar la ironía por medio de la entonación cuando los enunciados aparecen descontextualizados. Una posible explicación parece radicar en la falta de recursos fonopragmáticos suficientes en la lengua extranjera, lo que les hace recurrir a otras estrategias como, por ejemplo, la búsqueda de marcadores irónicos de carácter semántico. En esta línea, una informante señala en los comentarios finales de uno de los cuestionarios que “mais do que a entonaçao as palavras utilizadas denotam ironia”. Esta justificación puede aplicarse al caso de enunciados textualmente muy ambiguos como *Sí, claro, venga, voy al cajero*, pues a pesar de tener una entonación irónica claramente marcada, sólo ha sido identificado como tal por un 30% de los aprendices brasileños con respecto a un 80% de los informantes nativos. Un fenómeno similar parece ocurrir con el enunciado *Sí, como el tuyo*, reconocido como irónico en la prueba descontextualizada por el 100% de los nativos y sólo un 25% de los informantes brasileños. Estos resultados corroboran una de nuestras hipótesis de

investigación a través de la cual sosteníamos que los estudiantes brasileños de nivel avanzado no siempre comprenderían la entonación irónica sin contexto.

A pesar de la evidente mejora que se produce en la actuación de los no nativos en la prueba contextualizada, no debemos olvidar que la ironía es un fenómeno cultural. Por tanto, incluso cuando existe contextualización, un gran número de informantes brasileños tiene dificultades al identificar la ironía en determinados enunciados como “Y, ¿vas a ir vestido así?” En estos casos, entendemos que puede deberse a que en Brasil no se realizaría un comentario irónico en una situación similar.

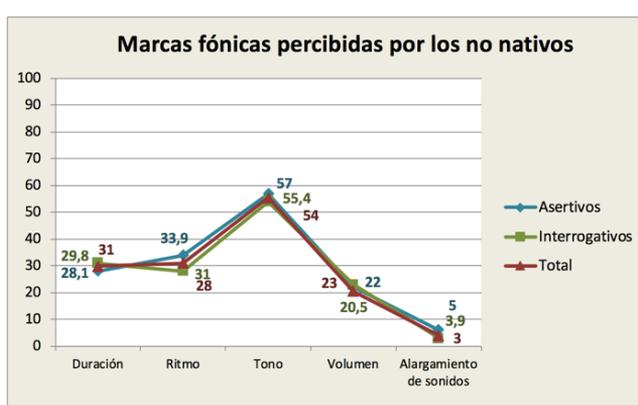
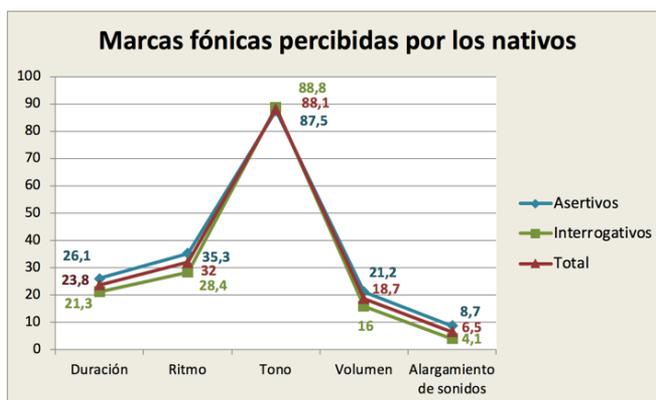
4.2 Importancia del conocimiento del contexto y la entonación

Respecto a la importancia que otorgan nuestros informantes al contexto y a la entonación al reconocer la ironía, se observa que los dos grupos consideran ambos factores muy importantes cuando actúan conjuntamente (54,3% y 57,2%). No obstante, por separado, los informantes brasileños otorgan más importancia al contexto (con un 30,9%) que a la entonación (que recibe un 11,9%), mientras que los nativos le dan un 10,4% de importancia al contexto y un 35,2% a la entonación. O sea, prácticamente se invierten los porcentajes. Estos resultados corroboran lo mencionado con anterioridad sobre la mejora de ambos grupos en la prueba contextualizada, pues la de los no nativos es considerablemente mayor. Por tanto, podemos afirmar que, en nuestro estudio, el contexto ayuda más a los informantes brasileños que a los nativos.



4.3 Marcas fónicas percibidas

De los resultados sobre las marcas fónicas percibidas en los enunciados irónicos, llama la atención que ambos grupos de informantes identifican las mismas marcas fónicas y en el mismo orden. En primer lugar, detectan el tono, seguido del ritmo, la duración, el volumen y, por último, el alargamiento de sonidos. Sin embargo, como se puede observar en las gráficas, existe una clara diferencia entre ambos grupos. El de nativos hace referencia al tono en un 88% de ocasiones y el de no nativos únicamente un 55%. Este fenómeno nos parece interesante porque demuestra que los nativos perciben más fácilmente los matices expresados a través de las marcas fónicas y, por eso, le conceden más importancia a la entonación que al contexto cuando tienen que identificar la ironía.



Consideraciones finales

El presente trabajo surgió con el propósito de engrosar las investigaciones vinculadas a la fonopragmática, reciente disciplina centrada en los valores discursivos y conversacionales que adquiere la entonación en un determinado contexto. Concretamente, estudiamos la comprensión de la entonación irónica en estudiantes brasileños de nivel avanzado. A modo de resumen, podemos afirmar que hemos dado respuesta a nuestras preguntas de investigación y hemos confirmado las siguientes hipótesis planteadas inicialmente para el grupo de informantes no nativos:

- Los aprendices de ELE brasileños que participaron en nuestra investigación tienen dificultades al identificar la ironía únicamente por medio de la entonación.
- El contexto facilita la comprensión de la ironía.
- Al reconocer la ironía, los informantes brasileños le dan más importancia al contexto que a la entonación. En cambio, los nativos consideran más importantes las marcas fónicas.
- El tono es la marca fónica más detectada en ambos grupos, seguida del ritmo, la duración y el volumen. No obstante, no es tan reconocida en el grupo de no nativos como en el grupo de control.

Todas estas hipótesis parecen apuntar a que los no nativos, a pesar de que tengan una lengua materna próxima y un nivel avanzado, al no haber desarrollado lo suficiente su competencia fonopragmática no son capaces de identificar e interpretar adecuadamente todos los matices

irónicos que se expresan mediante la entonación. De hecho, esta falta de recursos fonopragmáticos les hace recurrir a otras estrategias para identificar la ironía como, por ejemplo, apoyarse exclusivamente en el contexto o buscar otro tipo de marcadores irónicos como pueden ser los semánticos.

Si tenemos en cuenta la revisión de estudios anteriores, al igual que señala Cantero (2002), hemos podido comprobar como el tono es uno de los principales rasgos en la entonación irónica, ya que las variaciones de la Fo resultan altamente perceptibles. Además, nos gustaría mencionar las similitudes que existen entre las respuestas de nuestro grupo de control y los informantes nativos con los que trabajó Padilla (2011). Por un lado, es similar el porcentaje de aciertos al identificar los enunciados irónicos con contexto y, además, por otro lado, en los dos estudios, los informantes nativos conceden más importancia a los factores fónicos (48% y 35,2%) que al contexto (2% y 10,4%) cuando tienen que identificar la ironía. Esto nos demuestra que ambos estudios mantienen cierta coherencia.

De todas formas, debemos puntualizar que desconocemos el tipo de enunciados con los que trabajó dicho autor. Si suponemos que estudió únicamente enunciados asertivos, nuestros resultados se aproximan todavía más a los suyos. En este sentido, nos gustaría sugerir que, en futuros trabajos, se preste más atención a las diferencias en función de las tipologías de enunciados, ya que nosotros hemos podido comprobar que esta variable influye en la comprensión auditiva tanto de nativos como de no nativos.

Respecto a las posibles limitaciones de nuestro estudio, nos gustaría destacar que, por un lado, al tratarse de un estudio transversal, lo ideal hubiese sido clasificar a los aprendices según su nivel de competencia real, no según el curso en el que están matriculados. Para ello, sería conveniente realizar una prueba lingüística estandarizada e independiente. Algo que nosotros no hemos podido hacer por falta de tiempo. Y, por otro lado, nos planteamos que quizá sería conveniente seleccionar enunciados producidos en contextos naturales y espontáneos, ya que de acuerdo con el estudio realizado por Bryan y Fox (2002) la prosodia producida en contextos naturales ayuda significativamente a que los oyentes sean capaces de reconocer la ironía verbal.

En un futuro, esperamos abrir nuevas líneas de actuación en diferentes direcciones. La primera podría suponer una ampliación del presente trabajo, analizando también la producción oral y aumentando el número de informantes. La segunda opción podría consistir en profundizar más en el estudio de la competencia fonopragmática con un estudio parecido sobre la comprensión auditiva y la expresión oral de la entonación cortés. Por último, otra posibilidad sería replicar nuestra investigación con alumnos de diferentes niveles y lengua-cultura materna.

Referencias

ALVARADO Ortega, M^a B. La ironía y la descortesía: una aproximación desde sus efectos. **Estudios de Lingüística Universidad de Alicante (ELUA)**, v. 19, 2005, p. 33-45.

- BRYAN, Gregory A.; FOX, J. E. Recognizing verbal irony in spontaneous speech. **Metaphor and Symbol**, v. 17 (2), 2002, p. 99-108.
- CANTERO Serena, F.J. **Teoría y análisis de la entonación**. Barcelona: Edicions Universitat de Barcelona, 2002.
- CONSEJO DE EUROPA. **Marco común europeo de referencia para las lenguas: enseñanza, aprendizaje y evaluación**, versión en español. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, y Anaya, 2002.
- CORTÉS Moreno, M. **Didáctica de la prosodia del español: la acentuación y la entonación**. Madrid: Edinumen, 2002.
- ESCANDELL Vidal, M^a V. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Ariel, 2013.
- GIL Fernández, J. **Fonética para profesores de español: de la teoría a la práctica**. Madrid: Arco Libros, 2007.
- HIDALGO Navarro, A.; QUILIS Merín, M. **Fonética y fonología españolas**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002.
- NAVARRO Tomás, T. **Manual de pronunciación española**. Madrid: C.S.I.C, 28^a edición, 2004.
- PADILLA García, X. A. Claves para abordar la ironía en programas de ELE. De la competencia comunicativa a la competencia intercultural. **Verba**, v. 35, 2008, p. 275-303.
- PADILLA García, X. A. ¿Existen rasgos prosódicos objetivos en los enunciados irónicos? **ORALIA. Análisis del Discurso Oral**, v. 14, 2011, p. 203-226.
- REYES, G. **El abecé de la pragmática**. Madrid: Arco Libros, 2011.
- ROCA Marín, S. Ironía e interculturalidad. En: Ruiz Gurillo, Leonor; Padilla García, Xose Antonio. **Dime cómo ironizas y te diré quién eres**. Frankfurt: Peter Lang, 2009, p.457-477.
- RUIZ Gurillo, L. El lugar de la ironía en clase de ELE: más allá del Marco y del Plan Curricular. **Revista redELE**, v. 14, 2008, p. 1-8.
- RUIZ Gurillo, L. ¿Cómo se gestiona la ironía en la conversación? **Revista RILCE**, v. 25(2), 2009, p. 363-377.

Atos de fala nos livros didáticos de italiano **L₂/LE: uma análise pragmalinguística e sociopragmática dos pedidos**



Adriana Mendes Porcellato *

* Doutora pelo PPG em Língua, Literatura e Cultura Italianas (USP) - dupla titulação com as universidades Roma Tre/Sapienza, Itália - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6644-6038>

Introdução

A competência pragmática, ou seja, a “capacidade de operar escolhas em relação ao contexto comunicativo em que nos encontramos”¹ (NUZZO e GAUCI, 2012, p. 23) tem tomado um espaço cada vez mais importante no ensino de LE, tendo sido considerada como parte integrante da competência comunicativa (ver BACHMAN, 1990; BACHMAN e PALMER, 1996; CELCE-MURCIA, 2007; QCER, 2001) e devendo, portanto, ser abordada nas aulas de línguas estrangeiras (doravante LE).

Ensinar a dimensão pragmática da língua, contudo, não é uma tarefa simples. De fato, não existem normas pragmáticas claras e definidas, já que a pragmática é a língua em uso (LEVINSON, 1983), ou seja, a língua no contexto específico em que é utilizada. Sendo assim, os professores não costumam ter acesso a manuais ou materiais de referência que tratam esse aspecto da língua, tornando mais difícil sua abordagem na sala de aula de LE. Até os professores nativos podem ter dificuldades no reconhecimento e na correção de erros pragmáticos, que, fora do ambiente seguro da sala de aula, podem ser interpretados como expressão do caráter e da personalidade do aprendiz, e levar o aprendiz a ser visto como mal-educado ou grosseiro pelos falantes nativos da língua (ISHIHARA e COHEN, 2010; FERRARI et al., 2016, entre outros).

Então, apesar das dificuldades de se abordar a dimensão pragmática na sala de aula, percebe-se que é necessário fazê-lo e que os professores precisam de material didático que os ajude nessa difícil tarefa. No entanto, estudos têm demonstrado que os livros didáticos (doravante LDs) não costumam apresentar informações ou atividades suficientes para uma abordagem da língua que leve em consideração os aspectos pragmáticos. As análises dos materiais didáticos, conduzidas principalmente em LDs de inglês, com raras exceções (ver NUZZO, 2013 e 2016 para o italiano), têm encontrado uma série de lacunas que vão desde a pouca naturalidade dos diálogos até a carência de informações metapragmáticas e de atividades que contemplem o contexto de uso da língua (cf. TATSUKI, 2016).

1. Objetivos

Em vista desse cenário, propomos o seguinte trabalho, que consiste em uma análise de como os materiais didáticos de italiano L2 apresentam os pedidos, um dos atos de fala mais estudados na literatura justamente por seu caráter ameaçador (BROWN e LEVINSON, 1987). A análise do material teve como objetivo geral identificar se e de que maneira os LDs apresentam oportunidades para que os alunos reflitam sobre a realização dos pedidos em italiano, tanto em relação à dimensão Sociopragmática (o conhecimento de uma variedade de convenções linguísticas e sociais para produzir ações pragmáticas), como à Pragmalinguística (a capacidade de selecionar, com base no contexto, uma série de recursos mitigadores, como modificadores e atos de suporte, para reduzir a ameaça do ato de fala) (O’KEEFE et al., 2011). Dessa forma, as perguntas de pesquisa que nortearam nosso trabalho são as seguintes:

1 “capacità di operare delle scelte in relazione al contesto comunicativo in cui ci si trova”, no original. Aproveitamos a nota para informar que todas as traduções que se encontram no texto são de nossa autoria.

- Em quais situações comunicativas (medidas por meio da distância social, o grau de imposição e o poder relativo)² se apresentam os pedidos nos LDs?
- Em que medida os pedidos nos diálogos dos LDs incluem modificadores e atos de suporte em comparação com pedidos realizados por nativos em *role-plays*?
- Que tipo de explicações metapragmáticas são apresentadas?
- De que maneira a relação contexto-língua é explicitada?

2. Pedidos na perspectiva da Teoria dos Atos de Fala e da Teoria da Cortesia

Por tratar dos pedidos, o trabalho se pauta na Teoria dos Atos de Fala proposta por Austin (1962), segundo o qual os enunciados que produzimos possuem força ilocutiva, ou seja, funcionam como verdadeiras ações que refletem as intenções do falante. A Teoria dos Atos de Fala foi depois retomada por Searle, que definiu os atos de fala como “as unidades básicas da comunicação linguística” (1969, p.16), classificando-os de acordo com sua força ilocutiva em cinco grupos. De acordo com Searle, os pedidos entrariam no grupo dos atos diretivos, ou seja, os atos que utilizamos para fazer com que alguém faça algo (1977). O linguista americano também insistiu na convencionalidade dos atos ilocutivos, pois “falar uma língua significa participar de um modo de comportamento governado por regras”³ (1969, p. 22). Sendo assim, ao utilizar um ato de fala, precisamos atentar para o aspecto intencional (o que queremos comunicar e fazer) e também para o aspecto convencional (como expressar o que queremos utilizando as convenções socio-culturais adequadas).

A noção de Atos de Fala também influenciou a Teoria da Cortesia proposta por Brown e Levinson (1987). Segundo essa teoria, nas interações os indivíduos trabalham juntos para proteger a face positiva (ou seja, o nosso desejo de ser aceito pelos outros) e a face negativa (isto é, o nosso “território”, em sentido figurado, que não queremos que seja invadido pelos outros). Na hora de produzir determinados atos linguísticos, contudo, é quase inevitável ameaçar as faces de um ou ambos os interlocutores. No caso do pedido, por exemplo, por um lado, a face positiva do falante é ameaçada já que ele pode soar invasivo ou até mesmo se sujeitar a uma recusa, e, por outro lado, a face negativa do ouvinte sofre ameaça na medida em que ele vê seu território invadido pelo falante. A esse ponto cabe aos interlocutores utilizar, de acordo com o contexto, estratégias de cortesia que amenizem esses atos ameaçadores (*face-threatening acts*, ou FTAs, na terminologia original de Brown e Levinson). De acordo com Brown e Levinson, tanto na formulação dos atos de fala quanto nas escolhas das estratégias de cortesia adequadas, o contexto assume uma importância fundamental e sua descrição deveria levar em consideração três fatores: a) a distância social (indicada como D) entre o falante e o ouvinte; b) o poder relativo (indicado como P) entre os interlocutores; e c) o grau de imposição (indicado como R) do ato linguístico na cultura em que ele é proferido. Essas três variáveis têm demonstrado sua validade e relevância em diversos

2 Essas variáveis foram sugeridas por Brown e Levinson (1987), como será explicado na seção 2.

3 “speaking a language is engaging in a rule-governed form of behavior.” (no original)

estudos de pragmática interlinguística (cf. NUZZO, 2007; ISHIHARA e COHEN, 2010; ISHIHARA, 2016, entre outros), apesar de não serem isentas de críticas (cf. BRAVO, 2009).

À luz dessas teorias, os linguistas definem o pedido como um ato linguístico diretivo, com o qual o falante tenta influenciar as ações do ouvinte, sobre o qual pode ou não ter certa influência ou poder, com o intuito de obter dele certo benefício e considerando que será o ouvinte quem arcará com os custos das ações pedidas. Por esse motivo, trata-se de um FTA, pois invade o território do ouvinte, ameaçando sua face negativa, além de representar uma ameaça para a face positiva do falante (cf. SEARLE, 1977; BROWN & LEVINSON, 1987; SBISÀ, 2009; NUZZO, 2007). Concentraremos este estudo nos pedidos, pois trata-se de um ato de fala comum no dia-a-dia e, por isso, amplamente estudado no contexto da pragmática interlinguística, mas ao qual foi dedicado relativamente pouco espaço até agora no âmbito do italiano L2.

3. Pragmática e ensino

A pragmática interlinguística se dedica ao “estudo do uso e da aquisição de convenções de ação linguística na L2 ou LE por parte de falantes não nativos”⁴ (KASPER e BLUM-KULKA, 1993, p. 3) e se preocupa, portanto, com a aquisição da competência Sociopragmática, isto é, a capacidade de se adequar às convenções e práticas sociais da língua e cultura alvo, e da competência Pragmalinguística, ou seja, a capacidade de utilizar as convenções linguísticas adequadas ao contexto para transmitir determinada força ilocutiva (THOMAS, 1993; KASPER & ROEVER, 2005; O’KEEFE et al., 2011).

Nota-se que, por sua própria definição, a competência pragmática está fortemente ancorada à dimensão social e cultural e, conseqüentemente, ao contexto de uso. Aquilo que é pragmaticamente aceitável, portanto, muda de acordo com a situação e as intenções dos interlocutores. Por sua dependência do contexto específico, abordar a dimensão pragmática em sala de aula não é fácil. Todavia, não se trata de uma tarefa impossível e diversos estudos têm demonstrado que o ensino da pragmática não só é eficaz, como também é importante. De fato, alguns aspectos pragmáticos não são particularmente salientes e, por isso, sem instrução, não são adquiridos, ou são adquiridos de forma mais lenta (KASPER e ROEVER, 2005). Nessa mesma direção, Schmidt (1993) aponta que a mera exposição ao *input* pode não ser suficiente para a aquisição de aspectos pragmáticos, sendo necessário que o aluno antes perceba o fenômeno (*noticing*) e depois entenda suas normas e padrões de uso (*understanding*). De fato, diversos estudos têm demonstrado que o uso de explicações metapragmáticas e de atividades de conscientização (*consciousness-raising*) que levam os alunos a notar e refletir sobre alguns aspectos do uso da língua têm favorecido a aquisição (cf. KONDO, 2008; ISHIHARA e COHEN, 2010; TAGUCHI, 2015). Taguchi (2015), em um artigo sobre o estado da arte do ensino da pragmática, após fazer a revisão de 58 estudos, chega à conclusão de que os métodos mais eficientes no ensino da pragmática utilizam informações metapragmáticas, atividades de processamento do *input* e de conscientização que favorecem os

4 “the study of nonnative speakers’ use and acquisition of linguistic action patterns in a second language (L2)”.

processos de *noticing* e *understanding*, e atividades de prática controlada, produção e discussão entre pares. Claramente, todo esse trabalho precisa ser desenvolvido a partir de um *input* pragmático autêntico (ou semi-autêntico) que contemple certa variedade de situações comunicativas.

4. Os livros didáticos

As análises dos livros didáticos desde os anos 1990 têm mostrado que os autores desses materiais não parecem levar em consideração o que as pesquisas têm revelado em relação ao ensino de aspectos pragmáticos. Os primeiros estudos nesse âmbito, conduzidos principalmente nos manuais de língua inglesa, apontam para a baixa qualidade dos diálogos, que, por serem criados de maneira intuitiva, se distanciam consideravelmente da língua autêntica. Entre esses estudos, podemos destacar o de Bardovi-Harlig et al. (1991) sobre as sequências de fechamento dos diálogos, o de Wong (2002) sobre as sequências de aberturas telefônicas e o de Gilmore (2004) sobre os encontros de serviço. Todos eles mostram que os diálogos dos LDs se afastam da língua natural por não incluírem aspectos típicos da língua oral (como interrupções, hesitações, repetições, pausas), por não respeitarem uma troca de turno natural e por simplificar a organização sequencial dos turnos ao ponto de torná-la artificial. Apesar de, desde então, ter havido uma melhoria nos materiais mais recentes (cf. GILMORE, 2004), ainda existem problemas em relação ao *input* que é oferecido aos alunos, como mostra o estudo relativamente recente de Bardovi-Harlig e Mossman (2016), as quais notaram que os materiais de inglês acadêmico apresentam aos alunos expressões pouco usadas nesse gênero e não contemplam os fenômenos linguísticos mais frequentes. A resultados parecidos chegaram também Campillo (2007) e Usó-Juan (2007), que perceberam uma grande escassez de modificadores nos pedidos dos livros de inglês para turismo utilizados nas universidades espanholas. Da mesma maneira, Nuzzo (2016) apontou que os agradecimentos nos LDs muitas vezes não correspondem a como esse ato de fala ocorre na língua autêntica ou semi-autêntica. Em seu estudo, Nuzzo também revelou que as situações comunicativas em que os agradecimentos e os elogios estão inseridos não apresentam muita variedade, não oferecendo a oportunidade para os alunos refletirem sobre como realizar certo ato em contextos diferentes. Outro problema que tem sido apontado nos LDs diz respeito à falta tanto de informações metapragmáticas quanto de atividades que promovam a reflexão sobre a relação entre língua e contexto (VELLENGA, 2004; USÓ-JUAN, 2007; PETRAKI e BAYES, 2013; REN e HAN, 2016). Segundo Murray, nos raros casos em que há explicações metapragmáticas, “aos aprendizes é dito só qual é o uso (“X é apropriado na situação Y”) mas não o porquê (as convenções que levam a isso) a não ser em termos vagos (“é gentil”, “é mais gentil que B” etc.)”⁵ (2012, p. 320, tradução nossa), portanto os alunos não são incentivados a entenderem os princípios gerais sobre os quais se basear para interpretar outros contextos, ou seja, não se favorece o processo de *understanding*.

Resumindo, os estudos citados acima mostram que os LDs apresentam diversas lacunas em relação ao que é considerado importante e eficaz no ensino da dimensão pragmática. De fato,

5 “learners are merely told what is the case (“X is appropriate in Y situation”) but not why (the conventions that make it so) in anything other than vague terms (“it’s polite”, “it’s more polite than B”, etc.)” (no original)

vimos que o *input* muitas vezes se afasta do uso real da língua, que o mesmo ato de fala não é apresentado em diversos contextos e que as atividades e as explicações metapragmáticas dão pouca relevância à relação entre contexto e língua. Por esses motivos, os livros também não oferecem aos alunos instrumentos que os façam refletir sobre as normas que regulam o uso da língua. Com nossa análise dos LDs de italiano L2/LE, queremos ver se ao analisar um ato linguístico tão comum e estudado como o pedido, se mantêm essas limitações.

5. Metodologia

A primeira etapa do estudo consistiu na escolha dos LDs que seriam analisados. Para delimitar o *corpus*, decidimos analisar somente os LDs de italiano L2 dos níveis A1 a B2 do QEQR (2001) mais difundidos no Brasil. De acordo com um levantamento conduzido por LLANDULFO et al. (2018)⁶, os livros mais utilizados parecem ser *Nuovo Progetto Italiano* (usado por 63,6% dos professores) e *Nuovo Espresso* (usado por 43% dos professores). Decidimos incluir no estudo também o livro *Linea Diretta* por ter sido mencionado por alguns professores (11%) como material de suporte nas aulas e por conter diálogos que, segundo os autores, são “autênticos” “no sentido que, mesmo que gravados em estúdio, foram realizados por falantes nativos de italiano que, a cada vez, improvisaram conversas expressando-se com sua fluência e entonação normais”⁷ (CONFORTI e CUSIMANO, 2005, p. 6)⁸, criando, portanto, diálogos mais naturais e mais próximos da língua autêntica. O *corpus* da pesquisa consiste então dos seguintes livros: *Nuovo Progetto Italiano 1 e 2*, *Nuovo Espresso 1, 2, 3 e 4*, *Linea Diretta 1a, 1b e 2*.

Nesses manuais, começamos as análises a partir dos diálogos, por meio dos quais é apresentado o *input* linguístico aos aprendizes. Selecionamos somente aqueles diálogos em que se encontravam pedidos, excluindo, contudo, os pedidos produzidos em situações de serviço⁹. No *corpus* resultante, composto por 31 diálogos, identificamos as situações de acordo com as variáveis contextuais de distância social (D), poder relativo (P) e grau de imposição (R) (BROWN & LEVINSON, 1987).

Em seguida, conduzimos análises dos diálogos com o intuito de identificar os elementos utilizados para mitigar os pedidos, nos baseando no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em “Pragmática (Inter)-linguística, Cross-cultural e Intercultural” da Universidade de São Paulo (<https://www.>

6 Landulfo (2017) conduziu esse levantamento através de um questionário online difundido entre 44 professores de italiano que trabalham em escolas, universidades ou como autônomos em diversos estados brasileiros.

7 “nel senso che, se pure registrati in studio, sono stati realizzati da speaker di lingua madre italiana i quali, di volta in volta, hanno improvvisato delle conversazioni esprimendosi con le loro normali fluenza e intonazione.” (no original)

8 É importante ressaltar que trazer role-plays de nativos para ensinar a competência pragmática é uma prática incentivada por diversos autores, entre os quais Ishihara e Cohen (2010) e Bardovi-Harlig (1996). Apesar de não serem exemplos de “língua natural”, pois trata-se de língua eliciada, os *role-plays* entre nativos são possivelmente uma das formas mais viáveis de trazer a língua em uso para a sala de aula de L2/LE.

9 Essa escolha se deve ao fato de os pedidos em situações de serviço serem formulados de maneira diferente em relação a outros tipos de pedidos. De fato, em restaurantes e lojas é esperado que o cliente faça pedidos, por isso eles podem ser formulados de forma mais direta (ver a dimensão dos direitos e das obrigações em Thomas, 1993. Neste artigo, trataremos somente dos pedidos que não acontecem em interações de serviço.

gppragmatica-usp.com; ver também SANTORO, 2017). O trabalho propõe uma categorização de estratégias (ver, neste livro, SANTORO et al., p. 17-40), modificadores e atos de suporte que parte da identificação do ato principal, ou seja, a parte do enunciado que contém a força ilocutiva do pedido, para depois passar ao reconhecimento dos atos de suporte externos ao ato principal, e, por último, aos modificadores (cfr. BLUM-KULKA et al., 1989; NUZZO, 2007). Os atos de suporte se dividem em dez tipos, entre os quais destacamos os mais produtivos: os apelos, para chamar a atenção do interlocutor; os preparadores, para preparar o terreno para o pedido (p. ex. “posso te pedir um favor?”); as justificativas, que explicitam as razões do pedido; as garantias ou ressarcimentos, que têm o objetivo de tranquilizar o interlocutor (p. ex. “vou devolver logo”); os agradecimentos e os reconhecimentos do custo do pedido, quando o interlocutor demonstra estar ciente do caráter invasivo do pedido. Os modificadores, por outro lado, se dividem em três grandes grupos: a) os modificadores morfossintáticos, entre os quais destacamos os modais e o futuro do pretérito (p. ex. “poderia”); b) os modificadores lexicais, principalmente os minimizadores (p. ex. “um pouco”) e os duvidadores (p. ex. “por acaso”); c) os modificadores discursivos, como os sinais discursivos de cortesia (p. ex. “por favor”) ou de empatia (p. ex. “tudo bem?”). Com base nessa classificação, foram identificados os atos principais, os atos de suporte e os modificadores nos pedidos contidos nos diálogos dos manuais.

O intuito do levantamento dos modificadores é permitir uma comparação com um *corpus* de *role-plays* de falantes nativos (SANTORO, 2012) também etiquetados seguindo a categorização descrita acima. Esse *corpus* é composto por 40 *role-plays* gravados com dez pares de falantes nativos a partir de 4 situações com diferente grau de imposição e distância social, como se pode ver no Quadro 1, em que se descrevem as situações e seu contexto. Já que o *corpus* dos *role-plays* não contemplava situações de poder relativo diferente entre os interlocutores, as comparações envolveram somente os diálogos dos LDs com contextos comparáveis aos dos *role-plays*.

Quadro 1 – O corpus de role-plays de Santoro (2012)

Situação	Grau de imposição	Distância social	Número de role-plays
Caneta: Pedir uma caneta na rua	R-	D+	5
		D-	5
Celular: pedir um celular emprestado	R+	D+	5
		D-	5
Copo d'água: pedir um copo d'água na casa de alguém	R-	D+	1
		D-	9
Temporal: depois pegar chuva, pedir para tomar banho e trocar de roupa na casa de alguém	R+	D+	1
		D-	9
			40

Nas seções anteriores, vimos que, para o ensino de aspectos pragmáticos, não basta fornecer aos alunos um *input* de qualidade, mas é importante também incluir informações metapragmáticas assim como atividades que levem os alunos a notarem a relação entre língua e contexto e a pra-

ticarem a língua aprendida. Por isso, foi feito um levantamento das atividades especialmente concentradas nos pedidos, que foram também analisadas com base em um *checklist* (**Quadro 2**) desenvolvido a partir do trabalho de Petraki e Bayes (2013) e das lacunas nos materiais didáticos apontadas por Usó-Juan (2007) e Murray (2012).

Quadro 2 - Checklist de perguntas para análise dos LDs como fonte de informações metapragmáticas

- A língua-alvo (*target language*) está descontextualizada (faltam informações sobre P, DS, R)?
- A língua-alvo (*target language*) é tratada ao nível da sentença ou do discurso?
- A linguagem metapragmática está ausente?
- O uso da linguagem metapragmática é vago ou pouco claro?
- Há atenção explícita ao contexto de uso das expressões (D, P, R, setting)?
- O foco da atividade é na comunicação ou na gramática?

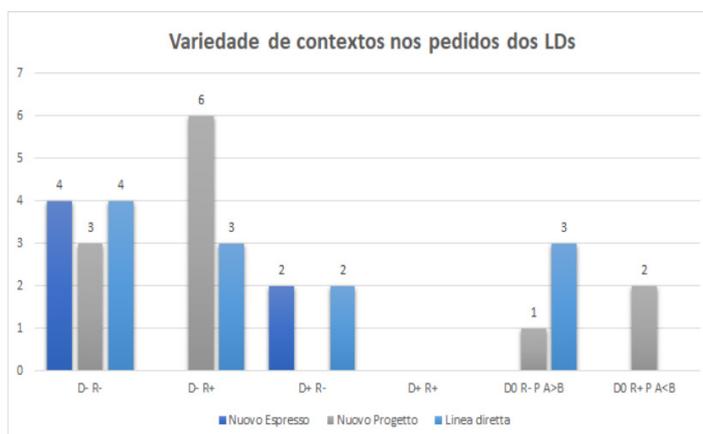
6. Resultados

Já que o trabalho consistiu de diversas fases, iremos apresentar os resultados de cada uma separadamente, para depois traçar um quadro geral dos resultados nas considerações finais.

6.1 O contexto dos pedidos nos LDs

A primeira parte de nossa análise teve o intuito de identificar se os pedidos eram representados em contextos suficientemente variados segundo as variáveis de Brown e Levinson (1987): a da distância social, que pode ser maior (D+) entre desconhecidos, menor entre pessoas que se conhecem e têm familiaridade (D-) ou neutra entre pessoas que se conhecem mais superficialmente (D0); a do poder relativo, que pode ser de igualdade (P A=B), de superioridade (P A>B) ou de inferioridade (P A<B); e a do grau de imposição do pedido, que pode ser maior em caso de pedidos mais impositivos (R+) ou menor em caso de pedidos menos impositivos (R-). Os resultados desse primeiro levantamento podem ser vistos no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Variedade de contextos nos pedidos dos LDs



Analisando o gráfico, notamos que todos os manuais tendem a concentrar os pedidos em situações de menor distância social ou menor grau de imposição, contemplando também situações de hierarquia que acontecem em contextos de trabalho (o chefe falando com o funcionário, marcado por $P A > B$, ou o funcionário falando com o chefe, marcado por $P A < B$). Percebe-se também que há características próprias de cada livro: *Nuovo Espresso* tende a concentrar os pedidos em situações de baixa imposição, com a única exceção no caso de hierarquia em contexto de trabalho; *Nuovo Progetto*, por sua proposta direcionada a jovens adultos, tende a concentrar-se em situações de baixa distância social, mas também inclui casos de diferente poder hierárquico ($A > B$ e $A < B$); *Linea Diretta* também apresenta certa variedade de contextos, concentrando-se mais nos pedidos de menor distância social, mas contemplando alguns casos com distância social maior e de diferente poder hierárquico ($A > B$). O único contexto que não é contemplado por nenhum livro é o de maior distância social e maior grau de imposição ($D + R +$), provavelmente por ser um contexto menos frequente no dia-a-dia. Contudo, por se tratar do contexto em que o pedido é mais ameaçador, é particularmente necessário que o aprendiz saiba como amenizá-lo por meio de um uso adequado de modificadores e de atos de suporte. Ao não incluir esse contexto nos LDs, nega-se aos alunos a exposição a um tipo de *input* importante e também às reflexões que esse tipo de contexto poderia promover sobre a língua em uso.

6.2 Os modificadores

Como foi mencionado nas seções anteriores, um dos aspectos mais criticados da apresentação dos atos de fala nos LDs é a escassez de modificadores e atos de suporte nos diálogos. Por isso, comparamos os diálogos dos LDs com *role-plays* realizados por falantes nativos de forma a identificar se a quantidade de modificadores utilizados em *role-plays* seria superior em relação aos utilizados nos LDs. Nos gráficos a seguir, são apresentados, em valores percentuais, os resultados do nosso levantamento:

Gráfico 2 – modificadores e atos de suporte nos LDs

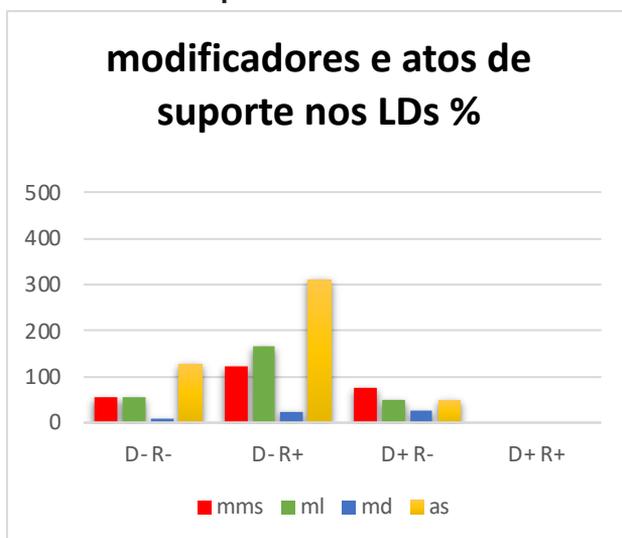
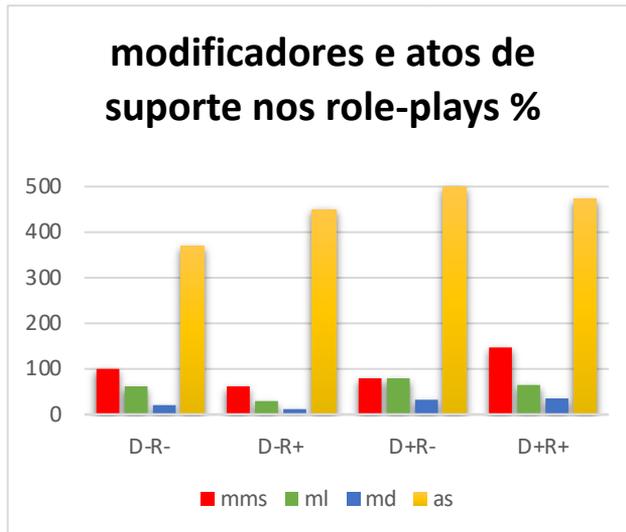


Gráfico 3 – modificadores e atos de suporte nos role-plays

Ao observar os gráficos, notamos que, nos LDs, o número de modificadores e atos de suporte aumenta com o aumento do grau de imposição (R) não demonstrando a mesma sensibilidade ao aumento da distância social (D). Isso acontece também nos role-plays, onde os atos de suporte se concentram nas situações D-R+ e D+R+, ou seja, nas situações de maior grau de imposição. Ao compararmos as primeiras três situações (D-R-, D-R+, D+R-) nos dois gráficos, notamos que não há grandes diferenças no número de modificadores morfossintáticos, lexicais e discursivos entre os pedidos dos LDs e aqueles dos role-plays. Olhando mais de perto o tipo de modificadores usados, notamos que os mais frequentes, como as deslocções temporais e os modais, são muito difundidos tanto nos role-plays quanto nos diálogos, contudo, há alguns modificadores relativamente frequentes nos role-plays que quase não aparecem nos LDs: é o caso da fórmula negativa “non è che”, que aparece em 37% dos role-plays e somente em 8% dos diálogos dos LDs, assim como dos marcadores discursivos “senti” e “guarda”, usados em 15% dos role-plays e em 4% dos diálogos dos LDs. No entanto, a principal diferença reside no uso dos atos de suporte, que aparecem em maior número nos role-plays. O motivo dessa diferença pode estar no fato de que o tema central dos role-plays era a realização dos pedidos, enquanto os diálogos dos LDs nem sempre tinham o pedido como tema central. Sendo assim, os falantes nativos dos role-plays incluíram em suas falas muitos atos preparadores, justificativas e agradecimentos, que aparecem de maneira sensivelmente menor nos LDs. Poderíamos explicar as discrepâncias dos resultados com o fato de os dois corpora não serem totalmente comparáveis, contudo, é importante salientar que os diálogos dos LDs são o input ao que o aluno tem acesso, portanto, se a escolha dos materiais é apresentar um número reduzido de atos de suporte, conseqüentemente o aluno não perceberá a importância dessas estratégias na formação de um pedido. Uma última observação sobre esses gráficos diz respeito à última situação (D+, R+): corroborando o que foi dito antes, nos role-plays trata-se da situação em que se utiliza o maior número de modificadores e atos de suporte, mostrando a importância estratégica desses recursos de mitigação. O fato de os LDs não considerarem esse contexto pode ser considerado, a nosso ver, como uma lacuna.

Podemos, então, concluir que os LDs incluem em seus diálogos um número adequado de modificadores, contudo, negligenciam alguns deles muito utilizados na língua semi-autêntica dos

role-plays. Quanto aos atos de suporte, os LDs parecem não dar a esse recurso a devida importância, comprovando o que diversos estudos já apontaram em relação à escassez de modificadores internos e externos no *input* dos materiais didáticos.

6.3 As explicações metapragmáticas e a relação contexto-língua

Para analisar as atividades e as explicações metapragmáticas em relação aos pedidos, utilizamos o *checklist* do Quadro 2 (acima) e notamos que cada livro didático apresenta esse tipo de informações de maneira diferente.

No caso do livro *Nuovo Espresso*, os pedidos tendem a ser apresentados dentro de um contexto, como um diálogo acompanhado por vezes de ilustrações e fotos que representam a situação. As informações metapragmáticas normalmente aparecem de forma explícita e indutiva¹⁰ em exercícios de compreensão e costumam pedir para que o aluno identifique no texto expressões específicas para desempenhar certos atos de fala (no exercício da Figura 1, pede-se para que o aluno identifique no diálogo uma forma gentil de pedir algo, ou seja, o ato de suporte preparador “*volevo chiederti una cosa*”). Dessa maneira, incentiva-se o processo de *noticing* (SCHMIDT, 1993), mas, por outro lado, o aluno não é levado a refletir sobre os motivos pelos quais o pedido foi expresso de “forma gentil” nessa situação específica. Devido à maneira como a atividade é estruturada, parece que formular o pedido de outra maneira poderia significar não ser gentil, o que não necessariamente é verdade, já que podemos ser gentis de várias formas, dependendo do contexto.

Figura 1 – Exemplo de diálogo

buon viaggio!

- ◆ Ah, Carlo, volevo chiederti una cosa.
- ▲ Dimmi pure.
- ◆ Ho saputo che l'estate scorsa sei stato in un villaggio turistico.
- ▲ Sì, in Calabria.
- ◆ E come ti sei trovato? Perché sai, mia moglie quest'anno vorrebbe andare in un villaggio, però io sinceramente...
- ▲ Guarda, io mi sono trovato benissimo, il villaggio lo conoscevo già perché ci ho lavorato come animatore.
- ◆ Tu hai fatto l'animatore?
- ▲ Sì, ma otto anni fa. Tra l'altro è lì che ho conosciuto mia moglie.
- ◆ Davvero? Non lo sapevo!
- ▲ Comunque secondo me, se si hanno dei bambini il villaggio turistico è l'ideale.
- ◆ Sì?
- ▲ Sì, perché loro fanno le loro cose e tu e tua moglie avete un po' di tranquillità e di tempo per voi. E poi, potete fare sport, conoscere gente... guarda, se vuoi ti porto qualche catalogo.
- ◆ Eh, magari!

5 Cerca nel dialogo le espressioni usate per...

1 chiedere qualcosa in modo gentile. _____

2 mostrarsi disposti ad ascoltare qualcuno. _____

3 esprimere sorpresa. _____

4 mostrarsi contenti della proposta di un'altra persona. _____

Fonte: Nuovo Espresso 2 (2015, p. 70)

10 De acordo com Ishihara e Cohen (2010) e Glaser (2013), o método dedutivo parte da apresentação de regras explícitas, que serão aplicadas a exercícios e atividades, ao passo que o método indutivo parte de exemplos concretos da língua para que os aprendizes cheguem a identificar padrões.

No livro *Nuovo Progetto Italiano*, os pedidos tendem a ser apresentados de forma descontextualizada, já que o foco está mais nas formas gramaticais. Nas atividades dedicadas aos pedidos, de fato, parece que a intenção é ensinar o *condizionale* para “pedir algo de forma gentil” (ver figura 2). No exemplo da figura 2, vemos que a língua é apresentada de maneira descontextualizada em frases isoladas. A explicação metapragmática é explícita e apresentada de forma dedutiva fazendo uso de termos vagos (*gentil*) sem referência ao contexto.

Figura 2 – Exemplo de instruções metapragmáticas



Fonte: Nuovo Progetto Italiano 1 (2009, p. 153)

No livro *Linea Diretta*, a língua é sempre apresentada dentro de um contexto. No início de cada unidade encontramos um diálogo longo onde aparece o *input* linguístico pela primeira vez. As páginas seguintes são dedicadas a análises mais detalhadas de alguns trechos do diálogo inicial, como o que vemos na Fig. 3. Nesse caso, o diálogo não é acompanhado de nenhuma informação metapragmática explícita, mas há um tratamento implícito do pedido. Depois de ouvir o trecho, de fato, a parte do diálogo com as expressões para fazer o pedido é destacada (fig. 4) e o aluno é convidado a praticar de forma controlada a estrutura através de um exercício de repetição. Nesse livro também, não existindo informações metapragmáticas explícitas, não há instruções que levem o aluno a refletir sobre o contexto em que acontece a interação.

Figura 3 – Exemplo de diálogo

CD 3 **DIALOGO**

- È già arrivato qualcuno?
- No, non è ancora arrivato nessuno. Tu sei il primo.
- Ah, bene. Senti, mi dai una mano a scaricare la macchina?
- Volentieri. Poi mi aiuti ad apparecchiare la tavola però?
- Certo, va bene.

Fonte: Linea Diretta 1b (2005, p. 34)

Figura 4 – Exemplo de exercício

5 **ESERCIZIO**

Senti, mi dai una mano a ...?
Senti, mi aiuti a ...?

Cosa chiedete a un amico se avete questi problemi?

- a. La vostra casa è nel caos più completo.
- b. La vostra bicicletta è rotta.
- c. Avete dei pantaloni troppo lunghi.
- d. Dovete partire per un lungo viaggio.
- e. La vostra macchina è sporchissima.
- f. Stasera avete quindici ospiti a cena.

lavare
cucinare
mettere in ordine
riparare
fare le valigie
accorciare

Fonte: Linea Diretta 1b (2005, p.34)

Considerações finais

Com base nos dados apresentados, tentaremos oferecer aqui um quadro geral dos resultados respondendo às perguntas de pesquisa que tínhamos nos colocado no início.

Primeiramente, tentamos entender se os pedidos nos LDs em análise são apresentados em diferentes contextos de acordo com as variáveis de Brown e Levinson (1987). Notamos que cada livro possui diferentes tendências, havendo uns que contemplam situações mais informais, outros que preferem apresentar pedidos com baixo grau de imposição e outros ainda que contemplam certo número de situações de hierarquia em âmbito profissional. Contudo, o que nos chamou atenção é que nenhum livro apresenta situações com maior grau de imposição e distância social (R+D+), ou seja, um dos tipos de situação mais delicados e que mais exigem o uso de modificadores e atos de suporte. Dessa forma, podemos dizer que os livros, apesar de apresentarem os pedidos em diversos contextos, tendem a concentrar-se em poucas situações, não oferecendo aos alunos um *input* suficientemente variado, como já foi apontado por outros estudos (NUZZO, 2013, 2016).

Quanto ao uso de modificadores e atos de suporte, notamos que os livros em análise apresentam um número relativamente adequado de modificadores internos, mas um número sensivelmente inferior de atos de suporte se comparados aos role-plays. Ademais, o *input* oferecido pelos LDs continua fortemente penalizado por não incluir nenhuma situação do tipo D+R+. Nossos resultados confirmam, em parte, o que já tinha sido apontado por Usó-Juan (2007), Campillo (2007) e Nuzzo (2016), entre outros.

Ao analisar as explicações metapragmáticas também notamos que há diferenças entre os três livros: *Nuovo Espresso* costuma apresentar informações metapragmáticas de forma explícita e indutiva, levando o aluno a notar as formas linguísticas dentro de um contexto; *Nuovo Progetto Italiano* tem uma abordagem mais dedutiva e concentrada nos aspectos gramaticais mais do que nos pragmáticos; e *Linea Diretta* trata a dimensão pragmática de forma implícita, favorecendo exercícios de repetição. Nenhum desses livros, porém, dá a devida importância à relação entre a língua e seu contexto de uso, o aspecto fundamental que caracteriza o campo da pragmática.

Podemos concluir, portanto, que nos materiais analisados por nós foram encontradas algumas das lacunas já apontadas por outros estudos similares. Essas lacunas descritas no nosso trabalho, contudo, dizem respeito exclusivamente ao ato de fala do pedido, não podendo ser generalizadas. Todavia, análises iniciais dos LDs nos mostraram que os pedidos são o ato de fala mais contemplado pelas coletâneas do nosso *corpus*, de forma que imaginamos que atos de fala que recebam menor atenção poderiam não ser adequadamente representados. Isso nos mostra que os professores de italiano LE/L2 precisam ter acesso a materiais complementares que auxiliem os aprendizes na difícil tarefa de melhorar sua competência pragmática.

Referências

- AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BACHMAN, L. A habilidade comunicativa de linguagem. **Linguagem e Ensino**. Vol. 6, nº 1, 2003. Tradução por N. M. Fontana, do original Communicative Language Ability. In: L. Bachman. *Fundamental Considerations in Language Testing*. Oxford: Oxford University Press, 1990, p.81-110
- BACHMAN, L. F.; PALMER, A. **Language Testing in Practice**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- BARDOVI-HARLIG, K. Evaluating the empirical evidence. Grounds for instruction in pragmatics?" In: K. R. Rose; G. Kasper (Orgs.), **Pragmatics in language teaching**. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 13-32. (cap. 2)
- BARDOVI-HARLIG, K.; HARTFORD, B. A. S.; MAHAN-TAYLOR, R.; MORGAN, M. J.; REYNOLDS, D. W. Developing pragmatic awareness: Closing the conversation. **ELT Journal**. Vol. 45, 1991, p. 4-15.
- BARDOVI-HARLIG, K.; MOSSMAN, S. Corpus-based materials development for teaching pragmatic routines. In: B. Tomlinsons. **SLA Research and Materials Development for Language Learning**. New York: Routledge, 2016.
- BLUM-KULKA, S.; HOUSE, J.; KASPER, G. Investigating cross-cultural pragmatics: an introductory overview. In: S. Blum-Kulka; J. House; G. Kasper (Orgs.). **Cross-Cultural Pragmatics: Requests and Apologies**. Norwood, NJ: Ablex, 1989. p. 1–34.
- BRAVO, D. Pragmática sociocultural. La configuración de la imagen social como premisa sociocultural para la interpretación de actividades verbales y no verbales de imagen. In: F. Orletti; L. Mariottini (Orgs.) **(Des)cortesía en español. Espacios teóricos y metodológicos para su estudio**. Roma, Estocolmo: Programa Edice, 2010.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness. Some universals in language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CAMPILLO, P. S. Examining Mitigation in Requests: A Focus on Transcripts in ELT Coursebooks. In: ALCÓN SOLER, E.; JORDÁ, M. P. S. **Intercultural Language Use and Language Learning**. Dordrecht: Springer, 2007, p. 208-222.
- CELCE-MURCIA, M. Rethinking the Role of Communicative Competence in Language Teaching. In: E. Alcón Soler; M. P. S. Jordá. **Intercultural Language Use and Language Learning**. Dordrecht: Springer, 2007, p. 41-57.
- CONSELHO DA EUROPA. **Quadro europeu comum de referência para as línguas (QECR)**: aprendizagem, ensino, avaliação. Tradução Maria Joana Pimentel do Rosário e Nuno Verdial Soares. Porto/Lisboa: Asa, 2001.
- FERRARI, S.; NUZZO, E.; ZANONI, G. Sviluppare le competenze pragmatiche in L2 in rete: problemi teorici e soluzioni pratiche nella progettazione dell'ambiente multimediale LIRA. In: C. Cervini. **Interdisciplinarietà e apprendimento linguistico nei nuovi contesti formativi. L'apprendente di lingue tra tradizione e innovazione**. Bologna: Quaderni del CESLIC. Dip. LILEC. 2016.
- GILMORE, A. A comparison of textbook and authentic interaction. **ELT Journal**, vol. 58, nº 4, 2004, p. 363-374.
- GLASER, K. The Neglected Combination: A Case for Explicit-Inductive Instruction in Teaching Pragmatics in ESL. **TESL Canada Journal**, vol. 30, nº especial 7, 2013, p.150-163.
- ISHIHARA, N. Thanks from the Bottom of my Heart: Teaching Elaborate Thanks in Written English. In: **Back to Basics: Filling the Gaps in Pragmatics Teaching Materials**, Tokio: Pragmatics Special Interest Group of the Japan Association for Language Teaching, 2016. p. 108-122.
- ISHIHARA, N.; COHEN, A. **Teaching and Learning Pragmatics: Where Language and Culture Meet**. Edinburgh: Pearson Education, 2010.
- KASPER, G.; BLUM-KULKA, S. (Orgs.). **Interlanguage pragmatics**. Oxford, Oxford University Press, 1993.
- KASPER, G.; RÖVER, C. "Pragmatics in second language learning". In: E. Hinkel (Org.). **Handbook of research in second language teaching and learning**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2005, p. 317-334.
- KONDO, S. Effects on Pragmatic Development Through Awareness-raising Instruction: Refusals by Japanese EFL Learners. In: E. Alcón-Soler; A. Martínéz-Flor (Orgs.). **Investigating Pragmatics in Foreign Language Learning, Teaching and Testing**. Bristol: Multilingual Matters, 2008, p. 153-177.

- LANDULFO, C.; CARAMORI, A. P.; VIANA, A. (2018). A pluralidade linguístico-cultural do italiano e o silêncio dos materiais didáticos. *Revista de Italianística*, vol. 36, dez. 2018, p. 58-70. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-8281.i36p58-70>
- LEVINSON, S. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tradução de L. C. Borges e A. Mari. (Título original: *Pragmatics*, Cambridge: CUP, 1983.)
- MARTÍNEZ-FLOR, A. Analyzing Request Modification in Films: Implications for Pragmatic Learning in Instructed Foreign Language Contexts. In: E. Alcón Soler; M. P. S. Jordá; M. P. Safont. **Intercultural Language Use and Language Learning**. Dordrecht: Springer, 2007, p. 245-280.
- MCCONACHY, T.; HATA, K. Addressing textbook representations of pragmatics and culture. **ELT Journal**, Vol.67, nº3, jul. 2013, p. 294-301.
- MURRAY, N. English as a lingua franca and the development of pragmatic competence. **ELT Journal of pragmatics**, vol. 66, nº3, 2012, p. 318-326.
- NUZZO, E. **Imparare a fare le cose con le parole**. Perugia: Guerra Edizioni, 2007.
- NUZZO, E. La pragmatica nei manuali d'italiano L2: una prima indagine sull'atto linguistico del ringraziare. **Revista de Italianística**, n. 26, 2013. Disponível online: < <https://www.revistas.usp.br/italianistica/article/view/116077/0>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2018.
- NUZZO, E. Fonti di Input per l'insegnamento della pragmatica in italiano L2: riflessioni a partire dal confronto tra manuali didattici, serie televisive e parlato spontaneo. In: E. SANTORO; I. VEDDER (Orgs.). **Pragmatica e interculturalità in italiano L2**. Firenze: Franco Cesati Editore. 2016.
- NUZZO, E.; GAUCI, P. **Insegnare la pragmatica in italiano L2**. Recenti ricerche nella prospettiva della teoria degli atti linguistici. Roma: Carocci, 2012.
- O'KEEFE, A.; CLANCY, B.; ADOLPHS, S. **Introducing Pragmatics in Use**. Oxford and New York: Routledge, 2011
- PETRAKI, E.; BAYES, S. Teaching oral requests: an evaluation of five english as a second language coursebook. **Pragmatics**, vol.23, n.3, 2013, p. 499-517.
- SANTORO, E. A constituição de um corpus de italiano falado para o estudo de pedidos e pedidos de desculpas: considerações sobre a validade interna e externa dos dados. In: H. Mello; M. Pettorino; T. Raso (Orgs.). **Proceedings of the VII GSCP International Conference: Speech and Corpora**. Firenze: Firenze University Press, 2012, p. 103-107.
- SANTORO, E. Richieste e attenuazione: un confronto tra italiano e portoghese brasileiro. *Normas*, v. 7, n. 2, p. 179-204, 2017.
- REN, W.; HAN, Z. The representation of pragmatic knowledge in recent ELT textbooks. **ELT Journal**, vol. 70, nº4, 2016, p. 425-434.
- SBISÀ, M. **Linguaggio, ragione, interazione. Per una pragmatica degli atti linguistici**. Edição digital. Trieste: EUT Edizioni Università di Trieste, 2009.
- SCHMIDT, R. Consciousness, learning and Interlanguage Pragmatics. In: G. Kasper; S. Blum-Kulka (Orgs.). **Interlanguage Pragmatics**. New York: OUP, 1993, p. 3-18
- SEARLE, J. R. **Speech Acts: essay on language philosophy**. Cambridge: CUP, 1969.
- SEARLE, J. R. A classification of illocutionary acts. **Language in Society**, Vol. 5, nº1, 1977, p. 1-23.
- TAGUCHI, N. Instructed pragmatics at a glance: Where instructional studies were, are, and should be going. **Language Teaching**, vol. 48, nº 1, 2015, p. 1-50.
- TATSUKI, D. Pedagogical Gaps in Pragmatics Teaching Material. **Back to Basics: Filling the Gaps in Pragmatics Teaching Materials**, Tokio: Pragmatics Special Interest Group of the Japan Association for Language Teaching, 2016, p. 4-11.
- THOMAS, J. **Meaning in Interaction: An introduction to pragmatics**. New York: Routledge, 1993.
- USÓ-JUAN, E. The Presentation and Practice of the Communicative Act of Requesting in Textbooks: Focusing on Modifiers. In: E. Alcón Soler; M. P. S. Jordá; M. P. Safont. **Intercultural Language Use and Language Learning**. Dordrecht: Springer, 2007, p. 224-244.

VELLENGA, H. Learning Pragmatics from ESL & EFL Textbooks: How Likely? **TESL-EJ**, vol. 8, nº 2, 2004. Disponível online: <<http://tesl-ej.org/ej30/a3.html>> Último acesso em 15 de janeiro de 2018.

WONG, J. "Applying" conversation analysis in applied linguistics: Evaluating dialogue in English as a second language textbooks. **International Review of Applied Linguistics**, vol. 40, 2002, p. 37-60.

Livros didáticos analisados

BALÌ, M.; RIZZO, G. **Nuovo Espresso 2**. Firenze: Alma, 2015.

BALÌ, M.; ZIGLIO, L. **Nuovo Espresso 3**. Firenze: Alma, 2016.

BALÌ, M.; DEI, I. **Nuovo Espresso 4**. Firenze: Alma, 2017.

CONFORTI, C.; CUSIMANO, L. **Nuovo Linea Diretta 1a: Corso di italiano per principianti - Guida per l'insegnante**. Perugia: Guerra Edizioni, 2005.

CONFORTI, C.; CUSIMANO, L. **Nuovo Linea Diretta 1b: Corso di italiano per principianti - Guida per l'insegnante**. Perugia: Guerra Edizioni, 2005.

CONFORTI, C.; CUSIMANO, L. **Nuovo Linea Diretta 2: Corso di italiano per principianti - Guida per l'insegnante**. Perugia: Guerra Edizioni, 1997.

MARIN, T.; MAGNELLI, S. **Nuovo Progetto Italiano 1**. Roma: Edilingua, 2009.

MARIN, T.; MAGNELLI, S. **Nuovo Progetto Italiano 2**. Roma: Edilingua, 2009.

ZIGLIO, L.; RIZZO, G. **Nuovo Espresso 1**. Firenze: Alma, 2014.

Metodologia do projeto Es.Por.Atenuação aplicada à análise de enunciados com função atenuadora em materiais de PLE



Yedda Alves de Oliveira Caggiano Blanco *

* Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (USP) - yeddablanca@hotmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4256-0703>

Introdução

O processo da aquisição da linguagem é complexo e, por essa razão, estudos¹ têm sido realizados para tentar compreender a dimensão dos componentes ou fatores que o envolvem. Ser competente em uma língua pressupõe o uso eficaz de certos recursos em determinadas situações de fala que garantam o sucesso da comunicação, as ditas *condições de felicidade*², isto é, que os elementos linguísticos comunicativos se desenvolvam conforme os objetivos dos interactantes para que haja interação.

A aprendizagem/aquisição desses recursos por parte do aprendente requer certo grau de capacidade e envolvimento com a L2 ou LE que se verifica pela assimilação não só de estruturas gramaticais ou do uso do vocabulário, mas também da adequação a certas situações comunicativas que estão presentes nas interações entre os falantes e ouvintes.

Pensando nessas dificuldades e centrando a atenção nos materiais didáticos de português para estrangeiros PLE, percebe-se que apresentam características próprias de seu processo de produção. Também consideramos que textos e diálogos retratados neles explicitam uma realidade linguística, cujas escolhas revelam matizes inter-relacionais e culturais que determinado grupo social explicita; portanto, os recursos discursivos e semântico-pragmáticos serão representativos dessa classe, ou, na melhor das hipóteses, dos valores que são atribuídos a tal grupo social.

Dentre os elementos pragmático-discursivos, buscaremos mostrar, neste artigo, como os recursos da atenuação pragmática se apresentam e de que forma são tratados, ou não, nos manuais de PLE, pois entendemos que a atenuação, por ser um processo estratégico-argumentativo, necessita ser melhor esclarecida e especificada nos materiais de ensino. Para sua identificação e análise vamos aplicar a proposta de análise da atenuação pragmática do projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, cujo método pode ser mais um instrumento de ajuda na observação dessas ocorrências; também buscaremos analisar como tais materiais apresentam essas situações conversacionais de ensino; e, finalmente, propor que os conhecimentos da pragmática sociocultural, da cortesia e da atenuação pragmática podem revelar novos caminhos para o entendimento da elaboração desse tipo de material.

Para desenvolver o estudo, primeiramente, na seção 1. “Pragmática e ensino de PLE”, será abordada a relevância do ensino da pragmática nos materiais de LE, levando em conta os aspectos conceituais apontados principalmente por Kasper e Roever (2005). Discutiremos questões sobre as particularidades do material didático, enquanto recurso comunicativo, em suas várias dimensões constitutivas próprias; e, abordaremos o conceito e características da atenuação

1 Alcón-Soler (2005) lista uma série de estudos a respeito do ensino de pragmática em contextos de LE/L2 (BARDOVI-HARLIG e HARTFORD, 1996; BLUM-KULKA, 1987; SCHMIDT, 1993; KASPER, 1981; TAKAHASHI, 2001; MARTÍNEZ-FLOR, 2004 etc.). Em Língua Portuguesa, destacamos Almeida Filho (1993, 2009), Corno (2001); também, de imenso valor, o *Referencial Camões de PLE*, documento orientador alinhado com o Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas (QECR), referência essencial para o ensino de línguas.

2 Segundo Searle (1984), tal *condição* é necessária para que um ato de fala seja válido.

verbal. Na sequência, em 2. “Metodologia do projeto Es.Por.Atenuação”, detalharemos as noções operacionais a respeito da metodologia de análise da atenuação pragmática e como iremos aplicá-la no *corpus*, que será constituído por um diálogo do livro *Novo Avenida Brasil* 3. Por último, nas “Considerações finais”, destacaremos a necessidade do ensino dos aspectos pragmáticos da língua de forma explícita e eficaz para o aprendiz.

1. Pragmática e ensino de PLE

Normalmente, os aprendentes nas aulas de L2 são pouco expostos a contextos nos quais as questões da Pragmática sejam o cerne do desenvolvimento do tópico da unidade no material didático. Em consequência, há um descompasso na forma como o/a aluno/a vai adquirindo o conhecimento formal da língua, o qual muitas vezes difere de seu uso real. Especificamente, sobre o processo de aquisição/aprendizagem, Kasper e Roever (2005, p. 317) afirmam que os aprendentes

têm que aprender não apenas como fazer as coisas com as palavras da língua-alvo, mas também como as ações comunicativas e as ‘palavras’ que as implementam são responsivas e moldam situações, atividades e relações sociais.³

Como sabemos, o conhecimento da pragmática envolve diversos componentes extralinguísticos: características dos participantes, conhecimento de mundo, referência e dêixis, contexto verbal, intenção comunicativa (implicatura), atos de fala e (des)cortesia conversacional; e, se no processo de ensino o aprendiz tivesse a consciência desses elementos, seria possível que a sua produção na LE fosse mais eficaz e não restrita a uma linguagem simplificada. Desse modo, o ensino da Pragmática deveria estar mais presente no decorrer do processo de aquisição/aprendizagem e nos materiais didáticos de LE, no nosso caso, de PLE.

Em outras palavras, o *input* pragmático necessita ser fornecido. Dessa forma, Kasper e Roever (2005), ao citar os estudos de Schmidt (2001), afirmam que para um *input* ser adquirido, ele tem que ser percebido e compreendido (*noticing* e *understanding*). Indo nesse sentido, vários estudos, como os de Takahashi 2001, Martinez-Flor & Fukuya (2005), Alcón-Soler (2005) e de Nuzzo & Gauci (2012), já foram realizados e demonstraram, embora com diferentes metodologias, que os aprendentes, quando expostos a um ensino de Pragmática, apresentavam uma competência pragmática maior do que aqueles que não receberam tal *input*.

Também salientamos que os estudos e apontamentos realizados por esses pesquisadores sinalizam para a complexidade do tema, principalmente se pensarmos em uma forma que possa medir o conhecimento pragmático adquirido; ou quais métodos poderiam constatar a produção de seu desenvolvimento (como nos estudos de Bardovi-Harlig). Mais ainda, como saber medir

3 As traduções neste trabalho, exceto onde indicado, são de minha autoria.

No original: “they have to learn not only how to do things with target language words, but also how communicative actions and the ‘words’ that implement them are both responsive to and shape situations, activities, and social relationships.”(KASPER E ROEVER, 2005, p. 317)

a dimensão das mudanças produzidas pela aquisição da pragmática no manejo das relações entre forma e função pelo aprendente? Assim, apesar da evidente complexidade que o tema comporta, vemos que as pesquisas salientam a eficácia do ensino da pragmática e, nesse sentido, nos perguntamos: por que a pragmática é quase ausente nos materiais de PLE?

Uma resposta plausível é apontada por Nuzzo e Gauci (2012) ao afirmar que quando se trata da Pragmática, seu ensino é uma questão delicada e complexa, no tocante a uma referência à “regra”, pois os caminhos são tão diversos como os contextos que podem ser produzidos quando da realização dos atos de fala. Por tal motivo, elas observam a impossibilidade de se criar um manual de ensino pragmático

Pragmática como se fosse um livro de gramática ou de vocabulário. Por outro lado, apesar dessa constatação, Nuzzo e Gauci (2012, p. 78-79) também apontam que é aceitável “identificar alguns padrões recorrentes nas situações mais comuns, bem como algumas ferramentas linguísticas na qual há uma função pragmática prevaiente”⁴, fato que viabiliza a produção de recursos didáticos para o ensino da L2 ou LE.

E é exatamente a esses padrões recorrentes que talvez os materiais didáticos deveriam se ater para, ao menos, conscientizar o aprendente sobre as diversas questões da produção de uso da linguagem, ou seja, o que Nuzzo e Gauci (2012) chamaram de uma “função pragmática prevaiente”. Assim, na sequência, trataremos dos aspectos da atenuação pragmática (contextos, procedimentos linguísticos de atenuação, as respectivas funções pragmáticas etc.) presentes em diálogos de livros de PLE. Ressaltamos que tais noções constituem um componente de conhecimento imprescindível no processo de aquisição/aprendizagem de L2.

1.1 Particularidades do material didático em PLE

O material didático é um produto que deve ser observado como mais um elemento, muitas vezes central, no processo da aprendizagem e que traz em si diversas características próprias.

Primeiro, é necessário não perder de vista a dimensão polifônica que nele se estabelece. Na produção do livro didático, entram em cena várias vozes além da do próprio autor, isto é, existe na sua produção um zelo em identificar situações, estruturas, tópicos gramaticais e conversacionais que sejam de interesse do público-alvo, mas que atendam também aos anseios – e muitas vezes “às vozes” - dos editores. O resultado de tal produção carrega em si um posicionamento ideológico que, certamente, ao tratar do ensino/aprendizagem de uma língua, traz uma visão de sociedade e cultura que transpassa a questão puramente linguística.

Em decorrência disso, os materiais de L2 ou LE tentam, na sua constituição, captar uma realidade idealizada da língua alvo para que o aprendente tenha, no processo de aprendizagem, a

4 No original: “individuare alcuni schemi ricorrenti nelle situazioni più comuni, nonché alcuni strumenti linguistici che hanno una funzione pragmatica prevaiente” (NUZZO; GAUCI, 2012, p.78-79).

possibilidade de vislumbrar nas diversas situações comunicativas a que é exposto, um modelo de falares que o torne competente no processo de produção linguística. Contudo, essa realidade proposta pelos manuais, na maioria das vezes, se encontra determinada pela norma de “português padrão” em desmedro do “português falado” (BAGNO, 2001).

Pensando particularmente, na transposição da fala à escrita, deparamo-nos com as seguintes questões: a) a problemática da própria relação entre fala e escrita; b) as questões de autenticidade do material analisado; c) o enfoque das práticas orais dadas aos tópicos desenvolvidos; d) as explicações/aplicações dos usos das ocorrências dos tópicos etc.

Com relação ao primeiro dos problemas apontados, o desencadeamento do aspecto da transposição dispara diversas ocorrências; contudo, queremos ressaltar, em linhas gerais, os estudos de Marcuschi (2003, 2006) no qual enfatiza que ambas -fala e escrita- são práticas sociais, que não devem ser entendidas como dicotômicas, mas sim “dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual”. Entendida dessa maneira, sem esquecer que há distinções entre uma forma de produção e a outra, destacamos que, como práticas, ambas carregam em si o social e o cultural na sua realização, conferindo autenticidade ao texto escrito.

Sobre a fala, aprendemos com Austin (1990 [1962]) que o fato de pronunciar palavras significa realizar atos com elas, muitas vezes transformadores da realidade dos falantes. As teorias de Austin e, posteriormente de Searle, mostram que a linguagem é uma atividade que produz uma ação, uma vez que, para eles, “todo dizer é um fazer”. A linguagem entendida sob esse prisma é realizada por indivíduos e situações em um determinado contexto que tem por finalidade produzir uma forma de interação entre os participantes. É importante observar que, na interação, ao se produzir um certo enunciado, há nele uma força, denominada de *força ilocucionária*, isto é, o efeito do que é dito, que pode ou não coincidir com a intenção de quem a proferiu. Sobre tal aspecto, Koch (2012, p. 12) afirma que “a par daquilo que efetivamente é dito, há o *modo como* o que se diz é *dito*: a enunciação deixa no enunciado marcas que indicam (“mostram”) a que título o enunciado é proferido.”

Quando a interação conversacional se faz face a face os participantes têm a possibilidade de corrigir os mal-entendidos e seguir a atividade conversacional, isto é, há um jogo de interação na qual se observa a distribuição da participação dos falantes na conversação, sua repartição e tomada dos turnos, as respostas reativas dos interlocutores no ato em si etc. Há o uso de estratégias e de acordos estabelecidos pelos falantes na interação social na qual também se encontra em foco a imagem dos participantes (face), conforme Goffman (2011). Os mal-entendidos podem ocorrer pois, ao produzir um ato, há uma intencionalidade quando se fala que, dependendo do contexto no qual é produzido, pode gerar desacordos.

Em decorrência de tais particularidades, buscamos averiguar como o material de PLE (re)produz nas suas unidades essas características pragmáticas tão próprias de uma fala realizada por interactantes em um determinado contexto. Para a sua aquisição, Kasper e Roever (2005, p. 318) afirmam que a pragmática

deve-se atentar para a ação que está sendo realizada, as formas linguísticas, paralinguísticas e não verbais pelas quais a ação é implementada, seu contexto interacional ou textual imediato e as dimensões do contexto situacional que são indexadas, por escolhas linguísticas e pragmáticas⁵.

1.2 Atenuação pragmática

No ato de falar há uma convenção cultural que emprega recursos linguísticos que, quando decodificados erroneamente, podem causar uma *não adequação* do uso de tal convenção em uma determinada situação. Dos diversos recursos, destacamos o emprego dos procedimentos da atenuação pragmática, entendida como uma manifestação linguística semântico-discursiva da cortesia na qual se realizam atividades estratégicas de distanciamento linguístico e aproximação social⁶ sendo, pois, um mecanismo complexo a ser captado e apreendido pelo aprendente de L2 ou LE.

Conforme aponta Briz (2014, p. 84), “a atenuação é uma *categoria pragmática* enquanto mecanismo estratégico e tático, logo, intencional, para conseguir os fins na interação, além de ser uma função somente determinável no próprio contexto”, isto é, ela passa a ter papel relevante nas interações. Convém, todavia, ressaltar que não se pode dizer que um discurso sem atenuadores seja considerado descortês, ou menos cortês, pois é necessário ter em conta a “variação situacional”, a situação de comunicação (BRIZ, 2014, p. 86), além das particularidades socioculturais do contexto geral de produção.

Ainda segundo Briz (2006), o falante se distancia estrategicamente da mensagem, suavizando-a com a finalidade de se aproximar, ou não se distanciar em demasia do outro, a fim de evitar possíveis tensões, mal-entendidos, ameaças à própria imagem e, sobretudo, à imagem alheia. Dessa forma, o falante faz uso de certas táticas que podem englobar o uso de diminutivos, uso de expressões mais suaves, uso de modalizadores, uso de marcadores discursivos de objetivação, indiretividade na formulação de pedidos etc.

Quanto ao uso das táticas, temos que nos ater em aspectos que nos levem a reconhecer a atividade atenuadora e, em seguida, seus atenuantes. Briz (2014) aponta mais uma vez que a determinação do contexto da interação é o ponto de partida para o analista, conforme veremos mais adiante na seção 2.

Ao levarmos esses problemas teóricos ao campo da produção de materiais didáticos percebemos que neles há uma ausência de explicitações desses aspectos nos enunciados presentes, geralmente, ignorados. Os autores, de fato, (re)produzem textos que se aproximam à fala real

5 No original: “in order to acquire pragmatics, attention must be allocated to the action that is being accomplished, the linguistic, paralinguistic, and nonverbal forms by which the action is implemented, its immediate interinteractional or textual context, and the dimensions of the situational context that are indexed by linguistic and pragmatic choices.”

6 Segundo Briz (2014), o distanciamento linguístico ocorre porque o falante ora se afasta dos centros dêiticos *eu-agora*, ora emprega procedimentos linguísticos que suavizam o *dito* ou *seu dizer* com a finalidade de mitigar seu discurso e conseguir se aproximar socialmente, ou não se afastar, do ouvinte.

(autêntica), entretanto não se percebe a abordagem dos elementos pragmáticos nos diálogos por eles apresentados. Em consequência, tais textos e diálogos são desprovidos da sua real dimensão comunicativa, muitas vezes negligenciando até aspectos básicos de contexto.

Em suma, o aprendizado não é somente a relação estrutural da língua, mas também, o que Fraser (2010) chamou de *nuances*. As *nuances* socioculturais permeiam o significado do uso linguístico como um todo e o aprendente, ao saber interpretar esses aspectos, saberá perceber e lidar com determinados comportamentos em cada situação comunicativa específica. Como vemos, o sociocultural perpassa tanto o entendimento do código linguístico quanto às atividades de imagem envolvidas no processo comunicativo e, nesse sentido, Bravo (2004, p.8) aponta que:

O sociocultural centra-se nas relações de linguagem com a sociedade. Considera-se que o falante de uma língua é provido de recursos interpretativos que vêm de seu ambiente social e de suas experiências comunicativas anteriores, que ele compartilha parcialmente com outras pessoas (grupo) e parcialmente não compartilha com essas mesmas pessoas (indivíduo). Esses recursos são colocados em operação na interação e são projetados para os significados emergentes, criando novas alternativas; assim, a cortesia, considerada um fenômeno sociocultural, é confirmada, atualizada, modificada ou revertida na situação de diálogo real.⁷

2. Metodologia da ficha do Es.Por.Atenuação

Para a análise de como a atenuação pragmática se apresenta no *corpus* de nosso estudo, seguiremos a metodologia elaborada pelo projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, na qual se elencam, entre outros, os procedimentos linguísticos de mitigação que se empregam na proteção das imagens, tanto do falante como do ouvinte. Assim, com o auxílio de uma adaptação da Ficha de análise metodológica da atenuação pragmática⁸, pretendemos compreender tais usos no diálogo escolhido e apontar como esses aspectos podem revelar novos caminhos para o entendimento da elaboração do material didático de PLE.

De acordo com Albelda et al. (2014, p. 17), a Ficha⁹ é:

7 No original: Lo sociocultural se enfoca en las relaciones del lenguaje con la sociedad. Se considera que el/la hablante de una lengua está provisto/a de recursos interpretativos que provienen de su entorno social y de sus experiencias comunicativas previas, los cuales parcialmente comparte con otras personas (grupo) y parcialmente no comparte con esas mismas personas (individuo). Estos recursos se ponen en operación en la interacción y se proyectan en los significados emergentes de la misma, creando nuevas alternativas; así la cortesía, considerada un fenómeno sociocultural, se confirma, se actualiza, se modifica o se revierte en la situación de interlocución real.

8 A ficha pode ser consultada em: <https://www.academia.edu/30515174/Ficha_metodol%C3%B3gica_para_el_an%C3%A1lisis_pragm%C3%A1tico_de_la_atenuaci%C3%B3n_en_corpus_discursivos_del_espa%C3%B1ol._ES.POR.ATENUACI%C3%93N_>

9 Marta Albelda e outros (2014, p. 17), informam que “foi elaborado dentro do grupo de pesquisa Val.Es.Co. da Universidade de Valência, baseado no registro sociolinguístico já proposto por Albelda e Cestero (2011), Cestero e Albelda (2012) no âmbito do projeto PRESEEA [...]. O registro é também o resultado de uma longa história de pesquisa sobre a atenuação no espanhol pragmático e coloquial (BRIZ, 1995, 2002, 2003, 2005, 2007a, 2012)”.

um instrumento-guia para a análise da atividade atenuante, que também proporciona homogeneidade às análises dos pesquisadores participantes do projeto, tanto ao analisar e explicar a atenuação em uma norma regional de espanhol ou português quanto quando contrastes são feitos entre zonas ou comunidades lingüísticas dentro do mesmo idioma ou entre os dois idiomas. O projeto tem, portanto, como já indicado, um objetivo final contrastivo intralingüístico e interlingüístico. [...]”¹⁰

Essa metodologia tem a finalidade, segundo os autores, “de ser um marco comum de análise empírica quantitativa e qualitativa da atenuação em espanhol e em português, é uma proposta, que serve de forma homogênea, para a análise contrastiva dessas línguas.” (ALBELDA et al., 2014, p. 17)¹¹

Para a análise dos atenuantes, o método propõe que os analistas devem observar os seguintes tópicos: função da atenuação, procedimento lingüístico, fatores estruturais, enunciativos e situacionais.

Antes, porém, de ser realizada a análise quantitativa efetiva dos tópicos, Albelda et al. (2014, p.305-306) salientam que os analistas precisamos nos ater aos seguintes parâmetros¹²:

- 1) Descrição da situação geral da interação.
- 2) Descrição do contexto interacional particular em que se desenvolve a atividade atenuante: desencadeante (explícito ou implícito), segmento atenuado e atenuante, e também, o efeito que provoca no outro. O que significa levar em conta atos ou intervenções anteriores ou posteriores do falante ou do outro, bem como a intervenção ou intervenções afetadas.
- 3) Explicação do papel ou função desempenhada pelo atenuador sozinho ou em relação a outros fatores atenuantes que afetam o mesmo membro atenuado. Ou seja, explicar para que se atenua e especificar em que consiste a “auto-proteção”, “prevenção” e “cura ou reparação” sem perder de vista as características situacionais, pois eles podem ajudá-lo a entender por que ocorre essa atividade.”

10 “un instrumento de guía para el análisis de la actividad atenuadora, que proporcione, además, homogeneidad a los análisis de los investigadores que participen en el proyecto, tanto cuando se trate de analizar y explicar la atenuación en una norma regional del español o del portugués como cuando se realicen los contrastes entre zonas o comunidades lingüísticas dentro de la misma lengua o entre las dos lenguas. El proyecto tiene, así pues, como ya se ha señalado, un objetivo final contrastivo intralingüístico e interlingüístico. [...]”

11 “...siendo un marco común de análisis empírico cuantitativo y cualitativo de la atenuación en español y portugués, es una propuesta que sirve de forma homogénea para el análisis contrastivo de estos idiomas”.

12 No original: “1) Descripción de la situación general de la interacción; 2) Descripción del contexto interaccional concreto en que se desarrolla la actividad atenuadora que acabamos de identificar: desencadenante (explícito o implícito), segmento atenuado y atenuante e, incluso, en su caso, el efecto que provoca en el otro. Lo que significa tener en cuenta los actos o las intervenciones anteriores o posteriores del propio hablante o del otro, así como la intervención o intervenciones afectadas; 3) Explicación del papel o función que realiza el atenuante solo o en relación con otros atenuantes que afecten al mismo miembro atenuado. Es decir, explicar para qué se atenúa y precisar en qué consiste la ‘autoprotección’, la ‘prevención’ y la ‘curación o reparación’, sin perder de vista los rasgos situacionales, pues pueden ayudar a entender por qué ocurre dicha actividad; 4) Explicación de la forma atenuante; 5) Añadir cualquier otro aspecto que se considere relevante para el análisis.”

- 4) Explicação da forma atenuante.
- 5 Adicionar qualquer outro aspecto que seja considerado relevante para a análise.

Na sequência, esquematicamente, os cinco blocos que compõem a análise, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 – Análise quantitativa da atenuação

Objeto de estudo: os atenuantes	(A) Função da atenuação (B) Procedimento linguístico de atenuação (táticas)
Fatores que incidem no uso da atenuação	(C) Fatores enunciativos
	D) Fatores estruturais
	(E) Fatores situacionais

Fonte: Ficha *Atenuación Pragmática* (BRIZ, 2013)

Metodologicamente, a tarefa do analista partirá, seguindo os critérios propostos, da descrição e identificação do contexto, de modo que a análise dos enunciados deve ser feita sempre especificando em primeiro lugar, o contexto geral e, depois, o contexto específico da interação. Sobre esse aspecto, Albelda et al. (2014, p. 300) assinalam que

Ao falar de contexto interacional concreto nos referimos ao momento ou aos momentos específicos da fala em uma interação que afetam, favorecem ou chegam a determinar os usos e estratégias lingüísticas. Esse conceito pode nos permitir explicar que uma situação geral de imediatismo comunicativo pode em um dado momento tornar-se menos imediata ou que, ao contrário, uma situação de não-imediatismo pode ter momentos de maior imediatismo. A noção de um contexto interacional concreto, portanto, dinamiza o conceito mais geral de situação de comunicação (comp. § 5.2.4) e explica a atividade lingüística em uma contextualização seriada, contexto preciso para um contexto preciso¹³.

Além dos aspectos contextuais, Briz (2014) também aponta a dificuldade que se estabelece na análise ao determinar quando um elemento está sendo atenuado ou não. Como elucidado nos parâmetros, é necessário identificar os elementos desencadeante, atenuante e atenuado nos enunciados, condição às vezes não tão clara para os analistas. A título de ilustração, o quadro abaixo mostra como esses elementos podem se apresentar:

13 *Al hablar de contexto interaccional concreto nos referimos al momento o a los momentos puntuales de habla en una interacción que afectan, favorecen o llegan a determinar los usos y estrategias lingüísticos. Este concepto puede permitirnos explicar que una situación general de inmediatez comunicativa pueda en un momento dado pasar a ser menos inmediata o que, al contrario, una situación de no inmediatez tenga momentos de mayor inmediatez. La noción de contexto interaccional concreto dinamiza, así pues, el concepto más general de situación de comunicación (comp. §5.2.4) y explica la actividad lingüística en una contextualización seriada, contexto preciso a contexto preciso.*

Quadro 2 - Exemplo de reconhecimento dos elementos atenuantes

Contexto interacional geral (CIG)	Momento da interação: na decisão do pedido, o marido pergunta para a esposa:	Elementos
Situação familiar; Âmbito da interação no restaurante; Relação do falante com o ouvinte de igualdade; Etc.	<ul style="list-style-type: none"> - Que podemos comer? - Pode ser peixe. Menos lagosta. ‘Tá meio carinho, né. - Verdade. Vamos de pintado na brasa? - Perfeito. 	<ul style="list-style-type: none"> - desencadeante: asserção que é caro; - atenuado: caro; - atenuadores: <ul style="list-style-type: none"> Pode ser: 2.6. Emprego de verbos, construções verbais, assim como de partículas discursivas com valor modal que expressam opiniões em forma de dúvida ou de probabilidade Meio: quantificador minimizador; -inha (sufixo diminutivo); né: fórmula de contato ou acordo; Vamos de pintado na brasa: 2.9. Petições, perguntas ou ordens expressos de forma indireta.

O elemento ou segmento atenuado diz respeito, segundo a Ficha, “a ação e intenção que se quer atenuar”, minimizar (caro); o elemento desencadeante, “pode ser um ato (ou algo dentro deste) ou a intervenção de um mesmo falante (inícios ou reações)”; e o elemento ou segmento atenuador que é o “recurso de atenuação”.

Essencial destacar que Blanco (2015, p. 47), retomando Briz, afirma que

Reconhecidas as partes que constituem o contexto interativo concreto ou, em última instância, o padrão interativo da atenuação em cada caso, se põem limites não só funcionais, mas também estruturais (formais) ao fenômeno da atenuação e, exatamente, se proporciona ao analista um critério, em nossa opinião, mais sólido para seu reconhecimento.

Na análise pretendemos destacar que a atenuação, ao aproximar ou não afastar os envolvidos no ato em si, marca uma característica própria de um recurso argumentativo cujo objetivo é de proteger, reparar e preservar as imagens dos interactantes. E, também, destacar que pelo fato de a atenuação ser entendida como atividade social, o uso de enunciados característicos do nosso falar pode provocar a não compreensão dele por parte do aprendente de português como segunda língua.

3. Apresentação e análise do corpus

Para demonstrarmos a pertinência e eficácia do uso do método Es.Por.Atenuação, analisaremos um diálogo do livro *Novo Avenida Brasil 3: curso básico de português para estrangeiros* (2013). A escolha se justifica por ser este um dos materiais mais utilizados no ensino de português como língua estrangeira no Brasil, de autoria de Emma Lima, Tokiko Ishihara e Cristián Bergweiler. Na seção “Apresentação”, os autores (2013, p. IV) informam que o livro foi dividido em 3 níveis para “colocar o [...] material mais próximo do Quadro Europeu Comum de Referência” e ainda que “ não se concentra apenas no ensino de intenções de fala e de estruturas. [...] Informações e considerações

sobre o Brasil, sua gente e seus costumes permeiam todo o material.” O material é dividido em 8 lições e 2 revisões, além dos anexos sobre “Fonética”, “Apêndice gramatical”, “Textos gravados”, “Soluções”, e “Vocabulário alfabético”.

O diálogo escolhido, “Você Acredita?”, encontra-se na unidade 4: “Imaginário Brasileiro” (Figura 1).

Figura 1 - Sumário

Lição 4	Imaginário brasileiro	25	91
Superstições; simpatias, credences populares. Lendas brasileiras.	Dar opinião; expressar indiferença, descrédito, indecisão, confiança. Formular hipóteses.	Imperfeito do Subjuntivo - Forma. Usos do Imperfeito do Subjuntivo. Orações condicionais (se + Imperfeito do Subjuntivo).	

Fonte: *Novo Avenida Brasil 3* (2013, p. VII)

Lembramos que o trecho da conversação não é uma situação de fala face a face, mas sim uma representação do que os falantes qualificados fariam em uma situação real de fala e, por isso, são consideradas autênticas.

Figura 2 - Diálogo

Você acredita?

- Neide, convidei meu amigo Amadeu para jantar. Você se lembra dele, o médico homeopata?
- Ele é homeopata? Não sabia. E eu que o recomendei para a Páti.
- Qual é o problema de ele ser homeopata? É médico como qualquer outro.
- Imagina! Pode até ser que tenha estudado Medicina, mas não trabalha como outros médicos. Eles receitam aqueles remédinhos esquisitos, muita água e álcool e pouco remédio.
- Não sei, para mim sempre funcionou bem. E os pacientes dele estão muito satisfeitos.
- Acho enganação. Não pode ser que uma agulhinha qualquer funcione como remédio. Eu só vou a médico de verdade.
- Mas o Amadeu é médico de verdade! Só que ele prefere a medicina homeopática. Se ajuda, funciona. Certo? Se não ajudasse, ele não teria mais pacientes!
- Não sei não...

Fonte: *Novo Avenida Brasil 3* (2013, p. 29)

De modo geral, o diálogo em si é direto e objetivo, mas na prática, veremos que o aprendente poderá ter dificuldades para entender as questões voltadas aos aspectos pragmáticos dos enunciados, em especial àqueles referidos à atenuação.

Conforme a metodologia do projeto Es.Por.Atenuação, devemos analisar os seguintes dados: função da atenuação, procedimento linguístico, fatores estruturais, fatores enunciativos, fatores situacionais. Entretanto, para o nosso estudo, nos deteremos em três fatores: na função atenuadora, no procedimento linguístico e nos situacionais.

Inicialmente, quanto aos fatores situacionais, destacamos o contexto geral, isto é, o cenário da interação, a relação entre os interactantes etc. e, depois o contexto interacional específico, que

é atualizado momento a momento, no qual vamos analisar a sequência dialógica e identificar os elementos desencadeantes da atenuação.

Quanto ao contexto geral, percebemos, no diálogo, que existe a interação entre duas pessoas que parecem ser próximas, embora esse dado não seja informado nem minimamente na sua contextualização. Assim, esquematicamente, inferimos os seguintes elementos contextuais de acordo com o método do projeto:

Quadro 3 - Fatores situacionais

Temática: (cotidiana);
Fim da interação: O. interpessoal;
Âmbito da interação: (cotidiano para ambos os interlocutores);
Relação vivencial entre os interlocutores: talvez amigos ou casal (?);
Relação social e funcional: de igualdade (F=O);
Relação de sexo entre os interlocutores: H-M;
Tipo de atividade comunicativa: Conversação;
Registro: + informal.

Na situação observa-se que a finalidade da interação é interpessoal, um tanto que cordial, pois se zela pela imagem. Percebemos que os participantes procuram manter um distanciamento marcado pelas convenções sociais de respeito/cordialidade refletida na relação social e funcional entre as partes, uma vez que há o uso de atenuadores que buscam minimizar o contato das opiniões expressas entre os interactantes, como veremos adiante.

Estabelecido o contexto geral da interação (CGI), passamos a fazer a identificação dos elementos atenuantes para destacar, na sequência, com mais critérios, os procedimentos linguísticos e a função atenuadora que são utilizados (Figura 3).

Figura 3 - Identificação dos atenuadores

C Você acredita?



- **Neide**, convidei meu amigo Amadeu para jantar. Você se lembra dele, o médico homeopata?
- Ele é homeopata? Não sabia. E eu que o recomendei para a Páti.
- Qual é o problema de ele ser homeopata? É médico como qualquer outro.
- Imagina! **Pode até ser que tenha estudado Medicina, mas não trabalha como outros médicos.** Eles receitam aqueles **remedinhos** esquisitos, muita água e álcool e pouco remédio.
- **Não sei, para mim** sempre funcionou bem. E os pacientes dele estão muito satisfeitos.
- **Acho enganação.** Não pode ser que uma **aguinha** qualquer funcione como remédio. Eu só vou a médico de verdade.
- Mas o Amadeu é médico de verdade! Só que ele prefere a medicina homeopática. Se ajuda, funciona. **Certo?** Se não ajudasse, ele não teria mais pacientes!
- **Não sei não...**

Legenda

Atenuadores

Intensificadores

Fonte: *Novo Avenida Brasil 3* (2013, p. 29)

Após a identificação dos elementos que mitigam os enunciados, começamos o detalhamento da análise dos dados, conforme os quadros 4, 5, 6 e 7.

No Quadro 4, no início do diálogo, ao usar a forma de tratamento, “Neide”, o falante tenta aproximar-se do ouvinte buscando, ao mesmo tempo, interação e aceitação do que pretende informar “convidei meu amigo, Amadeu, para jantar”. Dessa forma, com tal procedimento, salvaguarda a relação entre o eu-tu e previne uma possível ameaça à própria imagem.

Quadro 4 - Apresentação dos dados

Enunciados	Procedimento linguístico	Função da atenuação
Neide, convidei meu amigo Amadeu para jantar.	2.20. Uso de formas de tratamento e fórmulas apelativas 1. Formas de tratamento	2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro ou um possível obstáculo para alcançar uma meta (salvaguarda eu-tu). Prevenir o desacordo ou evitar um possível desacordo ou rejeição.
Imaginal Pode até ser que tenha estudado mas não trabalha...	2.11. Estruturas sintáticas ou significados condicionais, concessivos ou temporais, em ocasiões fórmulas fixas estereotipadas (locuções, modismos), que modificam e restringem o alcance do ato de fala. Modificações do ato de fala que restringem o alcance do expressado mediante estruturas concessivas	Idem: 2. Prevenir uma possível... Prevenir o que pode ofender, atacar ou prejudicar a imagem ou os bens do outro ou de terceiros

Na sequência do interlúdio, ao saber que o amigo é um médico homeopata, há um atrito que se estabelece por ambos terem visões diferentes sobre a atuação desse tipo de profissional. Assim, na parte: “Imagina. Pode até ser que tenha estudado Medicina, mas não trabalha como outros médicos”, o emprego de estruturas concessivas – *Pode até ser [...] mas...* - que restringem o alcance do ato de fala, tenta prevenir aquilo que pode ofender a imagem do outro. Ao usar esse recurso, tenta, então, manter um acordo que se dá, de certo modo, como um ataque, mas minimizado pelo recurso linguístico empregado pelo falante.

Esquematizando o Quadro 5, percebemos que na interação, o falante buscará apresentar o seu ponto de vista usando estratégias com função preventiva. Vejamos:

Quadro 5 - Apresentação dos dados

Enunciados	Procedimento linguístico	Função atenuadora
Não sei. Para mim, sempre funcionou bem.	2.7. Emprego de verbos, construções verbais e partículas discursivas que expressam fingimento de incerteza, de incompetência ou de ignorância sobre o que alguém sabe ou é capaz. 1. Verbos que expressam fingimento de incerteza, de incompetência ou de ignorância	2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro ou um possível obstáculo para alcançar uma meta (salvaguarda eu-tu).
Não sei. Para mim, sempre funcionou bem.	2.8. Construções “limitadoras” da opinião à própria pessoa, ou a um determinado âmbito ou espaço pessoal. 1. Construções limitadoras da opinião à própria pessoa	2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro ou um possível obstáculo para alcançar uma meta (salvaguarda eu-tu).

Aqui podemos notar que o uso da expressão de incerteza “não sei”, juntamente com a expressão “para mim”, que limita o dito ao âmbito pessoal do emissor mostra constituem procedimentos linguísticos que ensinam a preservação das faces dos interactantes: do emissor porque tenta não parecer muito assertivo nas suas afirmações, e do interlocutor uma vez que diminui um possível desacordo. Também, por usar um duplo procedimento no mesmo enunciado reforça a ideia da prevenção da imagem, do cuidado de não ser tão ameaçador ao outro.

Destacamos que o uso de “não sei”, no diálogo apresentado, não indica que necessariamente o falante não tenha conhecimento sobre o tópico, mas sim que de forma estratégica, se afasta do foco da polémica e ameniza a forma de expressar sua opinião (“Não sei. Para mim...”), pois poderia ter iniciado o enunciado diretamente com “Para mim”. Aqui o aprendente poderia inquirir “por que não ser mais direto?”

Na sequência, no Quadro 6, no enunciado “acho enganação”, a mulher coloca sua opinião em forma de dúvida, talvez para não ferir a imagem do outro - não quer insultar o ouvinte-, e também por zelar pela imagem de si própria, buscando não ser tão taxativa.

Quadro 6 - Apresentação dos dados

Enunciados	Procedimento linguístico	Função atenuadora
Acho enganação.	2.6. Emprego de verbos, construções verbais, assim como de partículas discursivas com valor modal que expressam opiniões em forma de dúvida ou de probabilidade 1. Verbos que expressam as opiniões em forma de dúvida ou probabilidade	idem
Se ajuda, funciona. Certo? Se não ajudasse...	2.19. partículas discursivas e expressões de controle de contato (buscam e solicitam o consentimento do interlocutor)	Dupla função: 3. Reparar uma ameaça à imagem do outro ou uma intromissão no território do outro [salvuarda eu-tu] 2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro ou um possível obstáculo para alcançar uma meta (salvuarda eu-tu).

Em contrapartida, no enunciado “Se ajuda, funciona. Certo? Se não funcionasse...” o falante é mais incisivo, como se colocasse um final na discussão. O emprego de uma expressão de controle de contato, como “certo?”, procura o consentimento do interlocutor, minimiza o desacordo expresso na parte anterior do enunciado (“se ajuda, funciona”), reparando o desacordo amenizando a força ilocucionária da afirmação dada. Tem a função argumentativa de reparar um desacordo. Também previne uma possível ameaça à imagem do outro, servindo de ponte para o enunciado “se não ajudasse, ele não teria pacientes.”.

Por fim, no Quadro 7, com o enunciado “Não sei não”, o falante, com o intuito de prevenir uma possível ameaça à imagem do outro, formula sua asserção em forma de desconhecimento fingido.

Quadro 7 - Apresentação dos dados

Enunciados	Procedimento linguístico	Função atenuadora
Não sei não.	2.7. Emprego de verbos, construções verbais e partículas discursivas que expressam fingimento de incerteza, de incompetência ou de ignorância sobre o que alguém sabe ou é capaz. 3. Construções verbais que expressam fingimento de incerteza, de incompetência ou de ignorância	2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro ou um possível obstáculo para alcançar uma meta (salvaguarda eu-tu). Evitar respostas ou ações de reação negativas, prejuízos

O falante ao fingir ignorância mediante uma fórmula convencionalizada que contém uma dupla negação (“Não sei não”), se afasta de uma afirmação categórica sobre o tema e deixa em aberto ou indefinido seu ponto de vista na situação comunicativa. Com essa estratégia linguística ele consegue um duplo efeito: evitar o descordo com o interlocutor e mostrar-se como um enunciatário flexível às opiniões discordantes.

No geral, notamos que os participantes, no diálogo, mitigam ou debilitam a força ilocutória, de tal maneira que conseguem, assim, distanciar-se de sua mensagem para se aproximar (social e afetivamente) ou não se afastar extremamente um do outro. Segundo Briz (2013, p. 286), certamente, um indivíduo é atenuadamente cortês para aproximar-se ou não se afastar extremamente do outro e assim conseguir o objetivo, chegar com sucesso à meta, uma meta local (obter algo em um momento dado) ou global (conseguir o acordo ou minimizar o desacordo).

Em relação ao *corpus* do material didático analisado, percebemos:

- Uso de enunciados que ameaçam as imagens dos interlocutores (força ilocucionária);
- Uso de procedimentos linguísticos para atenuar;
- O não detalhamento de tais usos na unidade analisada.

Desse modo, o diálogo analisado, não se preocupa em apresentar atividades que se relacionem ou reforcem o uso desses atenuadores. Mostra, pois, que há tentativa de reprodução da fala autêntica, mas não há a conscientização do uso em si para os aprendentes.

3.1 Da necessidade do ensino da Pragmática

Bardovi-Harlig (2013, p. 68) afirma que

a pragmática é o estudo de como dizer o quê para quem e quando e que a pragmática da L2 é o estudo de como os aprendentes vem a saber de que forma o como dizer o quê para quem e quando¹⁴.

Como vemos, na L2 ou LE é importante fazer a Pragmática ser conhecida pelos aprendentes, para que o seu uso seja eficaz nas situações concretas da comunicação.

Assim, em decorrência de tudo que apontamos até o momento, reforçamos a necessidade de um ensino voltado às questões do uso da linguagem. Especificamente em relação ao *corpus* analisado, podemos realizar as seguintes sugestões de como abordá-las:

- A. **Sobre o contexto:** o livro deveria detalhar tanto o contexto geral como específico de forma mais clara, para que o aprendente soubesse de fato a relação entre os participantes, por exemplo, como se a tensão entre dá o grau de imposição do ato de fala e a relação hierárquica entre eles. Esses fatores deixam claro que em determinados contextos um enunciado pode ser cortês ou descortês. No diálogo analisado, o aprendente só tem a informação que é uma conversa estabelecida por um homem e uma mulher, não sabemos o grau de interação entre eles, só o inferimos. Em consequência de tal ausência de dados, o diálogo parece ser simplesmente uma sucessão de frases que opinam sobre a questão da homeopatia;
- B. **Sobre a interpretação dos atenuantes:** faltam atividades nas quais o aprendente poderia ter consciência de como interpretar os atenuantes que dão as particularidades ao discurso produzido, isto é, o efeito. Tais conhecimentos fazem com que se tenha uma noção mais clara do funcionamento do uso da linguagem e, conseqüentemente, uma interpretação mais efetiva;
- C. **Sobre saber reproduzir o uso dos atenuantes:** realizar atividades orais ou escritas nas quais o aprendente possa escolher entre os diferentes procedimentos linguísticos de atenuação apresentados no diálogo, assim como a diferença paradigmática entre eles, ampliando as noções para outros aspectos de imposição e força ilocucionária em contextos diversos.

Fica claro que o não detalhamento do uso dos atenuadores na unidade dos manuais deixa somente em evidência que o aprendente deve saber/aprender fórmulas de concordar ou não, de opinar etc. Entretanto, o uso desses procedimentos, no qual se apresentam graus de imposição, *status* situacional dos interactantes, relação entre eles, força ilocucionária, etc., no conjunto, produzem sentido na dimensão social da língua e, se não são esclarecidos, quem aprende pode ficar na dúvida em relação ao que é mais adequado ou não ao uso em cada situação.

14 No original: "pragmatics is the study of how-to-say-what-to-whom-when and that L2 pragmatics is the study of how learners come to know how-to-say-what-to-whom-when".

Considerações finais

O objetivo foi mostrar por meio da metodologia do projeto ES.POR.ATENUAÇÃO como os procedimentos de atenuação pragmática se apresentam, ou não, nos materiais de PLE, em específico no diálogo do livro *Novo Avenida Brasil 3*, e de que forma esses materiais poderiam ser mais completos.

Do uso do método do projeto Es.Por.Atenuação na análise apresentada, observamos que quando confrontamos questões teóricas de entendimento do uso da língua com o campo da produção desses materiais, há uma ausência desses dados, mesmo percebendo que eles ali se encontram. Como já foi dito, os autores têm a preocupação em buscar na elaboração dos diálogos uma fala autêntica, real; contudo, não se percebe sobre ela uma abordagem dos elementos pragmáticos, pois preferem deixar de lado a dimensão comunicativa de fato e até negligenciar informações básicas do contexto no qual o discurso é produzido, como no exemplo analisado.

Observamos também que não existe a mínima preocupação em contextualizar o diálogo apresentado nem evidenciar o uso dos procedimentos das táticas atenuadoras, negando de certa forma, o valor ilocucionário que é produzido no nosso jeito de falar e que deve ser aprendido, compreendido e interpretado pelo aprendente.

Em consequência dos fatos teóricos abordados, da análise realizada e dos resultados obtidos pelo uso do recurso metodológico do projeto Es.Por.Atenuação, que nos ajudou a visualizar e analisar o funcionamento dessas ocorrências em determinado contexto, foi possível perceber que ainda nos deparamos com uma realidade de elaboração de material de PLE muito distante da complexidade que tal processo comunicativo envolve na sua (re)produção escrita. Fica aqui a proposta de que novos materiais de PLE deveriam incorporar tais nuances comunicativas nos livros dos aprendentes e explicitá-las, conforme apontamos na análise.

Referências

- ALBELDA, M.; BRIZ, A. Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística en español y portugués. La base de un proyecto en común (ES.POR.ATENUACIÓN). **Onomázein**, nº 28, 2013, p. 288 – 319.
- ALBELDA, M.; BRIZ, A.; CESTERO, A.; KOTWICA, D.; VILLALBA, C. Ficha metodológica para el análisis pragmático de la atenuación en corpus discursivos del español. **ES.POR.ATENUACIÓN. Oralía**, 17, 2014, p. 7-62.
- ALCÓN-SOLER, E. Does Instruction Work for Learning Pragmatics in the EFL Context?. **System**, 33, 2005, p. 417-435.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas: Pontes Editores, 1993.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Linguística Aplicada, Ensino de Línguas & Comunicação**. 3a. edição. Campinas: Pontes Editores, 2009.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes S. Filho. Porto Alegre: artes Médicas, 1990.
- BAGNO, Marcos. **Português brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola, 2001.
- BARDOVI-HARLIG, K.; HARTFORD, B.S. Input in an institutional setting. **Studies in Second Language Acquisition**, 18, 1996, p. 171–188.

- BLUM-KULKA, S. Indirectness and politeness in requests: same or different? **Journal of Pragmatics**, 11, 1987, p. 131–146.
- BRAVO, D. (“Tensión entre universalidad y relatividad en las teorías de la cortesía”. In: D. Bravo; A. Briz. **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel, 2004, p. 15-37.
- BRIZ, A. “Atenuación y cortesía verbal en la conversación coloquial: su tratamiento en la clase de ELE”. In: http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/munich_2005-2006/02_briz.pdf. **Actas del programa de formación para profesorado de ELE**. Munich: Instituto Cervantes, 2006, p. 227-255.
- BRIZ, A. Atenuadores: estratégias e táticas. [en línea: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article>]. In: BLANCO, R.C.H. **Atenuação pragmática e problemas de intercompreensão: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses**. 2015. 195f. Dissertação (Mestrado em Letras) – USP, São Paulo, 2015.
- BRIZ, A. “La atenuación lingüística. Esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis”. In: I. Roboredo Seara. **Cortesía: olhares e (re) invenções**. Lisboa: Chiado, 2014, p. 83-172.
- CORNO, G. O. M. **O papel da pragmática na análise do livro didático para o ensino comunicativo de português do Brasil para estrangeiros**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE LÍNGUA E CULTURA. **Referencial Camões PLE**. Lisboa: Edição Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P. 2017. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/>>.
- FRASER, B. “Pragmatic Competence: The case of hedging”. In: G. Kaltenböck; W. Mihatsch; S. Schneider. **New Approaches to Hedging**. Emerald Group Publishing Limited, 2010. Disponível em: <http://www.bu.edu/sed/files/2010/10/2010-Pragmatic-Competence-The-Case-of-Hedging.pdf>. Acesso em: 10/12/2016.
- GOFFMAN, E. **Ritual da interação**. Tradução: Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ISHIHARA, T.; BERGWELER, C. G. **Novo Avenida Brasil 3**. São Paulo: EPEU, 2013.
- KASPER, G.; ROEVER, C. Pragmatics in second language learning. In: E. Hinkel (org.) **Handbook of research in second language teaching and learning**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2005, p. 317-334.
- KASPER, G. (Eds.). **Pragmatics in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 171–199.
- KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 11ª. Ed.- São Paulo: editora Contexto, 2012.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. “Atividades de compreensão na interação verbal”. In: PRETI, D. (org.) **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 15-45.
- MARTÍNEZ-FLOR, A., FUKUYA, Y.J. **The effects of instruction on learner’s production of appropriate and accurate suggestions**. *System* 33 (3), 2005.
- NUZZO, E.; GAUCI, P. **Insegnare la pragmatica in italiano L2. Recenti ricerche nella prospettiva della teoria degli atti linguistici**. Roma: Carocci, 2012.
- SCHMIDT, R. Attention. In: P. Robinson (Org.). **Cognition and Second Language Instruction**. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 3–33.
- SCHMIDT, R. Consciousness, learning and Interlanguage pragmatics. In: G. Kasper; S. Blum-Kulka (Eds.). **Interlanguage Pragmatics**. Oxford University Press, New York, 1993, p. 21–42.
- SEARLE, J. R. **Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem**. Tradução de C. Vogt. Coimbra: Almedina, 1984.
- TAKAHASHI, S. The role of input enhancement in developing pragmatic competence. In: K. R. Rose; G. Kasper (Orgs.). **Pragmatics in Language Teaching**. Cambridge University Press, Cambridge, 2001, p. 171–199.

Atenuação em procedimentos metaenunciativos na interação oral: a atividade de imagem em foco



Lara Oleques de Almeida *

* Mestre e Doutora em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (bolsista) - lara.oleques@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8312-9402>

Introdução

O presente capítulo parte da noção de metaenunciação nas interações face a face para, então, estudar fenômenos linguísticos que a ela se associam, como a atenuação e a atividade de imagem (trabalho de face ou *face-work*)¹, tal qual definida pelo sociólogo Erving Goffman (1967). Trata-se de um conceito amplo que remete a um aspecto onipresente nas interações (faladas ou escritas) e que diz respeito à dinâmica das imagens sociais que os interactantes constroem de si e dos outros participantes da interação a partir da suposição de como o outro (interlocutor presente ou virtual) vê o eu que fala. Concebemos a atividade de imagem como uma dimensão constitutiva das interações linguísticas, essencial na construção da sua dinâmica e, portanto, presente em todos os enunciados da língua. No entanto, a atividade de imagem fica mais evidente na materialidade discursiva de alguns enunciados, quando perceptíveis os seus diferentes direcionamentos, como ocorre nas expressões metaenunciativas que geram efeitos pragmáticos de atenuação (minimização da força ilocucionária dos atos de fala² ou enunciados)³.

Assim, este estudo tem por objetivo analisar e descrever dois tipos de procedimentos metaenunciativos (AUTHIER REVUZ, 2004, 1998; HILGERT, 2014, 2012) presentes no discurso oral, para verificar como se manifestam os fenômenos pragmáticos de atenuação (BRIZ e ALBELDA, 2013; BRIZ, 2005) em cada um deles. Esses dois tipos integram a classificação de Authier-Revuz (1998, 2004), que se dedicou ao estudo da heterogeneidade enunciativa enquanto não-coincidência do dizer. Neste trabalho, estudamos apenas as não-coincidências do discurso consigo mesmo e as não-coincidências interlocutivas, detalhadas mais adiante em seção própria. Nesse sentido, damos especial ênfase para o papel que a atividade de imagem (GOFFMAN, 1967; ALBELDA, 2016) desempenha nessas expressões metaenunciativas (não-coincidências), verificando quando o jogo das imagens interacionais favorece a construção de efeitos atenuadores com cortesia ou sem cortesia.

Importante frisar, desde já, que a relevância deste recorte temático e teórico está em dois pontos principais: estudar a metaenunciação, fenômeno recorrente nas interações faladas, mas pouco investigado no Brasil, em especial, quando associado aos fenômenos de atenuação e cortesia, com destaque para as pesquisas de Hilgert (p. ex., 2014, 2012, 2009, 2008) – as quais despertaram o nosso interesse por esse viés temático, o que culminou em produções próprias (p. ex., ALMEIDA, 2017); focar a diferença entre os conceitos de atenuação e cortesia a partir da interpretação da teoria goffmaniana da atividade de imagem, num universo de estudos que tradicionalmente não faz essa distinção (conforme referem BRIZ, 2012, p. 35-36; BRIZ e ALBELDA, 2013, p. 291-292).

1 Nos estudos brasileiros em língua portuguesa o termo mais usado é *face*. No entanto, preferimos utilizar o termo *imagem*, por nos parecer mais claro e próximo do conteúdo semântico do termo utilizado originalmente por Goffman.

2 Neste trabalho, utilizamos os termos *ato de fala* e *enunciado* como sinônimos, considerando que o primeiro foi ressignificado com a inserção da Pragmática no âmbito das teorias discursivas, que concebem a língua como fenômeno interacional.

3 Esta tem sido a definição mais adotada nos trabalhos sobre atenuação, a exemplo de Fraser (1980), Holmes (1984), Briz (1995, 2003) e Caffi (1999, 2007) (ALBELDA e CESTERO, 2011, p. 5). Em que pese a importância desses estudos, partiremos do conceito de atenuação de Briz e Albelda (2013) e de Briz (2005), que se basearam, também, nas obras supracitadas e formularam um conceito de atenuação mais específico, que atende melhor aos objetivos desta pesquisa.

Abordamos o objeto de pesquisa à luz de fundamentos da Linguística da Enunciação articulada com a Pragmática e o *corpus* de análise é composto por segmentos de fala extraídos dos inquiridos do Projeto NURC/RJ (Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta da cidade do Rio de Janeiro)⁴, que é analisado qualitativamente a partir de uma seleção dentre os parâmetros definidos por Briz e Albelda (2013) para a ficha metodológica do Projeto ES.POR.ATENUAÇÃO⁵, na medida em que esses parâmetros sirvam para as análises e se afinem aos objetivos de pesquisa. Importante frisar que, para este trabalho, selecionamos apenas uma amostra exemplificativa dos dois tipos de expressões metaenunciativas e seus efeitos de atenuação e de atividade de imagem, sem qualquer preocupação com análise quantitativa do *corpus* nesta fase inicial da pesquisa, de modo que os resultados explanados são parciais.

1. Fundamentação teórica da pesquisa

1.1 A metaenunciação

A noção de metaenunciação que adotamos no presente trabalho foi desenvolvida por Authier-Revuz (2004; 1998) a partir do conceito de heterogeneidade, que a autora identifica como uma *não-coincidência* existente no discurso – que não é uno, linear –, noção inspirada no dialogismo bakhtiniano. A linguista entende que a natureza da linguagem é heterogênea e multivocal, ou seja, os discursos, em que a linguagem se constitui, são heterogêneos porque diferentes vozes confluem para a sua construção e, portanto, o sujeito falante não é a única fonte desses discursos (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

Acerca do conceito de metaenunciação, esclarece Hilgert:

Entende-se por metaenunciação todo procedimento linguístico-discursivo em que o falante, no desdobramento da interação, se reporta ao dizer em si e não ao dito [...]. A atividade metaenunciativa é, portanto, um dizer sobre o dizer. Nela o falante distancia-se, por um momento, do “conteúdo” e observa as palavras com as quais o expressou (HILGERT, 2012, p. 117, aspas do original, grifos nossos).

Assim, esses movimentos linguísticos do falante podem ser qualificados como metaenunciativos, eis que são “formas estritamente *reflexivas*, que correspondem a um desdobramento no âmbito de um único ato de enunciação; há um dizer do elemento linguístico realizado por um comentário desse dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 84, itálico do original). O falante detém, por instantes, o

4 O Projeto NURC/RJ integra o Projeto NURC/BR, que se desenvolveu nos anos 1970 e 1980 nas cinco capitais brasileiras mais densamente povoadas à época (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre). Ainda hoje, constitui o maior acervo de língua falada do Brasil.

5 O Projeto ES.POR.ATENUAÇÃO é coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Briz (Universidade de Valência, Espanha) e tem como objetivo principal o estudo da atenuação em espanhol e português. No Brasil, integram o Projeto a Universidade de São Paulo, a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Universidade Federal de Pernambuco; coordenam as atividades nessas universidades, respectivamente, os Profs. Dr. Luiz Antônio da Silva, Dr. José Gaston Hilgert e Dra. Kazuê Saito Monteiro de Barros.

curso da fala, toma distância do conteúdo semântico do que diz e põe atenção na escolha das palavras com as quais expressou esse conteúdo (o dito).

Vejamos um exemplo: (...) é::: porque tornou-se de uma hora pra outra assim um bairro:: so-fistiCAdo **badalado como se diz aí na gíria** né? (NURC/RJ, DID, Inquérito 153, g.n.). A expressão “como se diz aí na gíria” é um comentário que o falante realiza sobre o seu próprio dizer, ou seja, a expressão é resultado de uma reflexão que o falante faz sobre o que acabou de dizer no curso de sua fala (“badalado”, qualificando o bairro de Ipanema), o que caracteriza a atividade metaenunciativa. A propriedade de autorreflexividade é típica da língua em uso, como fenômeno essencialmente interacional.

Neste ponto, importante explicar a estrutura da relação que se estabelece entre os dois componentes da metaenunciação: 1) a expressão alvo ou objeto do comentário reflexivo (chamada de escopo: aquilo que o falante já disse ou que dirá na sequência de sua fala) e 2) o comentário reflexivo que incide sobre o escopo (a expressão metaenunciativa). “O primeiro componente é, portanto, o *escopo* do segundo, constituindo este último a atividade metaenunciativa propriamente dita” (HILGERT, 2012, 118, itálico do original). No exemplo anteriormente apresentado, a expressão “badalado” é o escopo (alvo, objeto) da expressão “como se diz aí na gíria”, pois esta última é um comentário de natureza reflexiva que o falante faz sobre a primeira.

Percebemos que se opera uma ruptura discursiva dentro dessa relação metaenunciativa (escopo—comentário sobre o escopo), que evidencia uma ausência de linearidade entre ambos os componentes da relação, porquanto “o enunciador não se ‘faz uno’ no seu dizer, mas produz uma clivagem nesse dizer, distanciando-se de suas palavras, como um autocomentador de si mesmo” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 84, aspas do original). Esse desdobrar-se do sujeito e do seu discurso revela uma *não-coincidência* (forma de heterogeneidade), pois é como se o sujeito se dividisse em dois (aquele que diz e aquele que comenta sobre o que diz), assim como o discurso é cindido (a voz do eu dá lugar à voz do outro eu).

Authier-Revuz (2004, p. 82; 1998, p. 84) classifica as *não-coincidências* do dizer em quatro categorias, todas consubstanciadas em procedimentos metaenunciativos, conforme a função que exercem em cada discurso: *não-coincidências das palavras com as coisas*; *não-coincidências das palavras consigo mesmas*; *não-coincidências do discurso consigo mesmo*; *não-coincidências interlocutivas*.

As *não-coincidências das palavras com as coisas* “representam as buscas, hesitações, fracassos, sucessos... na produção da ‘palavra exata’, plenamente adequada à coisa” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 83, reticências e aspas do original). A autora apresenta algumas expressões que denotam a busca lexical pelo falante: *como dizer?*; *não há a palavra*; *X, por assim dizer*; *X, maneira de dizer*; *X, melhor dizendo*; *Y, X, é essa a palavra*, etc. (p. 183).

Por sua vez, as *não-coincidências das palavras consigo mesmas* evidenciam o fato de que as palavras são polissêmicas, carentes de precisão e completude, razão pela qual necessitam que o falante especifique ou restrinja os seus sentidos nos diferentes contextos (AUTHIER-REVUZ *apud* HILGERT,

2012, p. 119), como ocorre em expressões como: *X, em sentido próprio, figurado; X, nos dois sentidos; X em todos os sentidos do termo; X, é o caso de dizê-lo*, etc. (AUTHIER REVUZ, 2004, p. 183).

Já as *não-coincidências do discurso consigo mesmo* “assinalam, no discurso, a presença de palavras pertencentes a um outro discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 83). A autora apresenta alguns exemplos de expressões comuns na língua e que ilustram essa categoria de não-coincidência discursiva, tais como: *X, como diz fulano; para retomar as palavras de...; como se diz lá; como se dizia* etc. (p.183).

Por fim, as *não-coincidências interlocutivas* “representam o fato de que um elemento não é imediatamente ou não é absolutamente compartilhado – no sentido comum – pelos dois protagonistas da enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 83). Esta modalidade de heterogeneidade possui natureza essencialmente interativa. São exemplos dessa categoria: *passe-me a expressão; X, sei que você não gosta da palavra* (p. 182-183) ou, ainda, *se você me permitir; peço sua licença para discordar*, etc.

Uma leitura preliminar indica que todas essas modalidades de atividade metaenunciativa são ocorrentes no *corpus*, pois são comuns na fala. Porém, neste estudo, conforme já anunciamos, estamos investigando especificamente as duas últimas categorias supracitadas – as operações metaenunciativas que apresentam uma não-coincidência do discurso consigo mesmo e as que apresentam uma não-coincidência interlocutiva –, em virtude da singular relação que estabelecem com os aspectos de atividade de imagem.

1.2 A noção de atividade de imagem (*face-work*) e seus direcionamentos

Uma das características interacionais essenciais na determinação dos contornos da interação humana e que nasce por força desta é o que Goffman chama de *trabalho de face* ou *atividade de imagem* (*face-work*). Nas palavras do sociólogo canadense:

Com *trabalho de face* eu proponho designar as ações realizadas por uma pessoa no sentido de que tudo o que ela faça esteja em harmonia com a sua imagem. A atividade de imagem serve para neutralizar “incidentes”, ou seja, eventos cujas implicações simbólicas efetivamente ameaçam a imagem (GOFFMAN, 1967, p. 12, *itálico e aspas do original*)⁶.

O sociólogo propôs a noção de atividade de imagem ao focar as interações *face a face*, sendo que as ações referidas pelo autor são aquelas voltadas para salvar, proteger e reparar a imagem (GOFFMAN, 1967, p. 12/15-23). Disso inferimos que o simples contato com um interlocutor já representa o rompimento de um equilíbrio e ameaça a imagem tanto do locutor quanto do interlocutor.

Para entendermos o conceito de atenuação tal qual abordamos nesta pesquisa é importante verificar que o trabalho das imagens se movimentam em várias direções ao longo da interação.

6 Todas as traduções de textos em língua estrangeira presentes neste trabalho são de nossa autoria e responsabilidade.

Ora podem voltar-se para o interlocutor, ora podem voltar-se para o próprio falante, ora podem se distribuir de forma simultânea para ambas as imagens, de falante e de destinatário.

Enfatiza o sociólogo:

Já afirmei que a pessoa terá dois pontos de vista: **uma orientação defensiva direcionada para salvar a sua própria imagem e uma orientação protetiva direcionada para salvar a face dos outros**. Alguns eventos **serão principalmente defensivos e outros serão principalmente protetivos**, embora se possa esperar que, em geral, essas duas perspectivas sejam assumidas ao mesmo tempo (GOFFMAN, 1967, p. 14, grifos nossos).

Este ponto acerca da atividade de imagem é fundamental em nosso estudo, porquanto confirma a ideia de que Goffman (1967) já havia concebido a existência de direcionamentos diferentes das imagens no jogo interacional, embora não tenha tratado da cortesia nem da atenuação.

A propósito, vale esclarecer que o termo atenuação é utilizado na literatura especializada com diferentes acepções. Muitos teóricos o utilizam como sinônimo de cortesia – por exemplo, Kerbrat-Orecchioni (2006, 2004) –, ou seja, o conceito de imagem tem sido tradicional e predominantemente relacionado à cortesia (HERNÁNDEZ FLORES, 2013, p. 176) e esta tem sido confundida com o conceito de atenuação (BRIZ e ALBELDA, 2013, p. 290). Entendemos que “o conceito de *atividade de imagem* (como destacaram SHIMANOFF, 1994; MEIER, 1995; BRAVO, 2004) não é sinônimo do de cortesia, mas sim a cortesia é um tipo possível de atividade de imagem” (HERNÁNDEZ FLORES, 2005, p. 39-40, itálico do original).

Dessa forma, neste trabalho, concebemos atenuação e cortesia como fenômenos diferentes, embora com ligações conceituais (BRIZ, 2012, p. 36), assim como entendemos que a noção de atividade de imagem não se confunde nem com cortesia, nem com atenuação. São três noções distintas, sendo que a atividade de imagem está presente em todos os enunciados produzidos em língua, já que tudo o que falamos ou escrevemos é produto da relação enunciativa básica eu-tu; por consequência, tanto os atos de cortesia quanto os de atenuação (sem cortesia) envolvem um trabalho de imagem. Em resumo, para estabelecermos a diferenciação terminológica necessária, temos que a atividade de imagem opera em duas frentes principais: a atividade de autoimagem (que beneficia somente ou preponderantemente o falante e que se chama atenuação sem cortesia) e a atividade de cortesia (que beneficia tanto o falante quanto o seu interlocutor e que se chama atenuação com cortesia).

Acerca da cortesia, apresentamos sucintamente o referencial teórico mais utilizado, cuja noção aprimorada das imagens goffmanianas serviram de base para os estudos que integram o nosso referencial teórico na medida em que constituem parâmetros gerais, merecedores, contudo, de especificações conceituais e metodológicas para a adequada compreensão e descrição dos fenômenos em estudo.

O modelo desenvolvido Brown e Levinson (1987) privilegia a noção de imagem (face), ambas articuladas: a face positiva, que consiste na imagem social e no desejo do sujeito de que seus

atos sejam aprovados, e a face negativa, que corresponde ao desejo de ação, não ter os seus atos tolhidos pelo outro (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 13). Portanto, a sua noção de cortesia abrange estratégias que têm por finalidade minimizar os efeitos dos atos ameaçadores da face (*FTA – face threatening acts*), no intuito de evitar conflitos entre os interlocutores ao estabelecer ou restabelecer o equilíbrio nas relações sociais. Posteriormente, Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 82-83) agrega a noção de *FFA (Face Flattering Acts – atos valorizadores da face)*, pois concebe que a interação não é marcada apenas por atos que ameaçam a face, mas igualmente por atos que a valorizam. Trata-se da cortesia valorizadora ou positiva.

Assim, entendemos que esses mecanismos inseridos na dinâmica do trabalho de face, considerando que operam dentro de uma unidade mais dialogal (BRIZ e ALBELDA, 2013, p. 303), caracterizam um ato de cortesia nos termos desta pesquisa.

1.3 A atenuação linguística

A noção mais geral de atenuação e a mais adotada pelos linguistas que se dedicam ao estudo desse fenômeno diz respeito à mitigação da força ilocucionária dos atos de fala (ALBELDA e CESTERO, 2011, p. 13). A partir dessa noção, apresentamos o conceito de atenuação que adotamos neste trabalho e, dada a limitação de espaço e a complexidade do conceito, sobre ele explicitaremos apenas os aspectos que sirvam para o alcance dos objetivos da pesquisa:

[...] a atenuação é uma atividade argumentativa (retórica) estratégica de minimização da força ilocutiva e do papel dos sujeitos da enunciação para conseguir alcançar com sucesso o objetivo previsto, e que é utilizada em contextos situacionais de menos imediatez ou que exigem ou se deseja que apresentem menos imediatez comunicativa. **Assim, algumas vezes, haverá atenuação de falante e, portanto, a estratégia terá um caráter mais monologal; outras, atenuação de falante e ouvinte e, portanto, terá um caráter mais dialogal e, frequentemente⁷, cortês** (BRIZ e ALBELDA, 2013, p. 292, grifos nossos).

Desse conceito inferimos que a atenuação é uma estratégia argumentativa de que se vale o falante para obter o acordo, minimizar o desacordo na interação ou ser aceito pelo outro. Via de regra, todos os movimentos dos falantes de qualquer língua vão no sentido de obter esses objetivos conversacionais que são exatamente a aceitação mútua (GOFFMAN, 1967, p. 11) ou o acordo (BRIZ, 2012, p. 38) entre os interactantes e, nesse caminho, encontramos a razão de ser das estratégias atenuadoras em funcionamento no discurso oral.

Como já discurremos anteriormente, existem diferentes direcionamentos das imagens, conforme estas se voltem predominantemente para o eu ou para o eu-tu. A importância

7 Por uma questão didática e de limitação de espaço, não problematizamos este aspecto do conceito, razão pela qual consideramos que a atenuação com cortesia é uma estratégia de caráter mais dialogal na interação, sem nos atermos à sua frequência.

dessa distinção é fundamental em nosso trabalho, para que fique claro o ponto exato em que se afastam as noções de atenuação e de cortesia, em virtude das diferentes funções da atenuação exercidas no contexto interacional. Neste ponto, cabe apresentarmos os dois grandes tipos de atenuação propostos por Briz (2012), conforme a sua relação com os papéis dos sujeitos da enunciação:

O primeiro tipo diz respeito à atenuação propriamente dita (sem cortesia), já que, ao referir-se ao papel do eu (BRIZ, 2012, p. 43), manifesta-se em unidades linguísticas *mais monologais*, ou seja, aquelas em que o eu enunciativo não se dirige explicitamente ao tu, direcionando a atividade de imagem para si de maneira exclusiva ou preponderante. Essas unidades atingem o dito e aquilo que está por trás do dito, de forma que o elemento atenuante funciona como uma espécie de máscara atrás da qual o falante se esconde e com a qual o eu protege sua imagem. Trata-se de um trabalho de imagem direcionado para o falante ou de uma *atividade de autoimagem* (HERNÁNDEZ FLORES, 2004, 2005, 2013), que caracteriza a *atenuação de falante* (BRIZ, 2012, p. 43; BRIZ e ALBELDA, 2013, p. 292/302). O produtor e diretamente afetado é o eu (também podendo ser um terceiro) e a função da atenuação é a salvaguarda da própria imagem, prevenir-se diante do outro ou ser ético, politicamente correto (ALBELDA *et al.*, 2014, p. 18).

O segundo tipo de atenuação diz respeito ao papel de ambos os sujeitos da enunciação (BRIZ, 2012, p. 43-44). Trata-se de atenuação manifestada sob a forma de um ato cortês (atenuação com cortesia), já que, ao referir-se à relação eu-tu, ocorre em unidades linguísticas *mais dialogais*, isto é, aquelas em que o eu enunciativo se dirige de forma mais explícita ao tu, direcionando o trabalho de face tanto para o falante (eu) quanto para o seu interlocutor (tu). Essas unidades atingem o interlocutor de alguma forma, atuam como salvaguarda da imagem do falante e do interlocutor e se manifestam como mecanismo frequentemente cortês. Estamos diante de uma atividade de imagem direcionada para ambos, falante e interlocutor ou de *atenuação de falante e ouvinte* (BRIZ, 2012, p. 43; BRIZ e ALBELDA, 2013, p. 292). “Quando a atenuação é cortês, a estratégia busca um certo equilíbrio e proteção de imagens, de territórios (direitos e deveres) e de benefícios do eu, do tu e dos grupos aos quais pertencem” (BRIZ, 2012, p. 43-44). O produtor é o eu, os diretamente afetados são o eu e o tu e a função da atenuação é a salvaguarda (prevenção ou reparação) de ambas as imagens (falante e interlocutor).

De tudo o que discorremos até o momento, podemos concluir que a atividade atenuadora pode se manifestar com ou sem cortesia e constitui uma estratégia discursiva mais ampla e abrangente do que a cortesia, porque esta “[...] constitui um princípio explicativo da atenuação, mas não é o único. A atenuação linguística [se relaciona] com a imagem em geral, mas nem sempre com a cortesia” (BRIZ e ALBELDA, 2013, p. 292).

2. Uma breve descrição do corpus e a metodologia

Para a análise dos fenômenos em estudo, exploramos diálogos integrantes de inquéritos do Projeto NURC/BR, mais especificamente, do Projeto NURC/RJ (Projeto de Estudo da Norma

Linguística Urbana Culta da cidade do Rio de Janeiro), que pertencem ao gênero entrevista semi-dirigida e compõem o *corpus* definitivo da pesquisa. Para tal, selecionamos quatro segmentos de fala dentre os 158 inquéritos do tipo DID (diálogo entre falante e documentador) disponíveis *on line* (www.lettras.ufrj/nurc-rj).

De forma sucinta, as etapas que envolvem a presente pesquisa são: 1ª etapa, que consiste no levantamento prévio de expressões metaenunciativas dos dois tipos escolhidos (não-coincidências do discurso consigo mesmo e interlocutivas) nos 158 inquéritos DID, já concluída; 2ª etapa, na qual faremos a definição do *corpus* e a análise qualitativa das expressões, com audição de todos os trechos selecionados, fase em andamento; 3ª e última etapa, na qual faremos a descrição e análise das expressões selecionadas do *corpus*, de forma quantitativa e com cruzamentos de dados. Como referimos, neste capítulo, apresentamos somente uma pequena amostra de quatro segmentos de fala, a modo de exemplificação dos temas teóricos e de tipologias discursivas.

Assim, seguindo as orientações metodológicas do Projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, conforme já anunciado, selecionamos somente os aspectos pertinentes aos objetivos de pesquisa: **a)** definir o *contexto interacional concreto*⁸ (ALBELDA et al., 2014, p. 11; BRIZ e ALBELDA, 2013, p. 300) no qual se inserem as expressões metaenunciativas com efeitos de atenuação; **b)** verificar os tipos de atenuação manifestados nessas expressões – atenuação vinculada ao papel do eu (BRIZ, 2012, p. 43) e a que está vinculada à relação eu-tu (BRIZ, 2012, p. 43-44); **c)** verificar as funções exercidas pelas expressões atenuadoras com relação às imagens dos interactantes – autoproteção, prevenção ou reparação (ALBELDA et al., 2014, p. 16-22; GOFFMAN, 1967); **d)** verificar a posição ocupada pelo elemento atenuador com relação ao elemento atenuado – anterior, posterior, intermediária ou outra (ALBELDA et al., 2014, p. 39-45)⁹.

3. Análise preliminar do *corpus*

3.1 Exemplos de expressões metaenunciativas com efeito de atenuação sem cortesia¹⁰

Nesta seção, trazemos dois exemplos de expressões metaenunciativas do tipo não-coincidências do discurso consigo mesmo, que ilustram algumas tipologias que se manifestaram nesta 1ª etapa do trabalho. Estão compostas por verbos *dicendi* – explícitos em ambos os exemplos – e revelam um recurso de atenuação caracterizado pela ocultação do eu enunciativo.

8 O contexto interacional concreto diz respeito à definição do elemento discursivo que desencadeia a atenuação (desencadeador), do que sofre a atenuação (atenuado) e do que produz a atenuação (atenuador).

9 Adotamos os sinais gráficos conforme Projeto ES.POR.ATENUAÇÃO: o segmento desencadeador da atenuação é graficamente marcado com sublinhado e negrito; o segmento atenuado, com itálico; e o segmento atenuador, com negrito.

10 Todos os excertos em destaque nesta análise preliminar seguem as normas de transcrição do Projeto NURC/SP (PRETI, 2008), consagradas desde os primórdios do Projeto NURC/BR como as mais criteriosas. Os exemplos que constam do item 3.1 integraram o *corpus* da pesquisa de nossa Dissertação de Mestrado (ALMEIDA, 2017, p. 106/127).

(1) [informante fala sobre televisão]

L – (...) não gosto de novela de JElto nenhum NÃO também por causa da interpretação dos pobres dos artistas nem do enredo mas aquilo... primeiro aquilo... é: uma coisa que... que:: - - **como diz o Barbosa Lima SoBRInho** - - *quem é o diretor de uma novela não é o diretor e sim o lbope* tá entendendo? (NURC/RJ), DID, Inquérito 85, g.n.)

Quadro 1 – Contexto Interacional Concreto do Exemplo (1)

<i>Elemento desencadeador</i> = Escopo	<i>Elemento atenuado</i> = Escopo	Elemento atenuador = Expressão metaenunciativa	Posição do atenuador
quem é o diretor de uma novela não é o diretor e sim o lbope	quem é o diretor de uma novela não é o diretor e sim o lbope	como diz o Barbosa Lima Sobrinho	anterior

Com a expressão metaenunciativa “como diz o Barbosa Lima Sobrinho”, o entrevistado sinaliza para as entrevistadoras que esse discurso não lhe pertence, mas que o assume como seu como chancela de autoridade para o que afirma na continuação da fala (o escopo/elemento desencadeador e, simultaneamente, atenuado pela expressão), já que esse terceiro de quem toma a voz para o interior de seu discurso é uma figura pública e notória que dá credibilidade ao que diz. Note-se que a partícula “tá entendendo?”, que se encontra fora do contexto interacional concreto, também tem efeito atenuador, pois é um regulador de contato apelativo que convida o interlocutor a compartilhar de seu ponto de vista, ao operar como um reforço à atenuação já instaurada pelo elemento metaenunciativo.

Em se tratando de uma entrevista gravada que o falante sabe que poderá ser acessada por terceiros, vemos que o recurso da ocultação do eu também é ativado por uma preocupação com o politicamente correto ao apontar a fonte enunciativa de seu dizer e ao deixar claro que esse dizer não é seu, mas de uma pessoa certa e determinada no discurso.

O fragmento metaenunciativo é do tipo mais monologal e o trabalho de imagem é voltado preponderantemente para o falante, com o fim de proteger a sua autoimagem. Nesse excerto, essa proteção é utilizada para suavizar um possível impacto negativo no interlocutor ao deixar claro que a opinião emitida não é de sua autoria, evitando um possível desacordo. Inferimos das características gerais dessa interação que o falante crê que sua imagem é favorecida ao citar a fonte de seu dizer (ética), mas, por outro lado, não sabe que opinião o interlocutor tem sobre o personagem citado ou mesmo sobre a ideia contida na expressão de atenuação metaenunciativa. Trata-se de atenuação de falante: a atividade atenuadora opera sem manifestar fenômenos de cortesia.

O elemento “como diz o Barbosa Lima Sobrinho” está em posição anterior, pois se encontra discursivamente antes do elemento atenuado, que coincide com o escopo (“quem é o diretor de uma novela não é o diretor e sim o lbope”), confirmando o alto grau de mobilidade da posição

discursiva ocupada pelo elemento atenuador nesse tipo de expressão metaenunciativa, o que pudemos concluir ao cotejar diferentes fragmentos levantados no *corpus* nos quais todas as posições básicas se manifestaram.

(2) [informante fala sobre diferenças entre ensino secundário e universitário]

L– (...) o professor cateDRÁtico QUase SEMpre não dá aula e que é por isso que eles estão acabando com o professor catedrático... **hoje em dia não vai mais haver professor dizem** né? pelo menos eu ouço falAR que são só professores contratados (NURC/RJ, DID, Inquérito 264, g.n.)

Quadro 2 – Contexto Interacional Concreto do Exemplo (2)

Elemento desencadeador = Escopo	Elemento atenuado = Escopo	Elemento atenuador = Expressão metaenunciativa	Posição do atenuador
hoje em dia não vai mais haver professor	hoje em dia não vai mais haver professor	dizem	posterior

Com a expressão metaenunciativa “dizem”, a entrevistada sinaliza para a interlocutora que esse discurso não lhe pertence, ou seja, é oriundo de uma voz geral, do senso comum. A expressão encerra o grau máximo de indeterminação dessa voz evocada para dentro do discurso do falante, já que não se pode determiná-la ou identificá-la. A voz geral do senso comum é reforçada pelo que a entrevistada diz na continuação de sua fala (“pelo menos eu ouço falar”), enunciado este que indica o que as pessoas em geral estão falando a respeito do tema contratação de professores sob a forma de um regime temporário (“contratados”) e não efetivo (“catedráticos”). A partícula “né?”, seguida da partícula “pelo menos”, que se encontram fora do contexto interacional concreto, também têm efeito atenuador, pois auxiliam a falante a eximir-se da responsabilidade pelo que disse, operando como um reforço à atenuação já instaurada pelo elemento atenuador “dizem”.

Como no exemplo anterior, como se trata de uma entrevista gravada, que a pessoa sabe que a ela terceiros poderão ter acesso, ou seja, outras pessoas além das que participam da entrevista, entendemos que a falante se vale do recurso da ocultação do eu também para ser politicamente correta ao preocupar-se em indeterminar, diluir a fonte enunciativa de seu dizer, deixando claro que esse dizer não é seu, mas é oriundo de vozes indefinidas, genéricas, de todas as pessoas em geral.

O fragmento metaenunciativo é do tipo mais monologal e o trabalho de imagem é voltado preponderantemente para o eu, com o fim de proteger a sua autoimagem. Nesse trecho, essa proteção ocorre porque a falante não quer assumir como seu um dizer que reflete uma opinião negativa acerca da atuação dos professores universitários titulares (“catedráticos”), que, segundo ela, não atendem bem aos alunos ou, em suma, não dão aula. Por essa razão, instaura outro enunciador no discurso, indeterminado e com forte referência às vozes do senso comum. Trata-se de atenuação de falante, ou seja, a atividade atenuadora opera sem manifestar fenômenos de cortesia.

Observe-se a composição estrutural da expressão metaenunciativa, composta pela forma conjugada do verbo “dizer” na 3ª pessoa do plural do Presente do Indicativo (“dizem”) sem a presença de nenhuma partícula discursiva (a exemplo de “como”, que ocorre na maior parte dos casos levantados).

No fragmento sob análise, o elemento atenuador “dizem” está em posição posterior, eis que se encontra discursivamente após o elemento atenuado, que coincide com o escopo (“hoje em dia não vai mais haver professor”), confirmando que essa posição é preferencial no uso dos falantes, em razão da sua recorrência no *corpus*.

3.2 Exemplos de expressões metaenunciativas com efeito de atenuação com cortesia

Nesta seção, trazemos dois exemplos de expressões metaenunciativas do tipo não-coincidências interlocutivas, que ilustram algumas tipologias que se manifestaram nesta 1ª etapa do trabalho. Estão compostas por verbos *dicendi* – implícito no Exemplo (3) e explícito no Exemplo (4) – e revelam um recurso de atenuação caracterizado pela cortesia linguística.

(3) [informante fala sobre paisagens do sertão brasileiro]

L – (...) ah::... nOs *Sertões* de Euclides da Cunha tem aquelas descrições que são MUItO **CHAtas** ((riso)) -- **desculpe a expressão** ((fala rindo)) -- mas eh::: o::: o:::o::: Os *Sertões* se você pegar pela primeira vez você não consegue ler (NURC/RJ, DID, Inquérito 144, g.n.)

Quadro 3 – Contexto Interacional Concreto do Exemplo (3)

<i>Elemento desencadeador</i> = Escopo	<i>Elemento atenuado</i> = Escopo	<i>Elemento atenuador</i> = Expressão metaenunciativa	<i>Posição do atenuador</i>
chatas	chatas	desculpe a expressão	posterior

Com a expressão metaenunciativa “desculpe a expressão”, o entrevistado sinaliza para o interlocutor que inseriu no discurso uma ideia ou expressão que julga não ser compartilhada ou aceita por ambos. Quando o falante utiliza essa expressão, demonstra preocupar-se com a reação de seu interlocutor ao pedir-lhe desculpas por utilizar a expressão “chatas” (escopo da atividade metaenunciativa) para qualificar uma obra brasileira clássica, palavra esta que o falante julga (e demonstra) não ser adequada e que também pode parecer inadequada ao seu interlocutor. Note-se que os risos logo após o escopo “chatas” é um elemento paralinguístico de atenuação que também marca a inadequação da palavra utilizada; igualmente, quando diz a expressão metaenunciativa ainda rindo, também tem efeito atenuador, pois o riso auxilia o falante a suavizar e reparar a falha que julga ter cometido, operando como um reforço à atenuação já instaurada pelo elemento “desculpe a expressão”.

A expressão metaenunciativa do tipo interlocutiva revela, por um lado, a inadequação de uso de certas palavras entre os interlocutores (perspectiva da metaenunciação) e, por outro, uma preocupação do falante para com seu interlocutor expressa sob a forma de um ato cortês (perspectiva da cortesia). Destaca-se das demais não-coincidências por seu caráter eminentemente interativo.

Em se tratando de uma entrevista gravada que o falante sabe que poderá ser acessada por terceiros, vemos que o recurso da cortesia também é ativado por uma preocupação do falante com o politicamente correto ao marcar no seu discurso que é educado, por isso corrigiu ou tentou corrigir um equívoco que percebeu no uso de uma palavra que sabe ser avaliada negativamente pelo interlocutor e por outros usuários da língua portuguesa nesse contexto específico.

O fragmento metaenunciativo é do tipo mais dialogal e o trabalho de imagem é voltado para ambos os participantes da enunciação, com o fim de reparar a sua imagem. Nesse excerto, essa reparação é utilizada para suavizar um possível impacto negativo no interlocutor pelo uso da palavra “chatas” e para evitar um possível desacordo. Trata-se de atenuação de falante e de ouvinte, ou seja, a atividade atenuadora opera bidirecionalmente, com trabalho de face de salvaguarda da imagem social de ambos os participantes da interação e com cortesia. Ao se retratar de forma cortês, salva tanto a imagem do interlocutor quanto a sua própria, ao indicar que é uma pessoa educada e preocupada com o outro.

O elemento “desculpe a expressão” está em posição posterior, já que se encontra discursivamente após o elemento atenuado, confirmando que a posição discursiva preferencial do escopo nas não-coincidências interlocutivas é a posterior (com ocorrência também da anterior, mas não da intermediária), que coincide com o elemento atenuador, o que podemos concluir ao cotejar diferentes fragmentos levantados no *corpus* nos quais essa tendência se manifestou. Importante destacar a relação entre posição e função no exemplo sob análise: a posição posterior favorece a função atenuadora de reparação.

(4) [informante fala sobre ensino técnico e profissionalizante]

L – em nível de segundo grau... até então as famílias muitas famílias de classe MÉdia e muitas faMÍlias... eh: de classe:: eh::... rica... -- **se posso dizer assim** -- acima da média... acham que é uma coisa que:: desabonadora... o indivíduo ter ser um profissional de segundo grau (NURC/RJ), DID, Inquérito 275)

Quadro 4 – Contexto Interacional Concreto do Exemplo (4)

<i>Elemento desencadeador</i> = Escopo	<i>Elemento atenuado</i> = Escopo	Elemento atenuador = Expressão metaenunciativa	Posição do atenuador
rica	rica	se posso dizer assim	posterior

Com a expressão metaenunciativa “se posso dizer assim”, o entrevistado sinaliza para o interlocutor que inseriu no discurso uma ideia ou expressão que julga não ser compartilhada ou aceita por ambos. Quando o falante utiliza essa expressão, demonstra preocupar-se com a reação de seu interlocutor ao dirigir-lhe uma pergunta indireta (traduzida em “posso dizer assim?”) que denota incerteza ou dúvida por parte do falante acerca do uso adequado ou correto da expressão “rica” (escopo da atividade metaenunciativa), que o falante utiliza para qualificar as famílias que se encontram acima da classe média e que percebe que pode parecer inadequada também para o seu interlocutor. O

falante demonstra não ter certeza da precisão semântica da palavra “rica” – talvez quisesse dizer “classe média alta” (nem rica nem média) –, o que se infere dos elementos prosódicos presentes no fragmento, tais como o alongamento vocálico dos fáticos (“eh::”) e as pausas, em especial as que precedem a expressão “rica”, que revelam que o falante começa a processar a busca pela palavra exata que quer inserir, decidindo-se por dizer “ricas”. Essa hesitação tem efeito atenuador, ao operar como um reforço à atenuação que será instaurada pelo elemento “se posso dizer assim”.

A expressão metaenunciativa do tipo interlocutiva revela, por um lado, a inadequação de uso de certas palavras entre os interlocutores (perspectiva da metaenunciação) e, por outro, uma preocupação do falante para com seu interlocutor expressa sob a forma de um ato cortês (perspectiva da cortesia). Destaca-se das demais não-coincidências por seu caráter eminentemente interativo.

Como ocorreu nos exemplos anteriores, trata-se de uma entrevista gravada que o falante sabe que poderá ser acessada por terceiros, vemos que o recurso da cortesia também é ativado por uma preocupação do falante com o politicamente correto ou com a própria adequação semântica da palavra, ao marcar no seu discurso que é educado, por isso submeteu à avaliação do interlocutor a adequação da palavra “rica”, ao imaginar que pode ser avaliada negativamente pelo interlocutor e por terceiros.

O fragmento metaenunciativo é do tipo mais dialogal e o trabalho de imagem é voltado para ambos os participantes da enunciação, com o fim de reparar a sua imagem. Nesse excerto, a reparação é utilizada para suavizar um possível impacto negativo no interlocutor pelo uso da palavra “rica” e para evitar um possível desacordo. Trata-se de atenuação de falante e de ouvinte, a atividade atenuadora opera bidirecionalmente, com trabalho de face de salvaguarda da imagem social de ambos os participantes da interação e com cortesia. Ao formular a pergunta indireta de forma cortês, salva tanto a imagem do interlocutor quanto a sua própria, ao indicar que é uma pessoa educada e preocupada com o outro.

Assim como no exemplo anteriormente analisado, o elemento metaenunciativo (“se posso dizer assim”) está em posição posterior, pois se encontra discursivamente após o elemento atenuado, confirmando que a posição discursiva preferencial do escopo nas não-coincidências interlocutivas é a posterior (com ocorrência também da anterior, mas não da intermediária), que coincide com o elemento atenuador, o que pudemos concluir ao cotejar diferentes fragmentos levantados no *corpus* nos quais essa tendência se manifestou. Importante destacar a relação entre posição e função no exemplo sob análise: a posição posterior favorece a função atenuadora de reparação.

Considerações finais

Após discorrermos acerca dos efeitos pragmáticos de atenuação manifestados em dois tipos de procedimentos metaenunciativos (não-coincidências do discurso consigo mesmo e não-coincidências interlocutivas) presentes em diálogos do Projeto NURC/RJ, em análise preliminar, podemos chegar à seguinte síntese conclusiva dos resultados obtidos nesta fase inicial da pesquisa:

- 1) Os dados linguísticos examinados atestam a existência de atenuação sem cortesia, fenômeno menos estudado do que a atenuação com cortesia. Assim, é teórica e pragmaticamente mais adequado tratar a atenuação como um conceito maior que abarca a cortesia (atenuação com cortesia) e a atividade de autoimagem (atenuação sem cortesia), ambas derivadas de um aspecto constitutivo das interações – a atividade de imagem –, de modo que é importante fazer as devidas precisões terminológicas;
- 2) Nos dois tipos de não-coincidências analisadas, existe uma correspondência entre a relação metaenunciativa (escopo – expressão metaenunciativa) e os elementos do contexto interacional concreto, que permitem identificar de forma indubitável a expressão atenuadora, que é, ao mesmo tempo, a expressão metaenunciativa; o escopo é, em todos os casos, o elemento que dá origem à atenuação (desencadeador) e o elemento que sofre a atenuação (atenuado);
- 3) Sobre o tipo de atenuação, concluímos que os fragmentos típicos da atenuação sem cortesia, com a atividade de imagem voltada preponderantemente para o eu que fala, são mais monológicos, ambiente discursivo favorável à ativação do recurso da ocultação do eu, de ocorrência unânime nas não-coincidências do discurso consigo mesmo. Já nas não-coincidências interlocutivas, os fragmentos são do tipo mais dialogal, que propicia a atenuação de falante e ouvinte, com a atividade de imagem voltada para ambos os interlocutores e com ativação do recurso de cortesia, de forma unânime.
- 4) Quanto à função da atenuação e à posição discursiva do elemento atenuador, verificamos que, nas não-coincidências do discurso consigo mesmo, a função unânime foi a proteção da autoimagem social (eu enunciativo), independentemente da posição do atenuador (expressão metaenunciativa), estando presentes as três posições básicas (anterior, intermediária e posterior), ao passo que, nas não-coincidências interlocutivas, a função variou conforme a posição do atenuador: o recurso da cortesia foi ativado para a reparação da imagem quando a posição foi posterior (posição majoritária) e para a prevenção da imagem quando a posição foi anterior (poucos casos), não havendo nenhuma ocorrência de posição intermediária.

Por fim, devemos dizer que, ao eleger como recorte temático a associação do fenômeno da metaenunciação ao da atenuação linguística, a realização deste estudo contribuiu para o preenchimento de lacunas nas pesquisas em interações faladas no Brasil, não só porque raros são os trabalhos sobre procedimentos metaenunciativos em português brasileiro, em especial, aliados às manifestações de atenuação, mas também porque a abordagem teórica e metodológica escolhida permitiu visualizar os fenômenos em *corpus* de forma segura, a partir da compreensão de seus pressupostos e distinções terminológicas necessárias à descrição das estruturas linguísticas em sua complexidade. Os fenômenos em estudo carecem de descrição na literatura especializada, o que aponta para a sua riqueza e para o desenvolvimento de trabalhos profícuos no futuro.

Referências

- ALBELDA, M. Sobre la incidencia de la imagen en la atenuación pragmática. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, v. XIV, n. 27, 2016, p. 19-32.
- ALBELDA, M.; BRIZ, A.; CESTER, A. M.; KOTWICA, D.; VILLALBA, C. Ficha metodológica para el análisis pragmático de la Atenuación en corpus discursivos del español. (ES.POR.ATENUACIÓN). **Oralia**, v. 17, p. 7–62, 2014.

- ALBELDA, M.; CESTERO, A. M. De nuevo, sobre los procedimientos de atenuación. **Español actual**: revista de español vivo. Madrid, n. 96, 2011, p. 1-27.
- ALMEIDA, L. O. de. **A atenuação metaenunciativa em interações face a face**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Comunicação e Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3266>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Trad. Alda Scher et al. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BRIZ, A. La (no) atenuación y la (des)cortesía, lo lingüístico y lo social: ¿son pareja?. In: J. Escamilla Morales; G. Henry Vega (Orgs.). **Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico**. Barranquilla/Estocolmo: Universidad de Estocolmo/Universidad del Atlántico/CADIS/Programa EDICE, 2012, p. 33-75.
- BRIZ, A. Eficacia, imagen social e imagen de cortesía: naturaleza de la estrategia atenuadora en la conversación cotidiana española. In: D. Bravo (Org.). **Estudios de la (des)cortesía en español**: categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos. Estocolmo/Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 53-91.
- BRIZ, A.; ALBELDA, M. Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística en español y portugués. La base de un proyecto en común (ES.POR.ATENUACIÓN). **Onomázein**, Santiago (Chile), n. 28, p. 289-319, 2013.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language use. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- GOFFMAN, E. **Interaction ritual**: essays on the face-to-face behaviour. Nova York: Pantheon, 1967.
- HERNÁNDEZ FLORES, N. Actividad de imagen: caracterización y tipología en la interacción comunicativa. In: BRAVO, Diana (Ed.). **Pragmática Sociocultural**. Berlín/Nueva York: De Gruyter, 1(2), 2013, p. 175-198.
- HERNÁNDEZ FLORES, N. Cortesía y oscilación de la imagen social en un debate televisivo. In: J. Murillo Medrano (Org.). **Actas del II Coloquio del Programa EDICE**. San José: Universidad de Costa Rica, 2005, p. 37-52.
- HERNÁNDEZ FLORES, N. La cortesía como la búsqueda del equilibrio de la imagen social. In: D. Bravo; A. Briz. (Orgs.). **Pragmática sociocultural**: estudios sobre el discurso de cortesía en español. Barcelona: Ariel Lingüística, 2004, p. 95-108.
- HILGERT, J. G. Atenuação e cortesía em intervenções metaenunciativas na conversa. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 16, n. 2, jul./dez 2014, p. 365-379.
- HILGERT, J. G. A construção do sentido e da compreensão na conversa, mostrada em procedimentos meta-enunciativos. **Linha d'Água**, São Paulo, n. 25 (2), 2012, p. 106-129
- HILGERT, J. G. (Org.). **A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre**: diálogos entre dois informantes. Florianópolis: Insular, 2009.
- HILGERT, J. G. A cortesía no monitoramento de problemas de compreensão da fala. In: PRETI, Dino (Org.). **Cortesía verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 125-155.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. ¿Es universal la cortesía? In: D. Bravo; A. Briz. **Pragmática sociocultural**: estudios sobre el discurso de cortesía en español. Barcelona: Ariel Lingüística, 2004, p. 39-53.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação**: princípios e métodos. Trad. Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PRETI, D. (Org.). **Cortesía verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.

Anexos

Anexo I – Normas de transcrição do Projeto NURC/SP

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	::podendo aumentar para::: ou mais	ao emprestarem os... éh ::: ... o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	- - - -	...a demanda de moeda - - vamos dar essa notação - - demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	ligando as [linhas	na casa da sua irmã [sexta-feira? fizeram lá... [cozinharam lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima...ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRElra entre nós”...

*Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338 EF e 331 D2.

Observações:

Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP, etc).

Fáticos: *ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por está: *tá?* você está brava?).

Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.

Números: por extenso.

Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).

Não se anota o *cadenciamento da frase*.

Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...* (*alongamento e pausa*).

Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

Fonte: PRETI, Dino (Org.). **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 17-18.



A quebra das Máximas
Conversacionais no
acórdão do pedido de
soltura de José Dirceu
– Operação *Lava Jato*
na construção das
representações textual/
discursivas com valor
argumentativo

Fernanda Isabela Oliveira Freitas *

* Doutora pelo PPG em Estudos da Linguagem (UFRN) - professorafernanda.isabela@hotmail.com - ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0745-0955>

Introdução

A discussão em torno do processo de comunicação entre as partes e o magistrado e do efetivo acesso à justiça, nos últimos anos, tem se acentuado, principalmente, pelo contexto político brasileiro com as investigações do Mensalão e da Operação Lava Jato. Isso porque, a linguagem é o elemento essencial que possibilita a existência do direito, seu desenvolvimento, enfim, o seu assentamento no seio da sociedade.

No entanto, há situações em que nem sempre a comunicação entre os indivíduos se dá de forma compreendida, como é o caso da ciência jurídica que por ter como função essencial disciplinar a conduta das pessoas, utiliza uma linguagem mais prescritiva e autoritária, recebendo inúmeras críticas de cidadãos que não possuem um nível desejável de conhecimento a seu respeito.

Tomando por base a função social que o Direito possui em solucionar conflitos existentes no âmbito da sociedade, este por sua vez, deve apresentar-se de forma clara e objetiva para os interessados, que em parte são cidadãos leigos em relação à linguagem. No entanto, percebe-se que muitos dos profissionais do Direito utilizam a linguagem jurídica de maneira prolixa, não promovendo, uma maior aproximação entre o judiciário e o cidadão.

Acreditamos, ainda, que “todo texto constrói, com menor ou maior explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, de seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos que são tratados”. A representação discursiva do enunciador é a representação de si, nos seus diferentes níveis; a representação discursiva do(s) ouvinte(s), isto é, a representação do interlocutor ou dos interlocutores e a representação discursiva dos temas tratados, ou seja, dos diferentes temas ou tópicos abordados (RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2010, p. 173). Essa Representação Textual – Discursiva (Rtd) está vinculada a uma argumentação onipresente que nas palavras de Grize (1990) são operações de textualização que as esquematizações (representações discursivas) produzem, como plenamente argumentativas.

Essa perspectiva teórica da Rtd com valor argumentativo nos instigou a propor uma articulação entre a Rtd, as máximas conversacionais e o direito, relacionando elementos do discurso, da pragmática e da argumentação, que compõem tanto a Rtd com valor argumentativo, como as máximas conversacionais no discurso jurídico. Em vista disso, a importância desse estudo se justificou pela necessidade de uma maior aproximação entre o judiciário e o cidadão a fim promover o acesso à justiça, auxiliar os operadores do direito na produção dos gêneros discursivos jurídicos e para os discentes do curso de Direito que estão em processo de preparação para a atuação na vida jurídica.

A partir da relação entre as máximas conversacionais, a Rtd e o discurso jurídico no viés da argumentação, dispomos a compreender e relacionar esses fenômenos materializados no acórdão do pedido de soltura de José Dirceu na Operação *Lava Jato*. Com isso, o objetivo geral desse estudo foi analisar a quebra das máximas conversacionais na construção da representação textual- discursiva do réu. Para isso, verificamos qual (is) máximas é/são quebradas pelo

desembargador/relator no acórdão do pedido de soltura de José Dirceu na Operação *Lava Jato* e investigamos como a quebra dessa(s) máxima(s) interfere no processo de construção da representação textual/discursiva no acórdão do pedido de *habeas corpus* (TRF da 4ª Região) de José Dirceu na Operação *Lava Jato*.

Para tanto, realizamos uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos por descrever as características de determinado fenômeno (GIL, 2010) e documental quanto aos procedimentos por utilizar materiais que carecem de tratamento analítico ou os que podem ser revisitados para atender aos objetos da pesquisa a partir de técnicas, etapas e procedimentos apropriados, considerando serem fontes primárias (dado original) (LAMY, 2011). Em vista disso, a abordagem foi qualitativa e de natureza interpretativista através do método indutivo definido como “uma ferramenta que conduz o pesquisador(a) a observar a realidade para fazer seus experimentos e tirar suas conclusões”. (OLIVEIRA, 2013, p. 50-51)

1. O Princípio da Cooperação e a Teoria das Máximas Conversacionais de Grice

As observações de Grice (1982) obtiveram grande importância para a evolução dos estudos linguísticos e contribuíram de forma expressiva para a análise da linguagem. O filósofo observou como se desenvolve o comportamento de um locutor no momento da interação comunicativa, destacando que, nesse momento, algumas regras da troca conversacional são transgredidas, uma vez que o locutor não se preocupa em manter um diálogo cooperativo com o interlocutor.

Nesse sentido, Grice (1991) elabora dois elementos básicos: a intenção do locutor quando fala e o reconhecimento dessa intenção pelo ouvinte, estabelecendo, assim, um princípio geral para toda situação de conversação, que o autor denomina de princípio da cooperação, e descreve assim: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, de acordo com o propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está envolvido.”

Essa teoria busca compreender o que é pretendido pelo locutor no proferimento de sua fala, tendo em vista que, no momento da conversação, o locutor não transmite uma mensagem clara para seu interlocutor, ou seja, o entendimento não é suficiente, tomando como base apenas as palavras proferidas na conversação. Sendo assim, será a partir de informações que estão implícitas no contexto, que o interlocutor poderá compreender o sentido pretendido pelo locutor.

Desse modo, Grice considera que para atingir um grau elevado na comunicação, as trocas conversacionais devem ser regidas pelo Princípio de Cooperação, que em sua visão, é necessário para que os interlocutores produzam e interpretem sentenças de forma eficaz: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida no momento em que ocorra, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.” (GRICE, 1982, p. 86)

Nesse sentido, o Princípio Cooperativo defendido por Grice busca definir um modelo de como deveria funcionar a interação linguística, tendo em vista que no processo comunicativo, o locutor

se pronuncia, buscando ser compreendido pelo interlocutor. Para dar maior ênfase à eficácia da comunicação humana, o filósofo desdobra o Princípio Cooperativo em quatro máximas:

- 1) *Máxima de quantidade*: “Torne seu discurso tão rico de informação (ões), mas não em excesso, quanto requerido pelo objetivo da comunicação”.
 - Faça sua contribuição tão informativa quanto necessário;
 - Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário.
- 2) *Máxima de qualidade*: “Não afirme o que você acredita ser falso, nem aquilo de que não tem prova suficiente”.
 - Não diga o que acredita ser falso;
 - Não diga algo de que você não tem adequada evidência.
- 3) *Máxima de relação*: “Seja pertinente”.
 - Seja relevante.
- 4) *Máxima de modalidade*: “Seja claro, sem equívocos, sintético e ordenado”.
 - Seja claro.
 - Evite obscuridade de expressão;
 - Evite ambigüidade;
 - Seja breve (evite prolixidade desnecessária);
 - Seja ordenado.

De acordo com Marcondes (2005), o modelo proposto por Grice tem como finalidade o alcance das expectativas pretendidas pelos interlocutores no momento da interação, tornando assim a comunicação bem-sucedida. É considerado com isso, que tais máximas não excluem outras máximas, que porventura viessem a existir, nem que todas as máximas se aplicam ao mesmo tempo em um processo comunicativo, pretende-se que se houver o distanciamento dessas máximas, que seja pelo menos em algum nível e não em todos.

Nesse mesmo pensamento, Cançado afirma que:

Essas máximas especificam, de uma maneira geral, o que os participantes devem fazer para conversar de maneira eficiente, racional e cooperativa: eles devem falar com sinceridade, de modo relevante e claro, e ao mesmo tempo, fornecer informação suficiente... são um tipo de guia de orientação que servirá como base para a comunicação. É realmente difícil imaginar a comunicação sem que essas máximas estejam presentes. (CANÇADO, 2010, p. 3-4)

Com isso, observamos que tais máximas não se constituem como um conjunto de regras que os integrantes da interação verbal devem seguir estritamente, mas pretende-se, a partir das máximas, apenas como afirma Cançado (2010), “conversar de maneira eficiente, racional e cooperativa”. As máximas são, portanto, consideradas apenas, como mecanismos que fornecem uma melhor orientação para uma efetiva interação verbal.

A adequação a essas máximas no processo de interação verbal rege de maneira eficaz o Princípio Cooperativo. Nesse sentido, Barbosa (2010), assegura que ao obedecerem ao Princípio Cooperativo, os interlocutores percorrem de maneira eficaz todo o ato conversacional, uma vez que todas as expectativas dos indivíduos engajados nesse processo são garantidas eficazmente, ou seja, ao fazer uso do Princípio Cooperativo, os interlocutores obtêm uma compreensão adequada esperada pelo falante.

Destarte, as máximas conversacionais têm o propósito de serem cumpridas no momento de interação entre os sujeitos, que devem estar atentos às regras impostas por esse princípio. No entanto, o descumprimento de uma ou mais máximas, faz com que ocorra uma quebra no princípio cooperativo, tornando-se divergente o que antes era pretendido pelo interlocutor.

Nesse sentido, ao ocorrer tal quebra, surge um efeito denominado por Grice como, *implicatura conversacional*, que de acordo com Barbosa (2010) se apresenta fora do significado literal da conversação, encontrando-se claramente no contexto em que está inserida. A partir disso, faz-se necessário ressaltar que ao quebrar as máximas conversacionais, o indivíduo não anula totalmente o processo comunicativo, mas sim, faz com que o percurso da interação seja mais complexo, tendo em vista que o interlocutor terá que fazer uso de implicaturas para manter a interação desejada.

Em termos mais sucintos, é colocado por Souza que “a noção de implicatura pode explicar os usos e significados de algumas realizações ou comportamentos linguísticos que, literalmente, poderiam ser interpretados como ilógicos ou sem sentidos” (SOUZA, 1997, p. 219). Dessa forma, verifica-se que, ao fazer uso de uma determinada implicatura conversacional, o interlocutor fornece um significado para um diálogo, que não apresentava sentido, a fim de que o processo comunicativo seja preservado.

Para termos uma compreensão mais efetiva acerca das implicaturas conversacionais, Cançado (2005, p. 137), apresenta algumas das características básicas acerca desse princípio:

- a) “Dependem de assumirmos que existe um princípio cooperativo e suas máximas”;
- b) “Não são partes do significado dos itens lexicais, já que muitas delas dependem de um conhecimento do significado convencional da sentença”;
- c) “Um proferimento pode ter mais de uma implicatura”;
- d) “A compreensão de uma implicatura dependerá das suposições sobre o mundo que o falante e o ouvinte têm em comum”;
- e) “As implicaturas sempre têm uma natureza cancelável, ou seja, se adicionarmos outras informações, poderemos cancelar a implicatura, sem que sejamos contraditórios”.

Com base nas características elencadas acima, podemos afirmar que mediante o surgimento das implicaturas conversacionais, a compreensão apenas será efetiva por meio da relação recíproca existente entre o locutor do enunciado e o seu interlocutor, visto que se trata de uma relação bilateral, não havendo, portanto, beneficiamento apenas de uma das partes envolvidas nesse processo.

A respeito da utilização da implicatura para a concretização da conversação, quando ocorre a quebra das máximas, Armengaud (2006, p. 91) considera que:

A implicatura conversacional é exatamente a hipótese pela qual a harmonia é restabelecida no mundo da fala cooperativa. A aptidão do ouvinte em forjar tal hipótese é justamente sua aptidão a receber a informação implícita que o falante não quer dar explicitamente. É a habilidade de entender o subentendido.

Dessa forma, Armengaud (2006) realça que, ao ferir o princípio cooperativo presente no processo comunicativo, o falante utiliza as implicaturas para que a interação entre os participantes desse processo seja restabelecida. Assim, da mesma forma que o falante transgredir regras do princípio cooperativo, a partir da quebra das máximas conversacionais, o interlocutor é apto a entender o subentendido, ou seja, o sentido da informação implícita realmente expressa.

Esse mesmo entendimento é apresentado por Freitas (2009, p. 11):

As máximas e as implicaturas conversacionais, portanto, estão sempre em conformidade com os objetivos da conversação. O falante, ao dizer algo, permite que quem o escute compreenda o que foi dito. Se, no decorrer de um processo dialógico, algo foi expresso de forma indireta, ou seja, implícita, para que a interpretação se dê, é necessário que o interlocutor use informações contextuais. Nesse sentido, sempre haverá intenções e insinuações do falante. Em vista disso, espera-se que o receptor faça uma reconstrução do que foi dito e constitua um significado específico ao contexto.

A partir disso, observa-se que, ao estabelecer as máximas conversacionais, Grice enfatiza a sua importância no processo comunicativo, destacando que não devemos nos distanciar completamente de tais máximas, mas como se verifica que nem sempre os critérios estabelecidos pelas máximas conversacionais são obedecidos, surgem então as implicaturas conversacionais, que, no dizer de Freitas (2009,) servem de suporte para a construção do significado da conversação, cumprindo, portanto, o propósito comunicativo almejado pelos falantes.

Com base nessa explanação, observamos a importância das máximas conversacionais no processo comunicativo para a devida interação entre os indivíduos, uma vez que os participantes de uma conversação sempre serão cooperativos no sentido de que devem contribuir para que o diálogo atinja os fins almejados. Portanto, o sentido dos enunciados, depende acima de tudo, da cooperação entre os falantes no momento da conversação, em razão do alcance dos objetivos pretendidos pelo locutor.

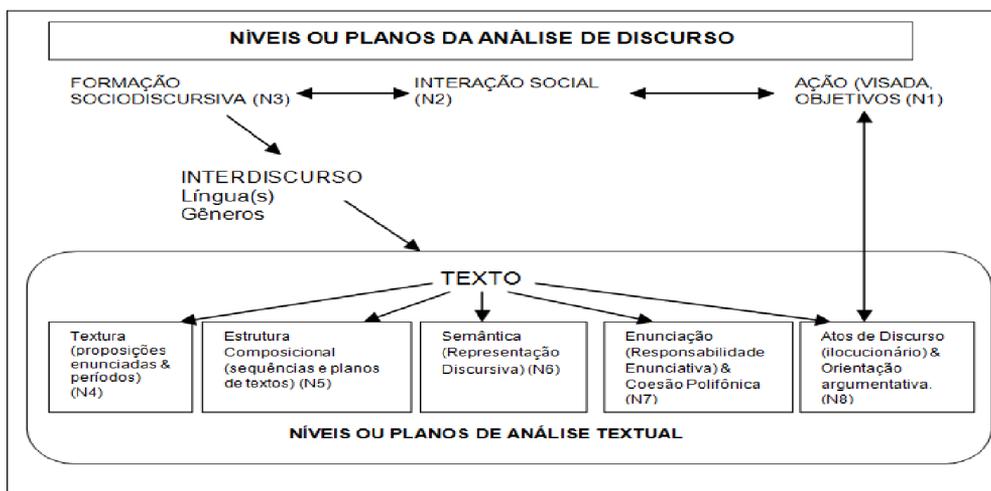
2. As representações textuais/discursivas com valor argumentativo

A Análise Textual dos Discursos constitui uma abordagem teórica e descritiva de estudos linguísticos do texto que se encontra “na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico

que [...] situa decididamente a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso” (ADAM, 2011, p. 24).

A partir dessa correlação, Adam (2011, p. 63) propõe uma Análise Textual dos Discursos que visa a “teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto”. Nesses termos, recorrendo a elementos da análise de discurso e da linguística de texto, Adam (2011) propõe à Análise Textual dos Discursos o papel de descrever, definir e analisar diferentes unidades ou operações textuais, inclusive aquelas de níveis mais complexos, que são realizadas sobre os enunciados. Esses níveis de análise (níveis ou planos de análise de discurso e análise textual - linguística textual) são apresentados por Adam (2011) no esquema abaixo:

Quadro 1 - Esquema 04



Fonte: Adam (2011, p. 61)

Passeggi (2016) adapta os níveis de análise textual propostos por J.-M. Adam (2011), redistribuindo seus conteúdos em um conjunto de módulos que compreende – principalmente, mas não exclusivamente – os seguintes, sucintamente caracterizados:

- Módulo Sequencial-composicional (enunciados, períodos, sequências, planos de texto);
- Módulo Enunciativo (responsabilidade enunciativa, pontos de vista);
- Módulo Semântico (representações discursivas, papéis semânticos, anáforas, isotopias, colocações);
- Módulo Argumentativo (atos ilocucionários, orientação argumentativa).

Esses módulos se organizariam conforme ligações textuais em três níveis (ADAM, 2015): ligações microtextuais: conexidade; ligações mesotextuais: coesão, “sentimento de totalidade local e global, das partes em si mesmas e das partes em relação ao todo textual” (ADAM, 2015, p. 45) e ligações macrotextuais: “sentimento de adequação dos enunciados em relação a uma situação sociodiscursiva e em relação a um gênero de discurso” (ADAM, 2015, p. 46).

Vale salientar que, segundo Passeggi (2016, p. 356) “concebemos os módulos como distintos, mas não encapsulados, posto que devem interagir.” Isso porque, a articulação entre ambos os níveis sempre deve ser levada em conta no momento da análise, conforme sugerem as setas presentes no esquema.

A partir desse contexto, as categorias que utilizamos para analisar as Rtds do réu na *Operação Lava Jato* foram a **referenciação** que consiste na designação dos referentes do texto, com especial atenção para os processos de redesignação e para as cadeias de referenciação assim constituídas. A segunda foi a **predicação** que remete tanto à operação de seleção dos predicados, isto é, à designação dos processos, no sentido amplo (ações, estado, mudanças de estado), como ao estabelecimento da relação predicativa do enunciado, sendo responsável por atribuir sentidos a elementos constantes no enunciado (RODRIGUES et al. 2010, p. 17). Por fim, a **modificação** que é definida por Queiroz (2013, p. 67) como categoria que apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes como das predicções, desempenhando função atributiva e qualificadora, contribuindo para a construção do objeto referenciado.

Em nossa pesquisa, focalizamos o nível semântico e o argumentativo da análise textual. Considerando que a própria Rtd é argumentação a partir dos postulados de Grice (1990, 1996), ao afirmar que a esquematização é, na verdade, uma organização do material verbal em uso numa dada comunicação, visando a uma construção de sentidos que atinja um produto – discursivo – esperado.

Para entender melhor a representação discursiva Rodrigues, Silva Neto e Passeggi (2010, p. 174) ressaltam que uma das noções que estão na base – na ATD – da elaboração da representação discursiva é a **esquematização** de J-B. Grice (1990, 1996). Para esse autor, todo texto propõe uma “esquematização”, realizada a partir de operações sobre os objetos de discurso e o sujeito, considerando-se o interlocutor na interação.

Passeggi (2001, p. 249) afirma que “toda esquematização contém imagens que, na terminologia de Grice, são os elementos visíveis no texto para um observador, ressalvadas as interpretações possíveis”. Com isso, entendemos que A constrói (esquematiza), por meio de enunciados, uma representação discursiva através de objetos de discurso que são postos em jogo com base nos pré-construídos e no propósito comunicativo que ele intenciona. Por sua vez, cabe ao interlocutor (B) – um sujeito ou um auditório – reconstruir os sentidos provenientes dos objetos construídos por A. Para isso, B terá de interpretar o conteúdo referencial com base nos seus próprios pré-construídos culturais e sociais, bem como em seu propósito comunicativo.

Para Adam (*apud* Amossy, 2011, p. 113), uma representação discursiva é “a expressão de um ponto de vista [PdV]”. Portanto, para interpretá-la, devemos atentar para a representação que é construída pelo conteúdo proposicional. Em vista disso, percebe-se que as Rtds é argumentação e se manifesta no texto (ANT – argumentação no texto) como assevera Pinto (2010, p. 85) ao afirmar que:

Dessa forma, a argumentação, no sentido mais amplo preconizado por Adam, tanto pode envolver os diversos tipos de sequência – não apenas a argumentativa, como também poderá estar relacionada às imagens do enunciador construídas textualmente.

Nesse sentido, Passeggi (2012, p. 232) ressalta que as representações discursivas “são de natureza linguística, manifestadas nos/pelos textos”. Desse modo, a representação, enquanto referência do enunciador, do leitor ou dos assuntos tratados só pode ser percebida na/pela produção co(n) textual de sentidos, o que implica uma (re)construção do sentido por parte do interpretante. Sobre isso, Adam (2011, p. 114) afirma que:

É o interpretante que constrói a Rd a partir dos enunciados (esquemáticação), em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciador e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais.

Assim, ao construir uma Rtd em um dado texto, recai sobre o leitor/interpretante o papel de (re)construí-la com base em suas representações (psíquicas, sociais, culturais, etc.), a fim de obter os resultados semânticos ali atribuídos e atendendo ao fim argumentativo. Não significa dizer que o interpretante deverá agir simetricamente ao locutor, mas ele é solicitado a desenvolver uma atividade semelhante de (re)construção do sentido (ADAM, 2011).

Santos (2016) evidencia que, apesar de não mencionar o termo “representação discursiva”, entende que a ideia de auditório desenvolvida por Perelman e Tyteca refere-se às imagens e ou representações discursivas que o orador constrói de seu ouvinte/leitor, de acordo com suas intenções e propósitos. Para Perelman e Tyteca (1999, p. 189), a argumentação é um ato persuasivo, já que tenta investigar a força argumentativa dos enunciados, com o objetivo de conseguir a adesão do auditório, o ouvinte e o conjunto daqueles sobre os quais o orador quer influir pela sua argumentação, é necessário considerar que esse conjunto é uma imagem ou representação que o orador cria, segundo seus objetivos e intenções.

Nessa perspectiva, Damele (2014) afirma que o auditório imediato de um juiz será constituído pelas partes envolvidas no processo. De um modo geral, esse auditório será formado por todos os operadores jurídicos, ou por aqueles a quem possa interessar o caso em questão: “[...] os juízes das instâncias superiores, os advogados ou os juízes dos casos futuros chamados a confrontar-se com os precedentes, e a jurisprudência, os juristas” (DAMELE, 2014, p. 225).

Desse modo, o processo de construção das Rtds com valor argumentativo leva em conta as finalidades, as intenções, os objetivos e os pressupostos históricos e culturais do interpretante. Assim, ela é semanticamente construída pelo falante, que realiza um trabalho interpretativo e coerente que permite as interligações das unidades textuais.

3. A quebra da Máxima Conversacional da *Quantidade* e a construção da representação textual/discursiva do réu

A importância de verificar as quebras das máximas conversacionais no acórdão decorre da necessidade de observar a forma como esse tipo de peça jurídica é redigida, tendo em vista que para sua elaboração devem ser priorizados princípios que primam pela clareza e objetividade de sua

redação e a imagem construída do réu (Rtd). De fato a observância das máximas conversacionais no momento da conversação expressa o princípio cooperativo que deve existir entre os sujeitos. Para tanto, nesta pesquisa iremos investigar apenas a quebra das máximas de *quantidade*, visto que foi a recorrente e a utilizada para a construção da representação textual-discursiva com valor argumentativo.

Nesse contexto, a máxima de *quantidade* prioriza a informação necessária que deve conter em um ato comunicativo, objetivando, portanto, a simplicidade da linguagem. Assim, quando ocorre o excesso de informações em determinado ato comunicativo, a máxima de *quantidade* vem a ser quebrada, tendo o interlocutor de fazer uma implicatura para que se obtenha o êxito na conversação. Ademais, pode essa máxima ser utilizada como uma estratégia argumentativa para a construção da imagem do réu (Rtd).

Vale salientar que o processo judicial é uma atividade triangular na qual o juiz ocupa um dos vértices, como seu presidente, e as partes litigantes ocupam os dois vértices. Especialmente, em razão do princípio constitucional do contraditório, a atividade das partes é eminentemente dialógica, pois, sempre que uma parte se manifesta, é garantido à parte contrária responder. Cada parte, portanto, busca, por meio de peças processuais (gêneros discursivos), convencer o juiz da veracidade e validade de suas alegações e de que o acatamento de sua tese é o que melhor corresponde ao ideal de justiça, positivado no direito.

Para amostragem, selecionamos o acórdão referente ao (*habeas corpus* - processo nº 5034542-82.2015.4.04.0000/PR), da Egrégia 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, publicado em 14 de outubro de 2015¹. Trata-se de julgamento de pedido de *habeas corpus* da prisão preventiva de José Dirceu, ex-ministro chefe da casa civil na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja pretensão era o pedido de liberdade provisória do paciente (réu). A ação foi julgada improcedente, ou seja, em desfavor do réu, por ser reincidente e espondendo a outros processos no Supremo Tribunal Federal por corrupção ativa e passiva (Mensalão, Dossiê, bingos e Operação Lava Jato).

No que se refere à quebra da máxima de *quantidade* que, no decorrer do acórdão, há ocorrência de informações além das necessárias, sendo utilizadas para construir uma representação textual – discursiva de periculosidade, por o réu mentor de uma organização criminosa. Além da reincidência em práticas criminosas e de se encontrar como réu em outros processos na instância máxima da corte brasileira, o STF, em escândalos de corrupção e contra a administração pública. Essa Rtd do réu (mentor de uma organização criminosa), construída pelo desembargador, reforça a necessidade da prisão preventiva com a explicação exaustiva do art. 312 do CPP em virtude do réu ter praticado atos ilícitos em um curto espaço de tempo. Conforme fragmento abaixo:

Exemplo 1

¹ Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/trf-mantem-prisao-dirceu-dominio-fato.pdf>

A Constituição Federal estabelece, no inciso LVII do artigo 5º, que ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança. No sistema jurídico brasileiro, a liberdade é a regra e a prisão processual é a exceção. A medida drástica encontra previsão **no art. 312** do Código de Processo Penal:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. É medida excepcional, mas, por vezes inevitável. Para a decretação da prisão preventiva, é imprescindível que o delito esteja materializado e que existam indícios de autoria, acrescidos de um de seus fundamentos: risco à ordem pública, à instrução ou à aplicação da lei penal. Obviamente, até mesmo pela redação do **art. 312** do Código de Processo Penal, mostra-se inviável atestar a inteira extensão da responsabilidade criminal do paciente ou de qualquer outro investigado. Até porque isso não seria possível sem a observância do devido processo legal ou sem garantir o acesso a todos os meios de defesa constitucional e legalmente admitidos. O juízo de cognição sumária não guarda, pois, relação com juízo antecipatório de culpabilidade ou de pena. Sequer há de se exigir prova cabal da responsabilidade criminal do paciente. Assim tem apontado a jurisprudência. Pode-se dizer, assim, que o devido processo legal não impede o deferimento de medidas restritivas de direitos ou de liberdade ‘como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria’ (**art. 312, CPP**).

É válido que no fundamento de todo acórdão devem constar as questões de fato e de direito que levarão à decisão do juiz. No entanto, no acórdão em questão, o desembargador excede as informações do art. 312 do CPP, uma vez que explica através de forma reiterada a necessidade da prisão preventiva de José Dirceu. Observamos que a quebra da máxima da quantidade foi intencional com o intuito de embasar o acórdão com a denegação do pedido a partir da construção da Rtd do réu, elencando aspectos de periculosidade acentuada por ser mentor de uma organização criminosa.

Outro fator que caracteriza a quebra da máxima de *quantidade* foi o fato do acórdão apresentar um corpo muito extenso de relatório com transcrição de depoimento de testemunhas, transgredindo com isso os princípios reguladores do critério da simplicidade, ao defender a objetividade e a clareza na linguagem jurídica, não sendo adequada, em uma narrativa jurídica, a interferência da oralidade.

Exemplo 2

Relativamente ao afirmado pagamento por Milton Pascowitch de reforma de imóvel em Vinhedo para utilização de José Dirceu, de R\$ 1.300.000,00 à arquiteta Daniel Fachini, foi apresentado o comprovante documental do pagamento, feito a título de doação pelo irmão de Milton, José Adolfo Pascowitch, à referida arquiteta (fls. 31-32 da representação, e processo 5030136-67.2015.404.7000, evento 1, out32, p. 8-10). Relewa destacar que o referido imóvel em Vinhedo não está em nome de José Dirceu mas sim da empresa TGS Consultoria e Assessoria em Administração, que tem por proprietário Julio Cesar dos Santos, que já foi sócio da JD Consultoria (fl. 107 da representação). Declarou, ainda, Milton Pascowitch que também repassou dinheiro de propina a José Dirceu pelos contratos da Petrobrás mediante o pagamento pela Jamp Engenheiros da reforma de apartamento localizado na Rua Estado de Israel, 13º andar, em São Paulo, que estava em nome do irmão de José Dirceu, Luiz Eduardo, com pagamentos de cerca de um milhão de reais à construtora Halembeck Engenharia (fl. 37 da representação policial). Relativamente a este pagamento, a autoridade policial confirmou a relação entre Milton Pascowitch e Marcelo Amaral Halembeck por sessenta e duas ligações telefônicas (fl. 38 da representação). “QUE um dos pedidos que eram frequentes, feitos pelo escritório JD por meio de LUIS EDUARDO ou de ROBERTO MARQUES, eram os pagamentos de faturas de fretes de avião prestados pela FLEX AERO TAXI AÉREO LTDA a JOSÉ DIRCEU; QUE quando os pagamentos se davam por meio do declarante, este realizava os contatos necessários com RUI AQUINO, Presidente da FLEX AERO; QUE normalmente a sistemática de pagamento era efetuar a cobrança de determinado valor do escritório JD, com um faturamento a custo, reduzido, e o acerto da diferença do valor real era pago em espécie pelo declarante, recursos que advinham das contribuições efetuadas pelas empresas HOPE e PERSONAL SERVICE.”

Nesse sentido, constata-se que a violação da máxima da quantidade contribui mais estreitamente para a construção da representação textual- discursiva do réu no texto forense. Considerando que a escolha do material linguístico empregado durante a produção textual reflete, antes de tudo, aquilo que o locutor quer passar ao seu interlocutor, ou seja, suas intenções e seus objetivos, conseqüentemente, a representação textual – discursiva de reincidente do réu em praticar atos ilícitos mesmo estando preso uma vez que foi condenado na Ação Penal 470 (pena de 7 anos e 11 meses de prisão). Os operadores do direito tem a preocupação de, através dos fatos apresentados, da legislação e da jurisprudência, apresentar ao seu leitor, argumentos consistentes e fundamentados de modo a não restarem dúvidas sobre a decisão tomada no documento.

Ressalte-se que a utilização exagerada de jurisprudência para compor o fundamento do acórdão evidencia a representação textual-discursiva do réu como mentor de uma organização criminosa a partir de um argumento de analogia e de que seja válido e demonstre a necessidade da prisão preventiva do réu ao violar a máxima da quantidade. Isso porque, o discurso jurídico é preponderantemente argumentativo, tendo em vista seus objetivos de convencimento e persuasão, mesmo em casos de jurisdição voluntária, isto é, nos casos em que não existe uma lide,

ou seja, não há conflito de interesses entre duas pessoas, sendo que o que se requer é apenas um pronunciamento judicial sobre determinada situação ou negócio jurídico.

Exemplo 3

Na mesma linha o entendimento do Supremo Tribunal Federal e o do Superior Tribunal de Justiça:

A decretação da prisão preventiva baseada na garantia da ordem pública está devidamente fundamentada em fatos concretos a justificar a segregação cautelar, em especial diante da possibilidade de reiteração criminosa, a qual revela a necessidade da constrição. (HC 96.977/PA, 1.^a Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 09/06/2009).

Prisão preventiva para garantia da ordem pública face a circunstância de o réu ser dado à prática de roubos qualificados pelo emprego de arma de fogo em concurso de pessoas. Real possibilidade de reiteração criminosa. A periculosidade do réu, concretamente demonstrada, autoriza a privação cautelar da liberdade para garantia da ordem pública. (HC 96.008/SP, 2.^a Turma, Rel. Min. Eros Grau, j. 02/12/2008)

Não há falar em constrangimento ilegal quando a custódia preventiva do réu foi imposta mediante idônea motivação, sobretudo na garantia da ordem pública, para evitar a reiteração criminosa e acautelar o meio social, dada a sua periculosidade. (HC 100.714/PA, 5.^a Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, j. 18/12/2008).

Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, a reiteração de condutas ilícitas, o que denota ser a personalidade do paciente voltada para a prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva para garantia da ordem pública. (HC 75.717/PR, 5.^a Turma, Rel. Des. Jane Silva, j. 06/09/2007).

Desse modo, percebemos que a máxima da quantidade é violada na explanação da fundamentação jurídica com o encadeamento de várias jurisprudências a fim de construir uma Rtd com valor argumentativo do réu, provocando um efeito de persuasão e convencimento do que era pretendido no princípio da conversação. Tendo o interlocutor de fazer uso de estratégias comunicativas para que a interação seja mantida, ou seja, a partir da quebra da máxima, o interlocutor deve fazer uso de implicaturas conversacionais que estão presentes no próprio contexto do discurso, para que o propósito comunicativo seja alcançado.

Considerações finais

A ciência do direito não pode existir em uma dimensão exterior à linguagem, haja vista que esta faz uso de uma linguagem jurídico-técnica, subordinada a regras que levam a uma rigorosa definição de conceitos; por sua vez, o direito positivado na sua práxis, particularmente no âmbito do

processo judicial, apresenta a linguagem técnica, mas também se utiliza na produção de textos jurídicos, de algo que já é linguagem anteriormente, a fala empregada pelas pessoas no cotidiano.

Em vista disso, a quebra das máximas de quantidade, no acórdão em estudo, é empregada com o intuito de apresentar uma representação textual/discursiva de José Dirceu a partir de uma argumentação onipresente como mentor de uma organização criminosa em crimes de lavagem de capitais e contra o sistema financeiro nacional.

Dessa forma, ressalta-se a importância das máximas conversacionais de Grice, uma vez que especificam de maneira eficaz como os participantes de uma conversação devem se comportar para que seu discurso se torne eficiente, racional e cooperativo, pois “eles devem falar com sinceridade, de modo relevante e claro e, ao mesmo tempo, fornecer informação suficiente”. (CANÇADO, 2010, p. 3)

A partir dessas considerações, podemos afirmar que a quebra da máxima de *quantidade* com o objetivo de construir uma representação textual – discursiva do réu, observadas no acórdão analisado não limita a informação, nem provoca obscuridade e confusão no entendimento do cidadão leigo. Além de não apresentar informações desnecessárias, fazendo com que a justiça cumpra sua atividade jurisdicional, que é a solução dos conflitos da sociedade.

Diante do exposto, da importância social do discurso jurídico e, em especial, do acórdão e da Operação *Lava Jato* na vida dos cidadãos brasileiros, percebemos a relevância em desenvolver pesquisas interdisciplinares entre direito e, já que, conforme Lourenço (2017, p. 55), os trabalhos desenvolvidos por linguistas podem contribuir para o aprimoramento da compreensão do texto jurídico e para o ensino de língua portuguesa durante a graduação dos futuros operadores do direito, auxiliando-os na produção de seus próprios textos, no que diz respeito a atribuir maior eficácia no lugar de poder de persuasão.

Referências

- ADAM, J.-M. “Introduction aux problèmes du texte” In: J.-M., Adam (Org.) **Faire texte. Frontières textuelles et opérations de textualisation**. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2015, p. 12-33.
- ADAM, J.-M. **A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- ARMENGAUD, F. **A pragmática**. Tradução de M. Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BARBOSA, M. V. L. M. **Atos indiretos advindos de quebra de máximas em propagandas de remédios: um recurso semântico-discursivo**. 2010. Dissertação (Mestre em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- CANÇADO, M. Alguns fenômenos semânticos sob a ótica de uma abordagem pragmática. In: M. Cançado. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005, p. 127-139.
- CANÇADO, M. **Teoria Pragmática**. Publicado no segundo semestre de 2010. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/profs/marciacancado/dados/arquivos/roteiro>. Acesso em 20 de março de 2011.

- DAMELE, G. Notas sobre o papel da retórica nas teorias da argumentação jurídica. **Revista Brasileira de Filosofia**: Instituto Brasileiro de Filosofia, São Paulo: Marcial Pons Editora do Brasil Ltda., ano 62, v. 240, p. 222-239, 2014.
- FREITAS, F. I. O. **A quebra das máximas de Grice em sentenças jurídicas**. João Pessoa, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: S. Davis. **Pragmatics: a reader**. New York: Oxford University Press, 1991.
- GRICE, H. P. Lógica e Conversação. In: M. Dascal (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Pragmática. Campinas, 1982, vol. IV.
- GRIZE, J.-B. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.
- GRIZE, J.-B. **Logique naturelle et communications**. Paris: PUF, 1996.
- LAMY, M. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LOURENÇO, M. V. N.S. **A argumentação na petição inicial**. Curitiba: CRV, 2017.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- PINTO, R. **Como argumentar e persuadir**. Práticas: política, jurídica, jornalística. Lisboa: Quid Juris, 2010.
- MARCONDES, D. **A pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- PASSEGGI, L. Uma abordagem do discurso jurídico do ponto de vista da linguística do texto e do discurso. **Anais do III Seminário Internacional de Estudos Sobre Discurso e Argumentação (III SEDiAr)** – Universidade Federal de Sergipe, 2016, Aracaju. Ilhéus: Editus- Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2016. Disponível em: < <http://www.octeventos.com/site/sediar/anais.php>.> Acesso em: 21 mar. 2017
- PASSEGGI, L. As representações discursivas na pesquisa autobiográfica: uma metodologia de análise semântica. In: M. H. M. B. Abrahão; M. C. Passeggi (orgs.). **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**: tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPURCS; Salvador: EDUNEB, 2012, p. 231-252.
- PASSEGGI, L. Estruturação sintático-semântica dos conteúdos discursivos: categorias descritivas da lógica natural para a linguística. In: L. Passeggi; M. S. Oliveira (Orgs.). **Linguística e Educação**: gramática, discurso e ensino. São Paulo: Terceira Margem, 2001, p. 245-269.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- QUEIROZ, E. **Representações discursivas no discurso político. “Não me fiz sigla e legenda por acaso”**: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães. (30/05/2001). 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – PPgEL, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. (inédita).
- RODRIGUES, M. G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. (Org). “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In: J. M. Adam; U. Heidmann; D. Maingueneau. **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, M. F. **Representações discursivas de vítima e agressor em textos de inquéritos sociais**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Natal: PPgEL/ UFRN, 2016. (inédita).
- SOUZA, S. M. P. de. **As máximas de Grice no contexto empresarial**. São Paulo, 1997.

Revisão

Elisabetta Santoro
Adriana Mendes Porcellato
Ana Luísa de Araújo Mhereb
Cibelle Correia da Silva
Mayara da Silva Neto
Rosângela Aparecida Dantas
Yedda Alves de Oliveira Caggiano Blanco

Projeto Gráfico do Miolo

Zeta Studio

Projeto Gráfico de Capa

Sulamita Maria Mattos da Costa